



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO

JANNAIARA BARROS CAVALCANTE

**CAMINHOS DO ASSOCIATIVISMO DOCENTE EM PERNAMBUCO: A  
CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DOS TRABALHADORES DO ENSINO**

Recife

2022

JANNAIARA BARROS CAVALCANTE

**CAMINHOS DO ASSOCIATIVISMO DOCENTE EM PERNAMBUCO: A  
CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DOS TRABALHADORES DO ENSINO**

Tese apresentada ao **Programa de Pós Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em História**. Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes. **Linha de Pesquisa:** Relações de Poder, Sociedade e Ambiente.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Bartira Ferraz Barbosa

**Coorientadora:** Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Recife

2022

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

C376c Cavalcante, Jannaiara Barros.  
Caminhos do associativismo docente em Pernambuco : a construção da  
imagem dos trabalhadores do ensino / Jannaiara Barros Cavalcante. – 2022.  
269 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bartira Ferraz Barbosa.

Coorientadora : Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro de Abreu e Lima.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2022.

Inclui referências e apêndices.

1. História. 2. Sindicatos – Professores. 3. Associativismo. 4. Educação  
– Movimentos de protesto. 5. Trabalhadores da educação. I. Barbosa, Bartira  
Ferraz (Orientadora). II. Abreu e Lima, Maria do socorro de (Coorientadora).  
III. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-112)

JANNAIARA BARROS CAVALCANTE

**CAMINHOS DO ASSOCIATIVISMO DOCENTE EM PERNAMBUCO: A  
CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DOS TRABALHADORES DO ENSINO**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em História**.

Aprovada em: **25/07/2022**.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Maria do Socorro de Abreu e Lima (Coorientadora)

**Universidade Federal de Pernambuco**

---

Prof. Dr. José Bento Rosa da Silva (Titular interno)

**Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco**

---

Prof. Dr. Marcelo Góes Tavares (Titular externo)

**Universidade Estadual de Alagoas**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcilia Gama da Silva (Titular externo)

**Universidade Federal Rural de Pernambuco**

---

Prof. Dr. José Adilson Filho (Titular externo)

**Universidade Estadual da Paraíba**

Ao meu pai, Euclides Feitoza Cavalcante (**in memoriam**) e  
a minha filha Luísa, por me permitirem pensar memória e tempo de modo muito particular.

Aos professores militantes desse país, que lutaram e lutam por uma sociedade melhor.

A vocês, dedico.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me possibilitado chegar a um lugar tão importante, apesar de todas as minhas limitações, fortalecendo em mim a certeza de que “todas as coisas cooperam para o bem daqueles que o amam”. (Rm 8:28)

A minha mãe, Dora, e minha irmã, Jupiraci, pelas orações, cuidado e apoio durante a trajetória deste doutorado.

Ao meu esposo Sadraque R. Rocha, por ter sido companheiro presente, sendo incentivador desde o processo de seleção e durante o percurso do doutoramento. Sou grata por ter me ouvido nos momentos em que a ansiedade e incertezas do processo de escrita se apresentavam. Grata pelas noites em que mesmo cansado do trabalho, me ouvia falar sobre a tese, ainda que sem compreender muito sobre historiografia ou pesquisa.

A professora Dr<sup>a</sup> Bartira Ferraz Barbosa, pelo acolhimento durante a pesquisa e por toda a atenção dispensada.

A professora Dr<sup>a</sup> Maria do Socorro de Abreu e Lima, pela confiança em mim depositada desde os tempos do mestrado. O seu apoio me possibilitou grandes conquistas profissionais. Agradeço por todas as leituras e apontamentos que me permitiram amadurecer questões e tornaram esse trabalho possível

Aos professores Dr. José Adilson Filho, Dr<sup>a</sup> Marcília Gama e Dr. Carlos Miranda, os quais fizeram parte da banca de qualificação dando importantes contribuições para melhoria deste texto. Também sou grata aos professores Dr. Marcelo Goes Tavares e Dr. José Bento Rosa da Silva, por terem participado da defesa final, oferecendo, além de importantes sugestões, um olhar sensível e acolhedor com relação ao estudo desenvolvido.

A Diana P. C. Alves, amiga admirada e grande profissional que realizou a revisão da tese, fortalecendo a comunicabilidade deste estudo. Mesmo com o curto prazo de tempo, fez excelente trabalho.

A Sandra Regina, secretária do PPGH, por toda paciência e delicadeza em tirar dúvidas e orientar em meio às tensões da vida acadêmica. Você é luz!

Aos colegas do doutorado Airton e Adauto, pelas conversas e compartilhar das experiências que também nos permitem amadurecer e viver a academia com mais leveza.

Aos meus colegas de trabalho da escola Gabriela Mistral em Garanhuns- PE, por terem compartilhado comigo as experiências e lutas diárias do trabalho docente, por terem se alegrado comigo quando da aprovação na seleção de doutorado, por terem colaborado com a organização do meu horário de trabalho em 2018 para que eu pudesse cursar disciplinas. Apesar da distância

e diferentes caminhos percorridos vocês sempre farão parte das minhas memórias. A Sara, Mara, Márcia, Adreia, Gabriela, Cíntia, Rafael, Wilza, Águida, meu carinho e muito obrigada!

Ao colegiado do Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas Campus I do qual tenho a honra de fazer parte: Gladyson, Alice, Aldemir, José Carlos, Clébio, Francisco, Luiz e Marcus, obrigada por toda compreensão e colaboração para que fosse possível desenvolver a pesquisa com mais tranquilidade. O apoio de vocês foi muito importante e serei eternamente grata.

Aos alunos queridos da UNEAL pelo apoio e carinho que foram também motivação para continuar a caminhada! Obrigada por acreditarem e torcerem por mim.

Aos amigos que fiz no percurso da vida docente, pelas alegrias dos encontros anuais que tornaram a vida mais leve durante esse período! Elis, Luana, Jonathan, Gabi, Pajeú, Neuma, Anderson, grata por compartilhar momentos com vocês.

A Edson Tenório, grande pesquisador que gentilmente me auxiliou na busca de algumas fontes utilizadas na pesquisa e me fez refletir sobre muitas questões.

A dona Lucy Machado Pinheiro, por ter me recebido tão gentilmente em sua casa e ter me concedido seu tempo. Sou grata pelas memórias e experiências que fortaleceram a escrita desse trabalho. Aprendi lições para a vida.

Igualmente agradeço a Paulo Rubem Santiago, que mesmo com os contratemplos da pandemia se dispôs a colaborar com esta pesquisa através de videoconferência, trazendo de forma entusiasmada retratos de um passado que não deve ser esquecido.

Devo mencionar aqui outros nomes como o senhor José Agripino e Benedito Isídio pelas entrevistas realizadas quando da realização do mestrado, as quais também fizeram parte da composição desse texto.

Não poderia esquecer de dona Porpino, professora militante que sempre me recebeu no SINTEPE com muita atenção e carinho, colaborando em tudo que estava ao seu alcance.

Muito obrigada a todos!

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar trajetórias do associativismo docente em Pernambuco, buscando analisar as primeiras experiências associativas desenvolvidas pelo CPPP, destacando as configurações de um associativismo repleto de potencialidades e limitações. Traz apontamentos sobre como essa primeira associação docente contribuiu para a construção de uma imagem do magistério numa perspectiva missionária e como foram construindo suas lutas desvinculadas de um protagonismo mais contestador. A exposição desse primeiro cenário nos oferece melhores condições para entendermos a dinâmica que levou à formação da APENOPE, a qual preencheu um espaço de representação do magistério, ao mesmo tempo em que nasceu num forte contexto de tensões próprias da ditadura, posicionando-se de forma favorável a mesma. Após a visualização dessa conjuntura, nos concentramos nas dinâmicas políticas e sociais dos anos 1970 e na expressiva greve de 1979, na qual novos personagens entraram em cena, questionando e promovendo mudanças no interior da APENOPE, bem como construindo uma imagem que apresentava o professor como trabalhador, fortalecendo a luta em torno do direito de sindicalização e as bases que deram origem a Central Única dos Trabalhadores. Em nossa composição historiográfica utilizamos o Jornal do Professor e jornais da imprensa pernambucana disponíveis no APEJE. Esses últimos também foram consultados através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Outros espaços digitais percorridos foram: o acervo do IBGE, do INEP e o Centro de Documentação e Memória da CUT. O acervo do DOPS-PE, sob a guarda do APEJE, e relatórios do SNI obtidos através do Sistema de Informação do Arquivo Nacional, foram fontes do regime repressivo que possibilitaram, juntamente com os relatos de memória, perceber os protagonismos ligados ao mundo do trabalho e à esfera política que fizeram com que a APENOPE ficasse sob a mira da vigilância.

**Palavras-chave:** trajetórias; associativismo; trabalhadores do ensino.

## ABSTRACT

This study aims to present trajectories of teacher associations in Pernambuco, seeking to analyze the first associative experiences developed by the CPPP, highlighting the configurations of an associativism full of potential and limitations. It brings notes on how this first teaching association contributed to the construction of an image of the teaching profession in a missionary perspective and how they were building their struggles detached from a more contesting protagonism. The exposition of this first scenario offers us better conditions to understand the dynamics that led to the formation of APENOPE, which filled a space of representation of the teaching profession, at the same time that it was born in a strong context of tensions typical of the dictatorship, positioning itself in a favorable to it. After visualizing this conjuncture, we focus on the political and social dynamics of the 1970 and on the expressive strike of 1979, in which new characters entered the scene, questioning and promoting changes within APENOPE, as well as building an image that presented the teacher as a worker, strengthening the struggle around the right to unionize and the bases that gave rise to the workers single center. In our historiographical composition we used the Teacher,s Journal and newspapers from the Pernambuco press available at APEJE. The latter were also consulted through the Digital Newspaper Library of the National Library. Other digital spaces visited were: the IBGE collection, INEP and the CUT Documentation and Memory Center. The DOPS-PE collection, under the custody APEJE, and SNI reports obtained through the National Archives Information System, were sources of the repressive regime that made it possible, together with the memory reports, to perceive the protagonisms linked to the world of work and the political sphere that put APENOPE under surveillance.

**Keywords:** trajectories; associativism; teaching workers.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Campanha de Inquérito e Levantamento do Ensino Médio Elementar - CILEME	57
<b>Figura 2</b> - Modelo padrão das ETRS	60
<b>Figura 3</b> - Anuário Estatístico de Pernambuco- IBGE	66
<b>Figura 4</b> - Abertura do V Congresso Nacional dos Professores Primários	93
<b>Figura 5</b> - Maria Elisa discursando no V Congresso dos Professores Primários	94
<b>Figura 6</b> - Presidente do V Congresso dos Professores Primários	95
<b>Figura 7</b> - Maria Elisa recebendo homenagem	105
<b>Figura 8</b> - Visita de autoridades ao Centro de Professores de Pernambuco	109
<b>Figura 9</b> - Professor Leônidas Fernandes de Lima	138
<b>Figura 10</b> - Cerimônia de posse do professor Leônidas	138
<b>Figura 11</b> - Leônidas assinando contrato com empresa	152
<b>Figura 12</b> - Programação do Dia do Professor-1971	154
<b>Figura 13</b> - Lista com nomes de professores e suas causas ganhas	157
<b>Figura 14</b> - Aparato policial observando concentração de metalúrgicos	174
<b>Figura 15</b> - Passeata dos professores em Recife	190
<b>Figura 16</b> - Dados da SEC referentes à adesão ao movimento grevista	193
<b>Figura 17</b> - Comando Geral de Greve falando aos professores	199
<b>Figura 18</b> - Prontuário do DOPS	203
<b>Figura 19</b> - Concentração de professores em frente à Assembleia Legislativa	205
<b>Figura 20</b> - Professores ocupando a Secretaria de Educação	206
<b>Figura 21</b> - Informativo da Apenope	230
<b>Figura 22</b> - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora	240

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Lista de cursos oferecidos para professores primários	61
<b>Quadro 2</b> - Lista cursos oferecidos para professores do ensino normal	61
<b>Quadro 3</b> - Organização dos níveis de ensino brasileiro	112
<b>Quadro 4</b> - Deputados eleitos pelo MDB	163
<b>Quadro 5</b> - Propostas apresentadas pelas chapas concorrentes	215
<b>Quadro 6</b> - Tendências sindicais	232
<b>Quadro 7</b> - Lista de reivindicações	236
<b>Quadro 8</b> - Representantes de Pernambuco que participaram da formação da CUT	241

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Quantitativo de escolas com oferta de ensino ginásial em Pernambuco	117
<b>Tabela 2</b> - Quantitativo de escolas com oferta de ensino colegial em Pernambuco	118
<b>Tabela 3</b> - Diferenças das votações nas eleições de 1970 e 1974	161
<b>Tabela 4</b> - Greves de 1979	172

## LISTA DE SIGLAS

ALEPE	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
APEMOPE	Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco
APENOPE	Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco
APSE	Associação Pernambucana dos Servidores do Estado
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASTE	Rede de Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDOC	Centro de Documentação
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco
CGG	Comando Geral de Greve
CILEME	Campanha de Inquérito e Levantamento do Ensino Médio Elementar
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMOP	Confederação Mundial das Organizações de Professores
CONCLAT	Confederação Nacional da Classe Trabalhadora
CPPP	Centro dos Professores Primários de Pernambuco
CPPB	Confederação dos Professores Primários do Brasil
CPP	Centro dos Professores de Pernambuco
CPB	Confederação dos Professores do Brasil
CSPB	Confederação dos Servidores Públicos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DP	Diário de Pernambuco
DTEP	Departamento Técnico de Educação Primária de Pernambuco
ENCLAT	Encontro Nacional da Classe Trabalhadora
ETR	Escola Típica Rural
FASPEPE	Federação das Associações de Servidores Públicos em Pernambuco
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
IPSEP	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases

MCP	Movimento de Cultura Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PSD	Partido Social Democrata
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SIAN	Sistema de Informação do Arquivo Nacional
SINTEPE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco
SINPRO	Sindicato dos Professores
UNTE	União Nacional dos Trabalhadores do Ensino
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento
US	Unidade Sindical

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
1.1	JUSTIFICANDO ESCOLHAS	16
1.2	SUJEITOS DA PESQUISA, PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS	17
1.3	PRODUÇÕES SOBRE AS ASSOCIAÇÕES DOCENTES E UM OLHAR SOBRE PERNAMBUCO	19
1.4	FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA	23
1.5	RELATOS DE MEMÓRIA	28
1.6	DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS	29
<b>2</b>	<b>ASSOCIAÇÕES DOCENTES: CONFIGURAÇÕES QUE LEVARAM AO SEU SURGIMENTO</b>	<b>33</b>
2.1	TRAJETÓRIAS	33
2.2	POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PROFESSORES E ORGANIZAÇÃO COLETIVA	35
2.3	MULHER E EDUCAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS	39
2.4	ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA: ONDE ENTRAM OS TRABALHORES DO ENSINO?	44
2.5	TRABALHADORES PÚBLICOS E SUAS ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO	47
<b>3</b>	<b>VIAGENS NO TEMPO: O PONTO INICIAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES EM PERNAMBUCO</b>	<b>54</b>
3.1	A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO	54
3.2	MARIA ELISA VIEGAS E A FORMAÇÃO DO CPPP	67
3.3	ELEIÇÕES EM PERNAMBUCO: OUTROS CAMINHOS DE MARIA ELISA	70
3.4	O JORNAL DO PROFESSOR	75
3.5	O IV CONGRESSO NACIONAL DE PROFESSORES PRIMÁRIOS	80
3.6	A LEI DE DIRETRIZES E BASES	84
3.7	O CONGRESSO NACIONAL DO SETOR DE ENSINO PRIVADO	87
3.8	A ATUAÇÃO DA CPPB	92
<b>3.8.1</b>	<b>Desdobramentos do V Encontro Nacional de Professores Primários (1963)</b>	<b>96</b>
<b>3.8.2</b>	<b>Mudanças e permanências</b>	<b>100</b>
<b>3.8.3</b>	<b>Aproximações do CPPP com o governo estadual</b>	<b>105</b>
<b>4</b>	<b>OUTROS CONTEXTOS E PERSONAGENS: A FORMAÇÃO DA APENOPE</b>	<b>111</b>
4.1	SOBRE O NÍVEL MÉDIO DE ENSINO	112

4.2	LUTAS NA ESFERA PRIVADA -----	118
4.3	O SETOR PÚBLICO DE ENSINO E A FORMAÇÃO DA APEMOPE -----	124
4.4	REFORMA DO ENSINO -----	132
4.5	A SEGUNDA FASE DA APENOPE -----	138
<b>4.5.1</b>	<b>Algumas ações da gestão de Leônidas -----</b>	<b>144</b>
<b>4.5.2</b>	<b>Assistência ao professor -----</b>	<b>151</b>
<b>4.5.3</b>	<b>Entre associações -----</b>	<b>155</b>
4.6	A DÉCADA DE 1970: O CENÁRIO POLÍTICO E A ATUAÇÃO DE SEGMENTOS DA SOCIEDADE -----	159
<b>4.6.1</b>	<b>A sociedade -----</b>	<b>164</b>
<b>4.6.2</b>	<b>O mundo do trabalho -----</b>	<b>167</b>
<b>5</b>	<b>TRANSIÇÕES: A GREVE DE MAIO DE 1979 E SEUS DESDOBRAMENTOS</b>	<b>177</b>
5.1	O ÁPICE DAS DISCUSSÕES -----	188
5.2	O COMANDO GERAL DE GREVE -----	194
5.3	AMEAÇAS E RESISTÊNCIA -----	198
5.4	OS PIQUETES -----	200
5.5	OS AJUNTAMENTOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA -----	204
5.6	A VIGÍLIA -----	206
<b>6</b>	<b>ELEIÇÕES DA APENOPE -----</b>	<b>212</b>
6.1	DISPUTAS -----	214
6.2	A NOVA DIREÇÃO -----	218
6.3	O INTERIOR -----	223
6.4	O I CONGRESSO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO -----	225
6.5	A APENOPE NO “MUNDO SINDICAL” -----	228
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS -----</b>	<b>253</b>
	<b>REFERÊNCIAS -----</b>	<b>262</b>
	<b>APÊNDICE A: ARQUIVOS E ACERVOS CONSULTADOS -----</b>	<b>269</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Tempo, memória, espaço e história caminham juntos. Inúmeras vezes através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história.*

Lucilia de A. N Delgado

Ao iniciar a elaboração de uma tese muitas questões nos veem à mente, dada a seriedade e compromisso que esta exige em termos de responsabilidade com a produção do conhecimento e com a construção de um conjunto de ideias que possam ser consideradas uma contribuição diante de tudo que a literatura sobre o tema proposto apresenta, na perspectiva dos diversos campos de pesquisa e abordagens possíveis. Dentro desse universo de preocupações, sabemos que qualquer estudo é orientado por um *como, por que, o que, ou quem*. Essas interrogações, dentre tantas outras possíveis, estimulam a construção do conhecimento, ajudam a definir objetivos e a percorrer caminhos metodológicos específicos na intenção de encontrarmos respostas. Dessa forma, este estudo é conduzido por questionamentos ligados a atuação de professores e a organização de suas entidades representativas, analisando trajetórias e protagonismos que foram contribuindo para a construção de uma identidade de trabalhadores, bem como possíveis engajamentos na vida política do país. Trata também sobre como essas lutas e anseios estiveram atrelados a interesses diversos, e como entidades de classe desenvolveram inúmeras articulações dentro de delimitações temporais específicas.

### 1.1 JUSTIFICANDO ESCOLHAS

Uma pergunta pode ser aqui colocada: por que pesquisar professores, e não metalúrgicos, trabalhadores de usinas açucareiras, ou outros trabalhadores urbanos, considerando-se que sobre estes existe ampla produção historiográfica em Pernambuco? Os caminhos que levam ao desenvolvimento de pesquisas são diversos, mas geralmente têm o potencial de expor alguma interação entre o sujeito e o objeto, expressando por vezes questões muito particulares sobre as escolhas realizadas. Compreendemos que em qualquer área ou campo de estudo, existem caminhos que podem ser percorridos em função de demandas sociais, científicas e interesses de cada pesquisador. A experiência, a perplexidade e até mesmo a

angústia, também podem levar a escolha de um determinado assunto de pesquisa.<sup>1</sup> A partir disso, passamos a delimitar, a circunscrever e determinar qual o aspecto que será destacado. Assim, concordamos que “a compreensão da história como uma prática social, onde o sujeito do conhecimento vive, no presente, situações com as quais se identifica e se compromete, induz à busca de diálogos com os sujeitos constituintes do processo histórico.”<sup>2</sup> Existe uma identificação de ordem pessoal com a categoria de trabalhadores analisada neste estudo, por conhecermos o seu universo de atuação, compreendendo através de vivências as dinâmicas de suas lutas diárias tanto no sentido da *prática docente*, quanto do *trabalho docente*<sup>3</sup>. Esse fator consistiu em uma das motivações pessoais para a pesquisa e pode ser considerado decisivo para o bom desenvolvimento da mesma, posto que pesquisar aquilo pelo que nos sentimos inquietos e atraídos é fundamental para que o processo de escrita, seja menos angustiante.

Contudo, sabemos que todo e qualquer estudo não pode se sustentar apenas em critérios de identificação pessoal e que a produção do conhecimento deve oferecer muito mais do que satisfação a quem pesquisa. Deve cobrir lacunas, esclarecer aspectos mais nebulosos em relação ao problema levantado, oferecendo uma contribuição efetiva para o amadurecimento de determinadas questões ligadas à temática, alcançando assim uma posição na qual possa ser considerada socialmente e academicamente relevante. Sendo assim, seguem algumas delimitações que nos ajudaram nesse propósito.

## 1.2 SUJEITOS DA PESQUISA, PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS

A categoria de professores aqui analisada, é pertencente à esfera pública da rede estadual de ensino de Pernambuco, tendo como seu *locus* de atuação a cidade do Recife, pois foi neste espaço que ocorreram as interações que permitiram a formação das primeiras associações de professores desta rede.

A escolha da rede estadual e não municipal ou privada deu-se por uma preferência pessoal devido ao fato de termos vivenciado uma trajetória estudantil no setor público de ensino e por termos lecionado no mesmo, sentido a necessidade de conhecer sobre as experiências

---

<sup>1</sup> RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1996.

<sup>2</sup> REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de destinos**: mulher e educação, São Paulo: 1910/20/30. São Paulo: EDUC, 1993, p.13.

<sup>3</sup> Vale aqui apresentar que prática docente se refere as ações ligadas à organização do ensino. As atividades pedagógicas de uma maneira geral. Já o trabalho docente se refere às questões ligadas ao mundo do trabalho em si: condições de trabalho, exploração, etc.

docentes que resultaram na formação de entidades representativas e o papel destas nas lutas pela valorização docente e educação de qualidade.

A associação de professores que analisamos consiste na APENOPE (Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco). Para melhor compreendermos as ações que esta entidade passou a desenvolver a partir da intensa participação dos professores no movimento grevista que ocorreu no final dos anos 1970 e da emergência do chamado “novo sindicalismo”, consideramos importante apresentar a dinâmica inicial da formação dessa associação, bem como o cenário social e educacional em que nasceu. Esta constitui-se em uma das contribuições deste estudo, considerando que as pesquisas que têm discutido o sindicalismo ou o associativismo pernambucano com um olhar para a perspectiva do “novo sindicalismo”, não têm realizado uma abordagem mais detalhada sobre aquilo que seria “o velho” sindicalismo ou associativismo, mais precisamente. Desse modo, esse olhar mais recuado temporalmente, nos permite compreender com maior clareza o quanto a entidade em análise foi afetada pelas novas situações da conjuntura social e política brasileira.

Nesta etapa do estudo, buscamos responder aos seguintes questionamentos: Qual o cenário social que impulsionou a criação da APENOPE? Que lacunas do associativismo pernambucano buscava preencher? Após sua formação, que importância efetiva representou para os professores no contexto em que foi criada, em 1967? No intuito de responder a estas perguntas, fomos levados a percorrer a trajetória do associativismo pernambucano, sendo necessário falar sobre a associação que existia antes dela: o Centro de Professores Primários de Pernambuco, abordando suas potencialidades, limitações e contribuições para as lutas docentes, considerando sua participação na formação de uma entidade de representação nacional, a CPB. Portanto, nossa pesquisa aborda cenários do associativismo pernambucano da rede estadual anterior ao período da greve de 1979. Só deste modo tornou-se possível perceber como foi se dando as experiências e discursos que foram contribuindo para a construção de uma identidade que apresentava o docente como trabalhador do ensino, revelando que a formação de identidades está ligada a fatores de ordem política, social e cultural e que estas são mutáveis.

Com as manifestações de 1979 no estado de Pernambuco, bem como a nova dinâmica de atuação da APENOPE a partir de alterações nos quadros da sua diretoria, a qual passou a assumir pautas e protagonismo diferenciados daquele existente desde a sua fundação em 1967, identificamos diversos momentos nos quais os professores e sua associação ficaram sob a mira da vigilância dos órgãos de repressão, indicando que passaram a representar uma ameaça ao que aquele regime compreendia por ordem e legalidade. Nessa fase da pesquisa, damos enfoque

ao período que vai de 1979, ano em que ocorreu a greve dos professores, até 1983, ano de formação da Central Única dos Trabalhadores. Alguns questionamentos conduzem esta parte do estudo: Que pautas, além daquelas mais corporativas, passou a defender? De que modo os novos engajamentos da Associação construíram uma imagem do professor que reforçava uma identidade de trabalhador? Qual a participação da APENOPE nos eventos que resultaram na formação da Central Única dos Trabalhadores?

Deste modo, temos como objetivo geral: Conhecer cenários da trajetória do associativismo pernambucano, buscando perceber suas transformações e a fragilização do discurso social que colocava a docência como sacerdócio desde a formação da primeira associação estadual, o CPPP. Os objetivos específicos consistem em: analisar a trajetória da Apenope e seu protagonismo após ficar sob a direção de militantes da greve de 1979; apresentar sua atuação em movimentos que criticavam diretamente o regime político e estrutura sindical, reconhecendo os professores como trabalhadores do ensino; analisar como contribuiu para a construção de um órgão de representação nacional dos trabalhadores.

Por mais que o debate que aqui seja realizado esteja voltado para um período recente da história<sup>4</sup>, sabemos o quanto nossa sociedade em sua dinâmica de constantes renovações e avanços, tem uma tendência a apagar as memórias. Portanto, consideramos que muita coisa ainda deve ser discutida, eliminando-se, assim, os perigos do esquecimento e colocando-se em evidência questionamentos que possam potencializar as leituras do nosso tempo presente, no que se refere a esses trabalhadores e suas entidades representativas, personagens agentes da história.

Dessa forma, buscamos expressar o quanto acreditamos no papel do historiador na luta contra o esquecimento e no papel da memória como “um direito, um dever, uma arma”<sup>5</sup>, reforçando, assim, as contribuições sociais deste estudo.

### 1.3 PRODUÇÕES SOBRE AS ASSOCIAÇÕES DOCENTES E UM OLHAR SOBRE PERNAMBUCO

Tratar sobre trabalhadores do funcionalismo público, especificamente professores e suas entidades representativas não é tarefa das mais fáceis. Embora nas últimas décadas tenha ocorrido um crescimento das pesquisas ligadas a estes, ainda é uma temática considerada incipiente no campo da história da educação. Héliida Lança e Carlos Bauer afirmam que no

---

<sup>4</sup> Este estudo percorre trajetórias, que levam a compreender o período de 1979 a 1983.

<sup>5</sup> HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 41.

geral, os estudos em história da educação têm dado ênfase a temas como “a política e a legislação educacional, às reformas educacionais, ao currículo e seus desdobramentos, ao escolanovismo e seus artífices, às instituições escolares ou à gestão de determinado governo”<sup>6</sup>, de modo que o associativismo e sindicalismo em educação ainda são objetos de análise que carecem de maior atenção por parte da historiografia educacional. A questão fica ainda mais intensa quando identificamos que nos programas de pós-Graduação em História o tema é ainda menos discutido, mesmo quando se tem vasta produção sobre a classe trabalhadora e sindicalismo, os trabalhadores da Educação não têm sido comumente objeto de análise.

Em 2009, foi criada a rede ASTE (Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação). Desde então, tem sido realizados congressos anuais reunindo pesquisadores das ciências humanas e sociais do Brasil e de outros países, que têm interesses no estudo da atividade associativa e sindical em Educação, buscando fortalecer perspectivas teórico-metodológicas quanto a esta temática.

A partir da participação em eventos promovidos pela Rede, bem como da leitura de dissertações e teses ligadas ao tema, compreendemos como as lutas docentes, seja do passado mais distante ou recente, possuem histórias comuns, mas ao mesmo tempo com muitas particularidades. Algo que também foi possível observar, é que muitos pesquisadores desenvolveram seus trabalhos em programas de pós-graduação em Ciências Sociais ou mais comumente em Educação. Este espaço parece ter certa predominância quando falamos na quantidade de pesquisas ligadas a associativismo e sindicalismo em Educação, dando ênfase a questões ligadas às categorias analíticas específicas como identidade e discutindo a natureza do trabalho docente. Para fins de maior delimitação, apontamos que nesta tese temos a História como disciplina que é seu eixo central, dialogando com estudos por vezes situados no campo da sociologia e pesquisas em Educação, fortalecendo a compreensão sobre a dinâmica da sociedade em determinado período.

É importante ressaltar que, de modo geral, as produções quanto a essa temática partem de diversos recortes temporais, apoiando-se em parâmetros metodológicos da Educação, tais como as metodologias de observação participante ou não, estudos de caso, pesquisa etnográfica e pesquisa histórica.

---

<sup>6</sup> LANÇA, Héliida; BAUER, Carlos. O associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores da educação como objeto de estudos históricos educacionais. In. BAUER, et. al. (Orgs). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. Jundiaí, Paco: 2019, p. 189.

Sobre as associações docentes de Pernambuco, há ainda um conjunto pequeno de estudos distribuídos em dissertações, em sua maioria situadas nos Programas de Pós-Graduação em Educação. Analisando estas produções, bem como a trajetória acadêmica de seus autores, observamos que a maioria deles realizou sua formação inicial em História, mas desenvolveram suas pesquisas em Programas de Pós-Graduação em Educação. Embora saibamos que tenham utilizado as abordagens metodológicas típicas do trabalho historiográfico, esse afastamento das esferas institucionais da área de História contribui para que se crie uma visão superficial de que o movimento docente, o sindicalismo ou o associativismo não são objeto de estudo de historiadores. Ou ainda que a historiografia que gira em torno da Educação e seus trabalhadores se ajusta mais no campo da Educação e não da História. Compreendemos que isso não diminui o mérito e a contribuição de tais estudos para a historiografia, bem como o fato de que estas pesquisas têm fortalecido o entendimento de que existe um “mundo do trabalho” fora das fábricas. Assim, vamos elencar os estudos produzidos até o momento.

A dissertação do professor/historiador Edson Tenório Silva, defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Educação UFPE, com título “Educação, tempo livre e lazer nas associações docentes de Pernambuco na segunda metade do século XX”, busca entender como as “atividades recreativas e culturais contribuíram para que os professores pernambucanos tivessem uma participação social ativa na luta pelos seus direitos e como influenciaram na formação do SINTEPE”<sup>7</sup>. O autor aborda a formação do CPP, bem como a relação que estabeleceu com a APENOPE. Analisando a forma de atuação do associativismo pernambucano, pontua a diferença entre a atuação de uma associação e de um sindicato, destacando que a partir da formação do SINTEPE a ênfase das atividades estava “na defesa dos interesses econômicos dos seus sócios”<sup>8</sup>, algo que para o autor aparecia de forma genérica nas associações.<sup>9</sup>

Em 2012, a dissertação de mestrado de Jannaiara Barros Cavalcante, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, tendo como título: “Sindicalismo docente: a luta dos professores da rede pública estadual no Recife no período da transição democrática”, analisa o movimento da greve de 1979 e questões ligadas à conjuntura política brasileira. O

---

<sup>7</sup> TENÓRIO, Edson. **Educação, tempo livre e lazer nas associações docentes de Pernambuco na segunda metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGE, UFPE, Recife, 2011. p.7

<sup>8</sup> *Ibid*, p.101.

<sup>9</sup> Discordamos deste autor quando apresenta que essa defesa de interesses econômicos era genérica. No caso da Apenope, mesmo durante os anos iniciais de existência, essa busca por melhores condições econômicas era recorrente, o que será demonstrado nos capítulos seguintes.

estudo não estabelece relações com eventos e conjunturas anteriores a esse período, mas de maneira superficial faz uma discussão sobre identidade docente. Utiliza, também, aportes teóricos gramscianos como o conceito de intelectual orgânico para analisar a atuação das novas lideranças da associação quando da mudança da diretoria.

No Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, identificamos a dissertação do professor/historiador Max Rodolfo Roque da Silva, defendida em 2014 intitulada “As lutas dos professores da rede pública estadual em Pernambuco: o novo sindicalismo e a formação do Sintepe”. Tendo como ponto de partida a greve de 1979 e uma abordagem historiográfica, o autor busca analisar as experiências de luta dos professores, como estes foram construindo uma identificação enquanto classe de trabalhadores em educação, cuja efetivação se deu via formação do SINTEPE.<sup>10</sup> Além disso, busca compreender quais as possibilidades da utilização de aporte teóricos thompsonianos para a historiografia da educação.

Henrique José Gonçalves R. Trindade, graduado em Pedagogia, defendeu em 2016 sua dissertação no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, tendo como título “Histórias de vida de docentes que se tornaram sindicalistas”. Como o título de sua obra sugere, sua intenção não é uma discussão sobre a formação e atuação das associações docentes, mas uma abordagem de trajetórias individuais de professores e como suas experiências os levaram ao mundo sindical. O autor utilizou metodologias do campo da Educação, bem como uma abordagem historiográfica na perspectiva da Nova História.

A dissertação do historiador Cícero Albuquerque de Souza, tem como título: “Retratos de Professores: associativismo docente em Pernambuco (1979-1982)” e foi defendida em 2016 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em Lisboa. Investigou o cotidiano de vida dos professores da rede pública “tendo como questão de partida saber como se deu a mobilização conhecida por “novo sindicalismo”. O marco temporal inicial do trabalho recai sobre o período da greve de 1979, embora o autor apresente elementos de parte da trajetória da APENOPE antes desse período. A ênfase do estudo consiste em analisar a relação dos professores com os discursos produzidos pelos órgãos oficiais como a Secretaria de Educação e pela imprensa pernambucana especificamente através de charges. O autor buscou demonstrar

---

<sup>10</sup> SILVA, Max Rodolfo Roque da. **As lutas dos professores da rede pública estadual em Pernambuco: o novo sindicalismo e a formação do SINTEPE**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPE, Recife, 2014, p. 8.

que a forma como os professores sofreram “influência dos discursos produzidos pela imprensa”, possibilitou “uma postura reivindicativa mais agressiva”.<sup>11</sup>

A dissertação mais recente foi defendida em 2020 por Marcos Antônio H. Nascimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco, tendo como título: “O Novo Sindicalismo e a Atuação dos Professores de Pernambuco durante o Regime Civil-Militar: Educação, Greves e Resistência (1979-1985). Intensamente ancorado em aportes teóricos e metodológicos do campo da História, Nascimento discute “o papel dos sindicatos e dos professores na luta por direitos durante o período da redemocratização no Brasil” reforçando ao mesmo tempo a “importância da classe dos professores no processo de desenvolvimento do sindicalismo brasileiro”.<sup>12</sup> O estudo ainda enfatiza a relação entre o SINPRO e a APENOE, trazendo de forma breve elementos de suas trajetórias.

Como podemos observar, tem havido um interesse pelas associações de professores, seu modo de atuação até a formação do sindicato propriamente dito. Esta tese pretende somar a esses trabalhos, à medida que traz uma discussão dos momentos anteriores ao período da greve de 1979, visando perceber as características do associativismo existente bem antes da formação da APENOE e da mudança de sua atuação a partir da entrada de nova diretoria.

#### 1.4 FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA

Para trazermos aqui a máxima positivista, é inegável que sem documentos não há História. Para além disso, acreditamos que o “documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade”<sup>13</sup>. Assim, estabelecendo diálogos com o passado e relacionando nossa subjetividade atual com a subjetividade pretérita, buscando cuidadosamente escutar os ecos desse passado e atribuir também significado aos seus silêncios, buscamos organizar nossa composição historiográfica a partir do seguinte corpus documental: compõe-se dos jornais da grande imprensa pernambucana, Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio e Diário da Manhã. No decorrer da pesquisa, fomos surpreendidos com a pandemia da Covid-19. Essa nova realidade, ao mesmo tempo em que nos trouxe grandes dificuldades no processo de pesquisa, nos proporcionou

---

<sup>11</sup> SOUZA, Cícero Albuquerque de. **Retratos de professores: associativismo docente em Pernambuco (1979-1982)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2016, p. 5.

<sup>12</sup> NASCIMENTO, Marcos Antônio H. **O novo sindicalismo e a atuação dos professores durante o regime civil-militar: educação, greves e resistência: (1979-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, UNICAP, Recife, 2020, p. 7.

<sup>13</sup> KARNAL, Leandro. TATSCH, Flávia Gali. Documento e História: a memória evanescente. In. PINSK, Carla B.; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 21

conhecer espaços digitais de preservação da memória. Passamos a utilizar a Hemeroteca Digital<sup>14</sup> da Biblioteca Nacional, que nos foi de grande ajuda, pois uma vez que o APEJE se encontrava fechado para visitantes, através dessa plataforma pudemos continuar consultando as edições do Diário de Pernambuco em sua versão digital. Também foi possível a consulta de jornais como *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, e *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Esses nos permitiram ter acesso a eventos ligados à organização dos professores em congressos nacionais que tornaram possível a interação entre associações de professores de diversos estados e a construção de uma entidade nacional de representação docente.

Através do site da Companhia Editora de Pernambuco- CEPE, consultamos a coleção do jornal *Diário da Manhã* em seu formato digital. Mais um jornal da imprensa pernambucana que nos permitiu melhor compreender as experiências de luta dos professores, a atuação das entidades de classe e os olhares lançados ao movimento docente.

Outro acervo digital de grande importância foi o do Sistema de Informação do Arquivo Nacional- SIAN, com a utilização do fundo Serviço Nacional de Informação - SNI. Através dos materiais produzidos por esse órgão de repressão, obtivemos diversos relatórios elaborados por agentes de vigilância, os quais apresentam o monitoramento da APENOPE a partir do momento em que novos protagonistas ocuparam a direção da mesma em 1979. A associação passou a ser apresentada como tendo elementos “*esquerdistas*” infiltrados. O material é revelador das ações de vigilância e repressão, numa atmosfera social em que as forças da ditadura no poder buscavam se dizer defensoras de liberdades democráticas.

Em certo momento do período pandêmico, o acervo do Departamento de Ordem Política e Social - DOPS-PE, pode ser consultado no APEJE, seguindo protocolos de segurança. Tanto esse acervo quanto o do Serviço Nacional de Informação - SNI, consistem o que chamamos de arquivos da repressão, aqueles que foram produzidos “pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não democráticos”<sup>15</sup>. Consultamos relatórios e fichas pessoais, buscando estar atentos às abordagens metodológicas direcionadas para compreensão da fonte em seu contexto e o cruzamento das informações com outras fontes, a fim de fortalecermos nossa leitura sobre a perseguição ao movimento de professores,

---

<sup>14</sup> Nas citações ao longo do trabalho, ao utilizarmos os jornais acessados através Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, apontaremos o lugar social da fonte com o termo BNDigital.

<sup>15</sup> BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In. LUCA, Tânia Regina de; PINSK, Carla B. (Orgs) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 177.

assumindo ao mesmo tempo o compromisso social de desconstrução de visões negacionistas quanto à ditadura vivida em nosso país.

A partir de iniciativas que visam preservar a memória dos trabalhadores, pudemos ter acesso à plataforma digital<sup>16</sup> do Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores. Esse centro foi criado em 1999 com a intenção de recuperar, organizar e preservar a documentação produzida ao longo de todas as atividades e experiências que envolviam as querelas do mundo do trabalho. Nesse acervo, tivemos acesso a uma série de resoluções referentes a congressos nacionais da classe trabalhadora e plenárias organizados pela CUT no de 1981 até 1988. As demandas apresentadas eram de interesses diversos e muitas delas relacionadas com as questões políticas próprias da época.

Dentre o que foi analisado, é possível destacar pontos ligados especificamente aos servidores públicos, tais como: reajuste semestral do salário mínimo de acordo com o custo de vida, décimo terceiro salário para os estatutários, um novo estatuto para os servidores públicos e reivindicações direcionadas ao direito de sindicalização. Esses pontos estavam previstos no Programa de Lutas de 1983, e passaram a estar presentes também nos congressos posteriores realizados pela CUT, “misturando demandas de caráter trabalhista com outras de reforma social mais radical”.<sup>17</sup>

No que se refere aos jornais de grande circulação, sabemos que o trabalho com impressos exige sempre muita cautela. Temos consciência de que a escrita da história por meio de jornais não é tarefa fácil. Como certa vez colocou José Honório Rodrigues, temos um espaço no qual se encontra “a mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso”.<sup>18</sup> Apesar dessa complexidade, procuramos estar atentos às prováveis influências que se exerceram sobre os órgãos de informação abordados, relacionando tais materiais com outras documentações e relatos de memória, a fim de realizar não necessariamente uma complementação, pois os jornais sejam eles da grande imprensa ou os periódicos dos professores são confrontados, buscando assim construir nossa narrativa na relação objetividade e subjetividade, e expressando em nossa abordagem que as palavras, linhas e textos não estão desvinculados da realidade, posto que a imprensa registra os “embates na arena do poder”.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> O acervo pode ser consultado através do site <http://cedoc.cut.org.br/>

<sup>17</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 7.

<sup>18</sup> Apud LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In. PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 116.

<sup>19</sup> *Ibid*, p. 119

Além dos impressos de grande circulação obtidos nos acervos físicos ou digitais, utilizamos os jornais dos órgãos de classe do magistério: *Jornal do Professor* e *APENOPE em Notícias*, os quais se encontram sob a guarda do Arquivo Público Jordão Emerenciano.

O *Jornal do Professor* era o veículo informativo do Centro de Professores de Pernambuco. Foi possível encontrar alguns exemplares também nesse Centro, que atualmente funciona somente como espaço recreativo. Tanto o *Jornal do Professor*, quanto o *APENOPE em Notícias* são documentações que se apresentam de forma um pouco dispersa. Isso porque quando da sua análise, observamos que eram publicações mensais, e nem todos os meses referentes aos anos enfocados nessa pesquisa são contemplados nos arquivos pesquisados. De toda forma, o material possibilita inúmeras reflexões direcionadas às abordagens deste estudo, sendo fundamental para ser analisado em conjunto com os jornais da grande imprensa e os relatos de memória.

Sobre o jornal do Centro dos Professores de Pernambuco, no APEJE encontram-se disponíveis edições de 1955, ano em que foi criado o jornal, a 1962. De acordo com informações contidas em uma espécie de livreto produzido pelo CPP, esse jornal teria tido uma circulação semelhante aos jornais da grande imprensa pernambucana, até 1963. Anos depois as diretorias do Centro passaram a publicá-lo em uma menor dimensão.

Este acervo foi fundamental para que pudéssemos visualizar os movimentos do associativismo pernambucano, à medida que nos permitiu conhecer as características deste associativismo antes da formação da APENOPE e durante parte de sua trajetória. Traz questões muito relevantes sobre a origem da entidade, a qual foi fundada em 17 de fevereiro 1951 pela professora Maria Elisa Viegas. Em 1955, o CPP contava com 90% do professorado primário da época como associado.<sup>20</sup> Essa fonte permitiu visualizar aproximações e distanciamentos entre esses dois órgãos, bem como as correntes políticas as quais estavam ligados. Além disso, apresenta vários elementos que expressam a construção da imagem do professor. Isso, para nós, tem grande significado, considerando que no que se refere à elaboração de identidades, existem vários agentes sociais que direta e indiretamente acabam sendo responsáveis por ela.

Outras edições deste jornal correspondem as décadas de 1970 a 1990. Estão arquivadas no próprio CPP e apresentam elementos ligados a toda a dinâmica social de um período caracterizado por situações de tensão, reivindicações, diálogos e ações governamentais que geravam descontentamento. Embora este Centro de Professores tenha sido criado para

---

<sup>20</sup> *Jornal do Professor*, Recife, mai/ago de 1983. (CPP).

representar unicamente os professores primários, isso não nos impediu de considerar que existiam demandas que atingiam todos os níveis da categoria docente. Dessa forma, o *Jornal do Professor* foi importante no decorrer de nossas análises.

Com relação ao jornal veiculado pela APENOPE, inicialmente existiam boletins informativos, os quais em 1971 passaram a ser chamados também de *Jornal do Professor*. Essa alteração, em pouco tempo gerou certa confusão, pois *Jornal do Professor* era o nome dado ao veículo informativo do Centro de Professores de Pernambuco. Portanto, foi necessário posteriormente que a entidade apresentasse uma nota comunicando que, devido ao fato de ter sido questionada quanto ao nome do jornal, o mesmo passaria a ser chamado de APENOPE em Notícias, para assim não ser confundido com o do CPPP. O objetivo do jornal era “promover uma maior integração” entre a associação e a “classe” dos professores.

No jornal da APENOPE, solicitava-se que os professores fossem colaboradores enviando textos que pudessem contribuir com as edições do jornal. Frequentemente na seção de Cartas à redação publicavam-se textos afirmando o seguinte: “Caro professor, esse jornalzinho é seu. Disponha dele. Escreva-nos dando suas notícias. O que for julgado de importante para o professorado em geral, estaremos prontos a publicar numa coluna que reservaremos para esse fim”.<sup>21</sup> Além disso, a ideia era apresentar uma visão panorâmica das atividades desenvolvidas por aquele órgão.

Este jornal, de acordo com quem estava à frente da associação, possuiu direcionamentos diferenciados, como podemos observar na trajetória da entidade. Em suas primeiras edições notamos tom de maior conciliação em relação ao governo do estado, ou afirmações que indicavam que a Apenope foi fundada com o intuito de colaborar com o governo naquilo que fosse possível “na resolução dos problemas do professorado”. Dentro do contexto de outro grupo gestor, e no auge do discurso do chamado novo sindicalismo, não existia essa perspectiva de conciliação nos textos apresentados no jornal, e isso permite compreender como os veículos de informação são intensamente permeados por expressões que permitem, ora de maneira transparente e escancarada, ora de maneira sutil, perceber as relações de coerção e consenso estabelecidos no período analisado, bem como certas aproximações com tendências políticas.

Além das fontes e arquivos mencionados, para nossa composição historiográfica fizemos uso, em menor intensidade, de relatórios da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, que foram publicados na gestão do Governador Marco Maciel (1979-1982) e que

---

<sup>21</sup> *Jornal do Professor*. Recife, agosto de 1971 (APEJE).

estão disponíveis no acervo da Biblioteca Pública do estado de Pernambuco. Nele observamos quais eram as políticas direcionadas aos espaços educacionais e, conseqüentemente, aos professores, diante de um momento onde foram expostas tantas demandas e realizados tantos “diálogos” ou negociações. De maneira mais transversal e para compor informações ligadas a realidade educacional do estado, nos capítulos iniciais fizemos uso de anuários estatísticos do IBGE e revistas do INEP, presentes em seus respectivos arquivos históricos digitais.

### 1.5 OS RELATOS DE MEMÓRIA

Lembranças, esquecimentos, sentimentos, são elementos que são mobilizados quando operamos com a metodologia da história oral. Sabemos que ela é “voltada à produção de narrativas como fonte de conhecimento, mas principalmente do saber”<sup>22</sup>. Nos apoiamos nessa metodologia a fim de podermos acessar momentos do passado possíveis apenas através de sujeitos que viveram as angústias e expectativas de uma época. Tivemos acesso às trajetórias de vida, vivências individuais e coletivas de professores, reinterpretadas à luz do presente. Reforçamos assim que:

a memória permite a relação do corpo presente com o passado, e ao mesmo tempo interfere no processo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva, ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.<sup>23</sup>

A posição que assume esta metodologia nesta pesquisa, não se vincula a uma mera complementação das fontes escritas, posto que assim estaríamos de alguma forma diminuindo sua riqueza e importância. Como nos aponta Cardoso:

Longe de ser um recurso que possibilita conhecer o que os documentos escritos não dizem, ou incorporar dados até então conhecidos sobre determinado assunto, as narrativas orais permitem compreender experiências sociais compartilhadas em tempos cruzados, ou seja, o do acontecido e o do relato [...]<sup>24</sup>

Atentos a essa realidade, buscamos seguir as orientações com relação à realização da História Oral, organizando três momentos essenciais: o preparo, a realização e o tratamento da fonte.

<sup>22</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. In. Revista da Associação Brasileira de História oral, n. 6, jun.2003 São Paulo, p. 23.

<sup>23</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 47.

<sup>24</sup> CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **Nos caminhos da História social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador**. História & Perspectiva, n. 42, p. 31-48, jan/jun. 2010, p. 2.

No que se refere ao preparo, optamos pela entrevista temática, considerando que buscamos analisar as experiências dos professores ligadas à organização do movimento grevista de 1979 e seu protagonismo no interior da APENOPE. Nesse percurso, não desconsideramos a suas histórias de vida, uma vez que também nos ajudaram a compreender a temática.

No momento da realização, demos preferência para roteiros formados por perguntas abertas, a fim de deixarmos os entrevistados mais confortáveis e ao mesmo tempo evitarmos respostas muito objetivas. Em alguns momentos fizemos usos de jornais e imagens a fim de estimularmos as lembranças dos entrevistados quanto aos acontecimentos vividos.

Após o procedimento de preparo e realização das entrevistas, optamos pela transcrição das mesmas. Embora tenha sido um trabalho que demandou dedicação e paciência, conforme nos ensina Alberti,<sup>25</sup> foi feito com a intenção de termos melhor acesso e facilitar a análise quanto à fonte produzida.

Ao empregarmos esta metodologia, além dos desafios próprios da mesma, tivemos que fazer uso de plataformas como o google meet para realização de alguns encontros. Contudo, esse formato de contato não impediu de alcançar o resultado necessário para fortalecermos uma historiografia sobre o movimento associativista docente.

Por fim, cabe que afirmemos que o trabalho com a memória, seja a memória contida nos textos, seja a da oralidade, consiste em antídoto do esquecimento. Sendo assim, são espaços de poder, como afirma Le Goff. Pois esquecimentos e silêncios da história, podem ser reveladores de mecanismos de manipulação.<sup>26</sup>

Considerando a atual conjuntura política do nosso país, os projetos direcionados à educação e as imagens negativas que têm sido elaboradas sobre professores, é mais do que nunca necessário que recorramos ao passado na busca por escrever uma história que não somente seja inspirada em motivos científicos, mas também didáticos e educacionais, à medida que queremos, respectivamente, aprender lições com esse passado, nos orientarmos no tempo e compreendermos determinadas dinâmicas da história.

## 1.6 DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

---

<sup>25</sup> ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In. PINSK, Carla B. (Org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 181.

<sup>26</sup> LE GOFF. Jaques. Memória. In. \_\_\_\_\_ **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p. 422.

O presente texto está estruturado em 6 capítulos, contando esta introdução como capítulo 1. O capítulo 2, tendo como título “Associações docentes: uma abordagem sobre configurações que levaram ao seu surgimento”, consiste em um capítulo mais bibliográfico e explicativo. Buscamos possibilitar a compreensão de que a organização das associações docentes em nossa história não é recente e que ela esteve muito vinculada com a própria organização da educação brasileira, bem como ao desenvolvimento de políticas educacionais que visavam de certo modo atender às necessidades de um país que passava por um processo de fortalecimento do cenário urbano e industrial. Apresentamos que a expansão do sistema de ensino, especificamente do ensino primário, possibilitou a formação das primeiras associações de professores em todo o país, a partir de finalidades que podiam envolver busca por profissionalização, recreação e as primeiras discussões referentes a melhores condições de trabalho para os professores. Outro ponto abordado está ligado à configuração da estrutura sindical brasileira e os entendimentos que fizeram com que os trabalhadores públicos ficassem à margem dessa estrutura, impedidos assim de se organizarem em sindicato.

No capítulo 3- “O ponto inicial das associações de professores em Pernambuco”, desenvolvemos uma discussão mais específica sobre o Centro de Professores Primários de Pernambuco, apontando cenários educacionais das primeiras décadas republicanas que estimularam a formação dessa associação. Nesse capítulo chamamos a atenção para a atuação de personagens específicos como a professora Maria Elisa Viegas de Medeiros, mulher que desempenhou funções na Secretaria de Educação do Estado ao mesmo tempo que conduziu o CPPP, sendo figura fundamental para implantação e consolidação da entidade nos anos 1950 e para formação da Confederação dos Professores Primários do Brasil – CPPB nos anos 1960. Buscamos demonstrar como foram ocorrendo as primeiras experiências associativas, o potencial e limitações de um associativismo fora de um perfil mais dinâmico e que reforçava a imagem do magistério dentro de uma perspectiva missionária e abnegada. A apresentação desse perfil da associação é fundamental para compreendermos a realidade que impulsionou a formação da APENOPE como entidade que buscou preencher uma lacuna do associativismo, considerando que não havia uma representação para os professores do nível médio de ensino. Ao mesmo tempo, também nos permite compreender quais os reais avanços com relação às práticas associativistas.

No capítulo 4, “Outros contextos e personagens: a formação da APENOPE”, trazemos o contexto educacional que impulsionou a formação de uma entidade voltada para a representação dos professores de nível médio de ensino. Apresentamos um conjunto de

personagens que foram responsáveis pela formação da associação que nasceu com a sigla de Associação dos Professores de Nível Médio Oficial de Pernambuco - APEMOPE. Infelizmente, os jornais foram as únicas fontes que conseguimos mapear, uma vez que não conseguimos contactar com os professores que se articularam e fizeram em 1967 o registro da entidade em cartório. Nos inteiramos apenas que muitos haviam falecido. De todo modo, consideramos que apesar das limitações, tudo que foi apresentado nesse momento do trabalho, proporciona uma maior compreensão sobre a história da entidade, que basicamente é retratada a partir de 1979 nas produções acadêmicas existentes sobre a mesma. Dando sequência às discussões do capítulo, trazemos as orientações da associação sob a direção de Leônidas Fernandes de Lima, destacando o fato de que no período de sua gestão a entidade tinha uma postura de apoio à ditadura existente, indo na contramão de toda a ebulição social que vinha ocorrendo na sociedade, seja em relação aos movimentos democráticos ou ao movimento de trabalhadores no geral.

Uma vez tendo sido apresentado como se configurava a APENOPE antes de 1979, no capítulo 5, intitulado “Transições: a greve de maio de 1979 e seus desdobramentos”, apresentamos a dinâmica da greve, dando destaque para o protagonismo de professores na busca por melhores condições de trabalho e salário. Nesse capítulo, podemos verificar que os meios de comunicação faziam duras críticas ao movimento dos professores, visando acabar com qualquer tipo de apoio que este pudesse receber da população. Em contrapartida, professores organizados em torno do Comando Geral de Greve- CGG, faziam diversas campanhas na busca de maior adesão do magistério, assim como do apoio popular. Damos destaque às ações promovidas pelo CGG, uma vez que a APENOPE, sob a gestão de Leônidas, efetivamente não apoiou o movimento de professores, desautorizando que o nome da entidade fosse utilizado pelos mesmos. A atuação dos professores os colocava no âmago do mundo do trabalho, possibilitando uma imagem pouco mais distante da ideia de sacerdócio, que ainda era tão presente em meio ao professorado.

No capítulo 6, “Eleições da APENOPE”, é possível perceber que a dinâmica da greve de 1979, se não trouxe as respostas mais satisfatórias por parte do governo estadual, impactou no processo de eleição da associação. Abordamos como se deram as eleições, os conflitos que a envolveram e os novos sujeitos que assumiram a direção da entidade. A partir desse momento, ela passou a ficar na mira da vigilância dos órgãos de repressão, que a colocavam como sendo uma entidade dominada por “elementos esquerdistas”. Sob a nova direção, a APENOPE desenvolvia uma militância que se organizava a partir de encontros e congressos da classe

trabalhadora, promovendo discussões que produziam e reforçavam uma imagem do professor enquanto trabalhador, reivindicando ainda nos primeiros anos da década de 1980, que estes pudessem se organizar em sindicatos, assim como os demais trabalhadores. Pudemos concluir que o debate que colocava o professor como trabalhador e exigia o direito de sindicalização ocorreu muito antes da Constituição de 1988 ou do processo de unificação que resultou no atual Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco - SINTEPE - em 1989. Esse debate passou a ter visibilidade com as experiências vivenciadas por uma APENOPE que assumiu uma postura mais participativa, engajada com as questões políticas e sociais de seu tempo, contribuindo para a intensificação da imagem do professor enquanto trabalhador do ensino, criando não rupturas mas fissuras significativas em uma perspectiva missionária da docência, a qual fez durante certo período parte da essência do associativismo docente pernambucano, e que ainda nos dias atuais é possível identificar em meio aos professores.

Acreditamos que este trabalho possa ser um espaço que permita estimular novos debates quanto ao movimento associativista docente e as lutas dos trabalhadores do ensino, contribuindo para o fortalecimento de uma historiografia que cada vez mais pensa a classe trabalhadora em suas especificidades e diversidade.

## 2 ASSOCIAÇÕES DOCENTES: CONFIGURAÇÕES QUE LEVERAM AO SEU SURGIMENTO

*A criação e o funcionamento dessas entidades remetem para uma dimensão coletiva da docência, pois, (...) contribuem para produzir e veicular as representações do grupo a respeito do seu trabalho.*

*Vicentini e Lugli*

Compreendemos que a história do Brasil é marcada por conjunturas sociais e políticas que foram capazes de impulsionar a organização de diversos segmentos de trabalhadores, tanto no cenário urbano como rural, com o intuito de defenderem interesses ideológicos, políticos, materiais, profissionais. Assim, os professores também se inserem nesse cenário. Diversos interesses inspiraram o associativismo docente, possuindo diferença entre sindicalismo de professores do funcionalismo público propriamente dito, que só veio existir de fato e de direito com a Constituições de 1988.

Consideramos interessante apresentar um pouco sobre os interesses e características das associações docentes brasileiras para que se compreenda de maneira mais detalhada a trajetória do associativismo docente pernambucano, buscando entender como esse contribuiu para a construção de certa identidade docente sempre em processo flexível, mutável, ora limitado ora potencializado pelas conjunturas de cada período. A análise que apresentamos nesta parte do trabalho, tem o propósito de situar as entidades representativas docentes no tempo, uma vez que falar em associação docente não é algo que soa tão familiar quando comparado ao movimento sindical de diversas outras categoriais de trabalhadores que possuem uma historiografia bastante consolidada.

### 2.1 TRAJETÓRIAS

A configuração de associações docentes no Brasil não é algo recente. É possível apontar sua existência desde o início do século XIX.<sup>27</sup> Contudo, só na segunda metade deste século, devido a uma maior ampliação e organização do campo educacional, afetando e redefinindo a

---

<sup>27</sup> VICENTINI, P. P; LUGLI, R. **História da profissão docente no Brasil**. São Paulo: Cortês, 2009. Nessa obra as autoras fazem um breve levantamento de associações docentes que existiram ao longo do século XIX, citando inclusive o Grêmio dos Professores Primários de Pernambuco, criado em 1879.

docência enquanto profissão, foi que as associações docentes passaram a se constituir na forma mais legítima de organização dos professores.

Nas associações existiam regras e interesses partilhados por todos, formas de convivência específicas que revelavam elementos da vida docente cotidiana. Nesses espaços de sociabilidade, foram se reforçando e/ou construindo identidades diversas sobre o ser professor, contribuindo ao mesmo tempo para a identidade coletiva e mutante do professorado. Além disso, existiram ações desenvolvidas pelas associações que foram desde perspectivas de um atendimento mais individual, até aquelas com caráter de fato mais coletivo, geralmente ligadas ao confronto com as autoridades políticas vigentes em defesa do professorado como um todo.

Vale pontuar que as associações não devem ser percebidas como uma espécie de gênese dos sindicatos e que não são um fenômeno exclusivo do século XIX. Simultaneamente ao processo de organização da educação brasileira, foram ocorrendo iniciativas ligadas à organização dos professores, congregando finalidades e interesses específicos.

Para Xavier, o surgimento das associações indica não só processos de mudança social, como revelam as relações entre os poderes “constituídos e intermediários, entre instituições herdadas e novas aspirações, entre ideais coletivos e tensões singulares”.<sup>28</sup> No decorrer das primeiras décadas do século XX, conforme foi ocorrendo uma maior organização do campo educacional e ampliação das instituições de ensino, inseridas no contexto das políticas de alfabetização, paralelamente a esse movimento foi ocorrendo um engajamento dos professores, buscando melhorias tanto no aspecto profissional como social-econômico. Sobre essa questão, Lugli e Vicentini nos apresentam que:

A movimentação dos professores na defesa dos seus interesses corresponde a um aspecto central na estruturação do seu espaço profissional. Isto porque envolve as iniciativas empreendidas pela categoria para conquistar a possibilidade de se manifestar a respeito do seu trabalho, procurando interferir não só nas tentativas de definir os saberes, as práticas e os valores que lhes são próprios, mas também no processo de organização dos sistemas de ensino em que são estabelecidas as condições para o exercício da profissão (inclusive em termos de reconhecimento financeiro e simbólico). Tais iniciativas de modo geral, resultam na criação de entidades: associações ou sindicatos, constituídas em função de seus diversos segmentos ou das redes onde atuam e que passam a disputar a posição de porta-voz da categoria (grifos nossos).<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> XAVIER, Libânia. **Associativismo docente e construção democrática**. RJ: UERJ, 2013, p. 60.

<sup>29</sup> VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário S. G. Associativismo docente no Brasil: configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970. In. DAL ROSSO, Sadi. (Org.) **Associativismo e sindicalismo em educação**. Brasília: Paralelo, 2015, p. 173.

Manifestar-se a respeito do trabalho, é a ação central para o surgimento dos vínculos, do relacionar de interesses, das trocas de experiências. Esse processo foi ocorrendo com ênfase nas esferas estaduais, que tiveram grande responsabilidade na organização das instituições primárias de ensino. Aqui cabe reforçar a ideia comum entre todos aqueles que se dedicam ao estudo de alguma organização de trabalhadores: uma coisa é falarmos sobre as bases, outra é a militância organizada que representa essas bases. O movimento de professores reflete essa mesma realidade. As partes não podem ser percebidas como totalidade, mas é compreensível que exista nas partes elementos da totalidade. Dessa maneira, ao discutirmos sobre a organização de associações de professores e seus protagonismos, estamos trazendo à tona não só aspectos ou elementos do protagonismo das associações e seus engajamentos políticos, mas também elementos que revelam o cotidiano dos professores enquanto trabalhadores e suas principais demandas, quer estejam ou não associados a alguma entidade.

As primeiras décadas do século XX foram de muitas mudanças referentes ao campo político e à conjuntura social brasileira. Experimentamos transformações econômicas e um processo de urbanização crescente.<sup>30</sup> Atrelado a esse movimento, existiu uma reorganização do mundo do trabalho. A educação passou a assumir certa centralidade no que se refere ao ordenamento social. Dessa forma: “a crença na educação, compartilhada por setores expressivos da intelectualidade brasileira, embasou projetos e ações que mobilizaram uma multiplicidade de sujeitos e espaços, em meio aos quais se situa a escola e seus atores”.<sup>31</sup> Em diversos estados brasileiros foi ocorrendo a organização de entidades que buscavam atender interesses profissionais dos professores, prestar algum tipo de assistência à categoria em função da ausência de políticas estatais, dando visibilidade para diferentes personagens sociais e políticos, individuais e coletivos. Nesse último caso, as associações docentes.

## 2.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PROFESSORES E ORGANIZAÇÃO COLETIVA

As mudanças no espaço educacional estão sempre vinculadas a uma perspectiva macro política. Ao pensarmos no cenário nacional, muitas das transformações iniciais que afetaram a escola, enquanto organização formal, encontram-se enraizadas no governo Vargas, tanto no seu

---

<sup>30</sup> A primeira metade do século XX contou com um processo de modernização econômica, diminuição das importações impulsionando do processo de industrialização que foi atingindo capitais e aos poucos os espaços interioranos.

<sup>31</sup> MAGALDI, Ana Maria B. de M. DAVID, Juliana Vital A. Prevenindo o professor problema: o impresso como estratégia de divulgação da higiene mental e de formação do professor na sociedade brasileira (anos 1930). In: CARDOSO, Tereza Fachada Levy. **História da profissão docente no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2014. p. 173.

primeiro governo, que costuma ser dividido em três períodos: provisório: 1930-1934, constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945) como no segundo governo de 1951-1954.<sup>32</sup> Vamos aqui expor um pouco das querelas políticas ligadas às questões educacionais, percebendo ao mesmo tempo como essa composição que envolve elementos como política, sociedade e economia foi uma teia que impulsionou a necessidade de organização coletiva dos professores e, em consequência, o fortalecimento ou surgimentos de entidades de representação.

Durante o primeiro governo de Vargas, houve toda uma preocupação com questões culturais, costumes e ideologias. A educação passou a ser vista como elemento capaz de oferecer as condições para a construção da formação de uma infância e juventude que estivessem pautadas em valores sólidos os quais deveriam servir à “religião, pátria e a família”<sup>33</sup>. Ao longo desse tempo, muitas foram as reformas educacionais que se direcionaram para atender, além das questões culturais, as demandas da sociedade urbano-industrial que se configurava. A preparação da mão de obra para o mundo do trabalho era algo essencial. Diante desse projeto de sociedade e das redefinições sociais do período, escola e professores passaram a ter papéis centrais no que se refere às políticas públicas, embora não tenha se concretizado o direito pleno à educação e tenha havido pouco investimento de verbas federais no ensino.<sup>34</sup>

De acordo com Saviani, no que se refere à organização da escola pública, foi a partir período de 1931 que passou a existir uma regulamentação, em âmbito nacional, das “escolas superiores, secundárias e primárias”. A elas buscou-se incorporar um ideário pedagógico renovador que vinha sendo discutido através da recente criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, criado em novembro do ano anterior, sendo uma das primeiras ações do governo, colocando a frente desse ministério Francisco Campos, responsável pelas primeiras medidas direcionadas ao universo educacional naquela gestão.<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> Outras ações continuaram ocorrendo em períodos posteriores, especificamente no período da ditadura militar responsável por medidas voltadas para o universo educacional que afetaram intensamente a vida dos professores.

<sup>33</sup> Ó, Jorge Ramos do. BREGLIA, Vera Lúcia A. Por entre falas autorizadas e vozes silenciadas: formação de professores secundários Brasil- Portugal (1930-1945). In. CARDOSO, Teresa F. L (Org.) **História da profissão docente no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2014, p. 193.

<sup>34</sup> Conf. VAZ, Aline Choucair. **Governo Vargas, trabalho e o ensino primário**: discursos dos jornais folha de Minas e Estado de Minas. Educação em Foco. Ano 20, n. 32 – set/dez. 2017- p. 101-122.

<sup>35</sup> Uma dessas medidas foi a obrigatoriedade de frequência às aulas e o fato de que o acesso ao ensino secundário se daria somente através de realização de exames. Houve também a organização de um sistema universitário no qual para o estudante ter acesso era preciso comprovar sanidade mental, idoneidade moral e submeter-se a uma espécie de vestibular. Essas ações são colocadas na literatura que trata sobre o tema como uma forma de dificultar o acesso dos pobres ao ensino superior e instrumentalização do sistema de ensino como aparelho reprodutor do varguismo.

As reformas implementadas naquele momento foram responsáveis, dentre outras questões, pelo início do processo de organização do ensino secundário e comercial, embora o primeiro deles com um perfil de abrangência ainda muito limitado. Apesar disso, podemos considerar que foram medidas importantes do ponto de vista nacional, até mesmo pela criação do Conselho Nacional de Educação,<sup>36</sup> órgão responsável por dar as coordenadas e estabelecer parâmetros para a educação. Por mais que existissem fragilidades em função dos muitos interesses governamentais que estavam em questão, de certo modo essas ações e criações de instituições foram responsáveis por ir dando os primeiros contornos e moldando uma fisionomia da educação brasileira, sobretudo se compararmos com as políticas educacionais do período imperial. Não temos aqui a pretensão de reproduzir uma visão idealista sobre as mudanças em curso naquele período, pois por mais que se falasse naquele tempo em educação como um projeto de cidadania, é notório como ela era instrumentalizada para atender aos interesses dominantes e o quanto se assentava em práticas excludentes e incompatíveis com os discursos que tinha naquele contexto.

No que se refere à legislação que pensava o sistema de ensino, a escola primária, que era basicamente responsabilidade dos estados, recebeu pouca atenção em comparação com o ensino secundário, que nos primeiros anos após 1930, só aos poucos foi pensado para as camadas populares, atingindo maiormente os setores das classes médias. As primeiras medidas destinadas a este nível de ensino foram de encontro com a questão da delimitação de um espaço profissional, uma vez que a partir de decreto de 1931 previa-se a existência de formação universitária específica para se atuar no ensino secundário. Delimitações que foram aprofundadas em políticas posteriores.

Na década de 1940, com a reforma de Gustavo Capanema<sup>37</sup>, o ensino secundário começou a receber maior atenção, através da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, que buscava garantir um controle de qualidade que se expressava através da necessidade de qualificação docente para atuação nessa esfera de ensino, uma vez que não havia professores com o preparo adequado para dar conta das demandas desse espaço de atuação, sobretudo no que se refere ao preparo didático. Essa necessidade costumava não ser colocada em pauta com relação ao ensino primário, no qual o preparo nas chamadas Escolas Normais era suficiente

---

<sup>36</sup> O CNE foi criado em 1931 e, em sua primeira fase, funcionou até as vésperas do Estado Novo em 1936. Essa instituição representou toda a organização do sistema educacional. Atualmente existem algumas pesquisas no campo da História da Educação que se utilizam de documentação institucional, permitindo assim compreender a dinâmica interna do CNE.

<sup>37</sup> Esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde no período de 1934 até o final do Estado Novo em 1945.

para que se pudesse exercer as práticas de ensino. Durante boa parte do período republicano, continuou-se reforçando o discurso “do magistério primário como profissão para vocacionados a serviço da pátria”.<sup>38</sup> Assim, acabava-se não exigindo um grau de profissionalização mais elevado. Mas afinal, naquele momento em que consistia o ensino secundário?

A história referente a esse nível de ensino é envolvida em muitos debates e por vezes contradições. Na historiografia sobre o tema existem várias denominações. Tais como: *instrução*, *ensino* ou *educação secundária*, ou ainda curso ginásial. De acordo com o período histórico as instituições responsáveis por esse nível de ensino poderiam ser chamadas de: Liceu, Colégio, Ginásio. Para as pesquisadoras Pessanha, Assis e Silva:

a partir de 1930, as reformas dividiram esse nível de ensino em dois ciclos: em 1931 a Reforma Francisco Campos aprovou o 1º ciclo como curso secundário fundamental e o segundo curso como secundário complementar; em 1942 a Reforma Gustavo Capanema retomou o termo curso ginásial para o 1º ciclo, enquanto o segundo ciclo passou a ter duas opções para o jovem. Curso clássico ou curso científico. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em 1961, os dois ciclos do ensino secundário passaram a denominar-se: ciclo ginásial e ciclo colegial, e finalmente, em 1971, pela lei nº. 5.692, o ensino secundário foi reformulado com a denominação Ensino de 1º e 2º graus.<sup>39</sup>

Como podemos observar, aquilo que se chamava ensino secundário passou por muitas redefinições de acordo com as alterações de cada reforma ou da legislação voltada para esse nível de ensino. No sentido geral, ele era uma fase intermediária de escolarização, tendo sido desdobrado em etapas. Possuía também o claro objetivo de ser “formador daqueles que conduziram o país, nas mais distintas esferas da vida social e que, em função disso, necessitavam de uma formação a mais ampla possível”.<sup>40</sup>

Há um consenso entre os pesquisadores, de que o mesmo funcionava muito mais como uma espécie de canal de acesso ao ensino superior, reforçando-se assim, a sua face elitista. Para elucidarmos melhor, a partir dos anos 1940, o ensino secundário passaria a fazer parte de uma espécie de ensino médio brasileiro, juntamente com o ensino industrial, comercial, rural e normal. Todos esses segmentos foram instituídos por decretos-lei e leis orgânicas específicas.

---

<sup>38</sup> CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do magistério**: ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: FUMEC, 2005, p. 77.

<sup>39</sup> ASSIS, Wanderlice da Silva; PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Stella Sanches de O. **História do ensino secundário no Brasil**: o caminho para as fontes. In. Roteiro, Joaçaba, v. 42, n.2, p. 311-330, mai/ago. 2017, p. 313.

<sup>40</sup> PESSANHA, Eurize; BRITO, Silvia Helena Andrade de. **Ensino secundário ou Educação secundária**: controvérsias e singularidade na escrita de sua história. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande, MS, n. 38, p. 237-250, jul./dez. 2014. P. 245

<sup>41</sup> Em sua maioria eles profissionalizavam e apenas o ensino secundário consistia num espaço que possibilitaria acesso ao ensino superior. Algo que muitos jovens das camadas menos abastadas sentiam dificuldade de fazê-lo, considerando-se até mesmo as exigências necessárias para adentrar nessa especificidade de ensino.

Embora o ensino secundário e as outras esferas profissionais no geral tenham sido ofertados de maneira muito seletiva, aos poucos e, sobretudo, nos centros urbanos, passaram a existir pressões das classes populares por uma ampliação e movimento de crescimento da oferta educacional, através de cursos que iam além da esfera do ensino primário. Isso representou novas demandas no sentido da construção de espaços para inserção do público e da necessidade de professores para o trabalho.

Em meio a todo esse processo, acabou não existindo a atenção necessária às questões infraestruturais dos espaços escolares, bem como adequado investimento no trabalho docente. O que proporcionou um cenário de insatisfação em relação às questões cotidianas vivenciadas pelos professores.<sup>42</sup> Não só os professores primários, que carregavam duras responsabilidades e eram enquadrados pelos estados como vocacionados ou portadores de uma missão do ato de ensinar, como insatisfação por parte dos professores secundaristas ou de nível médio, categoria que vinha sendo paulatinamente ampliada e que aos poucos passou a se organizar coletivamente, seja pela necessidade de discutir questões de ordem profissional, seja pela necessidade de reivindicar melhores condições de trabalho.

Antes de continuarmos tratando sobre a forma como a organização do sistema educacional afetou e contribuiu para a formação de entidades de professores, é preciso tratar sobre como no âmbito do ensino primário existiu toda uma elaboração discursiva na qual o ensino foi colocado como ato vocacional. Nesse aspecto, é preciso considerar aqui a forte presença feminina dentro desse cenário.

### 2.3 MULHER E EDUCAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS

Nas primeiras décadas do período republicano, com o avanço da industrialização nos grandes centros urbanos, a atividade docente foi sendo intensamente constituída como atividade feminina, uma vez que muitos homens que a exerciam começaram a se deslocar para a esfera

---

<sup>41</sup> SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2007, p. 254

<sup>42</sup> Não é possível ainda afirmar que isso tenha ocorrido em uma perspectiva ampla, mas foi uma dose de insatisfação suficiente para levar a organização de grupos cujos interesses consistiam na representação da categoria docente.

da indústria, com o intuito de obterem melhores condições de trabalho. Assim, a presença majoritária feminina nos espaços educacionais de ensino, especificamente no que se refere ao âmbito primário, foi uma realidade constituída historicamente.<sup>43</sup>

Ao terem se inserido dentro do universo do mundo do trabalho educacional, tiveram suas vivências nos espaços de ensino tratadas muito mais numa perspectiva missionária, como um trabalho abnegado de recompensas materiais. Sua saída da esfera privada e conseqüente inserção nos ambientes escolares, foi vista como uma extensão do lar e da maternidade. Para Ferreira, esse teria sido “o preço pago pelo ingresso das mulheres no mundo do trabalho escolar”<sup>44</sup>. A autora ainda ressalta que foi divulgada amplamente a ideia de que as mulheres eram naturalmente aptas a “maternar” e a “cuidar”. Ideia hoje intensamente desconstruída em pesquisas que apontam que tais características não são inerentes à mulher, mas que foram social e culturalmente atribuídas a ela.

Além da crença das mulheres serem vocacionadas para o ensino “os homens que insistiam na prática desse ofício eram considerados homens que se frustraram em outros empreendimentos da vida”.<sup>45</sup> A entrada das mulheres nesse universo acabou dando maiores condições para que a relação entre trabalho docente e precarização se tornasse cada vez mais estreita, acompanhando o cenário educacional quase como um elemento orgânico do seu metabolismo.<sup>46</sup> De acordo com os estudos de Reis e dentro da conjuntura de mudanças sociais e políticas que colocava a educação de massa como fundamental para sociedade brasileira, articulava-se, no bojo do ideário republicano “a missão do lar à sagrada missão do magistério, com características bem pouco profissionais, pois definiam, além de baixos salários, um avançado grau de subordinação, projetando para o mundo do trabalho componentes da condição feminina na família”<sup>47</sup>. Para a autora, essa ideia colaborou para o desenvolvimento de políticas educacionais que tinham como foco específico a mulher.

---

<sup>43</sup> Não estamos pensando as associações docentes numa perspectiva de gênero, pois este trata-se de uma categoria relacional e sendo assim teríamos que adentrar em uma dimensão comparativa, percebendo “os impactos dos acontecimentos sobre homens e mulheres” (PEDRO, 2011, p. 270), tal como vem sendo realizado por muitos historiadores com olhares voltados a diversos objetos de estudo, trazendo grande enriquecimento para nossa historiografia. Conf. PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. Revista Topoi v.12 n. 22. p. 270-283, jan/jul, 2011. p. 270.

<sup>44</sup> FERREIRA, Marcia Ondina Vieira. **Feminização e natureza do trabalho docente**: breve reflexão em dois tempos. Revista Retratos da Escola. Brasília, v.9, n. 16, p. 153-166, jan/jun. 2015. p. 158.

<sup>45</sup> CHAMON, Op.cit. p. 78. Como toda prática ou modo de ver isso se alastrou ao longo de décadas no seio da cultura escolar, de modo que ainda nos dias atuais, as professoras primárias são comumente chamadas de tias.

<sup>46</sup> Deixamos claro que, quanto a esta compreensão, é fundamental também entender que mesmo quando havia vasta presença de homens compondo o professorado das primeiras letras, a profissão nunca chegou necessariamente a ser bem retribuída.

<sup>47</sup> REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de destinos**: mulher e educação. São Paulo: EDUC, 1993. p. 52.

Podemos citar a ampliação de oferta de Escolas Normais que tinham objetivo de preparar professoras para o ensino das primeiras letras. Essas escolas além de disciplinas mais ligadas ao perfil pedagógico como: geografia, matemática, gramática, ofertavam disciplinas como: corte e costura, bordados, trabalho de agulha etc. Essas disciplinas nos deixam claro o quanto, embora elas estivessem inseridas em um espaço público de formação, ainda era considerado essencial que desenvolvessem aptidões das prendas, posto que eram vistas como inerentes à sua natureza.<sup>48</sup>

A ampliação do número de mulheres nos espaços públicos de ensino, nos permitem pensar na composição social do professorado. Inicialmente, “tais mulheres em sua maioria, originaram-se dos estratos sociais mais favorecidos da população e tinham, até então, suas atividades restritas ao lar e à maternidade. Dessa forma, elas viam no magistério uma possibilidade de articulação entre os papéis de mãe e mestra”<sup>49</sup>. Poder sair da esfera privada e adentrar no espaço público a partir do desenvolvimento de alguma função, era para essas mulheres uma espécie de conquista e status. Nesse ponto, é importante considerar que o comportamento da mulher e a forma como a mesma foi inserida nesse universo de trabalho, possivelmente tinha uma variação de acordo com a classe social a qual pertencia. Muitas mulheres de classes privilegiadas adentravam no ofício de ensinar. A atividade também atraiu mulheres que viam o ensino como uma possibilidade de ascensão social. Aquelas que pertenciam aos estratos mais pobres da sociedade.

Desse modo, a composição social da categoria docente foi marcada historicamente pela heterogeneidade. De maneira que muitas mulheres que passaram a se debruçar sobre a atividade docente, eram pertencentes a setores mais abastados da sociedade e iam em busca de uma espécie de status, considerando que ser professor é de fato ocupar uma posição dentro do espaço social público. Outras buscavam a sobrevivência. Para Reis, muitas escolas secundárias eram frequentadas principalmente por “moças das classes média e alta, cujo paradigma era a Escola “Normal da Praça”, o discurso disciplinar reforçava, na maior parte do tempo, o aspecto missionário e civilizador das futuras professoras”<sup>50</sup>. A forma como estas moças encaravam seu trabalho ou sua função era diferente daquelas que buscavam no trabalho uma forma de

---

<sup>48</sup> A primeira escola Normal em Pernambuco foi instituída pela lei 598 de 13 de maio de 1864. Para ser admitido nas escolas Normais era necessário saber ler, escrever e contar, ser maior de dezoito anos, ter costumes puros, não ter sido condenado por crime ofensivo à religião do Estado ou à moral pública”. Conf. FERREIRA, Andrea Tereza Brito. **A mulher e o magistério**: razões da supremacia feminina (A profissão docente em uma perspectiva histórica). Tóp. Educ. Recife. v./6. n 1-3. p.43-61. 1998. p. 47.

<sup>49</sup> CHAMON, Op. Cit. p. 105.

<sup>50</sup> REIS, Op. cit. p. 92

sobrevivência, uma maneira de melhorar suas condições materiais.<sup>51</sup> Para Tobias<sup>52</sup>, foi a partir das Escolas Normais que se iniciou uma espécie de democratização do ensino, posto que antes apenas as mulheres provenientes de camadas mais abastadas recebiam instrução.

Assim, as condições materiais, os valores e as motivações para a escolha da profissão, que sinalizam a heterogeneidade da composição da categoria docente, foram fatores responsáveis para que em certo momento não se encarasse o trabalho docente de maneira tão abnegada, conforme interesse de muitas políticas de Estado ao produzir o discurso da ação docente como ato de amor direcionando à instrução como estratégia para o controle da população. De alguma forma, podemos dizer que tivemos uma realidade de muitas contradições. Uma vez que essas duas perspectivas passaram a coexistir, a partir do momento em que muitas mulheres, mesmo encarando a docência como ato missionário, vocacional, se engajaram em ações coletivas em busca de melhorias, seja para a educação seja para suas condições de trabalho, como veremos no capítulo seguinte.

Devido a predominância feminina nos espaços de ensino, elementos como o amor e a virtude foram sendo percebidos como inerentes ao fazer pedagógico, reforçando-se assim a ideia da docência como ato missionário. O sistema de instrução pública foi sendo erguido tendo por base atender os interesses das classes dominantes. Como a organização da educação, por sua vez, não era tratada de forma desvinculada do processo de desenvolvimento industrial e conseqüentemente urbano, tivemos todo um projeto nacional que articulou a inserção feminina no magistério e que gerou grandes impactos na forma como a docência, sobretudo a voltada para educação infantil, foi sendo percebida como uma extensão da maternidade.

Diante do cenário de predominância da oferta do ensino primário, bem como das mulheres nesse espaço, observamos que muitas das associações docentes que surgiram, sobretudo a partir de 1945, foram desse segmento.<sup>53</sup> O processo de organização dos professores primários esteve atrelado sobretudo à insatisfação decorrente das questões de carreira e condições de trabalho ocasionadas pela ampliação dos sistemas de ensino, que se apresentou na construção de grupos escolares que tinham o objetivo de acabar com o analfabetismo e difundir as crenças dos governos, no sentido, de ordem e progresso. Tudo sem o investimento adequado.

---

<sup>51</sup> PESSANHA, Elrize Caldas. **Ascensão e queda do professor**. São Paulo: Cortez, 1994.

<sup>52</sup> TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: IBRASA, 1986.

<sup>53</sup> É importante ressaltar que embora tenha existido um crescimento de associações de professores primários a partir de 1945, anterior a esse ano, muitas entidades foram organizadas em diferentes estados brasileiros. Podemos citar, a título de exemplo, a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte- APRN, fundada em 1920.

Assim, é possível apontar o surgimento de associações de professores primários, desde os primeiros anos da República. Muitas entidades foram fundadas em diferentes estados brasileiros. Sinalizamos o fato de que não tinham reconhecimento do Estado justamente por não fazerem parte da estrutura sindical da época. Além disso, estavam inseridas numa atmosfera na qual vigorava o paternalismo getulista e pelo aparato político dos estados, que compartilhavam do mesmo. Torna-se então possível refletirmos quanto às fragilidades e limites da atuação dessas associações.

Apenas para que se tenha uma noção sobre como foi se tornando comum o surgimento das Associações, podemos citar aqui algumas que foram sendo fundadas, geralmente direcionadas aos professores primários: Associação dos Professores do Rio Grande do Norte- APRN, fundada em 1920; Centro dos Professores Paulistas- CPP (1930); Associação dos Professores Primários de Minas Gerais- APPMG, de 1931; Associação Profissional de Professores dos Cursos Primário, Secundário e Classes Anexas-APPCPS no Piauí (1940), Centro dos Professores Primários do Rio Grande do Sul – CPPERGS- 1945. Em diversos outros estados essas organizações continuaram surgindo, como exemplo o Centro dos Professores Primários de Pernambuco- CPPP, fundado oficialmente em 1951. Essa ampliação do número de entidades possibilitou ao longo dos anos 50 a ocorrência dos primeiros congressos nacionais da categoria, sendo o primeiro realizado na Bahia em 1953. O II congresso realizado em 1955 em Belo Horizonte, o III ocorreu em 1958 em Porto Alegre, e o IV congresso em 1960 no Recife.<sup>54</sup>

De acordo com Julian Gindin, foram algumas dessas associações inseridas no cenário estadual que organizaram, no ano de 1960 na cidade do Recife, a Confederação dos Professores Primários do Brasil, CPPB. Em 1973, a entidade enfrentou um processo de ampliação e começou a representar professores também ligados a outros níveis de ensino, passando então a se chamar Confederação dos Professores do Brasil. Essa modificação ocorreu em decorrência de duas reformas educacionais realizadas no período da ditadura militar e inseridas a partir de duas leis específicas:

a lei 5.540/1968, que reorganizou o funcionamento do ensino superior e ampliou os cursos de formação de professores, e pela lei 5.692/1971, que criou os níveis de ensino de 1º e 2º graus. Dessas reformas educacionais, começou a emergir a nova categoria do professorado público. Portanto, nesse novo contexto da educação brasileira, a CPB travou uma luta sindical baseada na

---

<sup>54</sup> Ao longo da década de 1960 outras associações continuaram surgindo, visando representar professores pertencentes a outros níveis de ensino. Dentro de limites de atuação considerando as dinâmicas sociais e políticas nas quais foram formadas.

defesa da profissionalização dos professores brasileiros por meio da implantação dos Estatutos do Magistério estaduais, mas ao mesmo tempo contrapôs-se à política econômica da ditadura militar baseada no arrocho salarial dos trabalhadores.<sup>55</sup>

Observemos que todo esse processo só pode ocorrer devido ao fato de ter existido um impulso de organização inicial que partiu de fato das esferas primárias de ensino. Desse modo, considerando que as mulheres foram predominantes nesse espaço de atuação, podemos dizer que foram elas as grandes responsáveis pelo início de certo protagonismo docente na luta primeiramente pela profissionalização, e que embora com muitas limitações em função de fatores sociais e políticos, representou um avanço no sentido dos primeiros passos para a consolidação de uma militância docente no mundo do trabalho.

Com relação as associações estaduais citadas, o surgimento das mesmas não representou uma autonomia em relação aos governos, sobretudo em momentos nos quais existiram atmosferas políticas que de algum modo exerceram forte influência sobre essas organizações, como foi o caso do período militar. Embora estejamos falando de entidades que não se configuravam necessariamente como sindicatos, e não estavam enquadradas dentro dos parâmetros das demais organizações de trabalhadores, não excluimos o fato de que havia mecanismos de controle e cooptação dessas associações, corroborando para que apresentassem certa debilidade, ou um perfil muito mais voltado às ações meramente assistencialistas ou recreativas. Some-se a isso elementos ligados a fatores culturais.

Embora a organização de professores da esfera pública, não estivesse inserida dentro de um perfil sindical, dada a impossibilidade legislativa imposta em determinado período da nossa história, as ações governamentais direcionadas ao mundo do sindicalismo e do trabalho afetaram seu funcionamento, seu perfil e a forma como essas se apresentavam perante a sociedade. Sendo assim, para conhecermos mais sobre as associações, é interessante apresentar um pouco como se desenhou a estrutura sindical brasileira.

#### 2.4 ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA: ONDE ENTRAM OS TRABALHADORES DO ENSINO?

Falar sobre as ações políticas direcionadas à organização do mundo do trabalho, sobretudo na primeira metade do século XX, significa antes de tudo debruçar-se sobre um

---

<sup>55</sup> FERREIRA JR. Amarílio. Movimento sindical de professores no Brasil e na Grã-Bretanha (Inglaterra e Gales): primeiras aproximações de um estudo comparado. In. BAUER, Carlos *et. al.* (Orgs). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. v 4. Jundiaí: Pacos, 2019. p. 53. É preciso apontar que, ao longo da sua existência, a CPB foi alvo de inúmeras críticas, havendo propostas ligadas a construção de uma nova confederação, pois consideravam suas práticas subservientes ao governo, e grupos que buscavam a realização de uma reforma.

período marcado por tentativas de se construir não somente uma fisionomia oficial para a realidade trabalhista brasileira, como também fazer com que essa fosse se moldando no sentido de fortalecer as próprias relações e condições de governabilidade, buscando desse modo enfraquecer a possibilidade de tensões sociais. Nessa perspectiva, tivemos a construção do sindicalismo de Estado, sobre o qual podem aqui ser relacionadas palavras como: ‘controle’, ‘organização’, ‘não antagonismo entre capital e trabalho’.

Por sindicalismo de Estado, apresentamos aqui a perspectiva de Armando Boito Júnior, que o coloca como um sistema que articulou, “uma estrutura, uma ideologia e uma prática sindical específicas”<sup>56</sup>. Inúmeros estudos se dedicaram à análise dessa composição, buscando perceber suas alterações ao longo do tempo, conforme a constituição brasileira em vigor em cada momento histórico. Notadamente, quando falamos em todos esses elementos, mais uma vez somos direcionados à figura de Vargas e em relações de poder e interesses que se assentaram sob seu governo. Erickson, afirma que foi somente sob este governo que se reconheceu:

pela primeira vez, diante da lei brasileira, o direito dos trabalhadores a se organizarem. Isso contrasta acentuadamente com a prática do regime anterior, cujos políticos, polícia, tribunais e classe dominantes reprimiam brutalmente as organizações de trabalhadores e suas reivindicações como ameaças ilegítimas à ordem pública.<sup>57</sup>

Contudo, reconhecer o direito dos trabalhadores se organizarem<sup>58</sup> não significou uma realidade de liberdades sem restrições. Nas áreas urbanas, onde se localizavam a maioria dos serviços administrativos do Ministério do Trabalho, havia um intenso controle da mobilização dos trabalhadores. Sem falar das manobras de cooptação de líderes trabalhistas, as quais muitas vezes eram precedidas da exclusão daquelas lideranças que se mostravam com certa tendência à autonomia. No campo eram reprimidos pelos próprios proprietários e impedidos de se organizarem.

---

<sup>56</sup> BOITO JR. Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: HUCITEC, 1991. p. 12.

<sup>57</sup> ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 30. Ao citar “regime anterior” refere-se à 1ª República, período em que as únicas organizações trabalhistas que eram reconhecidas eram aquelas de auxílio mútuo e cooperativas. “Aqueles que não criavam conflito entre empregados e empregadores (p. 34) As greves eram vistas como algo que feria o direito individual ao trabalho.

<sup>58</sup> Em 1931 foi estabelecido o decreto de número 19.770 referente à Lei de Sindicalização. De acordo com Dal Rosso, *et.al*, esse decreto possuía certo caráter malicioso, uma vez que acabava com a liberdades das organizações tradicionais, a partir do momento em que atrelava as entidades “ao controle e burocratização pelo Estado”. In. **Sindicato e estado no anteprojeto de Reforma sindical 2005**. TOMO: São Cristóvão- SE. Nº 10. Jan/jun, 2007, p. 18.

Foi dentro de uma esfera de tensões e repressão que se consolidou o aparelho burocrático sindical brasileiro, inserido em bases ideológicas corporativistas nas quais elementos como elitismo e paternalismo estiveram presentes. Vale aqui citar o pensamento de Boito Júnior, ao nos apontar que “a ideologia populista”<sup>59</sup> consistiu no “cimento da estrutura sindical”<sup>60</sup>. Por estrutura sindical, esse autor define um conjunto de relações que englobam os burocratas do Estado, sindicalistas e trabalhadores. Tais relações por sua vez, acabam sendo materializadas em instituições (aparelhos) como os próprios sindicatos, as federações e confederações e a justiça do trabalho. Na perspectiva defendida por Boito Jr., quando falamos em sindicato de Estado, estamos falando no conjunto desses aparelhos e numa teia de relações. Nesse sentido, reforçamos aqui a tese defendida pelo autor supracitado, de que o controle do Estado sobre o sindicato não é necessariamente e unicamente uma imposição, mas que existem elementos estruturantes que geram subordinação.

Dentre eles, podemos citar a questão da concessão da representatividade e o poder de negociação. Nesse mesmo âmbito se inserem fatores como a unicidade sindical, na qual a apenas uma entidade sindical se confere o poder representação e o imposto sindical, que consiste numa taxa cobrada pelo Ministério do Trabalho, sendo que o mesmo retém uma parte dessa taxa e repassa outra para o próprio sindicato e suas federações e confederações. Esses foram fatores que reforçaram os laços de dependência e subordinação.<sup>61</sup> O sindicato oficial tem seus recursos vindos do Estado e não dos trabalhadores e tal organização “significa um modo peculiar de suprimir a liberdade sindical”<sup>62</sup>, de tal modo que o próprio estatuto desses sindicatos era organizado pelo Estado. Essa foi claramente uma distinção em relação aos estatutos das

---

<sup>59</sup> Sobre as discussões em torno do populismo não vamos adentrar no debate, porém algumas obras podem ser consultadas. Conf. A obra de FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In. \_\_\_\_ (Org.) O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Na mesma obra conferir o artigo de GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil.

<sup>60</sup> BOITO Jr Op. cit, p. 18. Sobre a questão do populismo, Paul Erickson defende ser “um fenômeno que brota de lutas internas da elite política quando pelo menos uma das facções rivais solicita apoio das massas prometendo, em troca, concessões e benefícios às mesmas”. ERICKSON, Op.cit., p. 82. Essa é uma perspectiva possível quanto à análise do populismo. Contudo, já a algum tempo, na historiografia brasileira existe uma série de releituras com relação ao mesmo, as quais consideram também que os conceitos são históricos e nunca são neutros. Essas releituras abordam, os sujeitos que são considerados centrais para a análise e compreensão do fenômeno: os líderes políticos, as massas e as relações estabelecidas entre ambos, bem como o papel das classes trabalhadoras como sujeitos da história brasileira. É especificamente nessa perspectiva que tem se colocado boa parte dos estudos sobre populismo. O chamado grupo de Itatiaia, fundado no início dos anos 50 por historiadores cariocas e paulistas e tendo nomes de destaque como Hélio Jaguaribe, buscaram analisar a política nacional desconstruindo a ideia de que os trabalhadores são simples massa de manobra. Importante produção que pode ser conferida e que traz debates interessantes quanto a essas questões é: FERREIRA, Jorge (Org). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. Nessa obra o leitor poderá conferir a extensão dos debates sobre política e economia brasileira dentro dessa perspectiva na qual se insere o populismo.

<sup>61</sup> Ibid. p. 32

<sup>62</sup> Ibid. p. 38

associações de professores inseridos no âmbito do funcionalismo público. Uma vez que não faziam parte dessa estrutura sindical, sua organização desfrutava de uma maior liberdade em certos aspectos.<sup>63</sup>

## 2.5 OS TRABALHADORES PÚBLICOS E SUAS ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO

Quando falamos nessa estrutura sindical, pensamos na organização dos trabalhadores num sentido geral e homogêneo, muitas vezes sem considerar aquela diversidade do mundo do trabalho. As associações de professores, embora pudessem ter certo perfil ‘sindical’, no sentido de defesa dos interesses do grupo que representam, não se inseriam dentro dessa estrutura sindical que descrevemos anteriormente. Ou seja, não foram alvo de políticas de formação de lideranças, unicidade e investidura sindical ou recebimento de imposto sindical obrigatório. Elementos apontados como definidores do sindicato de Estado, que passaram a existir no final dos anos 1980.

Algumas questões nos ajudam a compreender esse afastamento. Primeiramente, precisamos apresentar algumas definições. Utilizamos aqui o termo “trabalhadores públicos”, para expressarmos nossa inserção nas discussões e avanços no campo da história social do trabalho, ao considerar os trabalhadores em sua diversidade de relações. Mas existem outras definições que nos interessam para que possibitemos uma compreensão mais ampla sobre o porquê de professores da esfera pública e outros trabalhadores inseridos nessa esfera não terem sido historicamente inseridos na estrutura sindical.

De acordo com as produções bibliográficas ligadas às questões jurídicas, existe a classificação dos chamados agentes públicos, os quais envolvem três possíveis subdivisões: agentes políticos, servidores públicos e particulares em colaboração com o poder público.<sup>64</sup> Sobre essa segunda categoria, compreende-se como servidor público “as pessoas físicas que prestam serviço ao Estado e às entidades da administração indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos”.<sup>65</sup> Essa prestação de serviço, de acordo com um entendimento geral, não assume um caráter de eventualidade e possui certa situação de dependência em relação ao Estado, que se configura como padrão dentro dessa relação. Esse entendimento está historicamente consolidado na jurisprudência brasileira.

---

<sup>63</sup> Apesar das associações terem a liberdade na elaboração de seus estatutos, nas associações que analisamos percebemos que se enquadram muito na perspectiva colaboracionista prevista na CLT para os sindicatos.

<sup>64</sup> PESSOA, Robertônio Santos. **Sindicalismo no setor público**. São Paulo: LTR, 1995. p. 16

<sup>65</sup> DI PIETRO Apud PESSOA, Op. Cit., p. 18.

Nas primeiras décadas do período republicano foi ocorrendo um crescimento do funcionalismo público, pois havia serviços que eram primordiais considerando as demandas sociais que existiam em função do crescimento da sociedade urbano-industrial que ia tomando cada vez mais fôlego. O setor educacional fez parte desse contexto e se configurou como parte importante de políticas destinadas ao preparo básico para inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

O crescimento das atividades ligadas à esfera pública tomava tanta proporção, que foi criado o Departamento Administrativo do Serviço Público, já dentro das bases da Constituição de 1937, a qual continha a elaboração de um estatuto para esses trabalhadores que, eram desde aquele momento, referidos como funcionários/servidores públicos. Essa definição foi ainda mais formalizada a partir de novo estatuto criado em 1939 (Decreto-lei 1.713, de 28.10.1939). Inicialmente, o documento incorporava apenas servidores da União, mas acabou sendo estendido aos estados e municípios. O Estatuto definia funcionário público como: “pessoa legalmente investida em cargo público” (Estatuto de 1939, art. 2.º).<sup>66</sup> Em 1941, o governo ditatorial de Vargas estabeleceu que era necessário que os estados e municípios elaborassem os seus próprios estatutos do funcionalismo. No dia 28 de outubro<sup>67</sup> daquele ano, a grande maioria dos estados brasileiros promulgou esse documento.

Essas preocupações iniciais em relação aos que ocupavam função pública, refletem o quanto essa era uma categoria que vinha crescendo. Talvez não na mesma proporção do operariado dos setores industriais, mas de maneira expressiva a ponto de ser necessária uma organização dentro de bases legais, princípios e regras voltados para o melhor gerenciamento das classes inseridas nesse setor.

Essas mesmas preocupações referentes à elaboração de estatutos, direcionou-se para a questão do direito à sindicalização. Necessário pontuar que mesmo antes da promulgação da CLT (1943), na Constituição de 1934 havia uma proibição expressa de sindicalização de funcionários públicos. A CLT veio a reforçar essa orientação. Em seu artigo 566, apresentava que não poderiam sindicalizar-se os *servidores* do Estado.

---

<sup>66</sup> ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. **O regime jurídico dos servidores públicos no Brasil e suas vicissitudes históricas**. Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte. nº 50, p. 143-169, jan. – jul., 2007. p. 148. Vale também ressaltar que paralelamente ao uso desses termos, outros foram sendo usados. Tais como empregado público, servidor, cargo público. Ao longo do tempo também foram passando por entendimentos diferenciados por parte da doutrina e da jurisprudência. Essa é uma discussão que não temos a pretensão de desenvolver, pois nosso intuito é tão somente apresentar o crescimento do funcionalismo público e como será permitida ou não a sua organização enquanto trabalhadores.

<sup>67</sup> Essa data inclusive é a que se celebra o dia do funcionário público.

Havia naquele período, o entendimento de que o sindicalismo constituía em uma “luta contra a exploração do capital e seus fins, a discussão com os empregadores sobre as condições de trabalho. Uma vez que na função pública essas condições são fixadas pela legislação, o sindicato não tinha razão de existir”.<sup>68</sup> Conforme Sady, o objeto de interesse da CLT estava no trabalho que era exercido dentro da dinâmica da “produção capitalista de mercadoria”. Os sindicatos deveriam ser resultado desse tipo de “relações de produção”<sup>69</sup>. Assim, a figura de um capitalista foi ao longo de muito tempo<sup>70</sup> percebida como essencial enquanto fator que justificava a necessidade de formalização de organização coletiva dos trabalhadores públicos e sua inserção dentro a estrutura sindical existente.

Apesar desse impedimento, abriam a possibilidade para que estes trabalhadores pudessem organizar as Associações. O associativismo foi uma “alternativa jurídica para se adequar à legislação”<sup>71</sup>. Na prática, as Associações acabavam tendo o potencial de funcionar de maneira muito próxima do que seria um sindicato, mas sem os “benefícios” ou prerrogativas da legislação sindical e com muitas debilidades em relação ao seu caráter de defesa dos trabalhadores. Algo que talvez não possamos considerar uma grande discrepância em relação a muitas organizações propriamente sindicais, posto que muitas delas, dentro de todas as amarras e intervenções existentes, possuíam inúmeras debilidades e por vezes se direcionavam para práticas mais recreativas e/ou assistencialistas, como apontamos aqui. Inclusive, parte desse assistencialismo existia por força de lei, pois a estrutura sindical existente assim o exigia.

Para Sady, essa estrutura acabou corroborando com uma “perspectiva ideológica na qual o sindicato tem como tarefa a prestação de serviços e não a reivindicação de melhores condições para a venda da força de trabalho”.<sup>72</sup> Sendo assim, podemos dizer que o próprio abrandamento sindical, dentre outros fatores mencionados, em certa proporção esteve ligado a um fator da estrutura sindical.

Quanto ao impedimento jurídico dos trabalhadores públicos sobre o direito de sindicalização, atrelada a essa realidade esteve caminhando de maneira paralela a construção

---

<sup>68</sup> PESSOA, Op. cit., p. 31

<sup>69</sup> SADY, João José. **Direito sindical e luta de classes**. [S.L.] 1985, p. 19.

<sup>70</sup> Só a partir da constituição de 1988 foi reconhecido o direito à sindicalização em termos de legislação. O mesmo foi fruto de uma série de pressões sociais desenvolvidas por entidades representantes do funcionalismo público, de professores e centrais sindicais. Todos atuantes no processo de redemocratização.

<sup>71</sup> DINIZ, Cássia. Construindo a luta: a associação dos servidores da Universidade de São Paulo no contexto dos anos 1970. In. BAUER, Carlos et. al. (Orgs.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. v.4. São Paulo: Paco, 2019. P. 113.

<sup>72</sup> SADY, Op., cit. p. 62.

ou reelaboração da identidade dos mesmos, a qual foi sendo moldada no interior do universo dos assalariados e envolvida em uma espécie de discurso, direto e indireto, que ressaltava a importância do ato de *servir*, muitas vezes pensado para ofuscar a ideia de que os sujeitos do funcionalismo eram trabalhadores.

Esse afastamento da estrutura sindical, fortaleceu uma espécie de atomização das lutas no mundo do trabalho. Além disso, o fato destes trabalhadores estarem inseridos dentro da realidade do trabalho predominantemente intelectual e serem possuidores de saberes, não superiores, mas distintos das práticas mais braçais de um conjunto esmagador de trabalhadores inseridos no chão das fábricas e em condições de trabalho muitas vezes intensamente insalubres, também teria afetado a construção de uma percepção coletiva de que muitas de suas experiências no chão do trabalho, consistiam em práticas abusivas. Não esquecendo aqui a atmosfera discursiva de hipervalorização do “ato de servir”. Sobretudo no campo de ensino, que foi associado a um ato ‘missionário’.

Acreditamos que todos esses fatores associados, de alguma forma, tiveram o potencial de tornar mais brando os movimentos de organização do funcionalismo, bem como trouxeram algumas dificuldades quanto ao envolvimento dos trabalhadores públicos em relação ao conjunto da classe trabalhadora. Em grande medida, isso faz parte da trama do poder, sobretudo no Estado capitalista, o qual busca criar afastamentos não só entre setor público e privado, como no próprio seio do setor público, uma vez que esse é marcado por distinções internas de categorias e níveis.

O envolvimento sindical e associativista, assim como os ajuntamentos coletivos de maneira geral, de uma forma talvez muito peculiar, tendem a reforçar ou fazer ver que existe uma identidade de trabalhador e que ela por sua vez se manifesta nas necessidades decorrentes de fatores econômicos, nas condições de trabalho e na própria conjuntura de hierarquias capazes de gerar pressões, vigilância e adoecimento.

Os trabalhadores inseridos na função pública, muito embora, historicamente, façam parte de relações sociais distintas daquelas do trabalhador de macacão e mãos calejadas, que vivenciam mazelas provenientes da relação com os empregadores, vivenciam opressões que partem do Estado patrão, que consideramos aqui, como sendo a ‘forma política’ do capitalismo.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Conf. WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006.

Portanto, é necessário considerar que as relações de trabalho no interior do Estado são marcadas por conflitos e que o setor público possui características cujas definições se encontram inseridas numa totalidade de relações sociais que são indiscutivelmente capitalistas. Só por que não há a produção de uma mercadoria, e sim a produção de um serviço, “isso não significa que não haja exploração direta do trabalho pelo Estado”, uma vez que conforme Nogueira:

a exploração ocorre na esfera da reprodução do capital, ou seja nos processos de serviços e administração voltados à esfera da reprodução social e política do conjunto da sociedade de classes. A taxa de exploração do trabalho no Estado, envolve a quantidade de salário em relação à jornada de trabalho e às condições necessárias de vida em sociedade (...) <sup>74</sup>

É no interior desse Estado que ocorre a permanência de maneira dinâmica e constante das contradições entre as classes. Nesse movimento, “ao mesmo tempo em que as classes lutam para configurar o Estado, são elas próprias configuradas por ele”.<sup>75</sup> O capital e o trabalho estão claramente representados dentro do Estado. Isso possui forte impacto na questão das identidades, pois “o reconhecimento e a identidade dos grupos sociais, passam por mecanismos de formalização estatais”.<sup>76</sup> Nesse sentido, a questão das identidades assume um espaço de visibilidade para se compreender essas relações sociais tão complexas, bem como ajudam a perceber um grande conjunto de articulações voltados para a consolidação de uma imagem do professor enquanto trabalhador, inserido em lutas por demandas econômicas e condições de trabalho. O próprio contexto social de mobilizações e reivindicações que partiam dos trabalhadores dos setores industriais, foi um fator que de alguma forma serviu de influência, e ao menos, em certa medida, funcionaram como uma espécie de parâmetro para as mobilizações que começaram a ser desenvolvidas em meio aos trabalhadores públicos.

No que se refere aos professores, essas mobilizações sinalizaram para a necessidade de maior atenção para a educação como um todo, uma vez que melhorias nas condições de trabalho acarretariam em melhorias na prestação dos serviços à sociedade. Contudo, Marcelo Ridenti nos apresenta que é necessário “reconhecer as contradições internas desses movimentos, os quais por vezes sobrepõem seus interesses particulares a interesses públicos mais amplos”<sup>77</sup>. A essa prática, o autor denomina de corporativismo. Destaca ainda que é preciso pensar na distinção entre uma ação corporativa e uma ação corporativista. A luta por melhores salários

---

<sup>74</sup> NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. **Relações de trabalho no setor público**. p.4. Disponível em: [www.pucsp.br](http://www.pucsp.br).

<sup>75</sup> MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 65

<sup>76</sup> Ibid.

<sup>77</sup> RIDENTI, Marcelo. **Professores e ativistas da esfera pública**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 10.

por exemplo, é uma reivindicação particular da categoria, ou seja, é corporativa. Pode vir a ser corporativista se for colocada de maneira superior ou predominante em relação ao interesse público.<sup>78</sup>

Essas características específicas do processo de organização docente e suas demandas, caminham de forma paralela às limitações quanto ao seu processo de organização, no que se refere a uma superestrutura política e jurídica que os afastavam da estrutura sindical e das dificuldades ligadas a efetivação de mudanças nas condições de trabalho, posto que isso demandava algum tipo de negociação com os poderes legislativo e executivo.<sup>79</sup>

É importante destacar que uma vez que as associações se consolidaram fora da estrutura sindical, não foram envolvidas pelas políticas de formação sindical, algumas direcionadas a grande massa de trabalhadores, utilizando como estratégias de comunicação, o programa de rádio e a imprensa oficial.<sup>80</sup> Havia também a realização de seminários, cursos de curta duração, reuniões e atividades voltadas aos dirigentes e militantes sindicais. Ou seja, atingiam um público mais restrito. Para atingir o grande público, utilizavam-se de materiais como boletins e revistas. As políticas de formação sindical, tinham o objetivo de construir um sindicalismo que fosse especificamente corporativista.<sup>81</sup>

Foram existindo diversos projetos que visavam garantir essa aproximação entre os trabalhadores e o governo, e até mesmo ações inseridas numa dimensão cultural e esportiva voltadas especificamente para aqueles trabalhadores que eram associados aos sindicatos. Essas atividades eram extensivas, inclusive, às famílias dos trabalhadores e mantidas através do imposto sindical.<sup>82</sup> Em 1943, ano da promulgação do texto da CLT, observamos como foi pensada com a proposta de que os trabalhadores não assumissem uma perspectiva de confronto

---

<sup>78</sup> Com relação ao nosso objeto de estudo, quando analisamos os jornais da imprensa local, é notável como muitas das demandas colocadas pelas associações de professores giram em torno de questões salariais e planos de cargos e carreiras, sendo este muitas vezes o motivo para realização de greves e paralizações. Contudo, observamos que apesar dessa ênfase em questões salariais, havia sempre um discurso que se direcionava para a defesa da educação como um todo, bem como manifestações ligadas ao processo de redemocratização. Sendo assim, não é possível afirmar que as associações eram corporativistas, dentro da definição apresentada por Marcelo Ridenti.

<sup>79</sup> Com o tempo e a partir de inúmeras experiências vivenciadas, os professores se constituíram nos grandes ativistas do funcionalismo público, construtores de um protagonismo que aos poucos foi responsável pela renovação de suas próprias entidades representativas.

<sup>80</sup> Marcondes Filho, que foi o ministro do trabalho em 1942, utilizava-se intensamente do rádio para realizar discussões sobre a legislação trabalhista. MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação sindical: história de uma prática cultural no Brasil**. São Paulo: Escritoras Editora, 1996, p. 24

<sup>81</sup> As ações de formação político-sindical foram intensamente empregadas durante o período do Estado Novo (1937-1945). As associações, por não integrarem a estrutura sindical ficaram distantes destas políticas.

<sup>82</sup> Essas ações faziam parte da SRO- Serviço de Recreação Operária, que foi criada através da portaria nº68, de seis de dezembro de 1943. Nas linhas anteriores, falamos também sobre como o imposto sindical instituído funcionava como um elo de controle das agências sindicais pelo Estado.

dentro do campo das relações entre capital e trabalho, mas sim de conciliação. De acordo com o artigo 514 da CLT, os deveres dos sindicatos consistiam em: a) Colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; b) Manter serviços de assistência judiciária para os associados; c) Promover a conciliação nos dissídios de trabalho<sup>83</sup>.

Mesmo com o fim do Estado Novo, e posteriormente com a existência de uma constituição razoavelmente democrática, não houve mudanças profundas na estrutura corporativista existente.<sup>84</sup> Permaneceram mecanismos de controle e de cooptação ideológica dos sindicatos e do movimento de trabalhadores de uma forma mais ampla. Agências através dos aparelhos de Estado, delegacias regionais do trabalho, etc. continuaram atuantes. Assim:

a estrutura corporativista trabalhista que Vargas formalizou durante o Estado Novo permanece através de três períodos constitucionais. Durante a maior parte das últimas três décadas, ela serviu aos interesses do governo no poder. Fazendo algumas pequenas alterações desde 1964, o governo militar procurou tornar o sistema corporativista mais eficaz em seu objetivo de subornar os trabalhadores ao Estado<sup>85</sup>

Embora as associações docentes não estivessem inseridas na estrutura sindical, ainda assim se colocavam como órgãos de defesa dos interesses do magistério, bem como órgãos de colaboração com o governo, tal como previa o documento da CLT. No caso das associações analisadas aqui, a atuação de suas lideranças e sua aproximação ou até mesmo inserção dentro das bases governistas, revelam como estas atuaram visando manter a imobilidade nas entidades.

No intuito de percorremos a trajetória do associativismo docente pernambucano, apresentaremos no capítulo seguinte como se desenvolveu a primeira entidade de representação do magistério do setor público, suas contribuições e limitações para a organização coletiva dos professores.

---

<sup>83</sup> ERICKSON, Op., cit., p. 59.

<sup>84</sup> No período de 1953 a 1954, em que Goulart assumiu o Ministério do Trabalho, os sindicatos passaram a ter maior autonomia. Líderes sindicais aumentaram seu poder de barganha e até pressão no cenário político. Foi expressivo também o aumento no número de greves, do número de sindicatos e trabalhadores sindicalizados.

<sup>85</sup> ERICKSON, Op., cit., p. 79

### 3 VIAGENS NO TEMPO: O PONTO INICIAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES EM PERNAMBUCO

*Alheio a competições ideológicas, político-partidárias e religiosas, tem por fim: promover e incentivar a união do professorado primário de Pernambuco (Art. 2º Estatuto do CPPP)*

Jornal do Professor- CPPP

Considerando que nosso estudo visa compreender como foi sendo possível a construção de uma imagem dos professores enquanto trabalhadores e o papel das associações nessa construção, torna-se fundamental percorrer as origens do associativismo em Pernambuco, apresentando como se deu a formação da primeira associação de professores da rede estadual, seu protagonismo dentro de uma conjuntura política e social específica e a relação que estabeleceu com o governo vigente.

Compreendemos que a formação de associações de quaisquer tipos é resultado da ação de um indivíduo ou de um grupo de pessoas interessadas em promover ações que caminhem de encontro com os interesses comuns ao espaço ao qual pertencem e aos sujeitos que representam. Foi desse modo que no Recife surgiu a primeira associação de professores, na busca de representar o magistério, não só localmente situado, mas buscando uma extensão de suas ações pelo interior do estado.

Este capítulo tem por objetivo percorrer a trajetória do Centro de Professores Primários de Pernambuco, primeira associação voltada para os interesses do professorado do setor público de ensino. Vamos analisar questões sociais que estimularam sua formação, personagens que se destacaram enquanto liderança, relações que a associação manteve com outros órgãos de representação do professorado, bem como a relação que estabeleceu com a Secretaria de Educação e com o governo estadual.

#### 3.1 A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO

A situação educacional que impulsionou a organização do CPPP certamente não ocorreu desvinculada de uma realidade que englobava uma série de agitações sociais, que há muito tempo vinham se desenvolvendo em diversos pontos do estado de Pernambuco. Na década de 1950, além das movimentações no cenário rural, através sobretudo, da atuação das ligas

camponesas, sobre as quais se tem vasta literatura, a classe trabalhadora urbana vinha se consolidando e adquirindo certa expressão sócio política.

Desde o início dos anos 50, Pernambuco já assiste a importantes movimentos reivindicativos, como a greve dos têxteis, em 1952, que durante uma semana paralisa 37 mil operários e 22 fábricas em 8 cidades do estado. Na realidade, já a partir de 1951 ocorre a retomada das lutas sindicais, não só em Pernambuco, mas em todo o país.<sup>86</sup>

Esse movimento de fortalecimento das atividades sindicais, aconteceu permeado pela participação de forças sindicalistas de diversas vertentes, tais como: comunistas, socialistas, trabalhistas e independentes. A maioria, como interesse promover o enfraquecimento da estrutura burocrática montada no período do Estado Novo e promovendo uma atmosfera social e política de muitas inquietações, a partir do momento em que expressavam suas demandas por melhores condições de vida e trabalho.

Em se tratando especificamente do Recife dos anos 1950, posto que foi nesse locus territorial e temporal que o CPPP foi formado, embora já possuísse a forma urbana muito próxima da que possuiu posteriormente, contava com uma realidade educacional e social distinta da que encontramos nos anos 1970 e 1980. O processo de ocupação da cidade não foi ocorrendo de maneira ordenada, gerando uma série de impactos sociais e ambientais.<sup>87</sup> Também compreendemos que havia um expressivo crescimento da população dessa cidade. Muitas pessoas vinham do interior na busca de oportunidades e com expectativas de melhoria de vida.

É interessante destacar que, em 1940, a população da cidade era de 348, 4 mil pessoas, aumentando para 524, 7 mil habitantes em 1950, tendo o município do Recife expandido sua área territorial na década de 50, de 180 km<sup>2</sup> para 209 km<sup>2</sup>. As políticas modernizadoras não transformaram o cenário urbano no sentido de debelar a crescente miséria.<sup>88</sup>

Esse cenário de desigualdades e desorganização social que se estendeu pela década de 1950, não foi algo restrito unicamente à capital pernambucana, mas estava presente por todo o estado. Tendo em vista a realidade social daquele período, podemos imaginar, sem grandes

---

<sup>86</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco** (1955-1968). Recife: FUNDAJ: Massangana, 1990. p. 65.

<sup>87</sup> Conf. PONTUAL, Virgínia. **Tempos do Recife**: representações culturais e configurações urbanas. Revista Brasileira de História. vol.21 no.42 São Paulo, 2001. Desde o final do século XIX Recife vinha passando por um processo de industrialização. Tal processo, deu origem a bairros como Santo Amaro, Boa Vista, Cordeiro, Várzea, Macaxeira e Torre. Contudo, apesar de ter estimulado essas novas configurações urbanas, “o poder político provinha quase que exclusivamente dos usineiros e dos fornecedores, inclusive na ocupação de cargos públicos no executivo e legislativo”.

<sup>88</sup> REZENDE, Antonio Paulo. **O Recife**: histórias de uma cidade. Recife: Fundação da Cultura, 2002. p. 123.

esforços e sem muito otimismo, o cenário referente à oferta de serviços como a saúde e educação.

Sobretudo quando pensamos na oferta pública, não é difícil concluir que provavelmente não era das melhores e que havia a necessidade de muitas e bem estruturadas políticas sociais capazes de reduzir as desigualdades existentes e até mesmo dirimir incoerências entre a realidade e os discursos circulantes, posto que a década de 1950 foi o período impregnado pelos discursos desenvolvimentistas, pelas políticas modernizadoras, que muitas vezes acabavam abrangendo não somente as áreas onde se visualizava um aumento populacional e crescente urbanização, como era o caso da capital, mas também áreas interioranas.<sup>89</sup>

Assim, uma vez que tenha sido um período de grandes expectativas de modernização, principalmente para os grupos no poder, quando pensamos nas condições concretas que levariam a uma possível modernização, não há como não pensarmos no sistema de ensino, visto naquele contexto como importante, não somente no sentido de *preparo para o trabalho* como tanto se afirmava desde os textos constitucionais de 1934, 1937, mas em um segundo plano como espaço de formação humana que exigia atenção por parte das autoridades.

Se no mundo do trabalho operário, as organizações do operariado ocorriam como expressão das necessidades que se apresentavam no chão das fábricas, nas relações com o patronato; no mundo do trabalho docente, é no funcionamento do sistema de ensino, nas políticas educacionais, de um dado período, ou na sua não existência, que identificamos as motivações para a organização desses trabalhadores, compreendendo ao mesmo tempo que suas demandas não estavam desvinculadas daquilo que se passava na esfera política e na conjuntura econômica e social na qual se inseriam. Sendo assim, é fundamental a compreensão da realidade social da Educação.

Quando pensamos na sociedade pernambucana, a oferta do ensino público, para além do ensino primário não tinha ainda tanta abrangência. Realidade que pode ser relacionada ao Nordeste como um todo.

Na figura a seguir, podemos analisar no decênio 1940-1950, o percentual de crianças escolarizadas em cada nível de ensino indicado. Chamamos a atenção para o fato de que a

---

<sup>89</sup> Focamos nossa atenção na cidade do Recife pois foi o centro onde surgiram as associações, na busca de representarem os professores da esfera estadual, tanto da capital como dos espaços interioranos. Contudo, compreendermos que inicialmente não havia um forte processo de interiorização, ficando muitas das lutas restritas aos protagonistas residentes na capital e nas cidades mais próximas.

composição de cada região passou por mudanças ao longo do tempo, de acordo com critérios e objetivos de regionalização, bem como mudanças no interior da ciência geográfica. Na metade da década 1940, os estados que compunham a região nordeste eram: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.<sup>90</sup> Em 1945, foi feita a divisão em Nordeste oriental, formado por todos esses estados já citados e Nordeste ocidental que continha Maranhão e Piauí. Bahia e Sergipe, faziam parte da região Leste Setentrional e nos anos 1960 faziam parte da região Leste. Apenas da década de 1970 tivemos a divisão regional tal como conhecemos atualmente.<sup>91</sup> Desse modo, ao analisarmos a figura abaixo, temos que considerar essas configurações.

**Figura 1** - Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar. Rio de Janeiro, novembro de 1954

Orçãos escolarizadas em percentagem sôbre a população em idade escolar.

Matrículas	Norte (1)		Nordeste(2)		Leste (3)		Centro-Sul (4)	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Primário (5)	63,5	57,9	30,3	49,1	23,9	40,3	57,0	74,0
Secundário	1,6	3,1	1,5	2,7	1,2	2,5	3,8	7,1
Comercial	1,1	1,3	0,3	0,4	0,2	0,3	1,2	1,8
Industrial	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,3	0,3

Fonte: Arquivo histórico do INEP, 1954

Apesar dos números referentes ao ensino primário serem absolutamente mais expressivos em comparação aos demais níveis de ensino, isso não significa que se tratava de uma realidade satisfatória. Esse percentual, foi resultado de algumas ações desenvolvidas pelos poderes públicos, a fim de diminuir os índices de analfabetismo no país.

Durante muito tempo, também com muitas deficiências, boa parte da oferta do ensino primário ficava concentrada nas áreas urbanas. Foi um fator que motivou, desde o final dos anos 1940, iniciativas de autoridades federal e estadual em apoio à esfera municipal para a existência de estabelecimentos de ensino nos espaços rurais, pois parcelas significativas da população nesses espaços não tinham acesso à instrução elementar. Tal situação foi objeto de

<sup>90</sup> Nesse mesmo período Bahia e Sergipe faziam parte da região chamada Este, e Maranhão e Piauí, do Norte.

<sup>91</sup> Mapas apresentando o processo de mudança nas divisões regionais do país podem ser encontrados no site do IBGE: [agenciadenoticias.ibge.gov.br](http://agenciadenoticias.ibge.gov.br)

reivindicação de autoridades políticas, movimentos sociais e outros protagonistas preocupados com as questões educacionais e com a escolarização e alfabetização não só de crianças em idade escolar, mas também de adultos.

Dados referentes ao índice de analfabetismo na década de 1940, revelam como havia necessidade de políticas que alterassem esse quadro. Em pesquisa apresentada no Diário de Pernambuco em 1950, temos o conhecimento de que “nada menos de 71,7 % dos pernambucanos são analfabetos e que apenas 28,3% sabem ler e escrever”<sup>92</sup>, havendo inclusive, municípios em que “apenas 9,5% da população é alfabetizada”. As cidades de Recife e Olinda foram as que apresentaram maior índice de alfabetização, possuindo 67,4% e 60,8% respectivamente. Ainda assim, um número que revela muita exclusão.

Essa realidade *decepcionante*, como apresentava o texto do *Diário de Pernambuco*, vinha se estendendo de tempos. Foi em função dela que no final dos anos 1940 ocorreram algumas iniciativas referentes à ampliação do número de escolas, cuja finalidade era diminuir os altos índices de analfabetismo existentes. No âmbito federal, foi organizado um projeto que visava dar apoio aos estados na organização de espaços escolares que pudessem atender às demandas. O então presidente, Eurico Gaspar Dutra, em mensagem apresentada ao poder legislativo, assim se expressou:

No tocante do ensino primário, incentivou-se o desenvolvimento da rede escolar, visando diminuir o déficit de matrículas, que de ano para ano mais se acentuava, tendo chegado mesmo a elevada percentagem de 90% em alguns municípios, onde faltam na maioria dos casos, professores, prédios, material didático, e conseqüente estímulo para a aprendizagem. A ação supletiva da União neste campo, é pois imperativa, tendo em vista a insuficiência da renda dos estados para tão dispendiosas tarefas. Nesse sentido, o governo desenvolve largo programa de construções escolares que consistiu inicialmente no financiamento de 2.270 prédios para escolas rurais. Sendo que igual número estamos construindo nas regiões de fronteira. No corrente ano, com os recursos já destinados a esse fim, cerca de 2.000 classes, com residência para professores serão construídas, beneficiando diretamente as zonas que delas carecem. O alcance dessa providência é fácil de ser medido desde que se saiba ter sido apurado em levantamento recente, que cerca de 300 municípios do país, não dispõem de um único prédio público especialmente destinado à escola primária.<sup>93</sup>

Além do “déficit de matrícula”, como foi apresentado na fala do presidente, possivelmente resultado não só da ausência de escolas, mas sobretudo do cenário de forte desigualdade social no país como um todo, é possível perceber a precariedade do

<sup>92</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 de janeiro de 1950. Ed. 00010, p. 9. (BNDigital).

<sup>93</sup> Mensagem de Eurico Gaspar Dutra apresentada ao poder legislativo em 15 de março de 1948. *INEP*. Novos prédios escolares para o Brasil, 1948. (Arquivo histórico do INEP). (Grifos nosso)

funcionamento das escolas, no momento em que cita a ausência de materiais básicos para seu funcionamento. Diante dessa realidade, a escola muitas vezes não fazia sentido para muitas pessoas, o que contribuía com o déficit de matrículas. Ainda assim, ações eram necessárias.

Com o incentivo do governo federal, essas escolas foram distribuídas por todo o estado de Pernambuco. Como resultado desse convênio “celebrado entre o estado e o Ministério da Educação”, ficou assim sob a responsabilidade do governo, a “construção de um certo número de prédios (...) no interior para o funcionamento de escolas rurais”.<sup>94</sup> A partir do momento em que o acordo era firmado, era transferido para uma agência do Banco do Brasil “a quota correspondente a um terço da quantia total relativa ao número de escolas distribuídas”<sup>95</sup>. O restante só seria repassado “em duas parcelas a medida em que as construções se desenvolvem, de forma a concluir a última prestação com a conclusão dos prédios”<sup>96</sup>. Tendo em vista certo número de construções que já haviam sido realizadas, quando do início dessa parceria, surgiram uma série de críticas sobre a qualidade e o acabamento dessas construções, havendo comentários de que as construções eram mal acabadas e o material utilizado era de baixa qualidade. Chegando-se a afirmar que muitos prédios tinham “ruído em pouco tempo”.<sup>97</sup> Membros da assembleia legislativa do estado, chegando a visitar as construções, assim observaram: “as escolas rurais que visitamos nos impressionaram bem. Material aparentemente de boa qualidade e mão de obra recomendável”.<sup>98</sup> Ligeiramente, temos a impressão de que o projeto ligado à construção das escolas, levantou muitos questionamentos sobre o adequado uso das verbas destinadas a essa finalidade. Apesar das críticas que possamos fazer, a construção dessas escolas foi significativa para um período que revelava tantas necessidades sociais e educacionais.

É importante citarmos aqui, que nem todo estabelecimento de ensino no espaço rural era de fato uma Escola Típica Rural. Estas funcionavam de acordo com algumas especificidades que iam desde o padrão arquitetônico das escolas até os direcionamentos pedagógicos das mesmas, que deveriam além do conhecimento elementar, oferecer algum tipo de preparo para o trabalho agrícola.

---

<sup>94</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 de janeiro de 1950. Ed. 00012, p. 9. (BNDigital). Os prédios dessas instituições deveriam possuir um padrão e o valor referente ao seu orçamento era o de Cr\$ 60.000,000.

<sup>95</sup> *INEP*. Novos prédios escolares para o Brasil, 1948. (Arquivo histórico do INEP)

<sup>96</sup> *Ibid.*

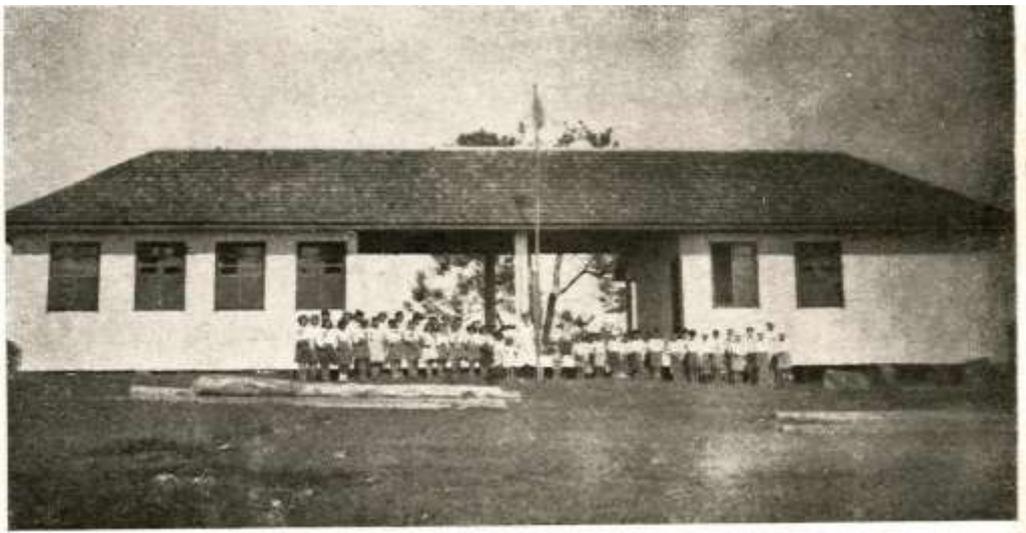
<sup>97</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 de janeiro de 1950. Ed. 00012, p. 9. (BNDigital).

<sup>98</sup> *Ibid.*

A própria inserção da escola deveria ser dentro de um espaço nunca inferior a um hectare de terra para que os alunos pudessem ter acesso às aulas práticas de agricultura. Além disso, deveriam contar com um espaço de acomodação para o professor, o qual residiria na escola.

Não se tratava de um modelo monumental de escola. Era um projeto muito simples, contendo apenas uma sala de aula, para a acomodação dos que habitavam a zona rural local. Oferecia, contudo, melhores condições que os antigos prédios que funcionavam muitas vezes em acomodações inadequadas e sem possuir características básicas necessárias para um estabelecimento de ensino, visando fortalecer as chances de uma aprendizagem escolar. Após finalizado, o projeto deveria possuir basicamente o perfil apresentado a seguir

**Figura 2** - Modelo padrão da ETR.



**Fonte:** Acervo digital do INEP, 1948. Campanhas de Construções Escolares.

Foi o processo de expansão das ETR, s que estimulou algumas políticas de formação de professores, a fim de preparar para o trabalho com essas crianças. Foram organizados os chamados Cursos de Aperfeiçoamento para seleção de professores rurais. Se as candidatas (pois eram geralmente mulheres) fossem aprovadas, seriam nomeadas em caráter efetivo para desenvolverem atividades de ensino. Muito comum encontramos nas páginas do *Diário de Pernambuco*<sup>99</sup>, sobretudo a partir desses primeiros anos do projeto, atos de nomeação do governo do estado, no qual cita nomes das candidatas e o local para o qual foram direcionadas a desenvolver suas atividades de ensino.

---

<sup>99</sup> Nas seções denominadas Atos do governo estadual.

O projeto das escolas rurais, trouxe também novo impulso para o ensino primário como um todo. Com isso, foi desenvolvido pelo Ministério da Educação iniciativas de aperfeiçoamento de professores para o ensino primário e para aqueles que atuavam nas Escolas Normais em todo o país. Os cursos eram mantidos pelo INEP e, podiam “candidatar-se os professores e diretores de escolas primárias e normais de qualquer estado ou território e também o pessoal da administração dos serviços educacionais”.<sup>100</sup> Era uma iniciativa que acabava aproximando todos os envolvidos com o processo de escolarização. As inscrições eram realizadas através de formulários previamente entregues às secretarias de educação, ou em contato diretamente pelo INEP através dos correios. Os candidatos que se matriculassem no Curso, ainda teriam direito a uma bolsa de estudos. Não se tratava de um quantitativo tão abrangente, posto que para o período de 1950-1951, apenas 400 bolsas foram ofertadas.<sup>101</sup> Geralmente, os cursos ofertados abrangiam desde um programa mais voltado para ações de gestão escolar, até aqueles que ofereciam um perfil de atividades mais práticas. Eram os seguintes cursos:

**Quadro 1** - Lista dos cursos oferecidos para professores primários

<b>CURSOS OFERECIDOS PARA PROFESSORES PRIMÁRIOS</b>
Curso básico de orientação educacional e profissional Curso de medidas educacionais Curso de desenho e trabalhos manuais Curso de administração e organização de serviços de educação primária Curso de orientação de jardim de infância Curso de orientação de primeira e segunda séries primárias

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir das informações do DP, 29 de agosto de 195. Ed. 00197. (BNDigital)

Os cursos voltados para a formação de professores que atuavam em escolas Normais, aquelas que preparavam para o ensino primário, era um menor número, mas também tinham um perfil que expressava uma preocupação com a profissionalização dos professores:

**Quadro 2** - Lista de cursos oferecidos para professores do ensino normal

<b>CURSOS PARA PROFESSORES DE ENSINO NORMAL</b>
Curso de administração de Escolas Normais Curso de metodologia e prática de ensino Curso de psicologia aplicada à educação Curso de orientação metodológica e português

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir das informações do DP, 29 de agosto de 1951, ed. 00197 (BNDigital)

<sup>100</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de agosto de 1951. Ed. 00197, p. 2. (BNDigital).

<sup>101</sup> *Ibid.*

Podemos dizer que a oferta desses cursos foi uma medida que não era muito abrangente e até mesmo viável para muitos professores. Porém colocou em questão a necessidade de aperfeiçoamento dos principais atores responsáveis pela vivência da educação escolar, aspecto que foi negligenciado durante muito tempo e que ainda carecia de muito investimento, sobretudo nas Escolas Normais que ofertavam disciplinas básicas no currículo dos professores mas não ofereciam de maneira suficiente os conhecimentos referentes ao mundo agrícola, que era, no caso, um pré-requisito das ETR,s .

Assim, a política de alfabetização por meio da Campanha Nacional de Educação Rural, iniciada nesse período, parece ter sido alvo de muitas críticas, sejam direcionadas às questões infraestruturais das escolas, sejam ligadas à plataforma de formação e apoio pedagógico aos professores. Como relação a esse último aspecto, havia sido aprovado, para o ano de 1951, a adoção de livros didáticos das chamadas “Edições de Melhoramentos”. Materiais que seriam utilizados nos “Grupos Escolares, Escolas Rurais, Escolas Especiais e Escolas isoladas da capital e do interior”. Citaremos apenas alguns, para não nos estendermos num ponto que é transversal em nossa discussão.

Para a 1ª série, além da *Cartilha do Povo* e do *Ensino Rápido*, foi adotado também a *Cartilha da Roça*. Para a 2ª e 3ª séries seriam utilizados os livros *Pátria Brasileira* e livros da série *Na Roça*. Os livros da 4ª e 5ª séries, tinham como título *Brasil Minha Terra* e *Nossa Pátria*.<sup>102</sup>

Os títulos dos materiais a serem utilizados nas escolas primárias, além de buscarem alcançar o objetivo de alfabetização, nos passam a imagem de que buscavam formar um perfil de cidadão que ia de encontro com valores da época, especificamente aqueles produzidos e disseminados pela classe dominante, ligados ao patriotismo e a ideia de cidadania associada ao ato de servir. Foram esses os materiais de apoio utilizados por muitos professores na cidade e zonas rurais.

Porém, apesar dos inúmeros problemas que existiam a ser enfrentados, as narrativas presentes no *Jornal do Professor* apontam que, foi “no coração das jovens professorinhas”<sup>103</sup>, que ocorreu elevada receptividade desse projeto de alfabetização rural. O termo “jovens professorinhas” indica que as mulheres cedo se iniciavam no magistério. Era a profissão mais acessível para muitas delas. Mas também, transparece a visão da mulher como ser frágil,

---

<sup>102</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 de fevereiro de 1951. Ed. 00030, p. 3. (BNDigital).

<sup>103</sup> *Jornal do Professor*, Recife, 15 de outubro de 1955, p. 1. (APEJE).

dependente, subalterno. O texto do Jornal segue afirmando: “Quanto de abnegação e entusiasmo vamos encontrar nessas almas simples e idealistas que estoicamente sonham com a organização de uma modesta Escola Típica Rural, apesar do pouco ou coisa nenhuma que as Escolas Normais Lecionam sobre agropecuária”.<sup>104</sup> A utilização do termo “abnegação”, expressando renúncia, altruísmo, desprendimento, nos leva a pensar que de fato, a educação primária pernambucana, não apresentava as melhores condições. Caso contrário, talvez não demandasse todas essas virtudes.

As políticas educacionais que estavam sendo desenvolvidas, e que possibilitaram a ampliação dos quadros do magistério primário, parecem ter agradado uma parcela das professoras primárias do estado. E isso fica expresso nas manifestações de apreço que foram direcionadas ao então ex-governador Barbosa Lima<sup>105</sup>, quando do momento da sua saída do governo e da sua despedida em 1951. O subtítulo da notícia apresenta que: “As professoras primárias lhe prestaram expressiva homenagem no aeroporto”<sup>106</sup> e que dificilmente um homem que deixou o governo terá tido um “*bota fora*” tão cordial.

Um certo quantitativo de professoras primárias, não sabemos ao certo o número, mas lotaram três ônibus para irem até ao aeroporto, se despedir de Barbosa Lima, que embarcaria à meia noite. Os sentimentos pelo já ex-governador foram apresentados até em forma de poema. A fala da professora Maria Edite de Barros, que falou em nome dos professores, foi uma das que marcou aquele momento. Essas memórias merecem ser apresentadas na íntegra, pois embora não representem a totalidade do magistério, revelam que havia certo grau de gratidão para com as ações desenvolvidas por aquele governo.

ao general Barbosa Lima, devia já o magistério primário de Pernambuco, uma grande parte do seu reconhecimento pelo grande incentivo dado à classe, quando no governo do estado. Agora a dívida para com a família de v.excia. duplicou e ficará perenemente lembrada no coração das mestras primárias de Pernambuco. Ides partir. Seguirão convosco as orações de todas essas criaturas a quem destes novo alento e vida para continuar lutando. Aqui no vosso estado, encontrareis sempre, vós e qualquer membro de vossa família, especialmente vossa digna e abnegada esposa, o acolhimento sincero e alvissareiro de todos os pernambucanos e principalmente o das mestras de vossa terra. O momento das despedidas é chegado. Permitti, portanto, que em nome dessa classe, a quem tanto bem fizestes, volte novamente à vossa presença, para vos entregar esse bronze, símbolo da justiça às humildes professoras de Pernambuco. Quando estiverdes lá, distante e a saudade da

---

<sup>104</sup> Ibid.

<sup>105</sup> Barbosa Lima Sobrinho, assumiu o governo de Pernambuco em fevereiro de 1948 pelo Partido Social Democrático - PSD, deixando o governo em janeiro de 1951. Nos debates das eleições de outubro de 1950, deu apoio a Agamenon Magalhães, que foi o seu sucessor. Conf. Fgv.br/cpdoc.

<sup>106</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 de fevereiro de 1951. Ed. 00025, p. 3. (BNDigital).

vossa terra e da vossa gente se fizer sentir, ele vos lembrará, que foste bom e justo, e que, a nossa gratidão continuará a se desdobrar em bênçãos e orações para v. excia e exma. Família, e que as criancinhas de Pernambuco, terão, graças ao vosso gesto de humildade, mestras mais vivaces, mais otimistas, mais esperançosas e confiantes nos destinos do Brasil.<sup>107</sup>

Chama-nos a atenção o fato de que além do sentimento de gratidão pelas atividades desenvolvidas por Barbosa Lima, haver também uma extensão desse sentimento para com a família. De maneira geral, a fala da professora Maria Edite, nos indica que existia muitas fragilidades no sistema educacional, mas a política de ampliação do número de escolas primárias representou mais visibilidade para as professoras e oportunidades de aperfeiçoamento de suas formações, muitas vezes restrita apenas às Escolas Normais.

As ações do governo Barbosa Lima voltadas ao ensino primário, possivelmente foram os motivos para o clima de admiração existente. Ao deixar o governo, elaborou um discurso apresentando todas as ações que foram desenvolvidas durante a sua gestão. Orgulhoso por suas ações, apresentou que de 1948-1950 foram “criadas 465 cadeiras de ensino primário de letras e de escolas rurais”<sup>108</sup>. Comparou esse número com o do período de 1937 a 1947, no qual foram criadas 405 cadeiras, um número muito inferior para um período de dez anos.

Apresentou também as atividades que puderam ser feitas em colaboração com o governo federal, nas quais se inserem a construção das ETR,s que seriam ao todo 468 edifícios. Um já haviam sido finalizadas e outras, naquele momento ainda estavam em andamento. Falou ainda da construção de três Escolas Normais rurais nas cidades de “Salgueiro, Floresta e Afogados da Ingazeira”<sup>109</sup> e citou a construção de grupos escolares em outras diversas cidades do interior do estado:

O estado já concluiu a construção de grupos escolares em Santo Amaro, Araripina, Bezerros, Ouricuri, Aliança, Amaragi, Dois Irmãos e Catende. Prosseguem as obras quase concluídas dos grupos de Pedra e Petrolina. Em colaboração com o governo federal, estão terminados os grupos de São Joaquim do Monte, Macaparana, Lagoa dos Gatos, Agrestina e Ipojuca. Em andamento e com recursos suficientes para a conclusão de todos eles, se encontram os grupos de Tabira, Angelim, São Lourenço da Mata, Tiambaúba, Lajedo, Bonito, Maraial, Canhotinho, Palmeirina, Escada, Correntes, São Bento do Una, Vicência, Cabo, Paulista, Igarassu. Ao todo 31 grupos escolares com a construção perfeitamente assegurada pelos depósitos bancários existentes, executadas pequenas parcelas, menos de 400,000 cruzeiros para a ampliação dos grupos destinados as cidades mais importantes.<sup>110</sup>

---

<sup>107</sup> Ibid.

<sup>108</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 4 de fevereiro de 1951. Ed. 00028, p. 8. (BNDigital).

<sup>109</sup> Ibid.

<sup>110</sup> Ibid.

Uma vez que vinha ocorrendo um processo de ampliação do número de escolas primárias, isso implicava diretamente o próprio aumento na categoria dos professores.

Ainda sobre esses aspectos da educação em Pernambuco, apesar de em 1942 ter sido elaborada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, proposta desenvolvida por Gustavo Capanema durante o governo ditatorial de Vargas, e que tinha como uma de suas finalidades centrais a formação da *personalidade adolescente* adaptando os indivíduos *às exigências da sociedade*, como pontuava a lei, essa oferta não teve um impacto efetivo para a transformação do cenário educacional brasileiro.

Quando este nível de instrução era ofertado nos territórios, estava na maioria das vezes vinculado aos estabelecimentos privados de ensino. Sendo assim, a maioria continuava sem acesso ao nível de instrução para além do ensino elementar (ler, escrever e contar), que já era objeto de atenção de todas as esferas governamentais, e uma demanda que exigia medidas eficientes.

Para termos uma vaga noção dessa questão, no início da década de 1950, em todo território nacional havia 435 instituições de ensino públicas que ofertavam ensino secundário e 1.336 instituições particulares, oferecendo o mesmo.<sup>111</sup> Sendo assim, apesar de estar existindo um crescimento da oferta desse nível de escolarização, podemos concluir que especificamente nesse período, o grande contingente de professores da esfera pública existente estava atrelado ao ensino primário. Considerando-se que poder se inserir em uma plataforma de estudos pós-primários acabava sendo um privilégio daqueles que tinham condições de pagar.<sup>112</sup>

O ensino secundário também era concebido como espaço para os “privilegiados de inteligência”.<sup>113</sup> Nas décadas de 1950 e 1960, as escolas secundárias passaram a ser vistas como importantes para os projetos de crescimento e fortalecimento da dinâmica social, oferecendo aos que dela faziam parte, a possibilidade de ocuparem posições de maior destaque.

Em Pernambuco, a existência nos municípios de escolas que ofereciam o nível secundário de ensino, acabava sendo sinônimo de “*desenvolvimento*” e “*orgulho para seus*

---

<sup>111</sup> Dados obtidos através do arquivo histórico no INEP,

<sup>112</sup> Quando da instalação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais no Recife, em 1957, a fala do técnico em educação João Barroso, afirma que podia-se “apontar a percentagem desoladora de 50% de analfabetos, mas isso, pra quem não perdeu a fé na educação, representa estímulo e trabalho mais ardoroso e convite e esforço redobrado tanto dos governos, como dos indivíduos”. MEC-INEP. Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife. Boletim mensal, ano 1 nº1. Novembro de 1957. Arquivohistorico.inep.gov.br.

<sup>113</sup> BARROSO, Geraldo. **Imaginário social e ensino secundário**. Pernambuco nos anos 50. ANPUH, 2004, p. 2.

*habitantes*”.<sup>114</sup> Uma realidade que ficou durante muito tempo restrita à capital e as cidades mais próximas e ainda assim de forma muito limitada, posto que havia critérios de seleção para se adentrar nessas escolas, e uma escassa oferta pública das mesmas, como apresentamos.

Esse cenário social nos faz melhor compreender o porquê de iniciativas de organização coletiva terem partido inicialmente dos professores primários. Estes representavam uma maioria na composição do magistério. Nesse ponto, é preciso que lembremos que nesse período as mulheres já eram há muito tempo maioria esmagadora no magistério primário. A análise do quantitativo docente no estado de Pernambuco no período de 1949-1953 nos permite ter uma amostra disso.

**Figura 3** - Anuário Estatístico de Pernambuco. IBGE- Departamento Estadual de Estatística, Recife, 1955.

SITUAÇÃO CULTURAL		213				
VIDA INTELECTUAL						
ENSINO PRIMÁRIO GERAL						
8. MOVIMENTO ESCOLAR, NO QUINQUÊNIO DE 1949/1953						
ESPECIFICAÇÃO		1949	1950	1951	1952	1953
Unidades escolares .....		4 915	5 740	5 920	6 207	6 133
Corpo docente .....	Sexo masculino .....	419	455	481	408	337
	Sexo feminino .....	6 307	7 282	7 275	7 622	7 678
	Total .....	6 726	7 737	7 496	8 030	7 915

**Fonte:** Acervo digital da Biblioteca do IBGE.

Os números acima nos permitem dizer que foram as mulheres as responsáveis pelas primeiras experiências classistas do universo docente, embora carregando consigo o ideário “vocacional”, “missionário” e “maternal”, comumente associado à figura da mulher. Visão que, estava enraizada fortemente no magistério primário e que se estendeu por longo tempo. Em texto referente ao dia do professor, percebemos isso de maneira muito clara.

Para comemorar o dia do professor, estamos assistindo a uma semana de manifestações em torno do assunto. Aliás julgo que melhor diríamos “dia da professora”, uma vez que hoje, praticamente todo o ensino primário está a cargo das mulheres. De fato, é bem mais racional que as crianças sejam orientadas pelas professoras e não pelos homens. Sendo o ensino primário fundamental a verdadeira base para o desenvolvimento da mentalidade da criança e sobretudo ministrado em uma fase em que a criança necessita ser

<sup>114</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 de janeiro de 1950. Ed.00009, p. 9. (BNDigital). “Ensino secundário em Nazaré da Mata”. Essa notícia apresentada trata sobre o funcionamento de duas grandes escolas que ofertavam ensino secundários nessa cidade. Sendo estes o Ginásio São José e o Ginásio Santa Cristina. Respectivamente eram destinados para “rapazes” e “moças”.

bem observada para ser melhor orientada, está visto que uma tal missão cabe quase que exclusivamente às mulheres.<sup>115</sup>

Essas linhas que destacamos no trecho do jornal nos apontam como o movimento associativista foi nascendo já permeado por certas ambiguidades, posto que ao mesmo tempo que reivindicou melhorias para a categoria *dos professores*, enfatizando suas necessidades no interior dos seus respectivos espaços de trabalho, bem como questões ligadas à gestão de suas carreiras, também reforçou a docência como ato de entrega, como uma missão que cabia às mulheres. De certo modo, apesar de todas as limitações, é notório que também acabou ampliando o espaço de ação e representação das mulheres.

Na capital pernambucana, algumas personagens se destacaram, ao assumir uma postura de preocupações e ações ligadas ao magistério primário, não só vinculado ao trabalho realizado na capital, mas igualmente no interior, posto o incentivo do estado para ampliação do número de escolas nesses espaços. Assim, trazemos a figura de Maria Elisa Viegas de Medeiros, como educadora que estimulou a formação do Centro de Professores Primário de Pernambuco, o CPPP. Sua atuação, possivelmente não ocorreu desvinculada de interação com membros e interesses da política estadual, como veremos.

### 3.2 MARIA ELISA VIEGAS E A FORMAÇÃO DO CPPP

Diante de todas as agitações que vinham ocorrendo na sociedade pernambucana, bem como do empenho governamental com as políticas para diminuição dos altos índices de analfabetismo, algumas ações do governo estadual foram tomadas, no sentido de indicação de pessoas que pudessem ser responsáveis pela administração dos projetos educacionais que estavam se desenvolvendo. Foi nesse contexto, que começou a ter mais notoriedade a professora Maria Elisa Viegas.

Não é nossa intenção fazer necessariamente uma biografia dessa personagem, até mesmo considerando aqui que não dispormos do domínio teórico e metodológico que a produção de uma biografia demanda. Assim, modestamente, apresentaremos alguns caminhos da sua vida profissional, pois entendemos que são fundamentais para aprofundarmos nosso conhecimento sobre a própria formação do Centro de Professores Primários de Pernambuco, considerando também que as associações de professores surgem a partir de protagonismos e impulsos individuais e/ou coletivos, buscando representar e atender demandas existentes no mundo do trabalho docente ou quanto a sua formação. Sendo assim, sentimos a necessidade de

---

<sup>115</sup> *Jornal do Professor*, Recife, 15 de outubro de 1955. ano 1, p. 1. Grifos nosso. (APEJE).

percorrer as peculiaridades da organização das associações do magistério pernambucano. Nesse sentido, trajetórias individuais são importantes de serem sinalizadas.

Dito isso, Maria Elisa<sup>116</sup>, foi uma mulher que ingressou no magistério nos anos 1920. Aos poucos foi seguindo uma trajetória de muita aproximação com as questões educacionais que de algum modo foi lhe possibilitando certa visibilidade. Dentre muitas atividades que desenvolveu na área educacional, se destacou, não só por sua atuação como professora, mas por ter feito parte da comissão de professores que representava a Sociedade Pernambucana de Educação<sup>117</sup> e por ter sido escritora da Revista Infantil “Cousas do Meu Brasil”, que já vinham causando admiração desde o final dos anos 1930.<sup>118</sup> As histórias dessa revista foram encenadas durante muito tempo no Teatro Santa Izabel, geralmente por alunos de escolas públicas, tendo sido a oitava e última encenação em 1941.<sup>119</sup> Esse trabalho possivelmente estimulou a fundação do Serviço de Teatro e Rádio Educação, existente no período de 1940-1944,<sup>120</sup> no qual também desempenhou o papel de diretora. Ela reunia muitas habilidades.

Em 1947, através de ato assinado pelo então interventor federal, Amaro Gomes Pedrosa,<sup>121</sup> Maria Elisa foi nomeada em cargo comissionado para ser Chefe da Divisão do Ensino Rural e Supletivo.<sup>122</sup> Nesse espaço de atuação, a educadora obteve grande destaque, na busca pela diminuição dos altos índices de analfabetismo existente no estado, sobretudo nos espaços interioranos onde os índices chegavam a ser estarrecedores. O ensino supletivo fazia parte das políticas de educação que tiveram à frente o ministro da educação Clemente

---

<sup>116</sup> Nasceu em Recife em 26 de maio de 1905, tendo surpreendentemente falecido na mesma data em 1989. Fonte: material de comemoração dos 50 anos do CPP.

<sup>117</sup> *Diário de Pernambuco*, 11 de novembro de 1930. Ed. 00259, p. 6. (BNDigital).

<sup>118</sup> “A peça é uma feliz concepção em que se casam, maravilhosamente, a expressão teatral e a significação educativa”. In. *Jornal do Comercio*, 13 de outubro de 1937. (APEJE).

<sup>119</sup> *Diário de Pernambuco*, 26 de janeiro de 1941. Ed. 00022, p. 7. (BNDigital).

<sup>120</sup> *Jornal do Professor*, Recife, outubro de 1989. Edição extra. (Acervo do CPP)

<sup>121</sup> Em janeiro de 1947 foram realizadas eleições para governadores. Tendo obtido vitória no pleito Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho com um total absoluto de votos de 84.178 (Fonte: Tribunal Superior Eleitoral-TSE, 1950. Dados estatísticos, eleições, federal, estadual e municipal). Contudo, algumas questões o impediram de iniciar o mandato. A coligação, PDC- UDN-PL afirmou a existência de fraudes nas eleições. Iniciou-se então um processo de disputa judicial na qual Barbosa Lima ficou impossibilitado de tomar posse. Dessa forma, o interventor federal que havia sido nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra teve que permanecer com sua atuação até que essa situação fosse superada. A partir de março de 1947, o interventor passou a ser Amaro G. Pedrosa, substituindo o general Demerval Peixoto. De fato, essa questão se estendeu no Tribunal Eleitoral por muito tempo até que a questão foi resolvida e Barbosa Lima assumiu o cargo em fevereiro de 1948. Conf. SILVA, Diego Carvalho. Partidos e alianças políticas na “Moscovizinho do Brasil”: os comunistas e as eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão- PE. Dissertação (mestrado em História) UFF, Niterói, 2015, p. 104. As interventorias federais surgiram com o Estado Novo em 1937. No lugar das eleições para governadores indicava-se os interventores.

<sup>122</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 de maio de 1947. Ed. 00115, p. 4. (BNDigital).

Mariani,<sup>123</sup> no governo de Eurico Dutra. A partir daí, iniciou-se um protagonismo voltado para as necessidades do magistério primário, tendo como foco todo o interior pernambucano e capital.

Avançando pelas trilhas sucessórias da política pernambucana, em 1950, já durante a gestão do governador Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Maria Elisa Viegas, ainda diretora da Divisão do Ensino Rural e Supletivo<sup>124</sup>, foi designada para ser representante de Pernambuco na Reunião da Campanha de Educação de Adultos, um projeto intensamente vinculado às perspectivas desenvolvimentistas e fortalecimento da sociedade urbana e industrial. Tal indicação, reforça o quanto a educadora era reconhecida, não necessariamente por fazer parte do quadro do magistério, como tantas outras mulheres, mas por sua atuação em ações ligadas ao universo educacional, bem como por fazer parte da Secretaria de Educação do estado. Uma pessoa sem muita visibilidade não seria indicada para ser representante de um projeto que foi visto como uma grande ação do governo do estado em parceria com o governo federal, como foi o processo de ampliação das escolas primárias, sobretudo pelo interior do estado.

De acordo com Tenório, a oportunidade de estar à frente desse projeto permitiu a Maria Elisa, “percorrer várias regiões do estado e ampliar sua influência sobre os professores”.<sup>125</sup> Corroboramos com as ideias apresentadas por este autor, e acreditamos que Maria Elisa não foi só uma professora empenhada com as questões educacionais, mas uma figura que possibilitou, naquele momento, certa aproximação entre o magistério e as forças políticas no poder. Evidentemente, não pensamos aqui numa manipulação do professorado, mas de uma relação que se deu, naquele contexto, dentro de uma cultura política mais conciliatória.

Ao assumir a posição de destaque nos quadros da Secretaria de Educação, e tendo conseguido uma maior projeção em meio a categoria do magistério primário, ela teria reunido as condições mais favoráveis para a formação do Centro de Professores, pois em sua trajetória como professora, esse era um desejo já existente, tendo ela participado, desde 1929, de reuniões com esse propósito, as quais ocorriam, muitas vezes, nas casas dos próprios professores.<sup>126</sup>

---

<sup>123</sup> Em julho de 1948, Clemente Mariani esteve no Recife para uma solenidade de exposição referente a uma espécie de inauguração ensino supletivo. O discurso de inauguração seria feito Por Maria Elisa, que era chefe da Divisão do Ensino Supletivo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 de julho de 1948. (BNDigital)

<sup>124</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de março de 1950. Ed. 00068, p. 4. (BNDigital).

<sup>125</sup> TENÓRIO, Edson. **Educação, tempo livre e lazer nas associações docentes de Pernambuco na segunda metade do século XX**. OP. Cit., p.37.

<sup>126</sup> CPP: 50 anos em defesa da educação brasileira, p. 2. Este material foi elaborado pelo CPP, a partir de memórias pessoas ligadas a Maria Elisa. Especificamente, a professora Ivonete Trindade Gomes Galvão quem faleceu em 13 de março de 2020. Esta, foi diretora do CPP nas décadas de 1970 e 1980. Também em edições do Jornal do

Assim, foi nesse contexto de mudanças ocorridas na organização do magistério primário de Pernambuco, no crescimento das políticas que ampliaram os quadros numéricos dessa categoria, bem como das demandas que surgiam a partir dessas mesmas políticas de ampliação, que ocorreu o primeiro grande impulso para a formação do Centro de Professores Primários de Pernambuco, em fevereiro de 1951.<sup>127</sup> Não encontramos nos jornais locais nenhuma referência sobre a criação do Centro nesta data. Essa informação chega até nós através das memórias da professora Ivonete Trindade Gomes Galvão, a qual teve contato, ao longo de sua trajetória como professora, com Maria Elisa. Suas memórias são aqui consideradas como sendo de grande importância, dado não somente o fato de não termos tido acesso a outra documentação, como também por ser uma possibilidade de trazermos à tona a história de indivíduos e grupos que, durante muito tempo, ficaram na posição de invisibilidade em relação ao conhecimento de suas trajetórias de organização. Deixando claro aqui que não consideramos que as lembranças se constituam em uma fonte de menor valor em comparação à documentação escrita, mas sinalizamos apenas o nosso desejo de termos tido outras fontes com as quais pudéssemos ter feito um cruzamento de informações.

É interessante ressaltarmos que, além de não termos encontrado referência sobre esse ato de criação em 1951, até 1955 não identificamos nos jornais nenhuma menção ao CPPP. Esse espaço de silêncio pode ser revelador do fato de que 1951 foi apenas o gesto inicial da construção da entidade que não havia ainda uma formação bem consolidada ou reconhecida publicamente. Esta formalização ocorreu apenas em 1955. Nesse ano, foi noticiada a “criação” do Centro de Professores.<sup>128</sup> Para termos uma melhor compreensão sobre esse processo, cabe aqui que apresentemos alguns fatores que foram decisivos para que isso acontecesse.

### 3.3 ELEIÇÕES EM PERNAMBUCO: OUTROS CAMINHOS DE MARIA ELISA VIEGAS

A partir de sua militância como professora e das atividades profissionais que desenvolveu ao longo de sua trajetória, Maria Elisa acabou enveredando pelos caminhos da política pernambucana. É compreensível que tivesse potencial para isso, pois seu protagonismo no cenário educacional possibilitou que se tornasse figura bastante conhecida. Reuniu o capital social e político necessário para se inserir no campo das disputas eleitorais.

---

Professor, é comum encontrarmos referência aos “pioneiros de 1929”, como sendo estes responsáveis por lançar as bases da entidade e como sendo “reais mercedores da gratidão do professorado”. *Jornal do Professor*, maio/agosto, de 1983. p. 1. (CPP)

<sup>127</sup> Ibid.

<sup>128</sup> Essa informação foi noticiada no *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de janeiro de 1955. Ed. 00022, p. 16. (BNDigital).

Nas eleições que se desenvolveram em Pernambuco no ano de 1954, Maria Elisa concorreu para ser deputada estadual. Fazia parte do Partido Democrata Cristão, partido que “percentualmente mais cresceu no legislativo nacional em 1954”.<sup>129</sup> Naquele ano ela acabou sendo, no seu partido, a que obteve maior quantidade de votos. Venceu o pleito com 3560 votos,<sup>130</sup> tendo sido também a única mulher naquela legislatura a compor o quadro do seu partido e da Assembleia Legislativa. Segundo Ferreira, ela quebrou “a monotonia das roupas engravatadas, dos pronunciamentos de vozes graves”.<sup>131</sup> Fazia sete anos que não havia uma mulher ocupando cargo na Assembléia.<sup>132</sup>

O fato de Maria Elisa ter estado inserida no movimento associativo, tendo sido na realidade uma idealizadora deste, possivelmente potencializou a sua vitória nas eleições. Em boa medida, sua atuação como educadora renomada e seu protagonismo ligado a construção do CPPP abriram os caminhos para que se inserisse na política institucional.

Podemos dizer que o público que a elegeu era predominantemente composto de professores, pois isso fica evidente a partir das falas de agradecimento para o magistério pernambucano, pela sua eleição, como veremos mais adiante.

Algo que possivelmente contribuiu para sua vitória, foi o fato de estar atrelada a um partido cristão. Isso de alguma forma, reforçava a imagem missionária e vocacional que se atribuía à docência e que era sempre apresentada nos discursos voltados para o magistério. Assim, sua inserção nesse partido inspirava mais confiança e até mesmo uma identificação com seus valores e crenças. A entrada de Maria Elisa no campo da política, teria dado um impulso ou fortalecimento quanto à organização do Centro de Professores Primários, possibilitando a efetiva instalação do mesmo e a aprovação do seu estatuto.

---

<sup>129</sup> COELHO, Sandro Anselmo. **O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964)**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 40, p. 93-119. Editora UFPR: 2004, p. 94. O PDC foi criado em julho de 1945 em São Paulo. Seu fortalecimento se deu em parte pelo enfraquecimento de partidos como UDN e PSD. Já na primeira metade dos anos 50, partidos como o PDC, PTN, PSB e MTR, passaram então a ter maior visibilidade.

<sup>130</sup> Dados estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas em 1954-1955. Tribunal Superior Eleitoral, 1958.

<sup>131</sup> FERREIRA, Luzilá Gonçalves. **Presença feminina**. Recife: Alepe, 2002, p. 57.

<sup>132</sup> A primeira mulher a fazer parte da Assembleia Legislativa de Pernambuco foi Adalgisa Cavalcanti do PCB, eleita em 1946. Em 1947, os EUA iniciam a política da Guerra Fria. Questões ligadas ao anticomunismo, acusações de que o PCB não estava seguindo o que estava previsto no seu estatuto, bem como possuía objetivos que não eram condizentes com princípios democráticos, fizeram com que em 1948 o TSE cancelasse o registro do PCB e todos os que eram filiados ao partido tiveram seus mandatos cassados. Sobre esse processo, Conf. REZENDE, Renato Arruda de. 1947, o ano que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética. Dissertação (Mestrado em História), UFGD, 2006.

As reuniões dos professores primários vinculados ao CPPP, quando do momento da organização da entidade, ocorriam normalmente no Círculo Católico de Pernambuco.<sup>133</sup> Quando da vitória de Maria Elisa como deputada estadual, foi marcada uma assembleia nesse local, tendo sido convocados todos os professores primários, não só ligados à rede estadual, mas também municipal e particular da cidade do Recife e do interior. A reunião ocorreu no dia 25 de janeiro de 1955 e foi presidida por Maria Elisa com o objetivo de “debater assuntos do interesse do magistério primário, visando a um imediato movimento de renovação e de reivindicações para o professor primário pernambucano, de qualquer espécie”.<sup>134</sup> Foi nesse momento que a então deputada aproveitou a oportunidade para agradecer aos professores pernambucanos pelo apoio a sua campanha política, bem como “declarou *instalado* o Centro dos Professores Primários de Pernambuco”<sup>135</sup>, o qual teria como primeiro objetivo a ser realizado naquele ano, a construção da Casa do Professor, que iria servir como sede da entidade.<sup>136</sup>

Compreendemos que de fato a *efetivação* da existência do CPPP de maneira formal se deu em 1955, pois foi nessa reunião que saiu tanto a aprovação do estatuto, como também a primeira diretoria do Centro, contando com a liderança da deputada, por ter sido ela uma personalidade que possuía todo um protagonismo no sentido de incentivo à organização coletiva dos professores primários e a principal liderança da associação. Desse modo, podemos dizer que essa inclusão de Maria Elisa na política possibilitou certa fecundidade e fortalecimento da associação em questão.

Num clima de expectativas quanto ao novo momento que os professores estavam vivenciando, naquela assembleia foi lido e aprovado o estatuto da entidade. Havia um grupo de mais de 200 professoras presentes, as quais foram consideradas sócias fundadoras. Todas corroborando com a ideia de que o CPPP se destinava “não apenas a defender uma classe de funcionários, mas acima de tudo, elevar profissionalmente os profissionais do ensino primário, reunindo-os, estabelecendo assim um padrão de melhor nível de intercâmbio”.<sup>137</sup> Para atingir

---

<sup>133</sup> O Círculo Católico de Pernambuco, CIRCAPE, é uma instituição que já possui mais de 100 anos. Nasceu com o objetivo de propagar a fé cristã, atuando nas dioceses existente em todo o estado e desenvolvendo ações sociais. Localiza-se na Rua da Riachuelo, nº 105.

<sup>134</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de janeiro de 1955. Ed. 00022, p. 16. (BNDigital).

<sup>135</sup> *Ibid.*

<sup>136</sup> A construção e inauguração do prédio que viria a ser a Casa do Professor e a sede do próprio CPPP, só ocorreu em 1985.

<sup>137</sup> *Jornal do Professor*, Recife, 15 de março de 1955, p. 6. (APEJE).

esse objetivo central, o estatuto da entidade apresentava todos os pontos que seriam os eixos norteadores das ações a serem desenvolvidas.

Alguns pontos do estatuto são interessantes de serem analisados. No artigo 1º do capítulo 1, consta que a entidade *fundada e instituída* quando da Assembléia no Círculo Católico, enquanto entidade de classe, não teria envolvimento com “*competições* político-partidárias e religiosas”. Observemos que esse trecho do estatuto apresenta claramente que é alheio às *competições*, o que não significa dizer que não se manifestasse a favor de personalidades políticas<sup>138</sup> e expressasse vinculação com determinada corrente religiosa, a saber a fé católica. A própria *Oração dos Professores Católicos*, apresentada no periódico da associação, expressa essa forte vinculação religiosa, bem como a representação da docência como ato missionário.

Deus pai e senhor nosso, fonte de luz e de bondade, iluminai-vos as inteligências para que só ensinemos a verdade, abrasai-nos os corações para que irradiemos nas almas o amor sincero e generoso da virtude. Dai-nos uma dedicação incansável à infância e à juventude que confiastes aos nossos cuidados. Esta humanidade em flor, esperança da Igreja e do Brasil é vossa. Para vós quereis que a eduquemos. Fazei que o nosso magistério seja a resposta ao vosso divino desejo expresso no evangelho: “Deixai que venham a mim os pequeninos”. E para os que trabalham conosco sem a consolação de vos conhecer e amar, pedimo-vos Senhor, a luz da fé que ilumina e a graça do vosso amor que eleva e pacifica as consciências. Assim seja.<sup>139</sup>

Além disso, muitas das festividades e comemorações como o dia dos professores, previsto para ser comemorado todos os anos *com grande solenidade*, de acordo com artigo 4º do estatuto, contaram com a realização de momentos religiosos, deixando assim claro como a entidade tinha um posicionamento muito definido quanto a essas questões. O primeiro dia dos professores após a instalação do Centro, teve como programação uma missa matinal a ser realizada na Matriz Santo Antônio. Na ocasião, o padre responsável pela celebração, Severino Nogueira, fez uma fala referente à *influência do mestre na sociedade*.<sup>140</sup> Fica claro para nós que o não envolvimento em *competições* religiosas, não representava a não aproximação com uma perspectiva religiosa.

Quanto às finalidades definidas para o CPPP naquele contexto, apresentou-se no seu estatuto que eram as de:

---

<sup>138</sup> O próprio apoio dado à candidatura de Maria Elisa expressam isso. Nas campanhas de 1957, com a recandidatura da mesma, as páginas do Jornal do Professor manifestam claramente ao professorado que votem na candidata.

<sup>139</sup> *Jornal do Professor*, Recife, 15 de abril de 1957, p. 3. (APEJE).

<sup>140</sup> *Jornal do Professor*, Recife, 15 de outubro de 1955, p.2. (APEJE).

promover e incentivar a união do professorado primário em Pernambuco; amparar, estudar, liderar e defender quaisquer aspirações justa da classe ou de seus sócios; cuidar do incremento da cultura, intelectual, profissional, moral e cívica de seus sócios, facilitando-lhes e proporcionando-lhes os meios de consegui-lo; prestar apoio moral e material aos sócios dele carecidos; proteger, prestigiar e defender seus sócios quando necessário, em particular ou em público, pela imprensa ou nos tribunais; representar a classe perante as autoridades públicas legalmente constituídas; pleiteando-lhes as providências oportunas e convenientes aos superiores interesses e prestígio sempre maior; criar, instalar e administrar, da maneira que melhor lhe parecer, a Casa do Professor Primário (CPP), onde terá o Centro, sede material permanente.<sup>141</sup>

Nesse trecho do estatuto observamos o caráter de associação profissional, uma vez que expressa a intenção de oferecer atividades de formação ou capacitação para os sócios. Expressa também um perfil voltado para atividades culturais, muitas delas ligadas ao lazer, bem como o caráter assistencial à medida em que se propõe a *cuidar* dos sócios e oferecer apoio material sempre que constatada a necessidade. Além disso, o próprio objetivo de construção da Casa do Professor, nos aponta esse perfil de amparo. Quanto ao caráter propriamente reivindicativo, é refletido nos verbos *proteger, defender, representar*. Podemos dizer que a ênfase em cada um desses perfis, dependeu ao longo do tempo de cada diretoria que esteve à frente do Centro, e que a identidade do mesmo foi oscilante ou maleável em sua trajetória. Sobretudo nas primeiras décadas de sua existência, se afirmou como um órgão que não abrigava “*atitudes de violência*”, as quais eram vistas como sendo “*incompatíveis com a tradição mantida pelo Centro*”. Os termos em destaque são referentes a uma nota apresentada no Diário de Pernambuco em 1968, na qual a diretoria no Centro de Professores pede desculpas pelo comportamento de professoras responsáveis por movimentos de “*pressão*” ligados a pontos da elaboração do ante-projeto da Lei Orgânica do Magistério Primário, que estava sendo discutida na Assembleia Legislativa. A então ex-deputada Maria Elisa e suas companheiras do Centro, apresentam no jornal que “Ao CPPP não cabe nenhuma responsabilidade nos citados movimentos de pressão” e que atitudes de “*violência são incompatíveis com a tradição mantida pelo Centro e o comportamento que ao educador obriga a ética*”<sup>142</sup>

Por atitudes de violência, entendemos que a direção do Centro considerava toda e qualquer conduta do professorado que, de alguma forma, pudesse causar um atrito mais severo com as autoridades governamentais. Mas de fato, poderia ser apenas alguma manifestação mais crítica, algum comportamento que era visto como inadequado para a categoria de professores. Efetivamente não se tratava de “*violência*”, pois entendemos que essa seria postura como as

<sup>141</sup> *Jornal do Professor*, Recife 15 de março de 1955, p. 6. Grifos nosso. (APEJE).

<sup>142</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 de novembro de 1968. Ed. 00260, p. 24. Grifo nosso. (BNDigital).

que ocorreram com professores a partir dos anos 1970: realizar greve sem apoio da entidade, fechamento de escolas, ação também conhecida como *piquetes*, considerados violentos, com capacidade de coação.

As estratégias de atuação do Centro foram conduzidas por um viés muito mais voltado para ações de cooperação com os órgãos do poder, visando o alcance de melhorias para os professores primários. Vivenciavam práticas de acordos ou negociações, seguindo uma linha mais moderada, de busca por alternativas pacíficas, embora os enfrentamentos mais impositivos pudessem levar à resolução de questões de maneira mais rápida. Características que não encontramos apenas em associações de professores, mas nos próprios sindicatos, dadas as condições de seu funcionamento e a questão da estrutura sindical, também tinham esse perfil.

Assim, as entidades não possuíam um comportamento que era estático, mas permeados por variações de acordo com elementos como: a diretoria que estava à frente, o contexto político, as demandas específicas que estavam sendo postas pelo professorado.

### 3.4 O JORNAL DO PROFESSOR

A partir do momento da instalação do CPPP algumas iniciativas foram sendo organizadas por este, sob a direção de Maria Elisa Viegas. Uma delas foi a criação do Jornal do Professor<sup>143</sup>, que teve sua primeira edição em 15 de março 1955. Nas palavras da então diretora do Centro, apresentadas nessa primeira edição, a intenção do Jornal era a de ser um instrumento que se fizesse a voz do professorado primário e pudesse trazer questões referentes ao cotidiano dos professores, fazendo-se também:

voz nas mais diversas conjunturas da nossa vida comum, afirmando-nos, esclarecendo os nossos pontos de vista, ensaiando a nossa defesa, propugnando os nossos direitos, estabelecendo a posição do professorado primário estadual ante aqueles que lhe negam a faculdade mínima de viver os seus destinos e lhe subestimam os méritos modestos, mas reais, e não se pejam até devolver sobre a classe ordeira e trabalhadora dos mestres primários, as vistas da sua inveja, do seu destempero, da sua politiquice, da sua intransigência persecutória e mesquinha. E a tudo sofria o professorado primário, a seu canto, inerme, tácito, tantas vezes humilhado, se a liberdade sequer de uma voz de protesto, de uma palavra a favor das suas reivindicações e de seus ideais. Esta palavra, ordeira, pacífica, voz do ideal comum, do

---

<sup>143</sup> Maria Elisa era a diretora-presidente, Armiragi Brenchenfeld, era a responsável pela parte redacional. Para que os sócios pudessem ter acesso ao Jornal, podiam fazer uma assinatura semestral, no valor de Cr\$ 20,00 cruzados ou assinatura anual, no valor de 35,00 Cr\$. Também era possível adquirir a edição sem ser através de assinatura com o custo de Cr\$ 2,00. Durante um período de 8 anos este jornal teve uma produção extensa, “semelhante aos grandes jornais do estado”. Foi assim até agosto de 1963. Contudo, as diretorias que o Centro possuiu em períodos posteriores, passaram a produzir algo de menor tamanho. In. Material de comemoração dos 50 anos do Centro. CPP, p. 5. (Acervo do CPP).

progresso comum, dos interesses comuns do professorado primário; essa barricada defensiva, essa sentinela de nosso progresso intelectual, técnico, profissional, social, dentro do centro que hoje nos abriga a todos, será de agora em diante, Deus no-lo conceda\_ o Jornal do Professor. <sup>144</sup>

Através dessa exposição das razões do Jornal, é possível perceber muito da essência da própria associação de professores, que se destinava a ser um veículo de reivindicação das necessidades da classe, lançando questionamentos aqueles que não estavam dando o devido reconhecimento à mesma. Ao mesmo tempo, revela que pretendia ter um comportamento que fosse *ordeiro e pacífico*. Em outras palavras, uma conduta mais cautelosa e distante de um perfil agitador.

Foi nessa primeira edição que Maria Elisa expressou de maneira mais formal sua gratidão ao professorado da capital e do interior, pela vitória obtida nas urnas. A fala da deputada estadual e diretora do CPPP é aqui apresentada.

Se a soberania do voto é, sem contestação, um dos princípios democráticos irrecusáveis, aceitamos, penhorada, a votação numerosa, e surpreendente que nos deram e, logo a tendo confirmada oficialmente, saímos à público para agradecimento leal, a quantos, pela amizade e apreço que nos tem; pelo perfeito sentido de classe; pela confiança que depositaram nas possibilidades eleitorais de uma mestra, de uma mulher, \_quiseram sufragar o nosso nome, no pleito em que nos empenhamos. (...) A nossa primeira palavra de agradecimento vai bem viva, pois bem comovida e terna, ao verdadeiro vitorioso, o professorado primário de Pernambuco, expressivamente firme ao lado de nossa causa, que se não há de diferenciar da sua e que constituirá o primeiro escopo da nossa ação na Assembléia: a educação da infância. (...) A Nossa posição de deputada será de coerência com o nosso passado e os propósitos manifestados pela candidata: procuraremos ter independência na defesa intransigente e constante da educação, jamais ficando à margem do seu destino em nosso estado. (...) Agradecendo a todos que me ajudaram na vitória, esperamos merecer-lhes benévola assistência e fiscalização sincera, honesta e democrática em nossos trabalhos parlamentares. Integrada num partido, o Democrata Cristão, ao qual nos filiamos por questão doutrinária, num partido de programa e atitudes definidos, em cujas atividades não existe lugar para transigência e as acomodações, sentimo-nos encorajados a travar as lutas do benefício coletivo, e do bem comum durante todo o nosso mandato.<sup>145</sup>

Fica notório o tom de entusiasmo para com a nova posição ocupada, bem como a gratidão aos professores de Pernambuco. Deixando transparecer em sua fala que sua posição na política seria uma espécie de extensão das lutas que durante tanto tempo foram traçadas em busca de benefícios para o professorado.

---

<sup>144</sup> *Jornal do Professor*, 15 de março de 1955. (APEJE).

<sup>145</sup> *Ibid.*

Embora tenha existido essa inserção nos quadros da política, a elaboração do estatuto do Centro de Professores, como pontuado anteriormente, deixava explícito o tipo de conduta que seria adotado pela entidade. Ou seja, não fazia *competições partidárias*. Assim, acreditamos que Maria Elisa, enquanto política e enquanto diretora do CPPP, assumindo, nas duas posições alcançadas a defesa dos interesses do magistério pernambucano, deve ter sido conduzida com muito cuidado a fim de que o Centro não fosse percebido como seu palanque eleitoral.

Não podemos afirmar até onde foi possível evitar qualquer tipo de imagem de “palanque eleitoral”, posto que mesmo antes de 1955, ano em que ocorreu o registro oficial do CPPP, já havia todo um processo de apoio à candidatura de Maria Elisa por parte dos professores. Também no contexto das campanhas políticas de 1957, o *Jornal do Professor* diretamente pede ao professorado que vote em Maria Elisa para que ela seja reeleita. De acordo com a pesquisadora Lugli, essa parece ter sido uma estratégia utilizada durante o século XX, na qual “professores primários brasileiros buscam eleger representantes para cargos eletivos”.<sup>146</sup> Ter um porta-voz dos professores no Legislativo significava a ampliação de possibilidades de melhores políticas educacionais que fossem interessantes para o magistério. Salientando que essa não era uma estratégia peculiar dos professores, pois outras categorias de trabalhadores também consideravam isso importante.

Numa edição de 1957, o periódico do Centro, com letras garrafais apresentou: “*Professora Maria Elisa Viegas: uma voz sempre alerta aos interesses educacionais*”. O texto escrito pela professora Noemia Bezerra Maia, dizia que “seria injustiça imperdoável de todos nós, professores primários do estado, sentirmos com indiferença o patriótico entusiasmo, a colaboração decisiva da ilustre representante na Assembléia Legislativa”.<sup>147</sup> Para a professora, Maria Elisa estava ali para lutar pela “*infância desprotegida*”. Observemos o tom de agradecimento presente em seu discurso. Ao mesmo tempo em que expressa a satisfação em se ter uma professora ocupando uma posição no legislativo, traz em outro trecho, uma representação do professorado colocando-o como sendo “o batalhador que tem por alto objetivo

---

<sup>146</sup> LUGLI, Rosário S. Genta. **As representações dos professores primários**: estratégia política e habitus professoral. In. *Revista Brasileira de História da Educação*. Nº 9. Jan./jun., 2005. P. 231.

<sup>147</sup> *Jornal do Professor*, 15 de março de 1957, p. 1. (APEJE). É importante destacar que, de acordo com a autoria dos editoriais ou textos dos jornais, havia certa distinção em relação à forma como a prática docente era percebido. Algumas autoras/professoras representavam a docência como ato missionário. Outras, afirmavam que não comportava ao mestre “qualidades sobrenaturais de abstenção e renúncia aos próprios meios de sobrevivência”. Trecho da fala de uma professora, apresentada na edição de 15 de outubro de 1955. Essa realidade nos permite compreender que diversas representações sobre a prática docente eram produzidas e reproduzidas simultaneamente.

os sublimes encargos de conduzir a infância a reintegração de seus direitos no seio bendito da grande pátria brasileira”.<sup>148</sup>

Além dessas imagens sacerdotais e missionárias comumente presentes nos textos do jornal, é muito forte o tom de exaltação da figura da deputada, sendo percebida praticamente como uma figura maternal e inspiradora, devido às suas lutas ligadas ao processo de ampliação do ensino rural, que segundo o texto apresentado no editorial, teria ajudado “as classes rurais, as menos beneficiadas em todas as fases políticas e sociais da nossa História”,<sup>149</sup> tendo sido essas as ações que possibilitaram ao mesmo tempo a projeção do “seu nome entre os mais credenciados educadores nacionais”,<sup>150</sup> e conseqüentemente potencializado sua entrada na política.

Em 1958, ano que ocorreram eleições para o poder executivo e legislativo dos estados, houve um apelo explícito do órgão de classe pela reeleição de Maria Elisa na câmara dos deputados. O *Jornal do Professor* fazia o *lançamento* de sua candidatura. Em reunião realizada para prestação de contas sobre os movimentos da entidade, a professora Alda Lafaiete aproveitou a oportunidade para reforçar ao professorado a necessidade de “manter na câmara estadual uma pessoa cuidando dos interesses da classe, pois melhor do que ninguém ela está identificada com esses mesmos interesses”.<sup>151</sup>

Percebemos que o Centro de professores nutria elevada expectativa quanto à política e, mais especificamente, em relação à inserção de uma professora nos quadros da política institucional. Via-se, então, uma forma de conseguir alcançar objetivos previstos em seu estatuto. Assim, em meio a um jogo de interesses institucionais, possivelmente muitas das ações desenvolvidas pelo Centro, embora contassem com um tom de maior cobrança em relação às autoridades governamentais, caminhava no sentido da negociação e conciliação com os poderes públicos do que necessariamente uma postura mais combativa. Sobretudo nos *anos iniciais* da associação em que sua diretora estava na posição de deputada estadual, comportamentos mais aguerridos pareciam ser dispensáveis.

Nas eleições de 1958, Maria Elisa não foi reeleita. Possuiu um quantitativo de apenas 1.806 votos válidos, ficando na terceira posição como suplente.<sup>152</sup> Com isso, gerou-se certo

---

<sup>148</sup> Ibid.

<sup>149</sup> Ibid.

<sup>150</sup> Ibid.

<sup>151</sup> *Jornal do Professor*, 15 de março de 1958. (APEJE).

<sup>152</sup> Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil e 1958, v. 4. Brasil, Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 1961, p. 148.

sentimento de decepção com o eleitorado pernambucano, sobretudo pela perda que aquilo representava para as atividades ligadas ao ensino elementar, tendo sido estampado nas páginas do Diário de Pernambuco que, o “*eleitorado irresponsável*” deixou de reconduzi-la à Assembleia, “*enquanto reelegia a tanto piolho de cobra*”.<sup>153</sup> Ao longo de seu mandato, ela apresentou inúmeras sugestões, pareceres e elaborou projetos: foi responsável pela construção de grupos escolares em diversas cidades do interior do estado, criou escolas agropecuárias em cidades como Floresta e fortaleceu e expandiu funcionamento de escolas existentes, como ocorreu com o “Instituto de Educação, antiga Escola Normal, no Recife”,<sup>154</sup> projeto que teria sido apresentado à Plenária, pouco tempo após ter sido eleita em 1955. Além dos inúmeros projetos ligados à área da Educação, também destinou atenção à Saúde, aprovando projetos e emitindo pareceres favoráveis para a construção de maternidades no interior, bem como se empenhou para que a Escola de Enfermagem Nossa Senhora das Graças, também no Recife, contasse com o recebimento de um auxílio. Apoiou iniciativas no campo das artes como o Museu de Arte Popular no Recife e outras atividades ligadas ao campo cultural.<sup>155</sup>

Apesar de ter realizado ações importantes para a sociedade, sobretudo no campo educacional, ficamos intrigados sobre o porquê de não ter sido reeleita. Ou seu eleitorado esperava mais da sua atuação, ou deixou de cumprir promessas feitas aos professores. Os fatores que não lhe possibilitaram ser reeleita são difíceis de serem apontados com maior precisão, uma vez que não dispomos de fontes a respeito. O que podemos apresentar é que a eleição de 1958 foi precedida por uma série de descontentamentos referentes ao novo Código Tributário apresentado pelo Executivo e encaminhado à Assembléia Legislativa, levando a uma aliança entre “a burguesia industrial do estado, representada pela UDN, e as classes populares e os setores progressistas e nacionalistas, representados pela Frente do Recife”.<sup>156</sup> Vieram a lançar a candidatura de Cid Sampaio ao governo do estado, o qual teve inicialmente apoio do PCB. Esse cenário anterior às eleições representou o fortalecimento das esquerdas, o que pode ter afetado os grupos conservadores como o Partido Democrata Cristão do qual Maria Elisa fazia parte.

Mesmo não tendo ela reingressado aos quadros da assembleia legislativa, continuou atuante no CPPP e em outras atividades que tinham como preocupação central a carreira do

---

<sup>153</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 de janeiro de 1960. Ed. 0011, p.4. (BNDigital).

<sup>154</sup> FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Op. cit, p. 63.

<sup>155</sup> Ibid

<sup>156</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco**. 1955-1968. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. p. 93.

magistério e questões ligadas ao ensino primário brasileiro. Também foi reconduzida ao seu cargo como Diretora do Departamento Técnico de Educação Primária da Secretaria de Educação do estado, desempenhando outros papéis como veremos a seguir.

### 3.5 O IV CONGRESSO NACIONAL DE PROFESSORES PRIMÁRIOS

Em 1959, o CPPP, sob a direção de Maria Elisa, começou a organizar IV Congresso Nacional de Professores Primários,<sup>157</sup> no qual a mesma foi presidente. O congresso teve como principal objetivo “reunir a grande classe dos professores primários do Brasil para estudo de tudo quanto interessar ao binômio- professor primário e criança”,<sup>158</sup> bem como “examinar e debater problemas relacionados com o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do ensino”.<sup>159</sup> O evento estava marcado para o período de 17 a 24 de janeiro de 1960. Tinha direito a participação “professores primários titulados por Institutos de Educação ou Escolas Normais dos diferentes estados ou escolas da federação”.<sup>160</sup>

Com relação às temáticas que seriam tratadas no congresso, a maioria delas se direcionava para um viés que contemplava questões muito mais vinculadas ao universo pedagógico, tais como a relação entre a criança e a educação integral, a aplicação das artes na escola primária e a questão da iniciação à leitura. Abriu-se espaço para algumas pautas mais específicas que, numa perspectiva nacional, geralmente inspiravam questionamentos aos governos de acordo com as políticas direcionadas ao magistério, tais como a questão da *remuneração, promoção e aposentadoria*. Pontos que ultrapassam o espaço puramente pedagógico e se direcionam para uma perspectiva de classe. Não conseguimos mensurar até que ponto essas questões foram de fato exploradas, mas possivelmente demandaram mais espaço para discussão, posto que o centro dos debates acabou sendo a profissionalização e o aprimoramento das práticas de ensino

---

<sup>157</sup> O primeiro Congresso de Professores Primários ocorreu em dezembro de 1953 na Bahia. Em Pernambuco, o movimento Cruzada de Educadoras Católicas, organizou uma série de conferências pedagógicas visando uma preparação dos professores para o congresso. As reuniões de formação aconteciam no Círculo Católico e estavam abertas não só para professores, mas para qualquer pessoa que se interessasse em participar. DP. Recife, 28 de outubro de 1953. O movimento Cruzada de Educadoras Católicas foi fundado em Pernambuco em 1931, tendo como objetivo o fortalecimento do catolicismo na sociedade por meio da Educação, afastando assim o paradigma da Escola Nova, movimento que dentre outras questões lutava por uma sociedade mais democrática, liberal, e por um afastamento entre Igreja e Estado. A CEC buscava desenvolver uma atuação que possibilitasse uma aproximação com os professores do estado, exercendo sobre estes uma forma de doutrinação. A organização da Cruzada reflete os conflitos sociais e políticos em torno da escola pública.

<sup>158</sup> *Jornal do Professor*. Recife, agosto e setembro de 1959. p. 1. (APEJE).

<sup>159</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1960. 2º caderno. Ed. 20493, p.1. (BNDigital).

<sup>160</sup> *Ibid.*

Como dissemos, o CPPP estava à frente da organização do congresso. Mas que outros sujeitos ou personalidades políticas estavam envolvidos no processo de organização? As atividades do evento contaram com amplo apoio da Secretaria de Educação do estado de Pernambuco, especificamente com o auxílio do então secretário de Educação, o professor Lourival Vilanova<sup>161</sup>, e o governador do estado, Cid Sampaio.<sup>162</sup> O estado teve papel importante, convocando reuniões e estimulando a participação das escolas no processo de elaboração de atividades que seriam apresentadas durante do evento.

Com a proximidade do congresso, ele passou a ser intensamente anunciado em diversos meios de comunicação. Até mesmo pelo interior houve um processo de divulgação, como por exemplo, em Caruaru (PE), onde a Rádio Cultura do Nordeste transmitiu palestras “*preparatórias para o conclave*”,<sup>163</sup> o que poderia gerar uma adesão maior dos professores às atividades pedagógicas e culturais que estavam previstas.

Nas páginas do periódico *Diário de Pernambuco*, ao longo de todo período anterior ao congresso existiram informes feitos pela Comissão de Finanças, tratando da organização das atividades que seriam desenvolvidas. Nas notícias, observamos que se fazia todo um apelo às autoridades “escolares, professores estaduais, municipais e particulares”<sup>164</sup> em suas respectivas comissões devidamente credenciadas, que realizassem a entrega “no departamento de educação, das importâncias decorrentes de contribuições, festivais, benefícios, vendagem de flâmulas, estendendo-se a solicitação a todo estado de Pernambuco”.<sup>165</sup> Compreendemos que as escolas passaram a organizar atividades nas quais era possível arrecadar algum dinheiro, o qual seria investido na organização do Congresso. Houve a participação ativa da Secretaria de Educação do Estado, apoiando o Congresso de Professores e incentivando a participação de todo magistério primário.

Esse envolvimento com os departamentos do governo sinaliza que o evento não estava inclinado a ser um espaço de ajuntamento para a colocação de propostas reivindicativas num sentido mais forte do termo. A relação do Centro com a Secretaria de Educação parecia ocorrer

---

<sup>161</sup> Foi um jurista pernambucano formado pela UFPE em 1942. Posteriormente lecionou disciplinas da área de Direito em universidades no Brasil e no exterior e também foi autor de diversas obras nessa área. A função de Secretário de Educação e Cultura de Pernambuco, bem como de diretor da Faculdade de Direito do Recife foi uma das poucas atividades administrativas que desenvolveu em sua carreira. Faleceu em 2001.

<sup>162</sup> *Jornal do Professor*, Recife, janeiro de 1960. p. 4. (APEJE). Cid Feijó Sampaio foi usineiro e industrial de Pernambuco. Veio a se formar em química e engenharia. Na trajetória política, fez parte da criação da UDN e foi presidente do diretório estadual de Pernambuco. Tomou posse como governador em 31 de janeiro de 1959.

<sup>163</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife 3 de janeiro de 1960. Ed. 00300, p. 35. (BNDigital)

<sup>164</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 de janeiro de 1960. Ed. 00005, p. 6. (BNDigital)

<sup>165</sup> *Ibid.*

como se fosse uma relação de dependência ou de subordinação. Com relação às críticas direcionadas ao cenário nacional, elas estiveram inclinadas para o fortalecimento do sistema educacional de ensino sem tratar de mudanças sociais mais profundas.

O evento possuiu um perfil de capacitação, formação e até mesmo recreativo, considerando as produções de trabalhos manuais ou pedagógicos destinados a serem expostos durante o Congresso e a grande quantidade de atividades culturais realizadas. A comissão executiva do evento solicitava aos “inspetores, orientadores do ensino, dirigentes e responsáveis por estabelecimentos de educação primária”<sup>166</sup> que levassem esses trabalhos manuais para o grupo escolar Manoel Borba. Outras escolas funcionaram como ponto de oficinas, recebendo materiais e também elaborando as artes que seriam expostas.

Atividades de perfil artístico foram realizadas durante todo o encontro, tais como corais falados, performances realizadas pelo Conjunto Orfeônico das Professoras de Música e Canto Orfeônico, bem como demonstrações teatrais, tendo inclusive corais escritos por Ariano Suassuna.<sup>167</sup> O Congresso possuiu um tom bastante festivo e talvez até necessário dada a natureza e seriedade das temáticas a serem tratadas. Era uma forma de tornar as coisas mais leves e até mesmo oferecer um bom acolhimento para professores que vinham dos mais distantes estados.

As atividades contaram com a presença de professores primários de diversos estados, autoridades civis, militares, eclesiásticas, com representantes do Ministério da Educação, como a Técnica de Educação Dulce Kanitz Vicente Viana,<sup>168</sup> e com o engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura, Guaraci Cabral de Lavor, que era especialista em educação rural e ia debater a tese referente à “importância do Clube agrícola na escola, no meio rural e na comunidade”.<sup>169</sup> Representantes políticos locais como o prefeito de Recife Miguel Arraes,<sup>170</sup> e o governador Cid Sampaio estiveram acompanhando o evento. De acordo com o CPPP, Recife

---

<sup>166</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 de janeiro de 1960. Ed. 00003, p. 6. (BNDigital).

<sup>167</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de janeiro de 1960. Ed. 00013, p. 8. (BNDigital).

<sup>168</sup> *Jornal do Professor*, Recife, janeiro de 1960. (APEJE).

<sup>169</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1960. 2ºcaderno. Ed. 20493, p. 18. (BNDigital).

<sup>170</sup> No penúltimo dia do Congresso, como forma de homenagear o magistério primário e expressar seu interesse pelas questões educacionais, Miguel Arraes ofereceu um almoço para os representantes das delegações presentes. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de janeiro de 1960. O prefeito representava tendências progressistas no campo da política e tinha também aproximações com movimentos da sociedade cujo interesse era diminuir os impactos do analfabetismo, estimulando desenvolvimento cultural e possibilitando um engajamento das pessoas na vida política. Isso justifica sua participação no evento que pretendia tratar de questões ligadas ao sistema educacional brasileiro. Para uma melhor compreensão sobre a atuação de Miguel Arraes e seu envolvimento com as lutas em prol da educação ver SOUZA, Fábio Silva de. O movimento de cultura popular no Recife (1959-1964). (Dissertação) FFLCH- USP, 2014, p. 23.

sediou “o magno Congresso dos *abnegados* professores primários do Brasil”,<sup>171</sup> no qual seria feito uma radiografia da situação do ensino primário brasileiro. Observem como o termo *abnegados* expressa a construção de uma imagem do professorado.

Durante a noite do dia 17 de janeiro no Teatro Santa Isabel, ocorreu a abertura do evento, contando com a fala da professora Maria Elisa, expressando seu contentamento pelo início das atividades.<sup>172</sup> No momento da solenidade algumas professoras também tiveram espaço para falar. Uma delas foi a representante da delegação cearense, a professora Mirtes Lopes Campos, que expôs para os presentes que os governos de fato têm uma preocupação em assistir a crianças:

ora fornecendo o alimento e a roupa, aumentando de ano em ano a rede escolar dos municípios brasileiros; criando postos de saúde e lactários. Mesmo assim, lamentavelmente não tem resolvido de modo satisfatório a intrincada gama problemática da criança brasileira. Se lhes mandam leite, este é usado o mais das vezes como objeto na deprimente mercantilização do voto na véspera de eleição; se lhes oferecem roupas, fazem-no esporadicamente, nas proximidades das festas natalinas, como se vestimenta não fosse necessidade perene e constante.<sup>173</sup>

Após essa fala carregada por uma dura crítica, tiveram a palavra o governador de Pernambuco, Cid Sampaio e o Secretário de Educação do estado. Fica-nos a dúvida sobre se a fala da professora Mirtes gerou algum constrangimento para as autoridades ali presentes. O testemunho dos arquivos nem sempre nos possibilita esse tipo de compreensão. A memória é acompanhada da lembrança, mas muitas vezes também dos esquecimentos ou silêncios. Sendo assim, resta a possibilidade de imaginar que pode ter havido ali algum constrangimento diante das duras críticas feitas pela professora.

Aquele não foi o único momento de formalidades. O primeiro dia do Congresso (dia 18 de janeiro), foi marcado por uma missa matinal solene iniciada na Basílica de Nossa Senhora do Carmo. Quase como uma tradição do CPPP, havia sempre uma aproximação entre os eventos de maior significado com as celebrações religiosas. No Teatro do Parque, às 9 horas, a esposa do governador, Dulce de Souza Sampaio, fez uma espécie de inauguração dos trabalhos manuais e didáticos que foram desenvolvidos pelas escolas durante todo o período anterior ao Congresso. Durante a tarde, houve um espaço de tempo destinado para exposições que envolviam as Escolas Rurais da capital e interior. As atividades foram distribuídas no sentido

---

<sup>171</sup> Ibid.

<sup>172</sup> *Jornal do Professor*, Janeiro, 1960, p. 4. (APEJE).

<sup>173</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 de janeiro, 1960. Ed. 00014, p. 3. (BNDigital).

de oportunizar a participação de todos os segmentos do ensino primário, bem como exposição de amostras dos trabalhos artísticos que as práticas com o ensino infantil estimulavam.<sup>174</sup>

Mas o evento não contou apenas com esses movimentos de caráter mais festivo. A comissão executiva, no segundo dia do Congresso, realizou a distribuição dos temas oficiais que seriam discutidos em grupos de estudos, os quais haviam sido definidos no ano anterior e expostos nas páginas do *Jornal do Professor*. Os debates aconteceram na Faculdade de Filosofia e cada grupo era conduzido por um representante de cada estado, buscando colocar em pauta as questões que eram consideradas mais importantes.<sup>175</sup> Naquela ocasião, ainda não havia chegado todas as delegações que representavam os estados que estavam participando.<sup>176</sup> Havia naquele dia, em torno de 1.600<sup>177</sup> congressistas participando e uma expectativa de que chegassem outros grupos.

Algo que nos chama a atenção nas atividades realizadas é que embora tratassem de questões muito pertinentes para o aperfeiçoamento das práticas de ensino, e buscando discutir ainda que de forma mais tênue, a questão da remuneração e plano de cargos e carreiras, não chegou a desenvolver a discussão sobre um ponto muito sensível naquele tempo que era a questão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>178</sup>, a qual estava sendo intensamente discutida naquele mesmo período e era inclusive objeto de disputas.

Apresentaremos aqui algumas questões apenas para termos uma breve dimensão desse debate.

### 3.6 A LEI DE DIRETRIZES E BASES

A elaboração da Lei de Diretrizes e Bases, foi um processo iniciado em abril 1947, a partir das atividades de uma Comissão responsável por elaborar um anteprojeto de lei. Em 29 de outubro de 1948 esse anteprojeto foi direcionado para a Câmara Federal por Clemente Mariani, que era o Ministro da Educação na época. Embora a Comissão tenha elaborado o

---

<sup>174</sup> *Jornal do professor*, Recife, janeiro de 1960, p. 4. (APEJE).

<sup>175</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 de janeiro de 1960. Ed. 00014. (BNDigital).

<sup>176</sup> Só o estado do Mato Grosso não teve representação no Congresso.

<sup>177</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 de janeiro, 1960.

<sup>178</sup> Desde o ano de 1948 havia uma discussão em torno da LDB, tendo sido naquele ano apresentado o projeto pelo ministro da Educação Clemente Mariani, elaborado a partir do empenho de vários intelectuais e da formação de comissões para discutir respectivamente o ensino primário, médio e superior. O projeto de lei chegou a ser conhecido como Projeto Mariani. Em meio a muitos adiamentos e interesses em torno da educação brasileira, essa discussão chegou em 1959 com o projeto substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Lacerda, sendo também alvo de muitas críticas. Todo esse espaço de tempo entre o projeto original e a promulgação da lei 4024 em 1961, nos mostram como o cenário educacional tem sua trajetória marcada por disputas ideológicas.

anteprojeto em prazo razoável, existiam muitas propostas em seu texto que levavam à divergências. Devido a isso, passaram-se 13 anos até ser aprovado e se transformar em lei.<sup>179</sup>

Num primeiro momento, foi forte a polêmica em torno da centralização *versus* descentralização do ensino. De 1930-1964, existiu uma centralização tributária do governo federal, que determinava os gastos com a educação. Apesar de sua atuação ser muito importante para o fortalecimento e expansão do ensino, naquele novo contexto considerava-se que eram necessárias mudanças.

Algumas questões merecem ser aqui apreciadas. A comissão que foi responsável pela elaboração do anteprojeto da LDB, era formada em boa parte por representantes do Movimento da Escola Nova.<sup>180</sup> Teve a presença de nomes como: Manoel Lourenço Filho, presidente da comissão, Almeida Júnior, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira. Desse modo, muitas orientações do anteprojeto estavam de acordo com os ideais escolanovistas, defendendo por exemplo que os estados e municípios deveriam ter maior autonomia em relação ao ensino, cabendo à União a função supletiva e regulatória. Era uma forma de buscar superar práticas ou característica do Estado Novo.

Outra questão causadora de muitas disputas, era que o anteprojeto defendia que os recursos públicos deveriam ser unicamente para escolas públicas e não privadas. Esse ponto foi um dos mais sensíveis do documento, posto que entrava em confronto com os interesses de setores conservadores ligados à igreja católica, que possuíam muitos estabelecimentos de ensino privado de ordem confessional. Este ponto da discussão levou inclusive a acusações de que o projeto possuía certa inspiração comunista, de que o Estado queria ter o total controle do sistema educacional. Muitos estabelecimentos de ensino privado tinham interesse em receber subsídios do governo, pois sem esse apoio econômico: “muitas não conseguiriam sobreviver, em virtude do crescente empobrecimento da classe média, e da nascente preferência do proletariado urbano pelo ensino técnico.”<sup>181</sup>

---

<sup>179</sup> RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**. Op. cit, p. 165.

<sup>180</sup> O movimento da Escola Nova no Brasil teve como grande marco o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) que envolveu o trabalho de grandes intelectuais, possuidores também de ideias divergentes entre si tanto com relação às orientações políticas quanto à teorias pedagógicas. Alguns apresentavam posicionamentos mais liberais, outros simpatizavam com o socialismo e defendiam o papel do Estado na oferta do ensino público. Apesar de se tratar de um grupo heterogêneo, não impediu que apresentassem um “plano de reconstrução educacional para o país” (GHIRALDELLI. 2009, p.28).

<sup>181</sup> MOREIRA, 1960, p. 289 Apud. CUNHA, Luiz Antônio; FERNANDES, Vânia. **Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para poderes públicos na primeira LDB**. In Educ. Pesqui., São Paulo, v. 38, n. 04, p. 849-864, out./dez., 2012. 2012, p. 852.

Tendo em vista as inspirações que deram origem ao anteprojeto, bem como os interesses em jogo, podemos compreender o porquê de ter passado tanto tempo até ser de fato aprovado como lei em 1961.

Em meio a estes embates, um dos motivos para esta morosidade na tramitação teria sido o fato de que o relator do projeto na Câmara era Gustavo Capanema, que havia sido Ministro da Educação durante o governo Vargas e possuía muita influência no Congresso Nacional. Quando do encaminhamento do projeto para a Câmara, ele teria sido responsável por conseguir que este fosse arquivado durante muito tempo.

Percebemos que as tensões e polarizações foram não só referentes à educação, mas estavam ligadas ao próprio cenário político nacional, pois o país ainda estava num processo de transição, já que há pouco tempo havia sido encerrado o governo ditatorial de Vargas, e o novo presidente Eurico Gaspar Dutra (PSD) estava buscando oferecer novos contornos para a política do país, ao mesmo tempo encontrando resistências. O projeto de elaboração da LDB refletia a busca por uma reorganização, contudo foi objeto de disputas durante toda a década de 50,

[...] pelo seu viés descentralizador supostamente ameaçador a unidade nacional, o projeto de LDB foi esquecido e extraviado. Em 1951, a Câmara determinou a recomposição do projeto, o que só ocorreu 6 anos mais tarde. A partir de então, a tramitação foi retomada e a AEC<sup>182</sup> reposicionou-se para defender os interesses privados.<sup>183</sup>

Dentro desse contexto, devemos pensar a composição política do período que foi da apresentação do anteprojeto (1948) até sua aprovação como lei (1961). Basicamente, existiam dois partidos que possuíam ampla representação partidária tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal: o PSD e a UDN. De acordo com Schmitt, esses foram um dos partidos mais “importantes do ciclo político que vai de 1945-1964”.<sup>184</sup> Embora o país estivesse vivenciando uma nova realidade política, muitos representantes do PSD eram remanescentes do Estado Novo, e se manifestavam de forma contrária a alguns pontos da LDB, dificultando assim a aprovação do texto. Mas não podemos dizer que isso era unânime, pois muitos também eram próximos dos setores conservadores católicos e viam problema em que os estabelecimentos de ensino privado contassem com apoio do Estado.

---

<sup>182</sup> Associação de Educação Católica.

<sup>183</sup> CUNHA, Luiz Antônio; FERNANDES, Vânia. **Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB**. In. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 849-864, out./dez., 2012. p. 853.

<sup>184</sup> SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 18.

Em 1958, o deputado Carlos Lacerda<sup>185</sup>, da UDN, apresentou o primeiro projeto substitutivo que defendia entre outras questões que os estabelecimentos de ensino privado tivessem apoio financeiro do Estado. Como era de se esperar, entidades como a Associação de Educadores Católicos e empresários do ensino no geral prontamente ofereceram apoio a este substitutivo. Em outra direção, como reação ao projeto de Lacerda, educadores ligados à Comissão que elaborou o anteprojeto da LDB elaboraram um Manifesto defendendo fortemente a “expansão do ensino público como condição necessária à democracia, à igualdade de oportunidades e ao desenvolvimento econômico baseado na industrialização”<sup>186</sup> em detrimento do fortalecimento do setor privado. É importante compreendermos que havia uma ala conservadora que defendia o substitutivo Lacerda pelos interesses que já ressaltamos, assim como representantes políticos do PSD acabaram convergindo com o substitutivo Lacerda. Desse modo, todos esses conflitos reverberaram no movimento docente. Esses embates permaneceram até o início dos anos 60 e, com menor ou maior ênfase foram tratados em encontros de professores. Seja os do ensino público, seja nos estabelecimentos de ensino privado.

### 3.7 O CONGRESSO NACIONAL DO SETOR DE ENSINO PRIVADO

No dia sete de janeiro de 1960, ocorreu em Petrópolis - RJ, o VI Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino Comercial.<sup>187</sup> Nesse evento discutiu-se alguns aspectos do ensino primário nacional e até questões referentes ao ensino médio. Apesar de ser promovido por sindicatos e grupos ligados ao ensino privado, temas como “a realidade econômica da escola pública, a atuação do poder público e o direito da família na educação da prole”<sup>188</sup> estavam entre os mais específicos. O conjunto da sua programação contou com um dia reservado apenas para discussão de questões nacionais de educação, no meio da qual se inseria o debate em torno do projeto de LDB que se encontrava em “tramitação na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados”.<sup>189</sup>

O estado de Pernambuco teve dez representantes participando e compartilhando de uma reivindicação geral, que era “o reconhecimento para todos os fins dos estudos realizados nos estabelecimentos de ensino particular em igualdade de condições com o ensino oficial”.<sup>190</sup> Essa

---

<sup>185</sup> Possuía perfil liberal, ligado a setores empresariais e marcadamente anticomunista.

<sup>186</sup> CUNHA, Luiz Antônio; FERNANDES, Vânia. Op. cit. p. 853-854.

<sup>187</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 de janeiro de 1960. Ed. 00004, p. 6. (BNDigital).

<sup>188</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1960. Ed. 00002, p. (BNDigital).

<sup>189</sup> *Ibid.*

<sup>190</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1960. Ed. 00004, p. 5. (BNDigital).

pauta gerou certa polêmica. Na época, muitas professoras normalistas formadas em instituições oficiais de ensino; ou seja, públicas, tinham o entendimento de que a nova lei, ao permitir que instituições privadas formassem professores, tirariam delas oportunidades de emprego. Nesse sentido, reivindicavam que se o projeto de LDB fosse aprovado, era preciso que destinasse a elas a prioridade para serem admitidas nas escolas primárias como professoras. Tal postura representava em grande medida, uma descrença no potencial de formação das instituições privadas.

Essa foi uma polêmica que perdurou durante certo tempo nos jornais da grande imprensa do Rio de Janeiro, então capital do país.<sup>191</sup> Editoriais apresentados no *Jornal do Brasil*, chegaram a avaliar que a posição em que muitas normalistas estavam sendo *levadas*, não passava de uma “tempestade em copo de água”, pois não havia “abundância de professoras habilitadas e sim, falta”.<sup>192</sup> O editorial seguia afirmando que a União, os estados e os municípios tinham o direito de apontar quais os critérios para admissão dos seus empregados públicos. Ainda afirmava que ficaria a critério do poder público:

exigir que as professoras primárias sejam necessariamente formadas pelas suas próprias escolas, ou estabelecer, no caso de ser o magistério provido por concurso, que tenham preferência as que tenham cursado. Ninguém pôs em dúvida o direito do brasileiro de qualquer estado oriundo de qualquer estabelecimento de ensino, de concorrer às cátedras de ensino superior ou secundário (...) porque esse exclusivismo em relação ao professorado primário, quando neste, como nos outros, a condição fundamental deve ser a competência?<sup>193</sup>

Em Pernambuco, os jornais igualmente apresentaram um debate sempre num sentido mais favorável ao que a LDB trazia em termos de maior liberdade para os estabelecimentos de ensino privado.

Durante a realização do congresso, esteve presente o deputado Aderbal Jurema (PSD-Pernambuco),<sup>194</sup> político envolvido com questões da área educacional. Fez um pronunciamento dirigindo-se aos participantes daquele evento, no qual afirmou que a LDB começaria a ser

---

<sup>191</sup> Até abril de 1960, o Rio de Janeiro foi a capital do Brasil. Sendo a capital posteriormente transferida para Brasília. Sobre se o projeto tiraria direitos ou oportunidades das professoras normalistas, essa discussão ficou sendo apresentada durante certo tempo no *Jornal do Brasil*, veículo informativo da grande imprensa do Rio de Janeiro.

<sup>192</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1960. Ed. 00029, p. 3. (BNDigital).

<sup>193</sup> *Ibid.*

<sup>194</sup> Já havia sido secretário de Educação em Pernambuco. Após a fundação do CPPP em 1955, foi considerado sócio emérito pela Associação. Consideremos então que tinha influência no estado de Pernambuco assim como também com o CPPP.

votada no dia 18 de janeiro na Câmara Federal.<sup>195</sup> Chamou a atenção de todos com relação a importância daquela votação e se posicionou de maneira favorável à aprovação da lei.

Havia uma expectativa de que até maio daquele ano (1960) a lei estivesse sancionada, pois de acordo com Aderbal Jurema, “mesmo no Senado da República, para onde subirá o projeto, os parlamentares da Comissão de Educação e Cultura da Câmara envidarão todos os esforços para sua rápida tramitação”.<sup>196</sup> Entendemos que a fala do deputado foi carregada de um tom de excessiva expectativa, buscando ofuscar as polarizações em torno do projeto, posto que o mesmo só veio a ser finalmente aprovado em fevereiro de 1961. Sendo assim, podemos considerar que aquelas foram apenas as discussões iniciais que se estenderam ainda por muito tempo devido aos interesses ou perspectivas políticas envolvidas.

Nas discussões que estavam sendo realizadas havia toda uma polêmica que partia da ideia de superar a dicotomia entre ensino público *versus* ensino privado. De acordo com Aderbal Jurema, a futura lei iria se definir “*contra o estatismo totalitário do ensino*”.<sup>197</sup> Para o deputado, o governo da União deveria perceber que a questão da alfabetização era uma tarefa pesada a ser enfrentada e por esse motivo, era “injusto deixar aos estados todo o ônus da sua manutenção”.<sup>198</sup> Defendia claramente a atuação da esfera privada de ensino.

Era notório que aquele era um debate extremamente sensível no campo das políticas educacionais. Interferia diretamente na vida dos principais agentes envolvidos com a vida escolar (alunos e professores). Isso acaba ficando muito visível no momento em que afirmou que a nova lei possibilitaria maior liberdade para as escolas particulares, uma vez que estas poderiam escolher as matérias obrigatórias e as optativas que iriam sinalizar as preferências dos alunos quanto ao estudo. Ela impulsionaria também a oferta de disciplinas vocacionais de “acordo com o mercado de trabalho de cada região”.

O deputado continuou sua fala expondo que: “a finalidade da futura lei é que o aluno que não quiser seguir cursos superiores, encontre-se realizado com o curso médio, podendo

---

<sup>195</sup> Ou seja, um dia após o início do Congresso Nacional dos Professores Primários no Recife.

<sup>196</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 de janeiro de 1960. Ed. 00006, p. 7. (BNDigital). Com relação ao processo de tramitação da lei, quando ela veio a ser aprovada na câmara, em fevereiro daquele ano, o professor Mario de Brito, em texto publicado no *Jornal do Brasil*, periódico do RJ, apresentou que no momento da votação “os deputados nem sequer se mantinham sentados em suas cadeiras (...) era um bando de homens em pé, conversando pelos cantos”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1960. Ed. 00028, p. 7. (BNDigital). Possivelmente o professor esperava uma maior atenção por parte dos parlamentares, considerando ser aquele um tema sensível.

<sup>197</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 de janeiro, de 1960. Ed. 00006, p. 7. (BNDigital).

<sup>198</sup> *Ibid.*

viver com que aprendeu”.<sup>199</sup> Na sua concepção, isso não significava que os cursos técnicos eram feitos para os pobres e que o ensino secundário e superior era para os ricos. Era preciso acabar com o que chamava de *marxismo pedagógico*. Por esse termo empregado, é possível percebermos o seu posicionamento ideológico,<sup>200</sup> a defesa do capital, da educação como negócio. Acreditava que as propostas trazidas na LDB não deveriam ser percebidas como prejudiciais às professoras normalistas nem como tendo um papel na reprodução das classes sociais.

A discussão em torno da LDB ia além da questão da oferta de ensino por escolas particulares. Trazia questionamentos sobre o que poderia oferecer em termos de melhorias ligadas aos programas de ensino elementar. Diante do que apresentamos, podemos questionar o porquê dessa discussão ter ficado ausente nas pautas abordadas no Congresso de Professores Primários que estava ocorrendo no Recife. A princípio, descartamos a possibilidade de terem considerado ser uma discussão prematura no seio do Congresso, pois a discussão em torno na LDB perpassava o cenário há pouco mais de dez anos em tramitação entre a Câmara e Senado. O fato de não ter desenvolvido o debate, foi explicado como tendo sido uma dificuldade em relação à administração do tempo, posto que de acordo com a programação estava prevista uma discussão sobre a “*reforma do ensino*”<sup>201</sup> que era o tema central do Congresso, mas acabou não sendo discutida *por falta de tempo*, assim divulgaram em nota nos jornais.

Até poderíamos considerar que pudesse ter ocorrido essa “ausência” de tempo dado a quantidade de atividades mais festivas ou lúdicas desenvolvidas ao longo do Congresso, e até o investimento nos debates em torno da construção de uma entidade de representação nacional, causando certa dispersão quanto a uma discussão tão em evidência naquele momento. Contudo, o fato do processo de construção da LDB ter estado envolvido em grandes embates e visões a respeito do projeto, de algum modo fez com que a discussão acabasse não acontecendo até para que não se aflorassem divergências. É preciso lembrar que Aderbal Jurema, considerado sócio emérito do CPPP, desde as origens do Centro, defendia o projeto de LDB com vantagens para os estabelecimentos de ensino privado. Desse modo, acreditamos que aquele debate pode ter

---

<sup>199</sup> Ibid.

<sup>200</sup> Levantamos esse questionamento sobre a ausência de discussões em torno da LDB, pois ele gerou inquietações no magistério em outros estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, o Jornal Carioca chegou a noticiar a nova lei visava “dar regalias oficiais ao ensino feito por instituições privadas”. Diário Carioca, 6 de abril de 1960. Ed. 09745, p. 4. (BNDigital). Esse tipo de opinião revela a polarização em torno no debate. Compreendemos que numa dimensão estrutural o Estado capitalista brasileiro está ligado a práticas privatistas e busca realizar concessões a grupos específicos visando atender seus interesses econômicos.

<sup>201</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 de janeiro de 1960. Ed. 00018, p. 10. (BNDigital).

sido deixado de lado intencionalmente, pois devido ao grande número de professores e associações presentes talvez quisessem evitar algum tipo de conflito.

Embora o Congresso dos Professores Primários não tenha dado fôlego a discussões de grande importância, proporcionou o primeiro impulso para a criação de uma entidade nacional de representação dos professores públicos primários, dada a expressividade da participação das associações de classe de diversos estados brasileiros. Dentre as que estiveram presentes, podemos citar:

“1. Centro dos Professores Primários do Rio Grande do Sul; 2. União do Magistério Primário Acreano; 3. Associação dos Professores Primários do Amapá; 4. Sociedade Unificadora dos Professores Primários da Bahia; 5. Centro de Estudos e Recreação do magistério Primário do Ceará; 6. Associação dos Professores Primários de Goiás; 7. União dos Professores Primários do Estado da Guanabara; 8. Associação dos Professores Primários de Minas Gerais; 9. Centro do Professorado Paulista; 10. Centro de Professores Primários de Pernambuco; 11. União dos Professores Primários do Estado do Rio de Janeiro”<sup>202</sup>

De acordo com nota produzida pela União dos Professores Primários do Distrito Federal e divulgada no jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, houve no Recife, “um perfeito entrosamento com as associações de classe de professores públicos primários de todos os estados”.<sup>203</sup> Esse entrosamento possibilitou condições para a aprovação da Confederação dos Professores Primários do Brasil, cuja finalidade era a de “congregar o magistério da nossa pátria em defesa de seus interesses que são interesses da criança brasileira”.<sup>204</sup> É interessante nesse trecho como os interesses do magistério são sempre associados aos interesses dos alunos, neste caso, as crianças. Algo muito semelhante à forma como o CPPP se expressava em seu periódico de comunicação, o *Jornal do Professor*.

Considerando os frutos do congresso realizado e apesar de qualquer dificuldade que possa ter existido, podemos afirmar que o CPPP teve um papel importante enquanto articulador de um evento que proporcionou a formação do primeiro órgão de representação nacional. Também é imprescindível mencionar que Maria Elisa Viegas de Medeiros fez parte da primeira diretoria, tendo sido também aclamada presidente daquela Confederação Nacional. Desse

---

<sup>202</sup> MONLEVADE, João Antônio Cabral. **Valorização salarial dos professores: o papel do Piso Salarial Profissional como Instrumento de Valorização dos Professores da Educação Básica.** Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Unicamp, SP, 2000. P. 60.

<sup>203</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1960. Ed. 11421, p. 42. (BNDigital).

<sup>204</sup> *Ibid.*

modo, isso garantia ao CPPP uma visibilidade e até certa influência em meio ao conjunto das associações dos estados.

### 3.8 A ATUAÇÃO DA CPPB

A criação da CPPB ofereceu uma maior projeção para as demandas do magistério primário, a partir do momento em que ela congregava interesses e preocupações de diversas associações espalhadas pelo país. Apesar de ter sido uma entidade nacional, há ainda muito que ser investigado sobre sua atuação, sobretudo quanto aos limites dessa atuação. Do ponto de vista das produções bibliográficas é difícil encontrarmos informações sobre o protagonismo que desempenhou e a forma como tratou questões ligadas as demandas do magistério primário.<sup>205</sup> Os jornais que consultamos não nos ofereceram muitas informações sobre a dinâmica de sua atuação. Porém, mesmo diante de lacunas, alguns pontos puderam ser mapeados.

Como apresentamos anteriormente, na ocasião do IV Congresso de Professores Primários, a CPPB contou com sua primeira diretoria, sob a presidência de Maria Elisa Viegas. Passado algum tempo daquela experiência de fundação, nos dias 17 a 24 de janeiro de 1962 ocorreu em Goiânia o V Congresso de Professores Primários,

---

<sup>205</sup> Alguns trabalhos desenvolvidos pela rede de pesquisadores sobre associativismo e sindicalismo de trabalhadores em educação (ASTE), abordam a CPPB, porém não de forma tão abrangente. Muitos desses estudos se concentram na década de 1970, quando em função da Lei 5.692/71 a CPPB passa a representar também professores secundários, passando a ser Confederação dos Professores do Brasil -CPB. Esse foi um momento de mudanças na estrutura associativista de professores.

**Figura 4** - Abertura do V Congresso Nacional dos Professores Primários



**Fonte:** *Revista de Educação* Ano XX, jan./ abr., de 1962 n. 51. In. Repositório institucional da UFSC (repositorio.ufsc.br). Consultamos a versão digital. Um exemplar encontra-se disponível no Arquivo Histórico Estadual-AGEPEL- Goiânia, GO.

A solenidade de abertura aconteceu no cine teatro em Goiânia, e como podemos observar na imagem acima, tal como ocorreu em Recife no IV Congresso, muitas autoridades se fizeram presentes, assim como “secretários e representantes de outros estados, presidentes de associações e centros de professores primários de outras unidades federativas, presidentes de delegações e muitas autoridades educacionais”<sup>206</sup>

Representando Pernambuco, compareceu o Secretário de Educação do estado, o professor Lourival Vilanova, acompanhado de Maria Elisa Viegas e mais 40 professoras de Pernambuco.<sup>207</sup>

Para representar todas as delegações presentes no Congresso, a professora Maria Elisa Viegas, enquanto presidente da CPPB, diretora do CPPP e também Diretora do DTEP (Departamento Técnico de Educação Primária de Pernambuco) proferiu algumas palavras.<sup>208</sup>

<sup>206</sup> *Revista de Educação*, 1962. Repositório Institucional da UFSC.

<sup>207</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de janeiro de 1962. Ed. 0008A (1), p. 6. (BNDigital).

<sup>208</sup> A Revista apresentou que ela teria “arrebatao com seu improviso pleno de sinceridade, belo na forma e preciosos no conteúdo, toda a mesa e assistência que, a aclamaram emocionados de pé”. *Revista de Educação*, 1962, p. 25.

**Figura 5** - Maria Elisa proferindo discurso no V Congresso dos Professores Primários em Goiânia.



**Fonte:** *Revista de Educação* Ano XX, jan./ abr., de 1962 n. 51. In. Repositório institucional da UFSC (repositorio.ufsc.br). Consultamos a versão digital. Um exemplar encontra-se disponível no Arquivo Histórico Estadual-AGEPEL- Goiânia, GO.

Sua expectativa era de que aquele evento iria possibilitar transmitir uma mensagem *reivindicadora* de questões que eram uma exigência da *sociedade moderna*, de acordo com suas palavras. Para a professora, os educadores do país tinham “na sua obra de educar e ensinar, a divina experiência, aquela que emana do poder supremo que criou todo o universo (...) ao professor primário cabe o dever de comandar o homem dentro da civilização em marcha, de assumir responsabilidade da preparação da criança.”<sup>209</sup> Mais uma vez, observamos a representação do professorado primário brasileiro como possuidor de uma missão sacerdotal e patriótica. Algo muito presente nesse tipo de evento e que nos indica os sentimentos cotidianos existentes. Esse tipo de imagem foi colocado em destaque não só na fala de Maria Elisa Viegas, como também da professora Maria Isabel Reis e Silva.

---

<sup>209</sup> Ibid, p. 25.

**Figura 6** - Presidente do V Congresso de professores Primários.



**Fonte:** *Revista de Educação* Ano XX, jan./ abr., de 1962 n. 51. In. Repositório institucional da UFSC ([repositorio.ufsc.br](http://repositorio.ufsc.br)). Consultamos a versão digital. Um exemplar encontra-se disponível no Arquivo Histórico Estadual-AGEPEL- Goiânia, GO.

Maria Isabel era a presidente daquele congresso e também da Associação de Professores Primários de Goiás. Após saudar os professores dos diversos estados ali presentes, disse que era uma alegria poder conhecer de perto “a heroica e dedicada plêiade de professores brasileiros. Bravos, que enfrentam distâncias e barreiras, a fim de se unirem e juntos estudarem seus problemas educacionais”.<sup>210</sup>

Com relação a tais problemas, determinados temas foram discutidos nas plenárias realizadas. Dentre eles, identificamos os seguintes: a articulação entre a escola e a comunidade, a questão da alfabetização e o problema do rendimento escolar, e a relação entre a escola oficial e o desenvolvimento brasileiro.

Os temas tratados uma vez estando ligados a uma perspectiva de fortalecimento do sistema educacional, no sentido de busca por melhorias, discutiam também como a educação estava voltada para uma espécie de progresso da sociedade brasileira à medida em que era instrumentalizada visando sobretudo interesses econômicos. Atrelado a essa atmosfera de

---

<sup>210</sup> Ibid. p. 28

análises, diagnósticos e busca de resoluções para os problemas educacionais, o V Congresso abriu a oportunidade para a discussão de uma série de teses. De todas elas apenas uma esteve voltada para “melhoria de vencimentos e assistência aos que batalham incansavelmente pelo aprimoramento do nível intelectual do povo”.<sup>211</sup> A tese foi de autoria do professor goiano Olímpio Pereira Neto. Ele defendia que os professores deveriam contar com um Instituto de Aposentadoria e Pensões, pois os professores estavam *desamparados* no que se refere essa questão. O tema da aposentadoria viria a ser anos depois um dos pontos mais reivindicados pelas associações de professores e pela CPPB.

Nesse Congresso, alguns fatos de grande expressão aconteceram, sendo o principal deles, a filiação da CPPB à Confederação Mundial das Organizações de Profissionais do Ensino- CMOPE.<sup>212</sup> Sobre essa entidade não encontramos produções que apresentem quais suas perspectivas políticas ou suas origens. Em certa ocasião, Maria Elisa Viegas chega a afirmar que era uma organização que não tinha “filiação política ou governamental”.<sup>213</sup> Algo que gera muitas dúvidas, considerando que os anos 60 foram marcados por muitas polarizações políticas e sendo assim, as entidades internacionais poderiam refletir aquele cenário. Moacir Gadotti, nos apresenta que a filiação da CPPB àquela entidade teria facilitado financeiramente a sua sobrevivência, uma vez que a CPPB vinha sendo apoiada “apenas pelos órgãos oficiais ligados à educação”.<sup>214</sup>

### 3.8.1 Desdobramentos do V Encontro Nacional de Professores Primários (1963)

Foi essa vinculação da CPPB à CMOPE que oportunizou a intensificação de certos debates ligados às condições de trabalho dos professores, questão que era de algum modo tratada nos congressos, porém muitas vezes de forma tímida, pois discutia-se mais intensamente questões pedagógicas.

Foram realizadas uma série de atividades tendo apoio daquela entidade. Uma das que teve maior destaque foi a organização de um evento internacional envolvendo cerca de 80 países, que ocorreu em agosto de 1963 no Rio de Janeiro.<sup>215</sup> Como costumava ocorrer nos eventos de professores, levava certo período de tempo até serem vivenciados, buscando assim

---

<sup>211</sup> Ibid, p. 35.

<sup>212</sup> MONLEVADE, Op., cit., p. 60.

<sup>213</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 de maio de 1963. Ed. 0098, p. 21. (BNDigital).

<sup>214</sup> GADOTTI, Moacir. **Estado e sindicalismo docente**: vinte anos de conflito. Revista Adusp, dez, 1996.

<sup>215</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1963. Ed. 12409, p. 37. (BNDigital).

garantir uma participação expressiva dos professores e de suas respectivas associações existentes pelo país.

A CPPB passou todo o ano comunicando o evento educacional que pretendia reunir professores de todo o mundo. Informava através de seus boletins e da imprensa oficial os critérios para a participação, afirmando o seguinte: “os mestres interessados em participar do Conclave, deverão associar-se às entidades (...) existentes em seus estados e filiadas à Confederação.”<sup>216</sup> A medida adotada possivelmente foi uma estratégia para estimular que os professores se associassem às entidades representativas, promovendo assim o fortalecimento das mesmas e da própria Confederação.

De acordo com a CPPB, era importante que todos os professores públicos se associassem para que dessa forma pudessem “realizar sua missão”.<sup>217</sup> A missão a qual a entidade se referia, era aquela relacionada com o fortalecimento do sistema educacional brasileiro e a oferta de uma boa educação para as crianças do país, a qual só seria possível se houvesse boas condições para os professores. Para isso, a entidade apresentava que era também importante que os professores, uma vez unidos, tivessem um protagonismo na construção de propostas e sugestões que pudessem levar a melhorias.

Embora o encontro estivesse marcado para agosto, como se tratava de um evento internacional, algumas atividades de preparação foram desenvolvidas. Uma delas foi uma reunião de delegados que ocorreu em julho no Rio de Janeiro, tendo participação de mais 350 delegados de outros países, e mais de 90 delegados do Brasil.<sup>218</sup> O intuito era estudar “as condições de trabalho para uma educação de qualidade”.<sup>219</sup> Não só a CPPB estava à frente da organização, mas também a Associação Brasileira de Educação<sup>220</sup>, o que indica a existência de apoio e comunicação com outros órgãos e intelectuais que tinham uma atuação voltada para a esfera educacional.

Naquele momento de preparações, *o temário*, como era chamada a pauta de discussões, girava em torno das seguintes questões: “Educação de adultos, instrução rural, ensino das

---

<sup>216</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 31 de março de 1963. Ed. 12381, p. 50. (BNDigital).

<sup>217</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1963. Ed. 12398, p. 37. (BNDigital).

<sup>218</sup> Os delegados são pessoas vinculadas às associações de professores e ligadas às bases. Tem geralmente a função de exercer um papel de comunicação entre as entidades e os professores em seus locais de trabalho. Exercem uma militância que visa sempre manter um elo entre as bases e as associações ou sindicatos.

<sup>219</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1963. Ed. 12467, p. 15. (BNDigital).

<sup>220</sup> Entidade da sociedade civil sediada no RJ e criada em 1924. Reunia professores e intelectuais de diferentes áreas com interesses nas questões educacionais.

ciências, instrução técnica e profissional e instrução audio-visual”.<sup>221</sup> Os temas em questão foram escolhidos a partir das sugestões de todas as associações de professores que iam participar do encontro. A apresentação daqueles temas fortalecia os objetivos da CMOPE voltados para o “fortalecimento das qualificações acadêmicas e profissionais dos educadores”.<sup>222</sup>

Ao discutir sobre a educação de adultos ou educação rural, por exemplo, era possível ir de encontro com a questão das boas ou más condições de trabalho encontradas em âmbito internacional, tema central dos debates. Consideramos que de certo modo, poderia ocorrer um afastamento em relação à temática central, mas isso dependeria muito das escolhas de quem estivesse conduzindo as discussões, pois os temas adjacentes poderiam inclinar os debates mais para uma abordagem sobre a *prática* docente num sentido mais puramente pedagógico. E isso pode ser percebido no fato de que havia um forte intuito de se melhorar os *métodos de ensino* e criar condições *para* que eles tivessem um *caráter universal*.<sup>223</sup> Portanto, é difícil mensurar a profundidade do debate sobre as condições de trabalho docente, já que tinham um enfoque nos métodos de ensino.

Apesar de qualquer limitação ou fragilidade que possamos apontar, é interessante destacar que dentro de uma dimensão de caráter internacional foi a primeira vez que ocorreu um evento no qual a CPPB teve envolvimento em uma discussão que tinha a potencialidade de colocar de forma mais intensa as mazelas do sistema educacional brasileiro. Consideramos aqui esse ineditismo justificado pelo tempo de existência da entidade, considerando que se tratava de uma organização de formação recente (criada em 1960). Numa perspectiva mais local, é preciso ressaltar que promovia o apoio às Associações que desenvolviam atividades de reivindicações por aumento de vencimentos. Como ocorreu com o estado de Minas Gerais naquele ano de 1963, em que os professores reivindicavam vencimentos que fossem “compatíveis com sua nobre missão”.<sup>224</sup> Naquele estado, as movimentações estavam sendo lideradas pela então vice-presidente da CPPB, a professora Marta Nair Monteiro.

Com relação ao processo de inscrições para o evento organizado pela CMOPE, Maria Elisa Viegas estava à frente do mesmo assumindo função de organizadora. Justamente devido a essa atuação, foi que os mestres interessados em participar do evento e que desejassemiliar-

---

<sup>221</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1963. Ed. 12395, p. 8. (BNDigital).

<sup>222</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1963. Ed. 12480, p. 15. (BNDigital).

<sup>223</sup> *Ibid.*

<sup>224</sup> *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1963. Ed. 12409, p. 37. (BNDigital).

se a CPPB, deveriam enviar sua correspondência à sua presidente, escrevendo para o CPPP que naquele tempo se encontrava localizado na “Rua da Matriz, 77, Boa Vista- Recife- PE”.<sup>225</sup> A secretaria geral da CPPB ficava no Rio de Janeiro no estado da Guanabara, tendo como responsável a professora Mair Leal.

Todo esse movimento de participação em eventos de porte nacional e internacional, permitem concluir que o CPPP era uma entidade que possuía amplas possibilidades para desenvolvimento de uma atuação eficiente. O fato de sua presidente ser Maria Elisa Viegas, colaborava grandemente para isso. Contudo, acreditamos que havia limites para essa dinâmica, uma vez que a própria mentalidade do professorado primário não levava a se identificarem como trabalhadores, e que reverberava na associação, posto que ao mesmo tempo em que falavam de lutas, reivindicações, por vezes acompanhavam esses termos com certa perspectiva missionária da profissão, revelando assim as ambiguidades da docência.

Algo que não poderíamos deixar de mencionar é o fato de que, embora nos anos iniciais da década de 1960 as associações de professores tenham tido todo um empenho na busca de pensar a realidade educacional e ver como era possível atingir melhores condições de ensino e trabalho, inclinados para a tentativa de superar o intenso quadro de analfabetismo existente, quando pensamos na realidade pernambucana, não identificamos qualquer tipo de aproximação com os movimentos populares que desenvolveram estratégias nesse sentido, tais como o Movimento de Cultura Popular do Recife, que surgiu em 1960 tendo apoio da prefeitura de Recife e que contou com o protagonismo de estudantes e intelectuais engajados na lutas sociais, tendo como intuito possibilitar um engajamento social e fortalecimento do nível cultural do povo, a partir da promoção de diversas atividades educativas nas quais se utilizou vastamente recursos da arte, sobretudo música e teatro, e iniciativas como programas de rádios com duração geralmente de uma hora e que estavam voltados para alfabetização.<sup>226</sup> Dentre as personalidades mais marcantes que tiveram participação nesse projeto, podemos citar o prefeito do Recife, Miguel Arraes e pensadores como Paulo Freire trazendo consigo a ideia de uma educação libertadora.

Sabemos que o MCP possuía uma influência tanto de ideias socialistas como cristãs. Um cristianismo mais identificado com a transformação social. Já o CPPP, mesmo possuindo

---

<sup>225</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 31 de março de 1963. Ed. 12381, p. 50. (BNDigital).

<sup>226</sup> Conf. KREUTZ, Lúcio. Os movimentos de educação popular no Brasil, de 1961-1964. Dissertação (mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas. Departamento de Filosofia, Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/>. Conf. SOUZA, Fábio Silva de. O Movimento de Cultura Popular do Recife. Op., cit., 2014.

uma aproximação com o discurso cristão, era sob um viés conservador. A sua relação com o Partido Democrata Cristão também expressa isso. Esses fatores explicam o porquê de não ter realizado algum tipo de vínculo com os movimentos populares voltados para educação. Do ponto de vista do seu posicionamento perante as questões políticas do país, que naquela conjuntura encontrava-se permeada por muitos conflitos, procurava manter certo distanciamento desses debates. Buscava sobretudo nesses momentos de tensão se declarar como entidade “apolítica”, conforme o que era expresso em seu estatuto. Havia perfis diferentes de atuação, pois o Centro de Professores via a capacitação docente como uma forma de melhoria do sistema educacional, atuando conjuntamente com os departamentos da Secretaria de Educação, como podemos ver na organização dos encontros nacionais de professores primários. Os movimentos de Cultura Popular, mesmo contando com o apoio de órgãos governamentais, tinha um potencial de serem mais críticos em relação à realidade social e política.

Salientamos aqui que esse afastamento do Centro de Professores e da própria Confederação em relação a movimentos que tinham dimensão mais popular, não excluem as experiências do mesmo e sua importância no sentido de possibilitar maior visibilidade para o professorado primário, pois é inquestionável que tratava de temas importantes para o magistério e mantinha uma relação estreita com outros organismos empenhados em discutir estratégias para fortalecimento do sistema educacional brasileiro. São trajetórias e experiências que não devem ser desconsideradas.

### **3.8.2 Mudanças e permanências**

Diante do que apresentamos, reforçamos a ideia de que a figura de Maria Elisa, de sua trajetória como deputada, presidente da Confederação Nacional, diretora do CPPP, representa muito da trajetória do Centro pernambucano, possibilitando sua interação junto a outras associações de professores e com órgãos de projeção nacional e, ao mesmo tempo, expressando limites de atuação, pois possuía relacionamento estreito com forças políticas e autoridades governamentais, deixando-nos a dúvida sobre até que ponto poderia questionar, pressionar e encaminhar demandas do professorado que representava. De todo modo, seu protagonismo voltado para o professorado de Pernambuco, em primeira instância, e ao professorado de uma forma geral, percorreu basicamente uma década.

Como vimos anteriormente, logo quando da formação da CPPB no congresso realizado em Recife em 1960, Maria Elisa esteve assumindo a presidência daquela entidade. Contudo, em janeiro de 1964 durante a realização do VI Congresso em Belém do Pará, cujo tema central

foi “A influência do professor na compreensão internacional”<sup>227</sup>, ocorreu uma mudança na direção da entidade, que passou a ter a professora Lucy Monteiro, diretora do Centro de Professores do Rio Grande do Sul como presidente e Mariam Siqueira Tavares na vice-presidência.<sup>228</sup> Como costuma acontecer nesses movimentos de transição de diretorias, se projetava algo para ser alcançado. Assim, ao assumir a direção, um dos objetivos da liderança nacional era o de “elevar o conceito do professor na vida da comunidade”. Esse objetivo por si só, nos revela essa necessidade de se alcançar uma posição de valorização em relação às questões salariais.

A Confederação que passava por aquele momento de mudança, possuía, então, vários projetos, tendo como ideia central fortalecer e dinamizar as “entidades de classe dos mestres primários em todos os estados e territórios do Brasil”.<sup>229</sup> A CPPB através da gestão da professora Lucy, tratava da importância de que os professores estivessem unidos para que pudessem ter força de *reivindicar seus direitos*. Outras questões de ordem mais específica foram pensadas e apresentadas no intuito de fortalecer a Confederação.

No *Diário de Notícias*, jornal da imprensa do Rio Grande do Sul, estado da então presidente, identificamos alguns objetivos pensados nesse sentido de fortalecimento, tais como: “descoberta e projeção dos valores do magistério, incentivo das entidades estaduais do professorado para que se unam em federações, promoção de encontros regionais das referidas entidades e a criação de novos departamentos na Confederação”.<sup>230</sup> É notório como se colocava a necessidade de se fortalecer a atuação das entidades estaduais, bem como a necessidade da CPPB assumir um protagonismo nesse sentido de articulação entre essas entidades. Além disso, é possível notar que havia uma demanda de melhor estruturação das secretarias no interior da CPPB, possivelmente uma melhor distribuição de tarefas dentro daquele órgão, o que poderia talvez lhe oferecer chances de maior eficiência.

Foi nesse sentido que em junho de 1964 ocorreu no estado de São Paulo, o I Seminário das Associações de Professores organizado em parceria com a CMOPE, possuindo ampla

---

<sup>227</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1964. Ed. 21726, p. 7. Hemeroteca digital. O congresso ocorreu entre os dias 6 e 13 de janeiro. Entre as teses que foram discutidas no evento citamos: “A função social de uma entidade de classe, validade do diploma de normalista no território nacional, atualização do professor através de revistas pedagógicas, colônias de férias, condições sociais, técnico-culturais, profissionais e econômicas dos professores”. É importante mencionar que as teses são temas geralmente levados pelos professores ou delegados que estão presentes nos eventos.

<sup>228</sup> *Ibid.* Ao que tudo indica, Mariam Siqueira era a primeira vice-presidente e que Maria Elisa Viegas permaneceu na função como segunda vice-presidente.

<sup>229</sup> *Diário de Notícias*, Rio Grande do Sul, 16 de fevereiro de 1964. Ed. 00290, p. 7. (BNDigital).

<sup>230</sup> *Ibid.*

adesão de representantes do magistério de quase todos os estados. Esse momento foi retomado na fala da professora Lucy Monteiro, numa entrevista feita em janeiro de 1965, na qual anunciou tudo que foi possível alcançar no seu primeiro ano de gestão. Conforme a presidente, diversos temas foram tratados, sendo um deles a questão das “relações públicas em uma entidade de classe, *pela vice-presidente Maria Elisa Viegas de Medeiros, de Pernambuco*”.<sup>231</sup> Desse modo, percebemos que Maria Elisa, sempre permaneceu envolvida com movimentos de caráter mais abrangentes e fazendo parte da diretoria da CPPB, seja como representante principal seja como segunda vice-presidente.

A gestão da CPPB, parece ter passado por um período de muitos revezamentos, considerando que em 1967, Maria Elisa voltou a ter a função de presidente. Especificamente neste ano, surgiram algumas expectativas em torno do futuro do magistério primário, pois no final do ano anterior ocorreu em Paris a aprovação da *Carta Magna do Professorado*.<sup>232</sup> Esse documento possuía 145 parágrafos e todos eles tratando sobre as principais necessidades do professorado. Consideramos interessante apresentá-las aqui:

recrutamento, seleção e treino, preparo e padrões profissionais de professores em diferentes níveis de ensino, estabilidade, direitos e responsabilidades de professores, ação disciplinar e liberdade profissional, (...) salário, férias, licenças especiais, horas e condições de trabalho, recursos didáticos, tamanho de classes, intercâmbio de professores, condições especiais para professores em áreas rurais ou afastadas, condições para professores com responsabilidades familiares, serviços médicos, previdência social e pensões.<sup>233</sup>

Boa parte dos pontos apresentados na Carta Magna, estavam voltados para a elevação do “status do professorado”, reivindicando também que as associações de professores deveriam ter participação na tomada de decisões diretamente ligadas à vida dos professores, tais como elaboração de diretrizes curriculares e métodos de ensino. A CPPB apresentou seu posicionamento sobre a Carta Magna, afirmando que era necessário que as autoridades reconhecessem que “melhorias do status sócio-econômico do professorado, das condições de habitação, trabalho, emprego e carreira, são os melhores meios para vencer a falta de

---

<sup>231</sup> *Diário de Notícias*, Rio Grande do Sul, 5 de janeiro de 1965. Ed. 00254, p. 5. (BNDigital). Na entrevista realizada, a professora Lucy Monteiro tece alguns elogios ao governo federal, falando das iniciativas desenvolvidas por este. Fala especificamente do salário-educação, realização da Conferência Nacional de Educação e a realização do primeiro senso- escolar. Esse tipo de fala, como já mencionamos em outros momentos, revelam um pouco do posicionamento da CPPB, de ser uma entidade politicamente pouco combativa.

<sup>232</sup> Uma Carta Magna é um documento que tem a função de apresentar os direitos do povo ou de um determinado grupo.

<sup>233</sup> *Diário de Notícias*, Rio Grande do Sul, 19 de fevereiro de 1967. Ed. 00292, p. 9. (BNDigital).

professores e para atrair a profissão e nela reter um número substancial de pessoas amplamente qualificadas”<sup>234</sup>

A dinâmica de mobilização das organizações de professores, seja numa esfera estadual ou nacional, bem como o seu contato com órgãos internacionais, como a CMOPE, ofereceu ao professorado primário uma visibilidade maior, não só pelas necessidades e fragilidade do sistema educacional que era notório em todo o país, mas por permitir o encaminhamento das demandas, a construção de uma bandeira de maior projeção, articulada com todas as experiências comuns vivenciadas pelos professores em muitos outros países, com suas respectivas particularidades.

Ao mesmo tempo que 1967 foi um ano de tensões, no qual o Brasil vinha ocorrendo manifestações de trabalhadores questionando a política econômica e o autoritarismo dos militares, as entidades de professores primários, seja no sentido local, nacional ou internacional, vinham exercendo um movimento de pressão ligadas a questões de trabalho, porém, claramente *sem questionar as forças políticas vigentes* e sem estabelecer algum tipo de vínculo com movimentos que tinham esse intuito.

Algo que nos aponta essa realidade é a reivindicação em que os professores primários pediram ao presidente militar Costa e Silva dois salários mínimos. A diretoria<sup>235</sup> da CPPB direcionou ao presidente um memorial no qual apresentavam a demanda. A presidente, Lucy Monteiro, assim se dirigiu ao presidente:

(...) Eis pois, sr. Presidente, o que nos traz a presença de Vossa Excelência: o pleito desses *operários da educação*, que são os forjadores do prosseguimento do processo de consolidação da pátria. Sabemos que Vossa Excelência, homem esclarecido que é, aceita como verdadeiras as premissas afirmadas, embora desconheça em profundidade o quanto fere a esses *operários*, executores de tarefa tão nobre e que impõe formação especializada, receberem menos que qualquer outro operário cuja mão de obra não exige qualificação tão específica. Bem entendemos não ser tarefa da União interferir nos estados, todavia assistir é permitido. Eis porque aqui estamos na qualidade de dirigentes do órgão de classe que congrega o professorado do ensino primário do Brasil para solicitar que: 1- De Vossa Excelência emane uma determinação para que seja efetivada com urgência uma pesquisa do salário pago ao professorado do ensino primário nos estados e territórios brasileiro. 2. (...) suplemente os salários dos professores normalistas em atividade, de forma que nenhum educador em exercício na classe do ensino primário, perceba

---

<sup>234</sup> Ibid.

<sup>235</sup> Ociron Cunha –presidente (Paraná), Maria Elisa Viegas de Medeiros -vice-presidente (Pernambuco), Lucy Monteiro -3ª vice-presidente- (RS), Zilda L. Barbosa- secretaria geral (Goiás), Ivonilde Marcos- 1ª tesoureira (Goiás) e Raydalva Bitencourt- conselho fiscal (Bahia). *Diário de Notícias*, RS, 6 de agosto de 1967. Ed. 00137, p. 10. (BNDigital).

vencimentos inferior ao valor de duas vezes o salário mínimo existente na região. Assim agindo, o senhor estará empreendendo uma tarefa de salvação nacional, evitando o êxodo dos elementos capazes do magistério para outras atividades, em virtude da falta de recompensa financeira mínima pela execução de seus serviços. O alto espírito de brasileiro de Vossa Excelência, Senhor Presidente, dará ao professorado do ensino primário esse mínimo solicitado para que possamos propiciar aos nossos irmãos de amanhã um Brasil feliz porque possuidor da única ferramenta capaz de transformar povos, a Educação.<sup>236</sup>

Não podemos dizer que as associações de professores estavam envolvidas com um sentimento de representação de uma classe trabalhadora da maneira combativa como ocorria com outros órgãos de classe, mas de algum modo naquele momento estavam contribuindo para que os professores assim se percebessem, pois através das pautas que eram discutidas em seus congressos deram os primeiros sinais de que havia muito mais do que uma “*missão*” a ser cumprida, mas uma realidade de precarização a ser superada pelos “*operários da educação*”.

Apresentar esse panorama sobre as organizações de professores primários é fundamental para compreendermos que o Centro de Professores Primários de Pernambuco esteve articulado com entidades nacionais e internacionais, bem como tinha o potencial de articulação com as associações existentes nos demais estados. Não apenas isso, estava envolvido no ambiente nacional que colocava tantas associações docentes em evidência, solicitando atenção dos governos.

Mas toda história é marcada por uma série de questões que os vestígios do passado não nos permitem alcançar, por experiências que nem os jornais nem outras vozes silenciadas pelo tempo nos permitem conhecer. Dessa forma, reconhecemos que ao trazermos a figura de Maria Elisa Viegas para falarmos sobre os caminhos e as possibilidades de atuação do CPPP, assumimos um perfil de entendimento talvez personalista, contudo, necessário diante da ausência de outras fontes capazes de nos possibilitar certos entendimentos.

Ela esteve à frente da direção do Centro até a segunda metade dos anos setenta, quando houve a primeira eleição e a professora Ivonete Trindade Gomes Galvão assumiu a direção. Portanto, sua trajetória nos orienta no sentido de percebermos uma espécie de status da entidade, bem como limites e possibilidades de suas ações.

Para termos uma maior clareza quanto a essa questão, alguns eventos serão aqui discutidos.

---

<sup>236</sup> *Diário de Notícias*, Rio Grande do Sul, 6 de agosto de 1967. Ed. 00137, p. 10. (BNDigital). Grifos nossos.

### 3.8.3 Aproximações do CPPP com o governo estadual.

Acreditamos que a figura de Maria Elisa, fortalecia o elo entre o Centro de Professores Primários e a Secretaria de Educação e com o próprio governo de maneira geral. Ideia esta que se confirma quando observamos que a obtenção da sua aposentadoria, em 1968, foi transformada em um evento previamente anunciado<sup>237</sup> em jornais e regido ao som de orquestra sinfônica quando da realização do evento.

**Figura 7** - Maria Elisa Viegas de Medeiros recebendo homenagem



**Fonte:** *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de maio de 1968. BNDigital.

No acontecimento, Maria Elisa foi tratada como líder do professorado de Pernambuco, recebendo homenagem deste e do próprio governo, devido a todo trabalho que desenvolveu ao longo de seus 47 anos como educadora. No evento ela recebeu do secretário de Educação Roberto Magalhães uma medalha de mérito, que foi concedida pelo então governador do estado, Nilo Coelho, além de ter recebido também um carro “Volks” zero quilômetro, ofertado pelo professorado”. Ao som de orquestra sinfônica, a comemoração da aposentadoria da servidora, foi marcada por muitos discursos de gratidão por todos os projetos desenvolvidos na área educacional. Até mesmo o Conselho Estadual de Educação elogiou o gesto do governador em ter prestado a homenagem à professora e concedido a medalha pernambucana de mérito.<sup>238</sup>

<sup>237</sup> “*Maria Elisa Viegas será homenageada: o magistério primário do estado vai prestar no próximo dia 26 às 16 horas no teatro Santa Izabel, homenagem (....) pela sua recente aposentadoria*”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de maio de 1968. Ed. 00114, p. 12. (BNDigital).

<sup>238</sup> *Diário de Pernambuco*, 4 de julho de 1968. Ed. 00129, p. 15. (BNDigital).

Entendemos que o CPPP tinha um protagonismo como associação de professores. Foram de fato as primeiras experiências classistas ligadas ao setor público.<sup>239</sup> No entanto, podemos questionar qual a extensão de suas ações nesse primeiro momento de sua existência? Será que a representante de uma associação cujas ações eram mais combativas, seria homenageada pelo governo do estado, ou desempenharia funções paralelas no âmbito da Secretaria de Educação?

O clima festivo de comemorações de Maria Elisa Viegas de Medeiros, parecia tentar ofuscar a realidade conturbada que Pernambuco estava vivendo naquele momento. O ano 1968 foi permeado por muitas mobilizações, “protestos, momentos de tensão, repressão, busca de maiores espaços democráticos”.<sup>240</sup> Nesse momento em que a líder do professorado primário estava sendo homenageada, em maio de 1968, Pernambuco contava com uma série de manifestações estudantis em universidades como a UNICAP e UFPE e a UFRPE, intensificando-se assim o clima de vigilância direcionada à sociedade civil organizada, próprio dos governos autoritários, uma vez que nesse contexto o Estado brasileiro encontrava-se aparelhado pelas “mais reacionárias formas de pensamento”.<sup>241</sup> Essas movimentações, faziam parte de um “histórico” expressivo de lutas que vinha se desenhando desde o início daquela década e não explodiram de uma hora para outra. Contudo, ganharam mais intensidade e visibilidade convergindo com manifestações existentes em vários países, resultado de insatisfações com a política econômica e social imposta pelo governo ditatorial, no caso do Brasil.

Como relação ao governo de Pernambuco, o então governador Nilo de Souza Coelho foi o primeiro governador a ser eleito de maneira indireta e fazia parte do partido governista, a ARENA; partido que, juntamente com o MDB incorporavam o bipartidarismo, uma vez que o sistema pluripartidário havia sido extinto através do Ato Institucional nº 2 decretado em outubro de 1965, durante o governo do general Castelo Branco.

Nilo Coelho era figura que procurava passar uma imagem de simpatia, e “buscava, na medida do possível, aparentar certo espírito apaziguador, demonstrar interesse na abertura ao

---

<sup>239</sup> Em Pernambuco havia o sindicato da rede privada de ensino. Sindicato dos Professores de Pernambuco.

<sup>240</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, 1968 em Pernambuco.** Clio- Série revista de Pesquisa Histórica- N 26-1, 2008, p.172.

<sup>241</sup> BRANCO, Edwar de Alencar Castelo; CAVALCANTE Jr. Idelmar Gomes. **Entre a rinha e a arquibancada: a autoria imprecisa do movimento estudantil nos interstícios de 1968.** In CLIO- Revista de Pesquisa Histórica- N 26-1, 2008, p. 119.

diálogo”.<sup>242</sup> O gesto de homenagear uma representante dos professores primários, possivelmente expressa essa tentativa de aproximação com a categoria dos professores, afinal, Maria Elisa não foi somente uma profissional a serviço da Secretaria de Educação, parlamentar em um determinado período de sua trajetória ou ainda responsável por projetos da área educacional que inspiraram a admiração do magistério primário. Foi a pessoa que esteve na presidência do Centro de Professores, primeiro órgão de classe dos professores da esfera pública, tendo ocupado esse cargo até o ano de 1977, ano em que foi também realizada a primeira eleição para a diretoria do Centro. Até então, o processo de escolha da direção se dava por *aclamação*.<sup>243</sup>

Mas, se no início de 1968, não houve por parte do CPPP ou de suas lideranças um posicionamento em relação à realidade política do país, ao final daquele ano, ocorreu uma movimentação no sentido de busca por melhorias salariais. Uma luta mais estritamente corporativa.

O CPPP, com apoio de órgãos de classe como Associação Pernambucana dos Servidores do Estado (APSE) e FASPEPE, liderou o movimento. Tanto Maria Elisa, quanto o presidente da APSE, Ivanildo Guilherme,<sup>244</sup> participaram de debates em programas radiofônicos, promovidos pela *Rádio Clube de Pernambuco*.<sup>245</sup> Através desse tipo de iniciativa era possível fazer com que as questões de caráter mais corporativo fossem levadas a um público maior, para que assim a sociedade pudesse de alguma forma compreender que a luta dos professores impactava diretamente na qualidade educacional.

Outros elementos da trajetória do CPPP que sinalizavam uma perspectiva mais conciliatória da entidade, é o fato de que no momento da sua instalação o próprio secretário da Educação do estado, na época Aderbal Jurema<sup>246</sup>, foi inserido na Associação como sócio

---

<sup>242</sup> ABREU E LIMA, Op., cit., p. 188.

<sup>243</sup> O processo de aclamação, era uma espécie de *viva voz*, no qual os sócios, reunidos com outros membros da gestão do Centro, ao discutirem sobre a escolha da direção manifestavam seu interesse por uma determinada pessoa, por meio de aplausos ou outros comportamentos que expressassem alegria ou entusiasmo por uma determinada pessoa. Assim, Maria Elisa foi aclamada por várias vezes. Não ocorria uma eleição.

<sup>244</sup> A APSE era um órgão de classe, fundado em 1937. Oferecia aos seus associados, atividades ligadas aos seguintes departamentos: “cultural, jurídico, social, feminino, além de gabinetes dentário, médico e cantina” *Última Hora*, Recife, 1 de outubro de 1962. Ed. 00106 p. 16. (BNDigital). Possuía também muitas experiências de reivindicações por questões salariais. Em fevereiro de 1968, enviou carta ao governo do estado manifestando sua estranheza “pelo atraso do pagamento ao funcionalismo estadual referente ao mês de janeiro já findo”. *Diário de Pernambuco*, 7 de fevereiro de 1968. Ed.00030. p. 3. (BNDigital).

<sup>245</sup> *Diário de Pernambuco*, 24 de setembro de 1968. Ed. 00222, p.6. (BNDigital).

<sup>246</sup> Foi secretário de Educação e Cultura de Pernambuco, em 1954, durante o governo do general Osvaldo Cordeiro de Farias. Permaneceu nesse cargo até 1958. Nas eleições de outubro desse mesmo ano, foi eleito deputado federal.

emérito.<sup>247</sup> O Secretário de Educação, ao falar sobre a iniciativa da elaboração do periódico dos professores, manifestou sua satisfação afirmando que a partir daquele material os professores primários iriam dar uma “demonstração de seu idealismo na luta em que todos nós estamos empenhados em favor da criança pernambucana”.<sup>248</sup> Prossegue em sua fala afirmando que:

Jornal do Professor nasce, assim, sob o signo da inteligência e da dedicação de um punhado de idealistas que sabem sentir na sua própria carne o valor e a dignidade da profissão de mestre. Por isso, como professor titular da pasta dos negócios da Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, envio-lhes os meus calorosos aplausos e a certeza de meu apoio à iniciativa magnífica de um mensário especializado em assuntos educacionais, escrito e dirigido pelas próprias professoras e diretoras de escolas primárias do estado. Para frente pois, companheiras de ideal e colegas de profissão!<sup>249</sup>

Essa mensagem revela como o Centro de Professores era percebido como um órgão que visava uma espécie de ação complementar às atividades do estado.

Por mais que o CPPP, tratasse da necessidade de ações em favor dos ideais das causas educacionais, se colocasse como um órgão de classe, essa perspectiva não chegou necessariamente a causar grandes atritos com o governo, tendo em vista a aproximação existente com o mesmo. O Centro via como positiva aquela aproximação, pois a própria fundadora veio dos quadros da Secretaria de Educação. A aproximação com essa Secretaria era às vezes tão grande que mesmo no período inicial ele chegou a ser confundido como um órgão da Secretaria de Educação: A fala de dona Ivonete G. Trindade nos revela isso, ao afirmar que: “Quando a gente entrava no magistério já recebia a proposta para ser sócio do CPPP. Tanto que a princípio eu pensava que o Centro de Professores era um órgão da Secretaria de Educação”.<sup>250</sup> Percepção que a mesma veio a desconstruir posteriormente. Contudo, outros elementos da trajetória do CPPP reforçam a aproximação com as bases governistas.

Quando da fundação da entidade, estava previsto em seu estatuto a construção da Casa do Professor, local no qual seria também sua sede. Até a concretização desse objetivo, o Centro de Professores passou por várias situações nas quais se encontrou “sem terreno, ou prédios

---

<sup>247</sup> Emérito pode assumir diversos sentidos. O que talvez se relacione com o título atribuído ao Secretário de Educação seja o de “pessoa que possui demasiada experiência ou prestígio, que tem muitos conhecimentos científicos ou outros”, ou ainda “título honorífico concedido aos professores importantes que, depois de se reformarem, permite-lhes continuar a exercer o magistério ou pesquisa”. In. Dicionário de Português online. Com relação ao segundo significado, reforça as atividades de Aderbal Jurema no campo educacional, posto que em 1951 lecionou administração escolar e educação comparada na Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Deixou a função em 1958, devido ao processo eleitoral.

<sup>248</sup> Mensagem do secretário de educação ao Jornal do Professor, Recife, 15 de março, 1955. (Acervo do CPP).

<sup>249</sup> Ibid.

<sup>250</sup> Entrevista realizada pelo pesquisador Edson Silva. A mesma nos foi disponibilizada para análise.

próprios, em becos ou casas alugadas e invadidas pelo cupim em avenidas dissonantes para a categoria, porém num constante abrir caminho junto aos governadores que se sucederam”.<sup>251</sup>

No que se refere ao *abrir caminho junto aos governadores*, e seguindo essa trajetória de aproximação, o próprio terreno no qual veio a ser a sede da entidade, concretizando os objetivos previstos no estatuto de 1955, foi uma doação realizada pelo governador Marco Maciel, tendo sido iniciada a construção em 1980<sup>252</sup>. Durante certo tempo, o *Jornal do Professor* apresentava um anúncio que dizia “Vamos construir Juntos”.<sup>253</sup> Era uma espécie de apelo para que os sócios e professores no geral ajudassem na construção do Centro, através de valores que podiam ser depositados em contas específicas, ou através de doação de materiais de construção. A construção da sede foi um processo que se estendeu por alguns anos e muitas vezes chegou a receber a visita de representantes da área educacional do estado.<sup>254</sup>

**Figura 8** - Visita de autoridades ao Centro de Professores de Pernambuco



**Fonte:** *Jornal do Professor*- Acervo do CPP

O prédio foi inaugurado em outubro de 1985. Nessa época a gestão do Centro estava sob a responsabilidade da professora Ivonete Trindade Gomes Galvão, a qual se encontrava no seu segundo mandato, pois na primeira eleição do Centro, realizada em 1977, ela esteve à frente do Centro.<sup>255</sup> A partir dessa trajetória do CPP, compreendemos como se desenvolvia no estado o associativismo docente e quais suas características.

<sup>251</sup> *Jornal do Professor*, janeiro/março, 1986, p. 1. (CPP).

<sup>252</sup> De 1980 a 1983 a presidente do Centro foi Terezinha Aranha.

<sup>253</sup> *Jornal do Professor*, maio/agosto, 1983, p. 1. (CPP).

<sup>254</sup> *Jornal do Professor*, agosto/setembro/outubro, 1985, p. 1. (CPP).

<sup>255</sup> Ao longo dos anos 70 e 80 o CPP foi assumindo novos protagonismos, uma crítica maior à realidade política e uma preocupação ligada ao processo de redemocratização. Contudo, apresentamos sua trajetória, para

Com o processo de crescimento da categoria do professorado primário a partir das políticas públicas voltadas para a erradicação do analfabetismo, foi ocorrendo no estado o crescimento das escolas de *nível médio*. O que estimulou o surgimento de outras entidades de representação. Foi a partir das necessidades ligadas aos professores desse nível de ensino que surgiu a Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APEMOPE), a qual passou ter a designação de Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) em função de mudanças ligadas à organização do sistema de ensino. No capítulo que segue, discutiremos um pouco do cenário social e político em que surgiu, bem como os sujeitos específicos que foram responsáveis por sua criação. Apesar de ter sido importante para a representação dos professores, veremos que estava inserida numa cultura associativista intensamente adesista à ditadura militar.

---

compreendermos as origens do movimento associativo de professores em Pernambuco dentro do contexto republicano. A discussão que segue se concentrará na formação e protagonismo da APENOPE.

#### 4 OUTROS CONTEXTOS E PERSONAGENS: A FORMAÇÃO DA APENOPE

*(...) fundamos esta entidade no sentido de colaborar no que for possível com o governo do estado na resolução dos problemas do professorado Oficial de Pernambuco.*

*Jornal do Professor, APEMOPE, 1971.*

As experiências vivenciadas pelo CPPP foram importantes, embora compreendendo que a entidade funcionava dentro de certas limitações, seja pela cultura enraizada no seio do próprio professorado ressaltando a docência como ato missionário, seja pela própria cultura associativista, que possuía intensa aproximação e apoio do governo ao órgão de classe, fazendo com que este, muitas vezes fosse confundido com um departamento do próprio governo.

Ao percorrermos a trajetória de fundação da APENOPE e, conseqüentemente, suas ações em seus anos iniciais, percebemos que seu perfil não se distanciou muito do CPPP, embora em uma perspectiva geral, as associações não estivessem engessadas ou presas a um só comportamento no que diz respeito à representação dos professores. Assim, vamos apresentar aqui um pouco da dinâmica social que permitiu o surgimento desta associação. Apontamos o fato de que, para tal, não nos debruçamos em uma variedade de fontes, tendo em vista não termos identificado a quantidade de materiais que gostaríamos. Também não conseguimos localizar os sujeitos que foram responsáveis pela fundação da entidade. As fontes orais teriam sido de grande riqueza. Contudo, a partir daquilo que conseguimos reunir, construiremos aqui uma narrativa que possa contribuir para a historiografia das associações docentes pernambucanas e do movimento de professores.

Nosso objetivo neste capítulo é apresentar as demandas profissionais e educacionais que impulsionaram a criação dessa associação, a qual nasceu como espaço de representação dos professores do nível médio de ensino, suprimindo assim uma carência, considerando que, até então, apenas os professores do ensino primário contavam com uma entidade. Faremos, ao longo deste capítulo um mapeamento das atividades que desenvolveu a fim de podermos estabelecer comparações a partir de novos engajamentos e protagonismos que emergiram com a greve de 1979. Como foi fundada em 1967, ano em que se intensificaram as intervenções dos militares nas entidades de classe, período de grandes tensões na história política brasileira e na organização dos trabalhadores, buscamos apresentar as relações que esta entidade teve com as autoridades governamentais e como se posicionava diante da política autoritária.

#### 4.1 SOBRE O NÍVEL MÉDIO DE ENSINO

Até o início da década de 1970<sup>256</sup>, o sistema educacional básico brasileiro, possuía a seguinte divisão. Havia o Ensino Primário e o Ensino Médio. Esse Ensino Médio, possuía uma subdivisão em dois níveis, sendo eles o primeiro ciclo ginásial e o segundo ciclo colegial. Para sermos mais didáticos apresentaremos o seguinte quadro:

**Quadro 3** - Organização dos níveis de ensino brasileiro

<b>NÍVEL DE ENSINO</b>	
<b>Ensino primário</b>	1ª série
	2ª série
	3ª série
	4ª série
<b>Ensino médio</b>	1º ciclo <b>ginásial</b> : 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries
	2º ciclo <b>colegial</b> : 1ª, 2ª e 3ª séries

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora a partir de dados da plataforma do INEP

Os professores do Ensino Médio, eram aqueles do primeiro ciclo ginásial e do colegial, que compunham assim o ensino secundário, e o técnico que oferecia cursos ligados às áreas industrial, agrícola, comercial e formação de professores.

Do ponto de vista das políticas educacionais direcionadas para esse nível médio de ensino, a partir de 1955, sob a administração de Anísio Teixeira<sup>257</sup>, algumas ações foram implementadas pelo INEP em parceria com o MEC, refletidas na Campanha de Inquérito e Levantamento do Ensino Médio e Elementar – CILEME.<sup>258</sup> A Campanha tinha o intuito de “fazer um levantamento da situação do ensino médio no país, pondo ênfase na sua dimensão qualitativa”.<sup>259</sup> Fazia parte de suas atividades o desenvolvimento de pesquisas ligadas às diversas áreas do conhecimento.

<sup>256</sup> Em agosto de 1971 foi realizada uma reforma na organização da educação básica, através da lei nº. 5.692. A partir dela, a escolaridade obrigatória passou de 4 para oito anos. A divisão da escolaridade passou a ser 1º e 2º grau. O 1º grau abrangia o antigo nível primário e os 4 anos do nível ginásial.

<sup>257</sup> Figura importante no campo da História da educação brasileira. Baiano que se destacou por importantes ideias ligadas à organização e democratização do ensino nas primeiras décadas do século XX. Esteve à frente do Inep no período de junho de 1952 até abril de 1964.

<sup>258</sup> No arquivo histórico do INEP é possível ter acesso à versão digitalizada ao Plano de Aplicação de Verbas às Campanhas que era um valor global de Cr\$ 5.000.000,00. Conf. Arquivohistorico.inep.gov.

<sup>259</sup> MENDONÇA, Ana Walesca; XAVIER, Libânia Nacif. *O INEP no contexto das políticas do MEC (1950/1960)*. In \_\_\_\_ (Orgs). **Por uma política de formação do magistério nacional**: O Inep/MEC dos anos 1950/1960. Brasília: Inep/MEC, 2008. P. 32

As atividades do CILEME foram posteriormente absorvidas pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, com sede no Rio de Janeiro, mas com centros regionais no Recife e em cidades como Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Considerando que todos estes órgãos estavam subordinados ao INEP, eram um auxílio para que o mesmo conseguisse suprir as necessidades de pesquisa de uma forma mais ampliada no território brasileiro.<sup>260</sup>

Sendo assim, embora a ênfase das políticas educacionais estivesse no ensino primário, algumas preocupações com o nível médio vinham ganhando cada vez mais espaço, tendo em vista os projetos nacionais desenvolvimentistas que caracterizavam esse período, assim como o crescente desenvolvimento econômico, o qual apesar de aumentar a possibilidade de emprego, concentrava os “lucros marcadamente em setores minoritário internos e, mais que tudo, externos”.<sup>261</sup>

Apesar desses investimentos, a maior demanda educacional estava concentrada no ensino primário, havendo muitas limitações referentes à oferta e desenvolvimento dos demais níveis de ensino. De acordo com as definições das constituições que o país possuiu, tanto na primeira como na segunda metade do século XX, a oferta e a obrigatoriedade do ensino eram apenas *assegurados* no ensino primário.

Na constituição de 1934 o ensino primário foi colocado como gratuito. A constituição de 1946 reforçou a questão da gratuidade e no seu artigo 168 – II, afirmava que “o ensino oficial ulterior ao primário” só seria gratuito para os que provassem “falta ou insuficiência de recursos”.<sup>262</sup> Quanto à constituição autoritária de 1969, assim apresentava no seu artigo 176-III: “o ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e superior demonstrarem efetivo aproveitamento e *provarem falta ou insuficiência de recursos*”.<sup>263</sup> Como essa última constituição se inseria em um período caracterizado por forte repressão, muitos setores da oposição estavam possivelmente inibidos, ou em outro extremo envolvidos nas lutas armadas. Portanto, houve certo afastamento quanto às questões mais diretamente relacionadas ao que estava sendo apresentado no texto constitucional.

É importante destacar que o nível médio de ensino, sobretudo no que se refere ao ensino colegial, sempre contou com uma ênfase retórica nas questões técnicas. Ao longo de boa parte

---

<sup>260</sup> CILEME, 1955. Arquivo histórico do INEP

<sup>261</sup> RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. Campinas- SP: Autores Associados, 2007. P. 154.

<sup>262</sup> CAMPOS, Maria Regina Machado; CARVALHO, Maria Aparecida de. **A educação nas constituições brasileiras**. Campinas- SP: Pontes, 1991. P. 25

<sup>263</sup> Ibid., p. 26

do século XX, foi alvo de intensos debates referentes não apenas aos elementos curriculares do mesmo, mas a questões como se deveria enfatizar uma “formação para o trabalho”, ou formação com uma perspectiva de continuação dos estudos. A segunda alternativa era a que costumava ser seguida por aqueles com condições de vida mais abastadas optando pelo nível secundário com grandes perspectivas de ingressarem no ensino superior. Os mais pobres geralmente optavam pelas áreas do ensino médio que tinham um perfil profissionalizante. Desse modo, significativas parcelas do público mais jovem da sociedade enveredavam para os cursos técnicos (normal, agrícola, industrial, comercial).<sup>264</sup>

Levando-se em consideração as estruturas e a existência de velhos interesses ligados à organização do sistema educacional, bem como o fato de que muitas instituições de ensino que ofertavam o nível ginásial e colegial eram confessionais ou privadas, ao longo do tempo foi crescente a pressão em torno da necessidade de ampliação dos estabelecimentos escolares, reivindicando-se que existissem escolas públicas que pudessem suprir a demanda dos jovens das classes mais pobres. Em outras palavras, uma popularização do ensino.

Os anos 60, além de possuir vastos debates em torno do ensino primário, e no contexto das políticas educacionais desenvolvidas ainda no governo João Goulart, ter contato com avanços ligados ao incentivo e aproximação com os movimentos populares, buscando a intensificação da luta em torno do processo de alfabetização a partir da utilização do método Paulo Freire, contou com uma preocupação em torno da organização do ensino médio. Contudo, esse processo foi interrompido, pois outros contornos começaram a ser traçados a partir da nova realidade política brasileira dada com o golpe militar de 1964, denominado de “*Revolução de 1964*”, pelos grupos que o articularam. Em pouco tempo, a partir do decreto de nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964,<sup>265</sup> puseram fim ao Programa Nacional de Alfabetização que havia sido criado. O programa não era interessante para as elites agora no poder, pois tornava possível um processo de alfabetização abrangente, visando educar não somente para as letras, mas também para a consciência política e para que a participação social fosse algo presente na sociedade brasileira.<sup>266</sup>

---

<sup>264</sup> Esse debate possuía raízes antigas, considerando que desde os anos trinta em função do processo de industrialização e urbanização é possível identificá-lo. Os interesses burgueses sempre estiveram conduzindo e pressionando uma determinada organização da educação brasileira.

<sup>265</sup> O Programa foi extinto em abril de 1964. Até aí algumas experiências haviam sido realizadas em cidades da região Sul e Nordeste.

<sup>266</sup> Em 1967, foi implantado o Movimento Brasileiro de Alfabetização- MOBREAL. Em alguns momentos chegou a propor que poderia continuar fazendo uso do método Paulo Freire, porém de forma “desideologizada”. Algo no mínimo de pouca sensatez, considerando que organicamente a questão da consciência política e incentivo à

Assim, a organização da educação foi ganhando outros direcionamentos, uma vez que as questões relacionadas à educação pública passaram a ter todo um alinhamento com as necessidades do mercado, definida por alguns estudiosos como “*concepção produtivista de educação*”.<sup>267</sup> No que diz respeito às políticas voltadas para o nível médio de ensino, alguns materiais nos ajudam a identificar as novas prioridades.

No conjunto das produções da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, que apresentava como objetivo discutir *questões gerais da pedagogia e dos problemas da vida educacional brasileira*, identificamos na edição de dezembro de 1965 preocupações ligadas à questão do currículo do ensino médio. Nos chamou atenção nesta edição, um texto que apontava alguns fatores intraescolares como sendo responsáveis pelo atraso na educação brasileira, particularmente no nível médio de ensino, tornando necessária uma reforma no mesmo. Um dos fatores:

responsável pela inércia, e conseqüentemente pela desatualização da escola média, consiste na ausência de uma tomada de consciência, por parte da maioria dos educadores, de suas novas funções, como também das novas finalidades e objetivos do ensino médio. De tal falta de compreensão decorrem atitudes conseqüentes, dentre as quais destacamos o hábito do enciclopedismo, uma valorização exagerada do intelecto (e em especial da memória) e um menosprezo pelos trabalhos manuais.<sup>268</sup> (grifos nosso)

Essa passagem expressa um a visão oficial que se tinha sobre como o ensino deveria ser vivenciado. Compreendemos, que possivelmente, as estratégias didáticas nos anos 60 deveriam ser muito caracterizadas pelas técnicas de memorização, dificultando assim reflexões mais profundas e construção de conhecimento de forma significativa. Contudo, ao apontar que havia um *menosprezo pelos trabalhos manuais*, sentimos que havia ali a apresentação de certa necessidade em se promover um ensino voltado para as questões práticas ou técnicas. Havia nos níveis ginásial e colegial um conjunto de disciplinas que representavam esse viés, tais como: educação doméstica, prática de comércio, prática de escritório, datilografia, desenho técnico, artes femininas, dentre outras que tinham um perfil mais operacional.<sup>269</sup>

---

participação social envolvem o método. Sobre isso, Conf. GHIRALDELLI JR., Paulo. *Filosofia e História da Educação Brasileira*. Barueiri-SP: Manole, 2009. P. 102.

<sup>267</sup> SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do regime militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. p. 297.

<sup>268</sup> INEP- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos- Edição de 1965- Arquivo histórico do INEP.

<sup>269</sup> Conf. *Anuário estatístico do Brasil* 1965. Rio de Janeiro, v. 26. IBGE- Conselho Nacional de Estatística, 1965. Disponível em biblioteca.ibge.gov.br. Nesse documento são apresentadas as características da organização do ensino médio no Brasil, bem como a sua organização curricular. Nele foi possível identificar quais as disciplinas que existiam em oferta.

Outros pontos contidos na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, apresentavam que os professores não tinham conhecimento sobre o processo de ensino-aprendizagem e tinham uma insuficiente formação psicopedagógica. Sendo assim, além de toda falta de estrutura necessária para o trabalho, os professores ainda tinham que conviver com as *escancaradas* acusações de responsabilidade quanto aos problemas educacionais.

Nesse cenário em que vinha se desenhando uma nova administração para a educação brasileira, marcada fortemente por ideais de desenvolvimento aliados à doutrina da interdependência,<sup>270</sup> foram desenvolvidos a partir de março de 1965 os diálogos que levaram ao Acordo<sup>271</sup> entre o MEC e a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), contando com certa resistência, uma vez que se questionava a subordinação da educação aos interesses estrangeiros.

Dentro dessa nova realidade, a perspectiva educacional de um ensino médio voltado para o trabalho, ou mais precisamente para os interesses do capital e para a reprodução da classe trabalhadora foi algo que ganhou cada vez mais força, inclusive do ponto de vista dos intelectuais que fundamentavam essa perspectiva. Dizemos que essa política educacional ganhava cada vez mais relevo, pois reforçamos a ideia de que esse tipo de viés educacional fez parte de toda a trajetória interna de nossa sociedade, assumindo perfis distintos conforme a organização dada por cada governo:

é possível identificar que ao longo do desenvolvimento histórico do nosso país, houve sempre uma “dominação de classe, com uma “elite” despótica e senhorial, que tem sempre gerido o Estado em seu proveito, com a consequente exclusão das classes subalternas do acesso a conquistas sociais básicas (...).<sup>272</sup>

---

<sup>270</sup> Durante o governo João Goulart foi iniciada uma política externa independente. Com o golpe de 1964, o governo Castelo Branco estabeleceu uma ruptura com essa política, vinculando a independência nacional com uma relação de interdependência com os EUA, o qual apresentava suas diretrizes para a condução do país e era colocado como um modelo a ser seguido. Esse comportamento adotado tem íntima relação com os conflitos políticos da Guerra fria e embates entre capitalismo e comunismo.

<sup>271</sup> O Acordo com promulgado apenas em 1966. Teve impacto sobretudo na estrutura universitária brasileira. Sobre o Acordo MEC-USAID, historiadora Fabiana Pina apresentou em sua dissertação de mestrado defendida em 2011 que existem poucas obras sobre o tema e que boa parte foi produzida nos anos 80 e 90 por intelectuais ligados à Educação, tais como Cunha, Romaneli e Florestan Fernandes, os quais ressaltam os objetivos políticos e ideológicos do mesmo, bem como reforçam a relação de dependência e exploração por parte dos países como maior desenvolvimento. Também apresenta que existem autores como Bomeny e Fávero, que tecem duras críticas ao Acordo, mas pontuam que apesar do Acordo fazer parte de um período não democrático, teve sua importância para estruturação do sistema universitário brasileiro. Conf. PINA, Fabiana. O Acordo MEC-USAID: ações e reações 1966-1968. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011. P. 22

<sup>272</sup> GERMANO, José Willington. **Estado e educação militar no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993. P. 126.

Na construção de novas perspectivas para a formação do nível médio de ensino, ampliou-se uma ótica profissionalizante, atendendo notoriamente a interesses da classe dominante, ao mesmo tempo satisfazendo as necessidades daqueles que viam nele uma alternativa para ingressarem o mais rápido possível no mercado de trabalho. Podemos falar aqui em uma profissionalização compulsória.<sup>273</sup>

Por mais que se construísse um discurso que enquadrasse a Educação dentro de uma ótica humanista, na prática fortaleceu-se o tecnicismo, no qual a área educacional atendia às necessidades de uma modernização conservadora a partir dos planejamentos econômicos do período, visando a “realização das aspirações nacionais de rápido desenvolvimento econômico e social”.<sup>274</sup> Nos quadros a seguir, apresentamos o crescimento das instituições de ensino médio em Pernambuco, de acordo com o ciclo didático (ginasial e colegial) e de acordo com as dependências administrativas.<sup>275</sup>

**Tabela 1** - Quantitativo de escolas com oferta ensino de ginasial em Pernambuco

GINASIAL

ANO	Total:	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1963	235	6	22	27	180
1964	250	6	28	29	187
1965	272	7	37	31	197

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos dados do Anuário estatístico do IBGE, 1966

Observamos o crescimento que veio ocorrendo com relação a quantidade de instituições nas dependências administrativas e como havia a predominância das instituições privadas oferecendo esse nível de ensino.

Com relação aos cursos colegiais, tivemos a seguinte configuração:

<sup>273</sup> Em 1966 foram sendo realizados estudos preliminares pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre essa profissionalização compulsória. As discussões faziam parte do II Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social.

<sup>274</sup> SOUZA, Maria Inês S. de. **Os empresários e a educação:** o IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>275</sup> Quadros elaborados de acordo com os dados do Anuário Estatístico do Brasil- IBGE, 1966. p. 415

**Tabela 2** - Quantitativo de escolas com oferta de ensino colegial em Pernambuco

## COLEGIAL

ANO	Total:	Federal	Estadual	Municipal	Particular
<b>1963</b>	27	7	11	9	103
<b>1964</b>	29	8	12	9	107
<b>1965</b>	36	8	17	11	130

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos dados do Anuário estatístico do IBGE, 1966

Essa realidade foi sendo alterada com o passar de cada ano, tanto do ponto de vista quantitativo, pois gradativamente foi sendo ampliado o número de escolas, como das condições de trabalho e da empregabilidade dos professores nessas instituições de ensino. De maneira geral, os professores do nível médio de ensino tiveram que atuar dentro de uma atmosfera social da educação, que deveria atender as novas perspectivas traçadas pela política nacional, bem como pelas demandas e particularidades locais na forma de organizar o ensino. Realidade esta que foi acompanhada pelo descaso na forma de tratamento dos professores, no sentido de relações de contratação, salários, compromissos com os pagamentos. Questões que foram sendo fator de grande estímulo para a formação e protagonismos das associações de professores ligados a este nível de ensino.

No decorrer dos anos 1960, tanto na esfera privada quanto na pública foram ocorrendo muitos movimentos de reivindicação que perpassavam basicamente por melhores condições salariais e de trabalho, além de questões referentes à elaboração de um estatuto para o magistério de nível médio. Os professores do setor privado de ensino compartilhavam de demandas semelhantes em relação à valorização, porém inseridos dentro de outras relações de trabalho caracterizadas pela existência de um empregador/patrão, existência de mais valia, e a possibilidade de ficarem inseridos dentro da estrutura sindical, conforme definia a jurisdição. De certo modo, o fato de poderem reivindicar melhorias ou terem o potencial de realizar ações mais diretas poderia ter gerado certo ambiente de inspiração para os professores inseridos dentro das relações de trabalho no setor público. Vejamos algumas experiências e dinâmica que envolvia os professores do setor privado de Pernambuco.

#### 4.2 LUTAS NA ESFERA PRIVADA

No setor privado, observamos ações desenvolvidas pelo Sindicato dos Professores Primários e Secundários<sup>276</sup>, que dentre outras questões, era responsável pelo encaminhamento de dissídios coletivos instaurados no Tribunal do Trabalho, e pelas discussões referentes à instauração de greves no setor, visando alcançar “remuneração condigna”<sup>277</sup>, a partir da implantação de um teto salarial que fosse considerado mais adequado para a categoria.

A primeira metade dos anos 60 foi um período de muitos diálogos com diretores de estabelecimentos privados de ensino secundário a fim de tentarem impedir ou diminuir os efeitos das greves de professores realizadas,<sup>278</sup> que de acordo com o que era divulgado na imprensa local, reduziram significativamente o *lucro dos proprietários*.<sup>279</sup> Compreendemos aqui que as greves podiam trazer algum prejuízo, seja para sociedade seja para empregados e empregadores, mas é compreensível que quando elas ocorriam, era devido a fatores e situações que geravam um grande desconforto para os trabalhadores. Desse modo, se os proprietários tiveram seus *lucros reduzidos*, cabe que pensemos o que se reduziu, se retirou ou se negou a estes trabalhadores do ensino? Quais os sentimentos de opressão vivenciados nas relações cotidianas do seu mundo do trabalho? Cabe uma reflexão.

O ato de greve era uma estratégia de ação que proporcionava tensões e estimulava a discussão entre os proprietários das escolas e os grevistas, os quais buscavam atrair a opinião pública no sentido de fazer com que de alguma forma apoiassem a realização da greve. A atuação do Sindicato dos professores ocorria sempre direcionada para professores e pais de alunos. Em experiências anteriores, chegou a alcançar o apoio do Centro dos Estudantes Secundaristas.<sup>280</sup>

Havia inúmeras fragilidades ligadas ao funcionamento dos colégios privados, existido, inclusive, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Primário e Secundário, que buscava fazer uma ponte de comunicação com pais de alunos, a partir de notas oficiais na imprensa, comunicando questões como:

“1º. Os senhores professores decidiram decretar greve a partir de hoje (...). 2º. os colégios não se encontram em condições financeiras capaz de atender as exigências dos senhores professores. 3º. Em face da ausência dos senhores professores às aulas, os estabelecimentos de ensino permanecerão fechados.

<sup>276</sup> Este sindicato foi criado em conformidade com o que previa a CLT, a partir de autorização do Ministério do Trabalho que concedeu sua Carta Sindical em 21 de julho de 1945. Assim como outros sindicatos, com o golpe de 1964 passou por um processo de intervenção e teve sua diretoria afastada. Conf. Sinpropernambuco.org.

<sup>277</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 de março de 1963. Ed. 00065, p. 5. (BNDigital).

<sup>278</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 de abril de 1963. Ed. 00079, p. 8. (BNDigital).

<sup>279</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 de abril de 1963. Ed. 00069, p. 38. (BNDigital)

<sup>280</sup> Apoio dos Estudantes. *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 de maio de 1960. Ed. 00061, p. 3. (BNDigital).

4º os dias letivos que, no momento não funcionarem, serão posteriormente compensados (...). 5º Há da parte dos Diretores dos Estabelecimentos de Ensino, o máximo interesse de ver solucionado o problema o quanto antes e aguardam tranquilos a solução no Tribunal da Justiça do Trabalho. 6º. Para qualquer esclarecimento, aos senhores pais, este Sindicato estará em sessão permanente à Rua da Soledade, 315 (primeiro andar do Colégio Padre Félix)<sup>281</sup>

Em assembleia geral realizada no dia 26 de maio de 1966 e organizada por um comando grevista, decidiram iniciar a paralisação. Em 27 de maio de 1966, o movimento paredista foi apresentado nas páginas do Diário de Pernambuco como sendo a “*primeira greve depois da Revolução*”.<sup>282</sup> A greve foi iniciada depois de mais de seis meses que o Sindicato estava em processo de negociação com os dirigentes de colégios que afirmavam não ter condições de dar aumento salarial.<sup>283</sup> Apontavam que se aquilo fosse verdade, só tinha uma coisa a ser feita que era fecharem as portas, pois “colégio sem professores não é colégio”<sup>284</sup>. O fato dos diretores terem optado por fecharem os colégios, permitiu que o movimento se desenvolvesse sem maiores tensões. Tanto o Sindicato dos Professores, quanto o órgão de classe dos diretores, concordavam com a ideia de que “seus liderados deveriam permanecer ausentes dos locais de trabalho durante os dias de parada”.<sup>285</sup> Afirmavam ainda que a intenção era evitar a ação de *agitadores* entre os estudantes. Os pais de alunos também foram alvo de apelos e solicitaram que não permitissem que seus filhos fossem às escolas. Algo importante de ser mencionado, é que o diretor do Sindicato de professores naquele momento era o professor Potiguar Matos<sup>286</sup>, tido como importante nome do magistério. Após o golpe de 1964, ocorreram muitas intervenções em sindicatos. “O governo encetou uma ativa política de organização de sindicatos e controle ou cooptação de suas lideranças”<sup>287</sup>. Muitos dirigentes sindicais foram

<sup>281</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de maio de 1966. Ed. 00121, p. 1. (BNDigital).

<sup>282</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de maio de 1966. Ed. 00122, p. 3. Durante a ditadura militar, muitos jornais da imprensa alternativa pernambucana sofreram repressão. Ao final da ditadura, somente três jornais estavam em circulação, “sendo eles o *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *Diário da Manhã*, além do *Diário Oficial de Pernambuco*, órgão do governo estadual. O *Jornal do Commercio* e o *Diário de Pernambuco* sobreviveram por se inserirem em uma estrutura empresarial de comunicação”. Conf. LINS, Aline Maria Grego; LIRA, Ana Paula Araújo de. A imprensa recifense e a luta contra os regimes de exceção no século XX. Disponível em: [www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br). Acesso em 6 de novembro de 2020.

<sup>283</sup> Professores recifenses em luta por salário há mais de seis meses, podem ir à greve. *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 de maio de 1966. Ed. 00105, p. 16. (BNDigital).

<sup>284</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de maio. Ed. 00122 p. 4. (BNDigital).

<sup>285</sup> *Ibid*, p. 3

<sup>286</sup> Nascido em Pesqueira- PE em 11 de abril de 1921, teve sua trajetória estudantil nos colégios do Recife. Devido a suas habilidades, ainda jovem começou a lecionar em escolas particulares de nível ginásial e colegial. Teve sua primeira formação em História e Geografia em 1945 na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Manoel da Nóbrega no Recife. Em 1946, ocupou a função de colunista no Diário da Manhã e posteriormente editorialista no Diário de Pernambuco. No campo da política, nas eleições para governador de 1962, esteve apoiando João Cleófas da UDN, em oposição a Miguel Arraes (PST) Lecionou História na UNICAPE no início da década de 60 e no período de 1967-1969 foi Vice-Reitor para Assuntos educacionais, sendo Reitor no período de 1969-1971.

<sup>287</sup> ALVES, Op., Cit., p. 112.

cassados, especificamente aqueles que eram mais combativos, acusados muitas vezes de estarem defendendo interesses comunistas. Os sindicatos passaram a ficar sob intervenção do governo. Muitos interventores por sua vez, começaram a ditar as regras do jogo afirmando por exemplo que não se podia tratar de assuntos “fora da ordem do dia” ou “atacar as ordens instituídas”.<sup>288</sup> Prática que não combinava muito com o discurso circulante na época, que prometia trazer de volta o cenário político-representativo de acordo com as *regras democráticas*.

O professor Potiguar Matos, que estava conduzindo o Sindicato de professores quando do início da greve, havia sido designado pela Delegacia do Trabalho como presidente da Junta Interventora do Sindicato em setembro de 1964. Estava “substituindo” um outro professor, de nome Teodorico Ferreira de Freitas.<sup>289</sup> De acordo com o que foi apresentado no *Diário de Pernambuco* naquela ocasião, ele tinha um prazo de 35 dias para “organizar eleições naquele órgão de classe”<sup>290</sup>. Contudo, como era de costume quando aconteciam as intervenções do regime autoritário, esse prazo acabou sendo bastante estendido e a eleição para o sindicato só veio a acontecer em outubro de 1965 e tendo chapa única, na qual Potiguar Matos era o presidente.<sup>291</sup> Observamos assim, que as teias de controle se faziam presentes em meio ao movimento dos professores da rede privada. Uma forma de utilizarem “a máquina administrativa na tentativa de controlar a classe trabalhadora”.<sup>292</sup>

Quando foi divulgada matéria no *Diário de Pernambuco*, apresentando que os professores do primário e ensino médio entraram em greve a partir de decisão tomada em Assembléia geral, reforçam o fato de que: “o sindicato, presidido por um dos componentes mais ilustres do magistério” fez de tudo para evitar a greve.<sup>293</sup> Potiguar Matos era considerado professor de certa representatividade em meio ao professorado pernambucano e possivelmente por isso foi colocado como interventor. Além do que, não apresentava uma postura política de antagonismo à ditadura concentrando-se tão somente nas pautas corporativas ligadas às

---

<sup>288</sup> Conf. CORREA, Larissa Rosa. Os “inimigos da pátria”: repressão e luta dos trabalhadores do Sindicato dos Químicos de São Paulo (1964-1979). In. *Revista Brasileira de História*. V34. N.67. São Paulo. Jan-Jun, 2014.

<sup>289</sup> Ao que parece o professor Teodorico não era considerado por alguns professores da base como sendo muito confiável, sendo acusado de ser diretor de colégios e portanto, uma figura inadequada para conduzir o sindicato. Conf. *Diário de Pernambuco*, 27 de agosto de 1964. Ed. 0195, p. 9

<sup>290</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 de setembro de 1964. Ed. 0203, p.5. (BNDigital).

<sup>291</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 de outubro de 1965. Ed. 0221, p. 14. (BNDigital).

<sup>292</sup> NAGASAVA, Op cit, p. 92

<sup>293</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de maio de 1966. Ed. 122, p. 4. Primeiro caderno. (BNDigital).

questões salariais e na formação de um estatuto para os professores de nível médio, estabelecendo também normas para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Estávamos em um período pós-golpe e a atmosfera de ditadura estava presente, através da lei 4330/64, que proibia expressamente a realização de greves, visando impedir a organização dos trabalhadores. Colocamos aqui o termo ‘impedir’, pois havia um processo intenso de burocratização “dos procedimentos e prazos a serem adotados no caso de deflagração de greve, de forma que praticamente inviabilizaria”<sup>294</sup> as mesmas, consistindo praticamente numa lei antigreve. Tal lei apresentou incoerência em relação ao que estava previsto da Constituição de 1946 ainda em vigor, e a outros projetos de lei posteriores a essa mesma Constituição, no qual o direito de greve era considerado algo legal, dentro de certas restrições.<sup>295</sup> Poucos anos depois, essa “incoerência” foi corrigida, a partir da promulgação da Constituição de 1967 no governo de Costa e Silva, no qual expressamente se proibia o direito de realização de greves. O artigo 157 da mesma assim declarava: “Não será permitida greve no serviço público e atividades essenciais definidas em lei”.<sup>296</sup> O termo *atividades essenciais* foi interpretado amplamente. Praticamente, todos os movimentos grevistas que existiram nesse período foram considerados ilegais.

Não identificamos se a greve realizada por estes trabalhadores contou com alguma espécie de repressão por parte do governo local.<sup>297</sup> Algo que poderia ser muito possível, considerando que naquele período Pernambuco tinha grande visibilidade devido à atuação dos movimentos no campo e a presença nestes de socialistas e comunistas. Acreditamos não ter ocorrido nenhum ato repressivo, pelo fato da greve ter consistido em uma paralisação sem realização de algum tipo de atividade mais intensa e sem realizar críticas à conjuntura política brasileira. O movimento lançava críticas voltadas mais precisamente para a questão patronal e geralmente numa ótica de apaziguamento, revelando assim as contradições das entidades

---

<sup>294</sup> NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria**: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco. Jundiá: Paco Editorial, 2018. P. 52.

<sup>295</sup> Podemos citar aqui o projeto de nº 1.471-D/1958 que, além de ser favorável ao movimento sindical, também oferecia liberdade para realização de greve a todas as profissões, além considerar permitido que se organizasse greves por motivo de solidariedade e apontar que os trabalhadores não poderiam ser dispensados por motivo de greve. Havendo a possibilidade de punição para setores policiais ou administrativos que por algum motivo chegassem a bloquear esse direito dos trabalhadores. Conf. NAGASAVA, Op., cit., p. 52.

<sup>296</sup> Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: [planalto.gov.br](http://planalto.gov.br). Especificamente sobre a questão da proibição de greve no serviço público, a mesma estava ligada a questão do tipo de relação de trabalho existente, a qual se baseava em um regime de origem estatutário e não contratual. Mas a seguir veremos um pouco sobre algumas questões ligadas aos direitos dos servidores públicos. No contexto da ditadura, diante de todas as limitações impostas, as greves ficaram praticamente restritas à cobrança de salários atrasados.

<sup>297</sup> O governador de Pernambuco naquele momento era Paulo Pessoa Guerra (ARENA).

sindicais que deviam assumir o papel de órgão de colaboração e, ao mesmo tempo, representar os interesses de uma determinada categoria de trabalhadores.

No caso dos professores da rede privada, as questões eram mediadas pelo Tribunal Regional do Trabalho, que de maneira inicial buscava chegar a uma conciliação. Se após cada uma das partes terem apresentado suas razões, não ter sido possível a chegada a um acordo, o dissídio era encaminhado para a Procuradoria Geral do Trabalho.

O movimento de paralização desenvolvido pelos professores dos estabelecimentos privados teve adesão na capital e em cidades do interior do estado, como Caruaru<sup>298</sup>, além de ter contado com a solidariedade de diversos outros estados nos quais vinham ocorrendo paralisações, tais como Paraíba e Minas Gerais.

Em meio ao movimento de conciliação conduzido pelo Tribunal Regional do Trabalho, houve *denúncias de violência* por parte dos professores grevistas, no sentido de que a direção de algumas escolas estavam “substituindo os professores grevistas e providenciando a demissão dos mesmos”<sup>299</sup> e aquela era uma postura totalmente contrária ao que determinava as orientações sobre greve. No interior do estado, em Caruaru, em função de ameaças de demissão, tornou-se necessário naquele contexto que se recorresse a Delegacia do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho. De acordo com a forma como as paralizações estavam sendo conduzidas, bem como a forma como os sujeitos envolvidos estavam conseguindo realizar um diálogo, poderia existir maior ou menor êxito quanto aos resultados.

O presidente do Sindicato dos Professores Primários e Secundários, afirmou que estavam “prontos para negociar”<sup>300</sup>, porém que estavam irredutíveis no sentido de que, se após um processo de avaliação fosse constatado que as empresas realmente não tinham como conceder o aumento aos professores, a classe “reconsideraria e abriria mão das reivindicações salariais”,<sup>301</sup> que consistia em alcançar um aumento de 50%.<sup>302</sup>

Percebemos através desse tipo de iniciativa que havia, no que se refere à realidade dos trabalhadores do ensino do âmbito privado, muitas inquietações referentes sobretudo à

---

<sup>298</sup> Cidade do interior pernambucano, que fica a 136, km do Recife.

<sup>299</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 de maio de 1966. Ed. 00123, p. 3. (BNDigital).

<sup>300</sup> *Ibid.* O presidente do sindicato chamava-se Potiguar Matos.

<sup>301</sup> *Ibid.*

<sup>302</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 de maio de 1966. Ed. 00125, p. 11. (BNDigital).

valorização em relação aos vencimentos ofertados pelos estabelecimentos privados. O sindicato representava essas demandas.

Mas, se quando pensamos que no setor privado existia uma forma de atuação veiculada por um sindicato, quais os protagonismos apresentados pelos professores no ensino médio no setor público, e quais necessidades levaram a formação de um órgão de classe nesse setor? Como ocorriam os processos de negociação com o estado? Em um contexto de tensões políticas caracterizadas pela ditadura, havia outras demandas sendo postas?

#### 4.3 O SETOR PÚBLICO DE ENSINO E A FORMAÇÃO DA APEMOPE

De maneira geral, havia pontos em comum entre trabalhadores da esfera privada e da pública, sobretudo no que se refere à questão da valorização salarial. Mas muitas distinções em relação aos processos de negociação voltados para adquirir melhorias. Enquanto os professores do ensino médio da esfera privada, já possuíam experiências com uma entidade sindical, no setor público, as vivências que levaram à organização da entidade representativa deste segmento de professores foi ocorrendo em meados da década de 1960, a partir da organização de um pequeno conjunto de professores que começaram a desenvolver as primeiras ações que levaram à formação de uma Associação.

Boa parte dos professores que estavam inseridos nas escolas estaduais possuíam vínculos contratuais em regime CLT. Tais vínculos muitas vezes ocorriam dentro de bases clientelísticas e a Secretaria de Educação se organizava a partir dessas práticas. Realidade acentuada no período da ditadura, posto que não havia concursos para professores.<sup>303</sup> Apesar desse quadro, e da ausência de autonomia nas esferas públicas, foram esses professores que, através de assembleias e outros encontros começaram a expressar suas inquietações em relação ao tratamento dado pelo estado para com a categoria e a exigir mudanças para seu universo escolar.

Nessa primeira fase de organização, embora dentro de um contexto político social de muita efervescência e no auge das medidas políticas autoritárias, não identificamos por parte do grupo de professores, nenhuma pauta que estivesse relacionada com questões mais amplas ligadas à conjuntura política de Pernambuco, ou ainda alguma crítica relacionada à situação política nacional. Também não havia nenhuma discussão voltada para as orientações pedagógicas tecnicistas traçadas pela política nacional e sua idealização do Ensino Médio como

---

<sup>303</sup> Antes do golpe de 1964 o último concurso para professores do estado ocorreu em 1963. *Diário de Pernambuco*, Recife, ed. 00117, p. 5. (BNDigital).

espaço de formação para o trabalho. Nessa fase inicial, prevaleceu de fato os pontos mais ligados à sua situação enquanto trabalhadores do setor público. Contudo, consideramos que de certo modo, foi algo de grande importância, tendo em vista que estavam ocupando um espaço no cenário das reivindicações dos professores de nível médio da esfera pública.

Assim como no setor privado, no contexto das necessidades dos professores públicos, estes organizaram Comissões de Representação para as discussões com o governo e, posteriormente, criaram a APEMOPE (Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco).

Tratar com os setores ou órgãos governamentais era algo tão desgastante quanto os movimentos de negociação entre os professores e os donos dos estabelecimentos de ensino mediados pela justiça. Envolveva agendamentos com representantes do governo, tais como o secretário de Educação e um planejamento para que as discussões trouxessem algum benefício para a categoria.

Nesse processo, surgem personagens que acabam tendo certo destaque, por estarem intimamente ligados à organização de assembleias, ou promovendo discussões que podem fazer com que as bases se envolvam com as lutas. Sendo assim, alguns nomes devem ser aqui apontados. *Aldegício Cabral da Cunha Cavalcanti, Herênia do Nascimento Silva, Miguel Francisco Alves, Joana de Moraes Coutinho e Gercina Simões Duarte*. Possuíam trajetórias distintas, porém, tendo em comum o fato de serem envolvidos com a docência, seja ocupando cargos como professores em escolas estaduais, federais e particulares, seja desenvolvendo outras atividades também de caráter pedagógico.

Por alguns motivos, na dinâmica dos engajamentos alguns nomes acabavam adquirindo maior visibilidade. Este foi o caso de Aldegício Cabral da Cunha Cavalcanti<sup>304</sup>. Em 1960, foi professor em diversos estabelecimentos de ensino do Recife e nesse mesmo ano ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco.<sup>305</sup> O fato de sua aprovação ter sido divulgada na imprensa local, expressa que fazia parte de uma família de prestígio. A matéria chama atenção para o fato de ser filho de um “*antigo Juiz de direito*”. Nas suas experiências como professor, chegou a fazer parte do Conselho de Professores da Escola Técnica Federal na área que tratava sobre Cultura geral, tendo se envolvido em alguns conflitos

---

<sup>304</sup> Filho de Rosa Cabral e Claudio da Cunha Cavalcanti, antigo juiz de direito do Recife, na época já falecido.

<sup>305</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 de março de 1960. Ed. 00053, p. 26. (BNDigital).

ao realizar denúncias que afirmavam a má administração da escola, as quais acabaram sendo consideradas *falsas* a partir de inquérito federal.<sup>306</sup>

Outros elementos de destaque em sua trajetória, foi ter sido candidato a deputado estadual em 1962 pelo Partido Trabalhista Brasileiro.<sup>307</sup> Essa tentativa de se inserir na vida política, foi uma experiência que lhe possibilitou maior visibilidade, ampliando sua rede de contatos em meio a categoria de professores na época. Apesar de não ter conseguido se inserir no meio político, continuou sua militância junto aos demais professores, dando visibilidade para questões de interesse pedagógico, mas sobretudo questões referentes ao recebimento de pagamentos atrasados, de valores mais adequados do salário-aula. Buscava fazer encaminhamentos ao governador e por isso fazia constantemente comunicação com o secretário de Educação responsável por essas questões.

Após fazerem os contatos necessários para a resolução de suas demandas, a Comissão de Professores procurava meios para comunicar à grande comunidade do magistério secundário como as coisas estavam sendo resolvidas e qual a posição do governo. Experiência como essa ocorreu em maio de 1965, quando os professores, após fazerem encaminhamento de memorial ao então governador Paulo Guerra,<sup>308</sup> convocaram todos os professores contratados do estado para uma assembleia a fim de socializar tudo o que estava sendo discutido.<sup>309</sup> As articulações, os encaminhamentos, as buscas em se dialogar com os representantes do executivo e o secretário de Educação, vinha contribuindo para maior visibilidade desse nível de ensino.

A fundação da entidade se deu em maio de 1967, através de ato realizado no Instituto de Educação de Pernambuco, que era onde geralmente ocorriam as reuniões dos professores do nível médio. Em matéria divulgada na imprensa local, constava que a “nova entidade” tinha por objetivo “prestar assistência social ao professorado e defender os interesses da classe”.<sup>310</sup> O objetivo da associação expressa bem o perfil assistencialista que envolveria suas práticas. A

---

<sup>306</sup> Inquérito federal, apurou serem falsas as denúncias de professor contra diretor da ETR. *Diário de Pernambuco*, Recife, 4 de junho de 1961. Ed. 00125B, p. 10. (BNDigital).

<sup>307</sup> 401 candidatos disputam os votos dos pernambucanos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 de outubro de 1962. Ed. 00228, p. 22. Segundo caderno. (BNDigital).

<sup>308</sup> Em 31 de janeiro de 1963 Paulo Guerra foi empossado como vice-governador do estado. Miguel Arraes foi governador. Possuíam divergências políticas que se revelaram em pouco tempo de governo. Com o golpe de 1964, houve a cassação de muitos políticos identificados com o governo anterior, o de João Goulart. Miguel Arraes foi cassado. Pelo fato de ter certa aproximação com os militares, Paulo Guerra permaneceu no cargo, assumindo o governo de Pernambuco.

<sup>309</sup> Assembleia de professores contratados. *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 de maio de 1965. Ed. 00103, p. 20 (BNDigital).

<sup>310</sup> Criada a Associação dos Professores do Ensino Oficial. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 de maio de 1967. Ed. 00113, p. 8. (BNDigital).

partir daquele momento foi formada uma diretoria provisória composta pelos seguintes nomes: Adelgício Cavalcanti como presidente; Roberto Mota como vice-presidente; secretário geral Biaggio Chiappeta e tesoureiro Miguel Francisco Alves.

Após a instalação da associação, foi organizada no dia 16 de junho por aquela diretoria provisória uma outra assembleia geral, tendo o propósito de fazer a eleição da primeira diretoria permanente e apresentar o Estatuto da Associação<sup>311</sup>, que chegou a ser aprovado na mesma ocasião.<sup>312</sup>

Com relação à diretoria permanente, ficou assim composta: Adelgício Cavalcanti, que permaneceu como presidente; o vice-presidente passou a ser José Jefferson Amaral Bezerra; 1ª e 2ª secretárias respectivamente, Herênia Pereira no Nascimento Silva e Joana de Moraes Coutinho; 1º e 2º tesoureiros respectivamente, Miguel Francisco Alves<sup>313</sup> e Gercina Simões Duarte.

Torna-se interessante o fato de que para que os *mestres* pudessem estar presentes, o então secretário de Educação que na época era Roberto Magalhães, determinou, através da elaboração de uma portaria, “*ponto facultativo nos educandários oficiais de ensino médio*”.<sup>314</sup> Essa medida nos faz lembrar a própria instalação do Centro de Professores Primários, que contou com apoio do governo, como vimos no capítulo anterior.

Possivelmente, no que se refere a esta Associação, a flexibilização dos horários foi uma prática que ocorreu devido a alguma comunicação entre a direção provisória de professores responsável pela criação da APEMOPE e a Secretaria de Educação, considerando que esse foi inclusive um dos pontos apresentados no Estatuto, o qual assim afirmava: “art. 34: a diretoria procurará conseguir do Sr. Secretário de Educação, ou diretor do Ensino médio, ponto facultativo, quando da realização de assembleias gerais.”<sup>315</sup> O Estatuto apresentou todas as características e ações que aquela entidade iria desenvolver, assim como elementos ligados à

---

<sup>311</sup> Tivemos acesso ao Estatuto da Associação através do 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que se encontra localizado na Avenida Dantas Barreto, Recife-PE.

<sup>312</sup> Embora o estatuto tenha sido aprovado em assembleia em junho de 1967, seu registro em cartório só se deu em 24 de julho de 1967. Outras associações de professores de ensino médio possivelmente surgiram nesse mesmo período como foi o caso da Associação dos Professores do Ensino Médio do Piauí, criado em 29 de novembro de 1967. Atualmente SINTE- PI.

<sup>313</sup> Miguel Francisco Alves também esteve à frente da Associação em 1974, ocupando o cargo de diretor-secretário. Nesse período o presidente da Associação era Leônidas Lima. *Diário de Pernambuco*, 2 de abril de 1974. Ed. 00088. p. 11 Em 1979, também na gestão de Leônidas Lima, estava ocupando mesmo cargo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 de junho de 1979.

<sup>314</sup> Associação de professores elege diretoria. *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 de junho, 1967. Ed. 00139, p.6. (BNDigital).

<sup>315</sup> Estatuto da APEMOPE, 1967.

sua organização interna, a função dos membros e direitos e deveres dos associados. Tudo que dizia respeito ao seu funcionamento.

Com relação às suas características e seus fins, constava no Estatuto que era uma “sociedade civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada (...) constituída de professores do magistério oficial de estado de grau médio” e que estava “destinada a promover a defesa dos interesses da classe dos professores que a constituem, da capital ou interior, bem como promover o maior entrosamento dos seus associados, visando a melhoria e aprimoramento dos mesmos”.<sup>316</sup>

No intuito de conseguir promover esse *entrosamento* entre os associados uma série de atividades estavam previstas, tais como a organização de seminários, encontros diversos e reuniões que tivessem como objetivo fortalecimento da categoria dos professores tanto do ponto de vista da discussão de conhecimentos relevantes para suas carreiras e formação, quanto atividades que possibilitassem a melhoria das “condições de vida de seus associados”.<sup>317</sup> No decorrer de sua trajetória, algo que reflete esta última proposta é uma parceria feita entre a Associação e a Secretaria Assistente, a qual colocaria à disposição da Associação vinte casas próprias construídas pelo Serviço Social Contra o Mocambo. Os interessados deveriam fazer inscrição na associação e seriam selecionadas através de critérios específicos.<sup>318</sup> Esse tipo de iniciativa aponta um pouco do seu perfil assistencial, desenvolvendo também outros tipos de atividades com essa finalidade. Se comprometia dentro de suas possibilidades a: prestar assistência médica, dentária e hospitalar, assistência jurídica, financeira e cultural aos seus associados. Tais elementos, acabavam se constituindo em atrativos para que os professores se associassem.

A APEMOPE estava aberta a manter um relacionamento com outras instituições que tivessem de forma direta ou indireta a intenção de defender os interesses dos professores.<sup>319</sup> Tal compromisso era expresso pelo contato e apoio a entidades como a Associação Pernambucana dos Servidores do Estado e Federação das Associações dos Servidores Públicos em Pernambuco. Esse direcionamento poderia oferecer mais visibilidade para Associação, uma vez

---

<sup>316</sup> Art. 2º. Estatuto da APEMOPE, 1967.

<sup>317</sup> Art. 4º. Estatuto da APEMOPE, 1967.

<sup>318</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 de janeiro de 1974. Ed. 00017, p. 7. (BNDigital). Apesar de ter sido um projeto aparentemente atrativo e ter sido bem noticiado na imprensa local, o número de professores inscritos não chegou a atingir o número de residências que seriam construídas. *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 de abril, de 1974.

<sup>319</sup> Art. 5º. Estatuto da APEMOPE, 1967.

que se tratava de uma entidade nova e que necessitava alcançar uma projeção tanto na capital como no interior do estado. O envolvimento com organizações mais estabelecidas poderia atender a este propósito.

Nessa mesma direção, observamos a aproximação com o Sindicato dos Professores de 1º e 2º grau,<sup>320</sup> em interações ligadas a atividades de comemoração e lazer realizadas em função do Dia do Professor. As comemorações que aconteceram em outubro daquele ano (1967), contaram com uma série de preparativos, e além do tom festivo, contou com uma discussão em torno de uma questão importante naquele momento, que era o Estatuto do Professor de Ensino Médio que se encontrava em fase de tramitação na Assembleia Legislativa.<sup>321</sup> Como as atividades de comemoração teriam a presença de “representantes e autoridades da classe”<sup>322</sup>, consideravam que era um momento oportuno para se fazer cobranças.

Outra característica importante e até fundamental para a Associação, foi ter estabelecido que os sócios contribuintes, aqueles que não eram necessariamente pertencentes ao quadro dos professores da rede oficial de ensino, pudessem não só participar das assembleias e reuniões realizadas, como contribuir com a apresentação de sugestões referentes ao que estivesse sendo discutido naquelas ocasiões, porém sem ter necessariamente direito à voto. O fato de permitir a existência de sócios contribuintes, ampliava as possibilidades de existência de um número maior de associados, o que era algo necessário naquela fase inicial de organização.

Quanto às mensalidades destinadas à manutenção da entidade, eram geralmente realizadas através de descontos em folha de pagamento. Além desses descontos, a APEMOPE era mantida através de outras arrecadações, tais como: contribuições voluntárias, doações, auxílios dos poderes públicos, rendas patrimoniais e outras rendas eventuais.<sup>323</sup> Costumava-se realizar a prestação de contas de todas as atividades desenvolvidas ao longo de determinado período, visando uma postura de transparência. Em dezembro de 1967, foi convocada uma assembleia geral na qual foi feita além da prestação de contas, planejamentos ligados ao plano de trabalho para o ano seguinte, reivindicações que seriam encaminhadas ao governo do estado e discussões ligadas à regulamentação do Estatuto do professor.<sup>324</sup>

---

<sup>320</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 de outubro de 1967. Ed. 00239, p. 6. (BNDigital).

<sup>321</sup> Dia do Professor será comemorado no Recife. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de setembro de 1967. Ed. 00227, p. 3. (BNDigital).

<sup>322</sup> *Ibid.*

<sup>323</sup> Artigo 29, Estatuto da APEMOPE, 1967.

<sup>324</sup> APEMOPE: edital de convocação. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de dezembro de 1967. Ed. 000302, p. 18. (BNDigital).

A gestão que teve à frente Adelgício Cavalcanti foi significativa, tanto no que se refere ao processo de criação da APEMOPE, como pela realização das primeiras experiências nas quais os professores dos níveis ginásial e colegial (nível médio) estavam sendo representados. Embora possamos compreender que foi necessário certo tempo para que ela começasse a ter uma expressão maior na capital e em cidades do interior, como era sua proposta, foi a *primeira* e importante fase de consolidação da entidade, apesar de muitas limitações.

Uma questão que não poderíamos deixar de apresentar é o fato de que a associação foi fundada em uma atmosfera social de muitas tensões. Em 1967 tivemos a entrada do Marechal Arthur da Costa e Silva como presidente, em 15 de março, bem como a promessa da liberalização controlada conhecida como “política de alívio”. Juntamente com esses fatos, as tentativas de negociação com setores da oposição. Essa tímida tentativa de conciliação, expressava a busca por legitimidade. O que nos faz lembrar aqui o pensamento de Gramsci ao dizer que o universo político engloba não só relações de força como também de convencimento.<sup>325</sup> Mesmo se tratando de um Estado autoritário, buscavam estabelecer algum tipo de equilíbrio que pudesse garantir sua permanência no controle do governo.

Tais tentativas foram sendo enfraquecidas à medida em que estratégias de repressão foram sendo constantemente empregadas. Assim, nessas condições a tal “política de alívio”, efetivamente, não encontrou muito espaço, uma vez que para ser vivenciada era necessária uma atmosfera social mais harmônica. Algo que não existia.

Tudo isso acabou sendo agravado com o processo de recessão econômica, que trouxe ainda mais problemas para a sociedade brasileira, fazendo com que muitos que haviam apoiado inicialmente o golpe, tivessem um afastamento. A política salarial implementada naquele período acarretou em prejuízos na renda da população assalariada, gerando uma situação de insatisfação que “estimulou uma onda oposicionista”.<sup>326</sup> Essa onda oposicionista que surgiu contra a política econômica e social do Estado, deu origem à Campanha Nacional de Proteção Contra a Política de Arrocho Salarial em 1967.<sup>327</sup>

---

<sup>325</sup> Sobre essa mesma questão, ARENDT, Hannah em Sobre violência. Rio de Janeiro: Relume Dumará 1994, nos aponta que “jamais existiu um governo baseado exclusivamente nos meios de violência. Mesmo o mandante totalitário, cujo maior instrumento de domínio é a tortura, precisa de uma base de poder”. P. 40.

<sup>326</sup> ALVES, Op. cit. p. 115.

<sup>327</sup> A campanha foi definida quando da realização do II Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais em Guanabara-RJ. O evento foi realizado sob clima de muitas tensões devido ao período repressivo. Revelava os esforços de organização.

Ao passo que alguns grupos sindicais buscavam se organizar, a cúpula governamental, a partir de ações desencadeadas pelo Ministério do Trabalho, deu início ao que chamou de programa de “renovação sindical” que possuía como objetivo “ampliar as funções previdenciárias dos sindicatos, impondo a suas burocracias a tarefa de mediar entre o Estado e a classe trabalhadora”.<sup>328</sup> Com relação a esse objetivo, não foi uma medida tão ‘renovada’ como se afirmava. Estava prevista na CLT, e acabou se configurando muito mais como um reforço. De acordo com Maria Helena Alves, dentro dessa estratégia, ocorreu uma expansão do número de sindicatos urbanos e rurais. Entre os anos de 1967 a 1968, foram criados 854 sindicatos urbanos, e 454 sindicatos rurais. Boa parte deles foi criada diretamente pelo Estado, que buscava estender seu controle corporativo aos sindicatos tanto locais, bem como à federações e confederações. Era uma forma de desmobilizar a classe trabalhadora.

Para Marco Aurélio Santana, esse fortalecimento do sistema corporativo intensificou a lógica assistencial dos sindicatos, que tinha a intenção de tornar a filiação algo mais atrativo.<sup>329</sup> E os dirigentes sindicais que foram impostos tiveram papel importante nesse movimento de controle. A CLT garantia, por exemplo, que o trabalhador vinculado ao sindicato teria “preferência em companhias que tinham contratos públicos”. Naquele momento, eles passaram a ter outros benefícios como: ao ficarem desempregados, terem preferência em serem indicados para atividades no serviço público. Também garantiu-se ações como:

crédito no Banco Nacional da Habitação, ou outras instituições oficiais para a compra de casa própria; na subdivisão e distribuição de propriedades rurais ou urbanas do governo; no financiamento pelo governo ou empresas de capital misto, de veículos ou ferramentas para o exercício de suas profissões; na compra ou aluguel de apartamento sob controle do governo, quando vagos por decisão judicial; em vagas para o serviço portuário ou assemelhado; e em bolsas de estudo para a educação secundária ou treinamento técnico, para eles próprios ou para o filhos.<sup>330</sup>

Além de tais ações, o Ministério do Trabalho continuou promovendo treinamento e educação dos dirigentes sindicais por ele indicados, só que nessa nova conjuntura essas ações de intervenção foram desenvolvidas pelo Exército e pelo próprio empresariado, conforme nos aponta Nagasava.<sup>331</sup> Em meio a esse jogo de interesses, esses interventores, como eram chamados os novos dirigentes sindicais, acabavam exercendo certo poder sobre outros membros da direção, utilizando-se por vezes de estratégias de convencimento e aceitação da

---

<sup>328</sup> ALVES, Op. cit p. 119

<sup>329</sup> SANTANA, Marco Aurélio. **Ditadura militar e resistência operária**: o movimento sindical brasileiro, do golpe à transição democrática. Dossiê. Política & Sociedade. Nº13, out, 2008. P. 282.

<sup>330</sup> ERICKSON, Paul Kenneth. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. Op., cit., p. 211.

<sup>331</sup> NAGASAVA, Heliene. **O Sindicato que a ditadura queria**. Op., cit., p. 157.

forma como estava se dando a gestão dos sindicatos no intuito de conquistar os associados, atitude que nem sempre promovia o efeito esperado, pois em muitas entidades houve um afastamento dos associados pelo fato de não se identificarem com os novos dirigentes. Os interventores poderiam ser militares ou funcionários do Ministério,<sup>332</sup> ou até mesmo serem ligados à igreja católica e a correntes sindicais de oposição ao PCB, ou ao chamado sindicalismo vermelho.<sup>333</sup> Essa função de mediação dos sindicatos, reforçada pelo aparato de controle da ditadura, visava impedir um maior processo de mobilização dos trabalhadores.

A APEMOPE não se inseria nessa dinâmica, uma vez que não foi criada pelo Ministério do Trabalho, mas ao mesmo tempo não fugia dela. Observamos que seu papel foi especificamente de mediação, não chegando a realizar qualquer questionamento à realidade política do país, e especificamente ao cenário pernambucano, no qual o autoritarismo permeava os espaços sociais. Inserida dentro da cultura associativista existente, suas lideranças tinham o papel de fazer com que a lógica de seu funcionamento fosse corporativista e assistencial, como pudemos observar no estatuto da entidade, bem como o vínculo mantido com a Secretaria de Educação.

De maneira sintética, a associação teve de 1967 até meados de 1971 seus anos iniciais de funcionamento, sem ainda ter uma visibilidade expressiva no estado. Algo que só foi ocorrendo ao longo dos anos seguintes. Em 1971 teve a presidência assumida pelo professor Leônidas Fernandes de Lima.<sup>334</sup> Nesse segundo momento ocorreu uma mudança estatutária, devido a implantação da lei, 5.692/71 mais conhecida como Reforma do 2º grau ou *Reforma do Ensino*.

#### 4.4 REFORMA DO ENSINO

A lei 5.692/71, trouxe algumas alterações para o sistema educacional de ensino, “sendo elas a extensão da escolaridade obrigatória, compreendendo agora todo denominado ensino de

---

<sup>332</sup> MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. **O Estado e a burocratização do Sindicato no Brasil**. São Paulo: Huicitec, 1979, p. 104.

<sup>333</sup> MOMESSO, Luiz. Op. cit. p. 158.

<sup>334</sup> A historiografia que tratada sobre a APEMOPE ainda é pequena, consistindo em poucas dissertações e teses que se concentram no período que tem como marco a greve de 1979. Existe lacunas quanto ao período que teve à frente Adelgício Cavalcanti, bem como expliquem o porquê ter se afastado da entidade. Após sua saída da direção, não identificamos nas fontes consultadas qualquer tipo de envolvimento com a associação, nem mesmo referências ao seu nome. Algo que seria de grande importância para compreendermos os reais impulsos da criação da APEMOPE em um contexto marcado por certa explosão do número de sindicatos no país.

1º grau, junção do primário com o ginásio e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau”.<sup>335</sup>

A proposta de profissionalização do ensino de 2º grau foi recebida com muito entusiasmo, seja pelos intelectuais e parlamentares vinculados a ARENA, partido que dava sustentação ao governo dos militares, seja por membros da oposição, o MDB. A tramitação e aprovação do projeto ocorreu em um prazo de 30 dias, ou seja, de uma maneira extremamente rápida em comparação a projetos que passavam anos sendo apreciados. Foi aprovado por unanimidade no Congresso e promulgada a lei em agosto de 1971.

Apesar do seu rápido processo de aprovação na Câmara, a discussão em torno de uma reforma educacional era algo que vinha sendo pensada desde anos anteriores, tendo sido inclusive criado um Grupo de Trabalho pelo MEC (em setembro de 1969), possuindo como objetivo propor tal reforma.

O Grupo foi responsável pela elaboração de um relatório, enviado primeiramente para o Ministro da Educação, e posteriormente foi submetido à consulta “por Conselhos Estaduais de Educação e Secretarias de Educação dos estados. Somente depois de ouvidos esses órgãos” foram “formuladas como projetos de lei definitivos as conclusões do mesmo relatório”.<sup>336</sup> Após essa organização inicial do Grupo de Trabalho, no início de 1970, a SUDENE esteve à frente do Encontro Regional de Educação, tendo participação de diversos secretários de Educação, e apresentando como pauta de discussão a reforma do *ensino primário e médio*.<sup>337</sup> Destacando-se na sua realização a fala do secretário de Educação de Pernambuco, Roberto Magalhães<sup>338</sup> e a presença de diversos outros secretários de Educação do Nordeste, tratando sobre os problemas educacionais. Mas aquele Encontro foi o início das discussões para um evento maior que ocorreu em 23 de março do mesmo ano, denominado Encontro MEC/SUDENE/Secretarias do

---

<sup>335</sup> GERMANO, Op. Cit, p. 164.

<sup>336</sup> Conceito e objetivo da educação fundamental. *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 de janeiro de 1970. Ed. 00007, p. 4. (BNDigital).

<sup>337</sup> Será instalado hoje Encontro Regional de Educação da Sudene. *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de janeiro de 1970. Ed. 00023, p. 3. (BNDigital).

<sup>338</sup> Professor e advogado pernambucano. Concluiu doutorado em direito em 1967 na UFPE. Em sua trajetória lecionou em universidades e exerceu cargos ligados ao Direito. Esteve a frente da Secretaria de Educação no período de 2-06-1967 até 15-03-1971 durante o governo de Nilo Coelho. Chegou a ser vice-governador pelo partido da ARENA de 1979-1982. Estava engajado com as forças política no poder e com o cenário antidemocrático.

Nordeste,<sup>339</sup> um evento em que foram discutidos de forma mais intensa uma série de projetos voltados para melhorias no cenário educacional com ênfase na região Nordeste.

Logo no primeiro dia, o evento esteve voltado para debates que faziam parte do que foi chamado de *operação escola*. Citaremos aqui os projetos que estavam em discussão e perceberemos que todos eles nos revelam um pouco dos problemas enfrentados pela educação brasileira e as questões que atingiam de forma direta e indireta os professores:

construção, transformação e equipamentos de ginásios polivalentes; aperfeiçoamento, treinamento e habilitação de professores para o ensino primário e normal; treinamento e aperfeiçoamento de professores para o ensino médio; dinamização e assistência técnica e financeira aos programas de alfabetização de adultos; assistência ao educando; programa intensivo de formação de mão-de-obra.<sup>340</sup>

Sobre a questão do melhor preparo para os professores, a realidade existente no período demandava muitas iniciativas, devido ao grande número de professores, sobretudo no nível primário de ensino, que muitas vezes não possuíam qualificações mínimas para exercerem as atividades de ensino. Uma das alternativas para diminuição desse problema foi a oferta de cursos de aperfeiçoamento, que teriam a duração de um mês e a realização de estágios com duração de um a oito meses,<sup>341</sup> sempre tendo em vista o que chamavam de *melhoria do padrão de ensino*.

Com a proposta política da ditadura, esse processo foi ocorrendo quase que como uma espécie de *linha de montagem* de formação docente. Professores foram formados em curtos período de tempo, a partir da implantação de cursos de licenciatura curta, contendo currículos *enxutos* que enfatizavam as questões mais técnicas ou práticas do processo de formação, negligenciando assim um perfil de formação mais abrangente ou integral que possibilitasse uma maior capacidade, conhecimento e criticidade acerca do momento político que se enfrentava no país.

Dentro do que estava sendo projetado naquele momento, fazia-se crer que fosse possível através da implantação dessas ações, uma ampliação quantitativa e qualitativa dos sistemas escolares. De fato, pode-se constatar um aumento do número de instituições escolares e de professores formados, mas não podemos afirmar que foram necessariamente acompanhadas de

---

<sup>339</sup> O encontro foi finalizado no dia 25 de março. Conf. Secretários encerram reunião. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de março de 1970. Ed.00070, p. 3. (BNDigital).

<sup>340</sup> SUDENE instalará amanhã encontro de secretários. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 de março de 1970. Ed. 00068, p. 22. (BNDigital).

<sup>341</sup> Ibid.

mudanças qualitativas. Tentou-se amenizar um quadro sensível, pois se por um lado compreendemos que se tratava de um período com muitas necessidades de que existisse um corpo docente com preparação adequada, por outro, a formação de um grande contingente de professores em um curto período de tempo acarretou também em despreparo. Além disso, falava-se em aumentar a “produtividade do ensino primário através da reforma do ensino até o final de 1972”.<sup>342</sup> Chama-nos a atenção o termo *produtividade* para se referir ao sistema de ensino primário. Que outro termo revela mais os interesses econômicos ligados a determinados grupos do que esse? Revela uma das faces da política educacional que estava sendo organizada.

Os debates se estenderam durante todo o ano e naquele momento em que se discutia a *operação escola*, havia uma expectativa de que o primário e o ginásio tivessem uma “continuidade orgânica”,<sup>343</sup> sendo assim chamado de ensino fundamental, que de acordo com o relatório produzido pela Grupo de Trabalho representava “a formação básica imprescindível ao homem para realizar-se como pessoa participante efetivo, consciente e responsável da comunidade em que vive e da sociedade em geral”.<sup>344</sup> Chama a atenção a incoerência em propor a formação de pessoas *participantes e conscientes*, pois muitos daqueles a quem se podia atribuir estes adjetivos, foram ameaçados, perseguidos, eliminados. Havia uma lógica moral e cívica, que buscava moldar comportamentos, indo de encontro com o que consideravam como sendo espírito patriótico. A depender do espaço que ocupava e como se posicionava na sociedade, este sujeito “*participante efetivo*” seria de algum modo silenciado. Outros elementos apresentados no relatório diziam respeito a extensão do ensino fundamental que teria uma duração mínima de 9 anos divididas em duas etapas, sendo a primeira de cinco anos e a segunda de quatro. Posteriormente colocou-se a proposta de 8 anos de ensino fundamental, englobando primário e ginásio.

Questões ligadas à estrutura e organização, currículo, programas escolares também foram abordados.<sup>345</sup> Restava ainda compreender como se processariam as mudanças e esperava-se que as experiências piloto que fossem implementadas possibilitassem os esclarecimentos necessários.

---

<sup>342</sup> Ibid.

<sup>343</sup> Ibid.

<sup>344</sup> Ibid.

<sup>345</sup> As duas etapas do ensino fundamental. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 de janeiro de 1970. Ed. 00009, p. 4. (BNDgital).

Apesar de existirem boas expectativas em relação às mudanças em planejamento, o próprio Ministro da Educação, Jarbas Passarinho,<sup>346</sup> indicado pelo presidente General Emílio Garrastazu Médici e responsável pela implementação da reforma, desde os momentos iniciais das discussões a respeito da elaboração do projeto, afirmou que estava sendo algo muito difícil de ser implantado considerando-se os “problemas estruturais do Ministério da Educação”.<sup>347</sup> Bem sabemos, que não só o Ministério da Educação, mas a educação brasileira possuía muitos problemas estruturais. Problemas como a insuficiência do número de escolas, falta de professores e de qualificação profissional, questões não resolvidas e que ainda assim não impediram a aprovação do projeto, posto que ele se alinhava com interesses vigentes.

Durante todo o ano de 1970, foram apresentados na imprensa pernambucana notícias sobre como andavam as discussões em torno da reforma. Algumas até destacando o fato de que não se deveria falar apenas da reforma do ensino superior, reforma que estava sendo realizada desde 1968, mas que devia ser dada atenção para as crianças, posto que o “ensino primário deveria possuir o mesmo ou talvez melhores cuidados”.<sup>348</sup> Professores e estudantes se posicionaram de forma contundente contra os acordos MEC-USAID durante os anos finais da década de 60.

Autoridades políticas com visibilidade no campo educacional, como o deputado Aderbal Jurema, apresentaram otimistas expectativas sobre a organização da reforma, afirmando por exemplo que ela teve “como meta atender ao desenvolvimento brasileiro pondo no mesmo pé de igualdade os esforços que *o governo da revolução* faz para conter a inflação e fomentar o progresso, procurando superar aquela educação acadêmica”.<sup>349</sup> Ao falar sobre superação de uma educação acadêmica, estava se referindo ao fato da reforma produzir a profissionalização compulsória, algo que seria, dentro daquela perspectiva política, mais interessante para o país.

---

<sup>346</sup> Em 1996 publicou um livro de sua autoria chamado: *Jarbas Passarinho: um híbrido fértil*, cuja proposta é apresentar sua biografia, sob a justificativa de que estudar a história do Brasil é algo dificultado pela “falta de fontes primárias e ausência de depoimentos confiáveis”. Trata sobre sua trajetória política e formação militar, apresentando com orgulho o fato de ter sido nomeado por “quatro presidentes da República, para ministérios tidos como desafios” (p. 18). Menciona o Ministério do Trabalho e Previdência Social, durante o Governo Costa e Silva; Educação e Cultura no período do governo Médici; Previdência e Assistência Social, no governo João Figueiredo e por fim no governo de Fernando Collor de Melo o Ministério da Justiça. Recentemente a UFRJ revogou o título de Doutor Honoris Causa, concedido a Passarinho em 1973, pois ele assinou o AI5, um dos atos mais repressivos da ditadura.

<sup>347</sup> Passarinho diz que reformará todos os níveis de ensino. *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 de janeiro de 1970. Ed. 00024, p. 2. (BNDigital).

<sup>348</sup> São as crianças que voltam e a cidade fica mais alegre. *Diário de Pernambuco*, 22 de fevereiro de 1970. Ed. 00044, p. 10. (BNDigital).

<sup>349</sup> Aderbal Jurema comenta reforma do ensino. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 de agosto de 1970. Ed. 00191, p. 2. (BNDigital).

Como vemos na fala de Aderbal Jurema, ao utilizar o termo *governo da revolução*, demonstra claramente como era comprometido com a ditadura e, mantinha postura de participação no regime, pois era ligado à ARENA. Políticos como ele foram bem apoiados pelas associações docentes do estado.

O presidente Médici, ao falar sobre suas expectativas para o ano de 1971 expressou que seria um ano *mais feliz do que o anterior* e que no que dizia respeito a *expansão industrial* esperava que:

as reformas sociais básicas iniciadas este ano no campo da educação, frutifiquem em 1971, principalmente com a profissionalização do magistério, a reforma do ensino e o funcionamento a partir de julho de 300 ginásios orientados para o trabalho. Sinto que a grande revolução educacional virá agora na passagem da velha orientação propedêutica da escola secundária a uma realista preparação para a vida, que atenda a carência de técnicos de nível médio, problema dos mais críticos na arrancada do nosso desenvolvimento.<sup>350</sup>

É notório que havia um forte interesse em se fortalecer a relação entre educação e trabalho. Relação que era tratada como uma espécie de porta da esperança para os problemas nacionais. A questão que deve ser aqui colocada é que em boa medida a reforma do ensino, sobretudo a parte em que tornava compulsória a profissionalização do 2º grau, não colocava à frente a necessidade da formação integral do indivíduo, buscando atender a interesses imediatos nos quais a nova proposta de escola era apresentada “como democrática, quando na verdade não só é destinada a perpetuar as diferenças sociais como ainda cristalizá-las”.<sup>351</sup> A educação claramente subordinada à produção.

Assim, a aprovação da lei 5.692/71, representou muitas mudanças na realidade da organização da educação brasileira, tanto para o alunado, como para o próprio processo de formação da identidade do professorado que passou a se constituir como a categoria de professores de 1º e 2º graus.

Em função disso, a própria CPPB, retirou a designação de *professores primários* e passou a ser apenas CPB (Confederação dos Professores do Brasil). De acordo com alguns estudiosos, fez isso para “*manter sua representatividade*”<sup>352</sup>, a partir do momento em que abrangeria um público mais amplo de professores.

---

<sup>350</sup> Expansão industrial. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 de janeiro de 1971. Ed. 00001, p. 2. (BNDigital).

<sup>351</sup> GERMANO, Op, cit, p. 175.

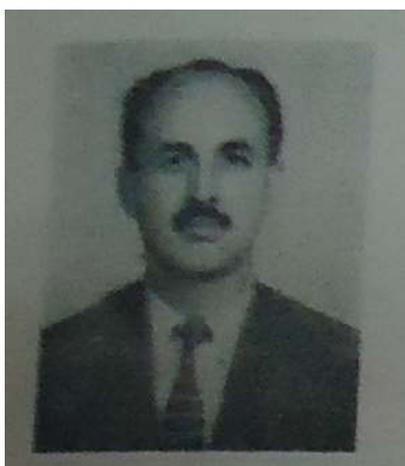
<sup>352</sup> FERREIRA, Jr.; BITTAR, Marisa. Op. Cit, p. 68.

Tais mudanças acarretaram em modificações na própria organização das entidades de representação docente. A APEMOPE, que representava os professores do nível médio (ginásio e colegial), passou a ser então APENOPE (Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco), abrangendo assim todo o ensino fundamental ou 1º grau, formado pelo antigo primário, ginásio (5ª a 8ª séries) e o antigo colegial. O CPPP, também realizou mudanças e passou a ser Centro de Professores de Pernambuco, representando o magistério de 1º e 2º graus. Desse modo, podemos dizer que Pernambuco passou a ter duas associações concorrentes e talvez devido a isso tenham desenvolvido poucas parcerias ao longo de suas trajetórias.

#### 4.5 A SEGUNDA FASE DA APENOPE.

Em 1971, além das mudanças ligadas à organização da educação brasileira, ocorreu a primeira mudança na gestão da Associação de professores, desde a sua fundação. Em 18 junho de 1971, houve eleição na qual foi vitoriosa a chapa *Unificação*, que teve a frente o professor Leônidas Fernandes de Lima,<sup>353</sup> figura com uma longa trajetória na direção da entidade.

**Figura 9** - Professor Leônidas



**Fonte:** Jornal do Professor - Arquivo Público Jordão Emerenciano.

**Figura 10** - Cerimônia de posse



**Fonte:** Jornal do Professor - Arquivo Público Jordão Emerenciano.

A cerimônia de posse ocorreu no dia 29 de junho e teve participação do Secretário de Educação Manuel Costa Cavalcante<sup>354</sup>, assim como presença de autoridades militares.

<sup>353</sup> Professores vão renovar diretoria da Associação. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 de junho de 1971. Ed. 00132, p. 9. (BNDigital).

<sup>354</sup> Secretário de Educação no período de 16 de março de 1971 até 15 de março de 1975.

Chama-nos a atenção as palavras ditas pelo professor Leônidas durante a solenidade: “Assumo a presidência dessa Associação num período muito feliz da vida política brasileira, uma vez que num esforço conjunto, os exmos. srs. Presidente da República e o governador do estado, Eraldo Gueiros, vem tomando medidas que atendem, na realidade, os anseios populares”.<sup>355</sup> Ora, será que podemos definir a entrada dos anos 70 como um *período feliz da vida política brasileira*?

A vasta produção historiográfica, assim como inúmeros relatos sobre esse período, nos apontam que, apesar de haver certa euforia, proveniente do processo de crescimento econômico e de projetos de engenharia de estradas<sup>356</sup>, de alfabetização<sup>357</sup>, e de ações que de alguma forma promoviam certa popularidade do governo, ainda que de forma não predominante, havia intenso uso do aparato repressivo estatal e de insatisfação de muitos setores populares. Quando observamos que o professor Leônidas, enquanto presidente da associação de professores, se alegrou com a vida política do país, isso nos indica que havia ali um entrosamento e aceitação da entidade para com os governos autoritários e que as ações desenvolvidas pela Apenope, nesse primeiro momento, foram restritas às lutas corporativas e não tiveram uma relação com à realidade política, seja estadual ou nacionalmente.

Esse comportamento de aproximação, de conciliação, foi algo que só foi rompido no final daquela década. Durante toda a gestão de Leônidas, a APENOPE se mostrou como uma associação sem interesse em questionar a atmosfera política dos governos ditatoriais. Cícero Souza, em sua dissertação sobre o associativismo docente pernambucano, afirma que: “os dirigentes que pregavam melhores condições de trabalho buscavam internamente aproximar-se dos gestores públicos como um mecanismo para manter-se no controle do movimento docente”.<sup>358</sup> Temos certa discordância em relação a esta posição, pois como a APENOPE não fazia parte da estrutura sindical, não havia possibilidade de serem nomeados interventores como ocorria com os sindicatos. Sendo assim, não acreditamos que se aproximavam dos gestores públicos apenas para manter-se no controle da associação ou do movimento docente, mas sim

---

<sup>355</sup> Leônidas Fernandes toma posse. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de junho de 1971. Ed. 00147, p. 10. (BNDigital). Emílio Garrastazu Médici era o presidente (ARENA). Eraldo Gueiros Leite, pernambucano que após o golpe de 1964, desempenhou funções da Justiça Militar a convite do então presidente Marechal Castelo Branco. Foi indicado pelo partido governista para ser governador de Pernambuco. Seu nome foi aprovado pela ALEPE e em março de 1971 iniciou o seu governo, com término em março de 1975.

<sup>356</sup> Projeto da construção da rodovia Transamazônica e da ponte Rio- Niterói.

<sup>357</sup> O MOBREAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização, que apesar de ter sido criado em 1969, só teve sua ampliação e funcionamento efetivo na década de 70.

<sup>358</sup> SOUZA, Cícero Albuquerque de. **Retratos de professores: associativismo docente em Pernambuco (1979-1982)**. Dissertação (mestrado em Educação) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2016. p. 41.

por considerarem que dessa forma teriam algum retorno em seus pleitos. A APENOPE, através de sua diretoria nesse contexto de sua fase inicial, se colocava claramente favorável ao governo da ditadura.

Em ofício de solicitação enviado ao governador do estado, em agosto de 1971, Leônidas assim apresentou:

Nós que fazemos a Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco, levamos ao conhecimento de Vossa Excelência, que a 4 anos fundamos esta entidade no sentido de colaborar no que for possível com o governo do estado na resolução dos problemas do professorado oficial de Pernambuco<sup>359</sup>

Embora não fizessem parte da estrutura sindical<sup>360</sup>, que tem por lei o objetivo de colaborar com o governo, as associações se relacionam muito com o que estava previsto no artigo 513 da CLT, referente às prerrogativas dos sindicatos, dentre as quais se destacava a de colaborar com o Estado.

Comumente, a associação enviava ofícios fazendo solicitações ao governador, e expressando certa admiração bem como confiança de que ele atenderia às necessidades do órgão de classe e dos professores. Como a Associação costumava promover cursos de formação para os professores, chegou a solicitar ao governador que colaborasse “doando para a entidade de classe” uma sala que pudesse servir a esse propósito. Segue no ofício de solicitação afirmando:

Como vossa Excelência pode observar em anexo, a sala que será nossa sede, caso Vossa Excelência de digne em mandar autorizar sua compra, nos satisfaz no momento porque permite promover cursos sem pedirmos salas emprestadas a outras entidades ou estabelecimentos de ensino que às vezes não podem nos atender satisfatoriamente, prejudicando assim uma programação que serviria em muito para que os senhores professores se atualizassem em suas respectivas matérias. (...) a compra dessa sala nos livrará ainda do ônus do aluguel, o que será uma grande ajuda ao nosso cofre que em geral está sem dinheiro<sup>361</sup>

Esse tipo de petição nos indica que nos primeiros anos de sua existência a APENOPE funcionava com certa dificuldade. Não reunia ainda todas as condições estruturais favoráveis, mas se mantinha na tentativa de poder não só manter-se de pé, como promover ações que pudessem atender interesses dos poucos professores associados. Naquela ocasião, o local em

<sup>359</sup> APENOPE, *Jornal do Professor*, Recife, agosto de 1971. Grifo nosso. (APEJE).

<sup>360</sup> No capítulo 2 explicamos o porquê de Associações não fazerem parte da estrutura sindical, conforme o entendimento jurídico do período.

<sup>361</sup> APENOPE, *Jornal do Professor*, Recife, agosto de 1971. (APEJE).

que se encontrava era pago pela Secretaria de Educação, contudo ainda em agosto de 1971 ela ficaria *isenta* daquele compromisso. Sendo assim, consideravam que somente o governo poderia ajudar a não serem transferidos “para um bairro bem distante do centro da cidade e que por certo trará grandes prejuízos ao nosso órgão, dificultando os professores do interior a se comunicarem com a entidade classista”.<sup>362</sup> Mais uma vez, esse tipo de colocação é revelador de como se mantinha uma relação estreita com os órgãos do governo, um posicionamento que o colocava inteiramente ao lado da conjuntura ditatorial.

Algo que reforça nosso entendimento quanto a essa perspectiva mais colaboracionista, é a aproximação que a Apenope teve com a ARENA<sup>363</sup> (Aliança Renovadora Nacional), chegando inclusive a receber homenagem do partido e ter recebido do deputado Aderbal Jurema, presidente da ARENA, a oferta de que a direção do Departamento de Servidores Públicos poderia ser dirigida por um professor indicado pela Associação. A proposta foi recebida com entusiasmo.<sup>364</sup>

A aproximação com o poder político vigente, não democrático e repressivo, ao longo da história rendeu inúmeros adjetivos tanto para os sindicatos como para as associações de professores: pelegos, adesistas, moderados. No caso da APENOPE, mesmo que estivesse atuando em um período não democrático e na leitura de alguns isso possa ter inibido uma atuação mais combativa, o que observamos é que ela se mostrava inteiramente favorável ao governo. Nessa perspectiva, deu ênfase a ações que foram importantes para os professores, tais como: solicitação de aumentos salariais, promovendo cursos preparatórios, reivindicando um Estatuto para os professores, um plano de cargos e carreiras. Ações importantes mas que não representavam uma postura de maior protagonismo.

Com relação a alteração estatutária da entidade, decorrente da *reforma do ensino*, ela só ocorreu em 1973, a partir da aprovação da mudança em assembleia geral realizada em março do referido ano. Pouco tempo depois, em 11 de maio de 1973, a Associação foi registrada em cartório como Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco, se afirmando como “sociedade civil, apolítica, cristã, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, com sede na cidade do Recife, constituída especialmente do Magistério Oficial do estado de Pernambuco”.<sup>365</sup> A alteração estatutária marcou uma nova fase da história da Associação, uma

---

<sup>362</sup> Ibid.

<sup>363</sup> Partido político de abrangência nacional e que deu sustentação à ditadura militar.

<sup>364</sup> *APENOPE em Notícias*, Recife, setembro, outubro de 1975, p. 3. (APEJE).

<sup>365</sup> Artigo 1º do Estatuto da APENOPE, 1973.

vez que ela passou a representar os professores do antigo primário, os quais compunham o 1º grau. Esse novo momento, continuou tendo à frente da direção o professor Leônidas Fernandes de Lima, que consta no documento como o apresentante da alteração estatutária em cartório.

De acordo com as disposições do novo estatuto, os membros da diretoria e do conselho fiscal exerceriam um mandato de três anos e poderiam ser reeleitos. O estatuto não especifica quantas vezes poderia ser reeleito.<sup>366</sup> Leônidas foi reeleito em junho de 1973: “O professor Leônidas Fernandes de Lima, assumiu semana passada a presidência da APENOPE, órgão dos professores pernambucanos para o triênio 73/76”.<sup>367</sup> O Jornal do Professor reforçou em suas páginas a composição da nova diretoria:

Vice-presidente: Manoel Davi Vieira da Costa. Diretor da Secretaria: Miguel Francisco Alves. Vice-diretor de secretaria: Antônio Cícero da Silva. Diretor de finanças: Jailson Florêncio de Queiroz. Diretor social cultural: Laercio Castro de Lima. Vice-diretor social-cultural: Maria de Lourdes Moreno.<sup>368</sup>

Durante o seu segundo mandato, buscou constantemente, através do Jornal do Professor, fazer apelos para que os professores do estado, fossem celetistas ou estatutários<sup>369</sup>, se associassem. Os editoriais ressaltavam ao máximo as ações que vinham sendo desenvolvidas pela Apenope, e afirmavam que para superação dos problemas enfrentados cotidianamente pelos professores, tais como *salários irrisórios, sobrecarga de alunos em cada sala de aula* e a insuficiência da estrutura física das escolas; era necessário que os professores recorressem aos meios legais e que “*o x do problema está na conscientização da classe*”<sup>370</sup>, uma vez que naquele momento, uma grande minoria de professores sabia o que significava APENOPE conforme afirmavam: “a maioria ainda por comodismo, falta de iniciativa, ou por motivos outros, desconhece a existência desse seu órgão de classe (...) colegas professores, prestigiemos a Apenope. Vamos nos associar!”<sup>371</sup> O texto seguia apresentando todas as vantagens em ser associado, tais como a possibilidade de realização de convênios médicos, convênio que a entidade possuía com empresas de turismo para a realização de passeios e até mesmo um

---

<sup>366</sup> Estatuto da APENOPE, Artigo 14, parágrafo 4º. 1973.

<sup>367</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 de julho de 1973. Ed. 00183, p. 17. (BNDigital).

<sup>368</sup> APENOPE, *Jornal do Professor*, Recife, agosto de 1973. (APEJE).

<sup>369</sup> Estatutários eram os professores que iniciaram carreira no serviço público a partir de prestação de concurso. Já os professores celetistas eram o que se encontravam num regime jurídico privado no qual tinham como base as normas da CLT. Durante a ditadura militar era grande o número de professores em regime celetistas. Possivelmente devido a isso havia certo receio em se vincularem a alguma associação. O que explica o fato da APENOPE estar sempre insistindo que os professores se associassem.

<sup>370</sup> APENOPE, *Jornal do Professor*, Recife, agosto de 1973. Texto escrito pelo professor Gerson Coelho de Medeiros. (APEJE).

<sup>371</sup> *Ibid.*

consórcio com a Sociedade Mercantil de Administração, trazendo possibilidades de aquisição de carro próprio.

Em outro texto, intitulado “*Conversa de professores*”, mais uma vez ressaltam a importância de que os professores da rede oficial se associassem, que saíssem “o mais rápido possível da posição de agregados do muro das lamentações”<sup>372</sup> e fossem desenvolver uma luta conjunta. Consideravam que o desconto de Cr\$ 5,0 (cinco cruzeiros) que era cobrado pela associação, não fazia falta aos mestres. E caso fizesse, seria mais um motivo para que se associassem e pudessem apresentar “suas ideias e talentos, seus protestos lógicos, e assim fazendo estaremos todos ajudando uns aos outros e entre outras coisas tentaremos melhores salários a fim de que importâncias tão pequenas não venham a nos fazer tanta falta”.<sup>373</sup> Não faltaram falas e apelos intensos para que os professores se associassem.

Compreendemos que os anúncios divulgados no Jornal do Professor não tinham o alcance necessário para que a Associação ficasse conhecida pelo grande conjunto do professorado pernambucano, justificando os constantes apelos para que os professores se associassem. Tal realidade aponta o seu afastamento com relação às bases. Possivelmente um maior contato com os próprios associados, acontecia quando iam à entidade em busca dos serviços de assistência, o que enfraquecia “a pressão da categoria enquanto ser coletivo”,<sup>374</sup> e possivelmente era satisfatório para a ordem política vigente.

A gestão de Leônidas foi bem duradoura. Permaneceu ainda no triênio seguinte (1976/1979)<sup>375</sup>, e em 1979 estava novamente apresentando chapa para continuar na direção. Em função disso, chegou a ser chamado de “*eterno presidente*”<sup>376</sup> da APENOPE. Essa não alternância na liderança da associação, possivelmente contribuiu para que se enraizasse determinada dinâmica de seu funcionamento, criasse determinados padrões na forma como trabalhava. Em um certo momento, e diante de mudanças na conjuntura social e política do país, aquela estagnação gerou maiores questionamentos, tanto internos, ou seja, dos sócios, quanto de fora desse núcleo. As pressões e novas tendências políticas que foram se agigantando

---

<sup>372</sup> APENOPE, *Jornal do professor*, Recife, setembro de 1973, p. 5. (APEJE).

<sup>373</sup> Ibid.

<sup>374</sup> SOARES, José Arlindo. Os limites do novo sindicalismo no Nordeste. In. **Movimentos sociais para além da dicotomia rural-urbano**. Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro: Recife, 1985, p 187.

<sup>375</sup> Sobre a posse de Leônidas em 1976, é possível conferir o *Diário de Pernambuco*, 9 de julho de 1976, ed. 00183, p. 3. (BNDigital).

<sup>376</sup> Professores querem devassa na Apenope. *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 de junho de 1979. Ed. 00148, p. 28. (BNDigital).

deram todo impacto necessário para a realização de mudanças no conjunto da direção da Associação.

#### 4.5.1 Algumas ações da gestão de Leônidas

Durante o longo período em que Leônidas esteve assumindo a presidência, houve ações no sentido de fortalecer as condições de trabalho do professor e de possibilitar atrativos para a profissão. As demandas, bem como os ofícios que eram encaminhados para o Secretário de Educação e governador do estado, eram apresentados no *Jornal do Professor*, como uma forma de mostrar tudo que efetivamente a associação estava fazendo pelo professorado. Comumente, era apresentado com letras em destaque títulos como: “Ofícios atestam a luta da Associação em favor do professorado”<sup>377</sup> ou ainda “Apenope: ofícios continuam”.<sup>378</sup> Às vezes dava-se visibilidade ao presidente: “Presidente da Apenope envia ofícios”.<sup>379</sup> Conforme apresentamos anteriormente, esses destaques apelativos eram uma forma de apresentar ao professorado que a associação estava efetivamente atuando, compreendendo assim, que isso poderia atrair mais associados.

As solicitações ligadas ao aumento salarial foram presentes ao longo de toda trajetória da Associação. Desde que assumiu a presidência, havia frequentes negociações para que fosse concedido aumento a todos os professores. Tinha boas expectativa de que o governo do estado, representado naquele momento pela figura de Eraldo Gueiros (ARENA), seria compreensível para com as necessidades do magistério. Logo no início da sua primeira gestão, em 1971, em visita feita à cidade de Garanhuns, interior do estado, Leônidas assim se dirigiu aos professores: “Fiquem os mestres de Pernambuco tranquilos, pois o melhor está por vir: o governador Eraldo Gueiros dará o aumento universitário”.<sup>380</sup> Os professores de *nível universitário* eram aqueles que tinham formação acadêmica e poderiam ser efetivos ou contratados em regime CLT. Em relação a estes últimos, observamos que houve uma atuação no sentido de que tivessem uma equiparação salarial com os professores estatutários.

A quantidade de professores contratados era expressiva, considerando que durante o período militar houve substituição dos concursos por processos de seleção simplificados ou até

---

<sup>377</sup> APENOPE, *Jornal do Professor*, Recife, 1973. (APEJE).

<sup>378</sup> APENOPE em *Notícias*, Recife, janeiro-fevereiro, 1974, p. 4. (APEJE).

<sup>379</sup> APENOPE em *Notícias*, Recife, setembro-outubro, 1975, p. 4. (APEJE).

<sup>380</sup> Aumento. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de novembro de 1971. Ed. 00261, p. 10. (BNDigital).

mesmo, a existência de contratação sem muitos critérios de seleção.<sup>381</sup> Uma vez que muitos estavam atrelados ao estado por vínculos empregatícios mais frágeis e por vezes obtidos através de práticas clientelísticas, alguns poderiam se sentir inibidos em se envolver com algum movimento associativista. Essa é uma possibilidade para a não associação à entidade. Entretanto, isoladamente não dá conta de visão da realidade, posto que foram professores celetistas que, a partir da organização de comissões de negociação fundaram a APENOPE. Pensamos que o fator que mais dificultava a aproximação dos professores à entidade era por perceberem que a mesma tinha uma postura conciliatória e muito adesista às bases governistas, algo que ficava evidente pela sua aproximação com a Secretaria de Educação, inclusive como órgão que custeou suas despesas relativas a pagamento de aluguel.

Quanto às ações corporativas, em 1972 existiram debates em torno do aumento ao servidor público, sobretudo devido a fatores ligados à elevação do custo de vida. Na Assembleia Legislativa do estado, os debates referentes ao aumento salarial foram constantes. Os deputados haviam aprovado no ano anterior um projeto que autorizava a elevação salarial todos os anos, lei conhecida como *a Lei de Meios*. Os debates sobre o aumento salarial para o funcionalismo público renderam muitas críticas por parte de representantes do legislativo. Mesmo entre os representantes arenistas, havia aqueles que atentavam para a necessidade de aumento para os servidores, realizando críticas ao governador. Assim afirmava o deputado arenista Nivaldo Machado:

Não se pode desenvolver um estado sem promover o homem. O que estamos a requerer para o funcionalismo não é nenhum aumento, mas um reajustamento salarial, ante a elevação do custo de vida na taxa de 20 por cento, reconhecida inclusive pelo próprio Governo Federal que elevou o salário do seu servidor<sup>382</sup>

Outros deputados, como Felipe Coelho (ARENA) faziam a defesa do governador Eraldo Gueiros, afirmando que o governador não dava o aumento porque não tinha condições. Mas sua defesa acabou sendo contestada pelo emedebista Edgar Moury que apontava não ser “normal a demora na concessão do aumento. É um contra-senso as afirmativas do líder do governo, porque segundo afirma o governador e o secretário da Fazenda, estamos com uma arrecadação magnífica”.<sup>383</sup> Edgar Moury ressaltava que o governo provavelmente tinha dinheiro mais não

---

<sup>381</sup> Embora a constituição de 1967 tenha colocado o concurso público como obrigatório para a investidura em cargo público e para admissão de professores do então nível médio e nível superior (art.168), na prática houve ampla utilização do regime CLT para realização de contratações.

<sup>382</sup> Deputados debatem aumento para o funcionalismo público. *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 de junho de 1972. Ed. 00144, p. 5. (BNDigital).

<sup>383</sup> *Ibid.*

queria dar o *reajustamento*. Também a deputada Araci de Souza, fez críticas ao governador, pois não estava respeitando a *Lei de Meios*, que havia sido aprovada pela Assembleia em 1971.

Sendo assim, as petições da APENOPE, faziam parte de uma crítica que existia em meio ao próprio legislativo. Em função da morosidade em se fazer cumprir a lei, a associação de professores, através da figura de Leônidas, declarou em julho de 1972 que “a não inclusão dos professores contratados está provocando grande insatisfação no professorado com reflexos negativos para o ensino de Pernambuco”.<sup>384</sup> No intuito de tratar dessas questões e resolver os problemas, foi organizada Comissão permanente que ficou encarregada de manter um diálogo com as autoridades. Esse tipo de ação da Associação em defesa dos contratados foi constante ao longo de sua trajetória, até como forma de empenho em promover o crescimento do número de associados. Nos chama a atenção a preocupação apresentada para com o “ensino de Pernambuco”, sinalizando a compreensão de que os engajamentos dos professores impactavam diretamente no serviço que era oferecido à população.

Em 1973, seguiram as discussões em torno do reajuste salarial para o funcionalismo público. Contudo, tal reajuste mais uma vez não foi concedido aos professores contratados, fortalecendo o clima de descontentamento que vinha se estendendo. Na Assembleia Legislativa persistiam as críticas. Deputados arenistas, tais como José Magalhães Melo, afirmavam que era necessário que o governador Eraldo Gueiros “beneficiasse a classe com a mesma majoração concedida ao funcionalismo”.<sup>385</sup> Outros deputados, como Carlos Guerra, ressaltaram que “a classe dos professores continua esquecida por parte do governo do estado”.<sup>386</sup> O Jornal do Professor destacava apenas as falas dos representantes arenistas. O que não surpreende, pois possuía uma aproximação com as bases governistas da direita.

Muitas falas do presidente da APENOPE, aconteceram tanto em jornais de circulação da imprensa estadual, como no Jornal do Professor:

Os dirigentes da Associação levam ao conhecimento do professorado associado que mais uma vez deixamos de comemorar festivamente o nosso dia- Dia do Professor, pelos mesmos motivos apresentados em nota oficial no ano passado. Acrescentamos ainda que apesar de todo nosso esforço, não conseguimos até o momento, sensibilizar o Sr. Secretário de Administração em torno do justo aumento dos mestres contratados, que embora, tenha também recebido solicitação do secretário de Educação e Cultura do estado no sentido de resolver com brevidade esse injustificável impasse, continua

---

<sup>384</sup> Mestres reclamam diferença salarial a Eraldo Gueiros. *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de julho de 1972. Ed. 0177, p. 7. (BNDigital).

<sup>385</sup> APENOPE, *Jornal do Professor*, Recife, outubro de 1973. (APEJE).

<sup>386</sup> Ibid.

dando as mesmas desculpas há mais de dois meses. Portanto, colegas, temos que seguir o mesmo caminho que seguimos no ano passado, isto é, irmos ao governador do estado Dr. Eraldo Gueiros Leite, solicitar o cumprimento do decreto federal nº 67. 322/70 e que estenda aos professores contratados os 12% dados ao funcionalismo estadual a partir de 1º de setembro.<sup>387</sup>

A fala de Leônidas foi divulgada próximo ao dia dos professores, no dia 13 de outubro e nos parece ter tido um impacto naquele contexto, pois em 14 de outubro de 1973 o governador decidiu estender o aumento de 12% para os professores contratados e estaria ele “atendendo aos apelos do presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco”.<sup>388</sup> O aumento para os contratados deveria estar de acordo com o que previa o artigo 54 da lei federal 5.692/71, que se referia a equiparação do professorado, fosse ele contratado ou estatutário.

Somos levados a pensar no porquê de ter concedido esse aumento apenas próximo à data do Dia do Professor, como se estivesse oferecendo um presente aos mesmos ao invés de estar cumprindo algo previsto em lei. Revela muito os interesses políticos, por parte do governador, que poderia até mesmo estar investindo o dinheiro do aumento dos contratados em outras atividades, mas quase que como uma homenagem, decide conceder o aumento na data comemorativa da categoria. Seria essa uma estratégia para dar a entender que a APENOPE estava empenhada na defesa do professorado e que só devido a sua persistência o governador concedeu o aumento? Acreditamos nessa possibilidade.

As políticas educacionais que foram desenvolvidas no governo dos militares, especificamente as de 1968 e de 1971, ao mesmo tempo em que promoveram um aumento no número de profissionais com formação universitária, acabou esbarrando na política de arrocho salarial, contribuindo assim para que as péssimas condições de trabalho fossem intensificadas. Em função disso, observamos como foi recorrente as exigências da Apenope por *equiparação salarial, ajustes, aumentos*. Muito embora nenhuma dessas demandas fossem acompanhadas de um tom de crítica ao governo ditatorial e seus representantes.

Seguindo nessa perspectiva da colaboração, sempre que era necessário, a APENOPE reforçava aos professores comunicados da Secretaria de Educação divulgados através de notas oficiais. Era uma forma de tentar ampliar o processo de divulgação dos comunicados. Isso ocorria tanto com as questões mais complexas, como em questões mais simples como por

---

<sup>387</sup> APENOPE, *Jornal do Professor*, Recife, 13 de outubro de 1973. (APEJE).

<sup>388</sup> Governo aumenta contratados. *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 de outubro de 1973. Ed. 00277, p. 7. (BNDigital).

exemplo, os ajustes na carga horária dos professores<sup>389</sup> ou até mesmo revisão salarial para professores que ainda não haviam concluído a licenciatura.

Quanto às questões mais complexas, uma das quais a APENOPE buscou colocar em evidência, esteve relacionada com a aposentadoria aos 25 anos de serviço. Não era uma luta isolada, mas ao longo de toda década de 70 diversas categorias profissionais colocavam em pauta essa demanda: mulheres bancárias, motoristas profissionais, jornalistas e professores de outros estados,<sup>390</sup> destacando sobretudo a necessidade para as mulheres devido à sobrecarga de trabalho causada pela conciliação entre o trabalho na esfera pública e as demandas da vida doméstica.

A aposentadoria especial foi algo que se perdeu durante o governo autoritário vigente. A Constituição de 1946 dava atenção ao funcionário público destacando a possibilidade de aposentadoria aos 30 anos de serviço. Mesmo após o Golpe de 1964, o texto constitucional de 1967 reconhecia as particularidades do trabalho docente. O artigo 165 na alínea XX assegurava “a aposentadoria para professores após trinta anos e, para a professora, após vinte e cinco anos de efetivo exercício em funções de magistério com salário integral”<sup>391</sup> Embora houvesse essa definição, em um período de intensificação do autoritarismo e da repressão, houve a elaboração da Constituição de 1969, na qual eliminou-se essa alínea, e os professores do magistério público perderam o direito à aposentadoria em regime especial.

A nova Carta deixava a cargo do presidente da República a definição de critérios para a concessão de aposentadorias especiais. Desse modo, se as associações de Professores colocavam esse ponto em pauta, era em função não só das necessidades ligadas às condições de trabalho, mas devido à perda de um direito.<sup>392</sup> Em 1974 a Apenope teve participação no IX Congresso Nacional dos Servidores Públicos, que colocou para discussão a necessidade da aposentadoria especial para o magistério.<sup>393</sup>

---

<sup>389</sup> APENOPE, *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 de abril de 1974. Ed. 00093, p. 7. (BNDigital).

<sup>390</sup> A Associação dos Professores Primários de Alagoas, encaminhou mensagem ao Ministro da Educação Coronel Jarbas Passarinho afirmando que “aos 25 anos de trabalho (...) o professor não se encontra mais em condições de acompanhar o desenvolvimento mental da criança (...) Não podemos colocar as profissões em um só plano em alguns aspectos”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 de maio de 1971, Ed. 00121, p. 12. (BNDigital).

<sup>391</sup> FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. A Confederação dos Professores do Brasil e a aposentadoria aos 25 anos. In. **Associativismo e Sindicalismo em Educação: teoria, história e movimentos**. Brasília: Paralelo, 2013, p. 152.

<sup>392</sup> Em 1971 a CPPB sob a presidência de Lucília Lamêgo Passos colocou ênfase nas discussões em torno do “retorno da aposentadoria aos 25 anos de serviço”. Quando em 1973 passou a representar os professores de 1º e 2º graus, devido à Lei 5.692/71, continuou exercendo uma pressão sobre essa questão. Conf. FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. *Ibid.*, p. 153.

<sup>393</sup> Funcionalismo reivindica aposentadoria aos 25 anos de serviço para o magistério. *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 de julho de 1974, Ed. 00192, p. 13. (BNDigital).

Em memorial encaminhado às autoridades federais, relatava o contraste entre os professores da rede particular que eram contribuintes do INPS (Instituto Nacional da Previdência Social) e os que trabalhavam para o estado. Mesmo aqueles que trabalhavam sob o regime CLT e que recolhiam a contribuição através do IPSEP (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco), só alcançavam a aposentadoria aos 35 anos de serviço ou de maneira compulsória aos 70 anos de idade, tal como estava previsto no estatuto do funcionalismo de Pernambuco. No mesmo memorial questionava o direito que havia sido tirado dos professores referente às aposentadorias especiais e que deveria haver igualdade de condições, pois considerava que “o desgaste físico e psíquico era o mesmo”.<sup>394</sup>

Persistindo nessa pauta, em dezembro de 1974 encaminhou ofício ao então ministro da Educação Ney Braga, solicitando “empenho do educador junto ao presidente Ernesto Geisel, no sentido de tornar realidade esse grande *sonho* dos professores estaduais”.<sup>395</sup> Ressaltava a necessidade em se analisar a questão, pois os professores “aos 25 anos de ensino tornam-se como um peso morto”<sup>396</sup> sem tantas condições para acompanhar a dinâmica das salas de aula. A necessidade de aposentadoria aos 25 anos de serviço vinha sendo discutida por outros estados, inclusive com forte defesa das professoras de ensino primário, assim como vinha sendo objeto de discussão de entidades como a Federação dos Servidores Públicos<sup>397</sup> e representantes políticos.

Além de colocarem ênfase na volta de um direito, a defesa esteve voltada para as condições de insalubridade no trabalho, sobretudo tendo em vista as dificuldades da realidade cotidiana do magistério. Desse modo, a APENOPE apresentava em suas petições os pontos mais iminentes para serem levados em consideração, tais como: falta de condições sanitárias para atender os alunos, turmas com grande quantidade de alunos, “sobrecarregando o processo didático-pedagógico”<sup>398</sup>, os incômodos do clima da região que dificultavam o trabalho. Esses foram alguns pontos que levavam a reconhecer que o magistério era um “trabalho penoso”<sup>399</sup> e que inspirava as reivindicações por melhores condições de trabalho.

---

<sup>394</sup> Associação defende aposentadoria do mestre aos 25 anos de serviço. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 de julho de 1974. Ed. 00196, p. 6. (BNDigital).

<sup>395</sup> Coluna do Servidor: Aposentadoria aos 25 anos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 de dezembro de 1974. Ed. 00341, p. 18. (BNDigital).

<sup>396</sup> *Ibid.*

<sup>397</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 de outubro de 1970. Ed. 00250, p. 18. (BNDigital).

<sup>398</sup> O professor precisa de recesso. *Apenope em Notícias*, Recife, dezembro de 1974, p. 6.(APEJE).

<sup>399</sup> *Ibid.*

Em meio às demandas apresentadas ao governo do estado, não observamos as greves ou paralisações sendo colocadas como alternativa para se alcançar algum resultado quanto às reivindicações ou para abrir processos de negociação. Não era necessário, pois ocorriam diálogos cordiais constantes com as autoridades políticas. Fato que nos indica esse vínculo estreito é que a associação chegou a conceder uma espécie de medalha de honra ao mérito ao ex-ministro da Educação, Jarbas Passarinho<sup>400</sup>, que assumiu a pasta durante o governo Médici. Considerado o eterno ministro da Educação e Cultura. Vale destacar que durante o período em que Passarinho esteve à frente da pasta educacional, utilizou-se intensamente do Decreto-lei 477 de fevereiro de 1969 que definia “infrações disciplinares praticadas por, professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares”.<sup>401</sup> Em obra publicada em 1996, Passarinho apresenta que durante o tempo de sua gestão no MEC decidiu por “106 absolvições contra 39 aplicações do 477”<sup>402</sup> e que todas elas foram decorrentes de ameaças à ordem social. É notório como a Apenope nutria apreço pela política educacional dos militares, sem considerar as ações de coerção que foram direcionadas para professores e estudantes.

Leônidas elogiou o ex-ministro afirmando que a Reforma do Ensino (Lei 5.692/71), que havia sido *inspirada* por ele, “veio atender completamente aos anseios dos mestres e que embora construindo e instruindo sempre, só agora foram tratados com igualdade de condições aos outros profissionais de nível superior”.<sup>403</sup> Reforçou que só estava sendo possível obter avanços porque havia participação dos estados cooperando. Afirmava que em Pernambuco, “graças a compreensão das autoridades responsáveis pelo ensino”<sup>404</sup>, a lei 5692/71, estava *vigorando em toda sua plenitude*. Consideramos exagerada e incoerente a fala de Leônidas, tendo em vista que algumas questões reivindicadas pela associação eram justamente em função do não cumprimento de elementos garantidos pela Lei, como a equiparação salarial dos professores em regime CLT aos demais professores.

Tentamos compreender o que possivelmente para Leônidas eram os anseios dos mestres. Poderia estar se referindo especificamente ao Capítulo V da Lei, que tratava de questões importantes para os professores especialistas. O capítulo trazia questões como: a necessidade

---

<sup>400</sup> O coronel esteve à frente das reformas educacionais durante o governo Médici (1969-1974). Ferrenho defensor da ditadura mesmo após o seu término.

<sup>401</sup> Conf. Decreto-lei no site planalto.gov.br.

<sup>402</sup> PASSARINHO, Jarbas. **Um híbrido fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, p. 369.

<sup>403</sup> Coluna do servidor: Honra ao mérito de educação: *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de dezembro de 1974. Ed. 00338, p. 18. (BNDigital).

<sup>404</sup> Ibid.

de “formação mínima para o exercício do magistério” (art. 30), “não distinção para efeitos didáticos e técnicos entre professores e especialistas subordinados ao regime das leis do trabalho” (art. 35); estatuto estruturando a carreira do magistério de 1º e 2º graus (art. 36); necessidade de formação em curso superior de graduação para desenvolver funções de supervisão, orientação, coordenação (art. 36); admissão dos professores e especialistas por meio de concurso público (art. 34).<sup>405</sup> Todos esses elementos contidos em lei foram importantes dentro do processo de profissionalização do magistério, mas insuficientes diante de um cenário educacional que impunha tantas dificuldades aos professores.

De maneira geral, através desse tipo de pronunciamento, nos parece nítido o tipo de postura que a Apenope vinha construindo e que foi se arrastando ao longo de toda década de 70. Além dessa linha de ação, algumas atividades foram contribuindo para esse perfil associativista.

#### 4.5.2 Assistência ao professor

Conforme o que estava previsto no Estatuto registrado em cartório em 1967, a associação poderia desenvolver atividades ligadas a “financiamento para aquisição de imóvel destinado à residência” e “conseguir meios para a aquisição de outros bens”, desde que os seus associados manifestassem interesse.<sup>406</sup> A partir dessa proposta, foi comum a realização de algumas parcerias, tais como um convênio entre a APENOPE e o Serviço Social Contra o Mocambo com o intuito de garantir que 20 casas fossem entregues aos associados que tivessem interesse em participar do processo seletivo para aquisição do imóvel.<sup>407</sup> Não só a questão da aquisição de imóvel, mas possibilidade de consórcios para aquisição de carros, foi uma ação desenvolvida.

Sobre a aquisição de carros, em 1972 a associação assinou contrato com empresa que seria administradora do chamado *Consórcio Mundial*, e que seria responsável pela formação de grupos de consorciados entre os associados. Estes por sua vez, poderiam vir a adquirir *Opalas* ou *Wolkswagens*.<sup>408</sup>

---

<sup>405</sup> Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. Conf. <https://www2.camara.leg.br/>

<sup>406</sup> Capítulo VI- Da Assistência, Estatuto da APEMOPE, 1967. O mesmo capítulo aparece também no Estatuto de 1973.

<sup>407</sup> Professores. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de abril de 1974. Ed. 00097, p. 7. (BNDigital).

<sup>408</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 de outubro de 1972. Ed. 00234, p. 35. (segundo caderno-3) (BNDigital).

**Figura 11** - Leônidas Assinando contrato com empresa



**Fonte:** *Diário de Pernambuco*- 1 de outubro de 1972 - (BNDigital)

Além desse tipo de ação, a APENOPE solicitou a interferência de autoridades como o secretário de Educação Eraldo Gueiros Leite, para que agisse junto a Secretaria da Fazenda no intuito de que o “organismo governamental restaure o seu prestígio junto à Caixa Econômica, voltando a ser o endossante nas operações de empréstimo do professor para desconto em folha de pagamento”.<sup>409</sup> A possibilidade de maior facilidade da realização de empréstimos era algo interessante e atrativo para os professores. Desse modo, a APENOPE se empenhou para oferecer isso ao professorado.

Outro projeto da associação tratou da construção da Casa do Professor, destinada a abrigar professores vindos do interior. Essa foi uma conquista realizada em 1972. Os professores vindos do interior que tivessem a necessidade de ir à capital para tratar de alguma questão, teriam a possibilidade de ter hospedagem a partir do pagamento de uma *taxa simbólica*. Além disso, a casa seria utilizada para a realização de cursos de formação sempre que fosse necessário. O processo de aquisição da casa provavelmente contou com o apoio de autoridades governamentais, pois o presidente da APENOPE comunicou que a entidade teve condições apenas de dar entrada na compra da sede, e que aguardava a “colaboração das autoridades educacionais” para que fosse possível quitar toda a dívida.<sup>410</sup>

Após sua inauguração, a Casa do Professor foi utilizada algumas vezes para a realização das Assembleias gerais, nas quais foram sendo debatidos os mais diversos temas de interesse dos professores, seja os temas mais abrangentes como a elaboração do Estatuto do Professor,

<sup>409</sup> Coluna do servidor: professor quer empréstimo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 de setembro de 1974. Ed. 00253, p. 7. (BNDigital).

<sup>410</sup> Professores do interior terão hospedagem no Recife. *Diário de Pernambuco*. Recife, 29 de janeiro de 1972. Ed. 00024, p. 7. (BNDigital). A casa do professor ficava situada na Rua Francisco Alves, localizada na famosa Avenida Conde da Boa Vista. A inauguração da Casa ocorreu no dia 28 de janeiro de 1972.

seja os temas mais ligados à vida do professor associado, como aumento das mensalidades, por exemplo.<sup>411</sup>

Os projetos de caráter mais recreativos fizeram parte da organização das associações de professores num sentido geral. No caso da APENOPE, isso não se deu de modo diferente. O projeto de organização do Clube do Professor em sede própria, fez parte dos planos da sua diretoria em 1973, logo no início da segunda gestão de Leônidas Lima. Esse objetivo foi considerado como algo que levaria tempo:

(...) grande desafio da atual diretoria que é fundar o Clube do Professor, em sede própria. Sem dúvida alguma, levaremos tempo e teremos muito trabalho para chegarmos a essa realidade, mas se o Secretário Assistente, Dr. Fausto Freitas, ajudar-nos mandando liberar nossas subvenções já constantes no orçamento do estado, certamente lançaremos a pedra fundamental num futuro próximo.<sup>412</sup>

De fato, a construção de um espaço destinado a lazer e entretenimento, se constituiu em um desafio em sua trajetória. Em setembro de 1974, sendo questionado sobre se passaria a ser o presidente do Sindicato dos Professores, órgão dos professores da rede privada, Leônidas afirmou que não tinha interesse e que desejava finalizar sua *vida classista*, tão logo fosse construído o “*desejado Clube dos Professores*”.<sup>413</sup> Desse modo, observamos que até aquele momento o Clube ainda não havia sido construído e seguiu sendo um projeto.

Alguns anos mais tarde, em 1976, foi iniciada uma campanha voltada para a construção de um clube de lazer. Na campanha, foi feita uma pesquisa na qual os associados apresentariam suas sugestões sobre como gostariam que fosse o clube. Se seria no campo ou na praia. A ideia era poder oferecer um local onde os associados pudessem passar “as férias e fins de semana” e que oferecesse “piscina, parque infantil, salão de baile a área arborizada”.<sup>414</sup> Não conseguimos identificar através das fontes impressas disponíveis se o Clube do professor ou clube de lazer, chegou a ser construído. Mas através de algumas informações orais, possivelmente ele não existiu.

---

<sup>411</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de fevereiro de 1972. Ed. 00043, p. 2. (BNDigital).

<sup>412</sup> APENOPE, *Jornal do Professor*, Recife, agosto de 1973, p.1. Entrevista feita pelo Jornal ao professor Leônidas. Grifos nosso. (APEJE).

<sup>413</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 de setembro de 1974. Ed. 00259, p. 7. Hemeroteca digital. Embora Leônidas tenha feito essa afirmação, em 1976 chegou a ser secretário do Sindicato dos Professores do Estado de Pernambuco, ao mesmo tempo em que permanecia da presidência da APENOPE. *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 de março de 1976. Ed.00063, p. 40. (BNDigital).

<sup>414</sup> Clube de lazer para sócio é meta da Apenope. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de junho de 1976. Ed. 00174, p. 6. (BNDigital).

Seguindo essa perspectiva de proporcionar aos associados momentos de descontração, anualmente a Apenope organizava festividades relacionadas ao Dia do Professor, que sempre contava com uma ampla programação.

**Figura 12** - Programação do Dia do Professor-1971

<b>DIA DO PROFESSOR</b>	
8,00 horas	— Missa na Igreja da Soledade — Oficiada pelo Frei Romeu Peréa.
8,40 "	— Partida da Igreja da Soledade com destino ao Parque Industrial do Cabo.
11,00 "	— Partida para o Monte das Taboas
13,00 "	— Almoço dançante na Gamela de Ouro — Vitória de Santo Antão.
16,00 "	— Regresso.
20,00 "	— Sessão solene no Teatro Santa Isabel com a presença do Governo do Estado e Sindicato dos Professores do Ensino Particular.
20,30 "	— Teatro Santa Isabel — Oficina do Teatro do Ginásio Olívio Montenegro com: "TORTURAS DO CORAÇÃO" de Ariano Suassuna sob a direção do Prof. João Batista de Queiroz.
Obs.: Taxa do Almoço — Cr\$ 7,00 (sete cruzeiros) — Inscrição até à véspera às 18,00 horas com os representantes de colégios.	

**Fonte:** APEMOPE, *Jornal do Professor*, Recife, setembro de 1971. Acervo do APEJE.

Percebemos como as celebrações religiosas faziam parte desses momentos, assim como outras atividades culturais de entretenimento como as peças exibidas no teatro Santa Isabel. Não podemos deixar de notar como esses momentos de celebração geralmente não dispensavam uma interação com o governo do estado, reforçando assim a busca pela existência de laços de cordialidade, muito embora existissem cobranças às autoridades governamentais numa perspectiva de pautas mais corporativas.

Como observamos na figura anterior, esses momentos de celebração contavam com o envolvimento com outros órgãos de classe, como o Sindicato dos Professores da rede privada de ensino. Em 1974, isso não ocorreu de forma diferente.

Como geralmente no dia 15 de outubro não havia aula, a associação planejou eventos com "almoço, piscina e dança"<sup>415</sup>. Nesse ano, a confraternização aconteceu no Clube dos Médicos em Igarassu, local que possuía uma extensa área, além de "piscina, árvores frutíferas

<sup>415</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 de outubro de 1974. Ed. 00270, p. 7. (BNDigital).

e ornamentais, restaurante dançante, bar e parque de diversão infantil”.<sup>416</sup> Esse tipo de atividade era geralmente restrito aos professores associados da capital e do interior.

Leônidas buscou reforçar aos professores que participassem dessas atividades, pois considerava que contribuía para “uma maior aproximação entre os mestres da rede de ensino privada e oficial”,<sup>417</sup> além disso, o evento organizado em parceria com o Sindicato de Professores, seria para ele uma grande oportunidade de lazer na qual os professores iriam se sentir como “um estudante matando aula para participar de um piquenique”.<sup>418</sup>

Em 1976 ocorreu uma outra celebração da Semana do Professor, tendo à frente da organização a Apenope e o Sindicato de professores. O evento foi celebrado mais uma vez no *Clube dos Médicos* em Igarassu, com uma participação simbólica de cerca de 200 associados.<sup>419</sup> Dessa vez, os vínculos entre a Associação de Professores do Ensino Oficial e o Sindicato foram bem mais estreitos, como veremos a seguir.

#### 4.5.3 Entre associações

Em 1976 o professor Leônidas e o seu vice Laércio Castro, passaram a exercer respectivamente as funções de secretário e tesoureiro do Sindicato de Professores do Estado de Pernambuco.<sup>420</sup> Aspiração que em outras ocasiões foi negada por Leônidas, pois desejava terminar sua vida classista assim que concluísse alguns projetos na Apenope. Podemos dizer que acabou surpreendendo a todos.

Seu envolvimento com o sindicato tornou-se bastante visível a partir de comunicações que foram sendo apresentadas pela própria APENOPE, indicando as atividades que o sindicato estava desenvolvendo e o balanço financeiro de 1976, primeiro ano da participação de Leônidas e Laércio na gestão do sindicato.

Informações sobre: quem eram os membros da administração, quem fazia parte do Conselho de Representantes, o quadro social do sindicato e o número de associados naquele ano, as campanhas para atrair novos associados, quantidade de assembleias desenvolvidas e

---

<sup>416</sup> Amanhã não haverá aula, por ser o dia do mestre. *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 de outubro, de 1974. Ed. 00276, p. 2. (BNDigital).

<sup>417</sup> *Ibid.*

<sup>418</sup> *Ibid.*

<sup>419</sup> *APENOPE em Notícias*, Recife, Maio-Junho de 1977, p. 6. (APEJE).

<sup>420</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 de março de 1976. Ed. 00063, p. 40. (BNDigital) (Terceiro caderno-12) A posse de Leônidas e Laércio ocorreu no dia 12 de março.

suas respectivas temáticas, serviços assistenciais e atividades de educação e cultura foram algumas das questões expostas no veículo informativo.

Foi comum a utilização do Jornal para apresentação de lutas que a APENOPE e o sindicato estavam desenvolvendo em parceria. “Sindicato e Associação Unidos defendem professor”.<sup>421</sup> Analisamos que o texto apresentou em tom de grande alegria que a parceria dos dois órgãos de classe foi algo que só possibilitou benefícios para ambos e sobretudo para os professores. Assim consta no jornal: “Se existe um casamento perfeito foi o realizado pelo Sindicato com a Apenope, posto que os números nunca mentiram”.<sup>422</sup> O texto segue apresentando uma lista de nomes de diversos professores que tiveram alguma vitória em relação às secretarias de educação, prefeituras ou lutas ligadas a dissídios coletivos.

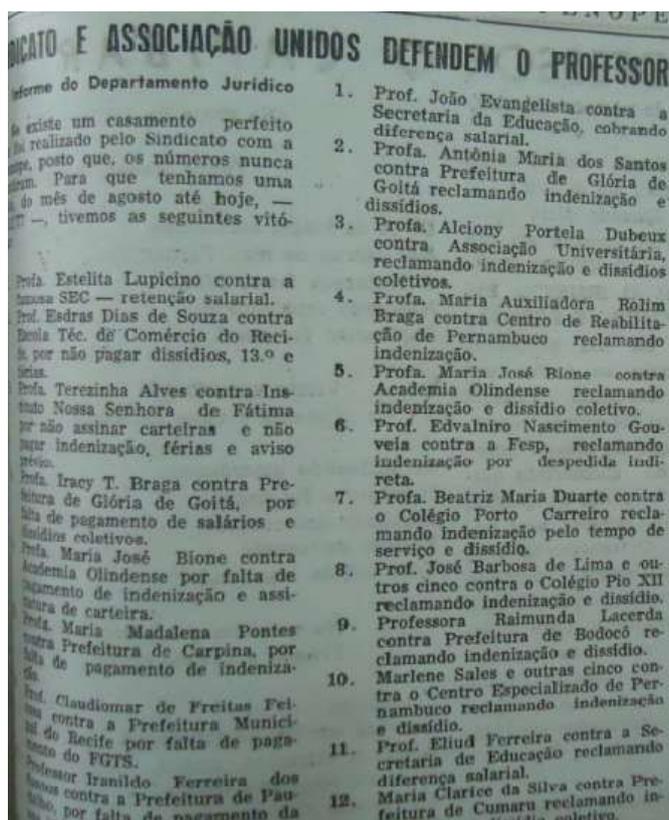
É notório como existiam conquistas que não estavam ligadas apenas ao setor privado de ensino, mas muitas ações ganhas inclusive contra prefeituras no interior do estado: Glória do Goitá, Carpina, Paudalho, Bodocó, Cumaru e a prefeitura municipal do Recife. Dando uma vaga noção sobre o alcance das ações desenvolvidas pelas entidades.

---

<sup>421</sup> APENOPE em Notícias, Recife, outubro-novembro, 1977, p. 3. (APEJE)

<sup>422</sup> Ibid.

**Figura 13** - lista com nome dos professores e suas reivindicações atendidas



Fonte: APENOPE em Notícias, 1977. (APEJE)

Fazer a apresentação das atividades que vinham se desenvolvendo, poderia atrair novos associados e assim fortalecer tanto o sindicato quanto a APENOPE. Embora a aproximação entre a associação e o sindicato fosse antiga, a partir do momento em que Leônidas começou a fazer parte da direção do sindicato essa relação se estreitou ainda mais e, justamente por isso, passaram a utilizar o *Jornal da APENOPE* para apresentação de questões ligadas ao sindicato. O fizeram também por não terem ainda um veículo de comunicação próprio. Em nota sobre essa questão, o sindicato afirmava que: “Não estamos ainda imprimindo o nosso jornal, porque antes de tudo procuramos atacar os problemas prioritários para os nossos associados, que entre outros é o de ‘Saúde’”.<sup>423</sup> O sindicato dizia que estava trabalhando em torno de questões *mais sérias*, que no caso era a realização de um convênio médico-odontológico, a fim que pudessem oferecer para os seus associados uma assistência, “se não perfeita, ao menos razoável”,<sup>424</sup> diziam. Com essa mesma intenção, era que estavam planejando utilizar a Casa do Professor, a qual foi cedida pela Apenope, para “as futuras instalações dos gabinetes médicos”.<sup>425</sup>

<sup>423</sup> APENOPE em Notícias, Recife, outubro-novembro, 1977. (APEJE).

<sup>424</sup> Ibid.

<sup>425</sup> Ibid.

Interessante perceber, que embora os dois órgãos de classe estivessem representando professores de universos diferentes, um contestando os patrões, donos dos estabelecimentos de ensino, e outro se dirigindo ao que chamamos aqui de estado/patrão, conseguiram ter um entrosamento, fortalecendo-se mutuamente. Importante lembrar também, que o sindicato esteve por certo período sob direção de interventores. Como a gestão de Leônidas apoiava as forças políticas do governo, isso favorecia a aproximação entre os dois órgãos. Quando fazemos esse panorama da trajetória da Apenope até aquele momento, não identificamos nenhum contato com o Centro de Professores de Pernambuco, mesmo antes da Reforma do ensino de 1971, quando o Centro passou a representar não só professores primários, mas os professores de 1º e 2º graus. Algo que colabora para reforçarmos essa ideia é que a Apenope passou ao menos uns três anos utilizando no seu veículo de comunicação o nome *Jornal do Professor*, que desde 1955 era o nome do jornal do Centro de Professores de Pernambuco. Apenas em 1974 veio a mudar o nome do seu jornal:

Nosso jornal aparece neste número com roupagens novas. Os motivos das modificações são estes: o Centro do Professorado do Ensino Fundamental de Pernambuco, tem, há anos, um órgão noticioso denominado *Jornal do Professor*, cabendo portanto, a primazia do nome inequivocadamente, àquela entidade. Por essa razão resolvemos denominar o nosso jornal de Apenope em *Notícias*.<sup>426</sup>

Nos impressiona que este tenha sido o percurso traçado pela Apenope em relação CPP, nos levando a fazer as seguintes indagações: Do ponto de vista de uma luta mais em comum, não seria mais lógico reunir forças junto a entidades de classe que desenvolviam lutas mais direcionadas aos governos e não ao setor privado? O fato do CPP ser uma associação que passou a representar professores de 1º e 2º graus teria fortalecido esse afastamento? Essas questões, ligadas à extensa trajetória de Leônidas na associação, bem como a conjuntura social que foi se desenhando nos anos 70 e o surgimento de novas militâncias, foi contribuindo para que os desejos de mudança por parte do professorado, dentro ou fora da associação, começassem a aparecer.

Observemos que durante toda a sua gestão a APENOPE esteve de certo modo na contramão das transformações e ebulição que vinha ocorrendo na sociedade. Considerando que a partir da década de 70, sempre que ocorriam medidas ligadas a um enxugamento das contas públicas, os trabalhadores públicos sofriam algum prejuízo nas suas condições de trabalho e isso foi sendo fator decisivo para que ocorresse maior dinâmica no seu processo de

---

<sup>426</sup> APENOPE em *Notícias*, junho de 1974, p. 3. (APEJE).

manifestação coletiva, seja no sentido das bases seja na renovação de suas entidades representativas. Apresentamos um panorama do cenário brasileiro em termos de mobilizações, direcionando nosso olhar para o estado de Pernambuco e percebendo o impacto dessa atmosfera na APENOPE.

#### 4.6 A DÉCADA DE 1970: O CENÁRIO POLÍTICO E A ATUAÇÃO DE SEGMENTOS DA SOCIEDADE

Desde o início dos anos 70 ocorreram novos contornos nos rumos da sociedade brasileira, tendo em vista questões ligadas à discussão em torno no processo de abertura política e protagonismos sociais diversos que expressavam, dentro de uma linha de resistência, os desejos de uma realidade social democraticamente ancorada.

A entrada de Ernesto Geisel<sup>427</sup> como presidente da República em março de 1974 a partir do processo de eleições indiretas, conforme ocorria na ditadura, colocou mais uma vez em evidência a discussão em torno do processo de abertura política. Isso por que de acordo com o entendimento que se tinha por parte dos dirigentes do governo, parecia ser o momento adequado para se pensar no processo de abertura, uma vez que consideravam existir certo controle dos movimentos denominados “subversivos” e acreditava-se no controle do partido de oposição que foi legalmente permitido, o MDB.<sup>428</sup> O entendimento era o de que o cenário parecia contar com poucas ameaças.

Esse quadro foi sendo aos poucos alterado, pois começaram a existir dificuldades na área econômica decorrentes da alta no preço do petróleo. A área econômica foi justamente aquela que garantiu apoio aos governos autoritários. Uma vez estando fragilizada, permitiu que

---

<sup>427</sup> Nas eleições indiretas Geisel obteve 400 votos a seu favor, contra 76 oposições e 21 abstenções. Seu governo se deu no período de 1974-1979.

<sup>428</sup> Durante a ditadura militar foram realizados uma série de atos institucionais. O Ato institucional nº-2 (AI-2) assinado em 17 de outubro de 1965, baixado por Castelo Branco, foi uma das medidas para tentar conter as ações de oposição ao governo. Atingiu os intelectuais que buscavam realizar resistência e através do seu Artigo 18 extinguiu todos os partidos políticos, pois acreditava-se que em sua maioria apenas traziam confusão para a vida política do país. Para Napolitano (2011, p. 27-28) o AI-2, acabou também com as expectativas de todos aqueles que acreditavam que poderiam fazer parte do sistema político devido ao fato de terem apoiado o golpe. Conf. Tese de Napolitano. *Coração civil: artes, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. USP-FFLCH, SP, 2011 A partir disso, iniciou-se uma discussão sobre como deveria ser o sistema partidário nacional. Após descartarem a implantação de um sistema unipartidário e tripartidário, optou-se pela adesão ao “bipartidarismo”. Assim em 20 de novembro de 1965 implantou-se esse sistema através de um Ato Complementar nº4 (AC/4 65). Foi composto de um partido que oferecia sustentação aos ditadores: ARENA (Aliança Renovadora nacional) e por outros por um partido de oposição “responsável” que deveria oferecer “crítica construtiva” o qual efetivamente não representava nenhuma ameaça para o governo: o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Conf. ALVES, Estado e Oposição no Brasil Op., cit., p. 94.

o projeto em torno de uma abertura ficasse cada vez mais em evidência, pois “era necessário a criação de novos mecanismos para obtenção de apoio político e social”.<sup>429</sup>

A distensão teve como proposta possibilitar certo enfraquecimento de qualquer tensão social e política que pudesse trazer algum prejuízo para o governo. Vale destacar que esse projeto não era unânime entre os militares, pois existia a ala dos chamados “linha dura,” que não tinha a menor intenção de que o país voltasse a ser governado por civis. De todo modo, o projeto de distensão continuou sendo planejado. Assim, conforme Alves, houve o reconhecimento de que:

a sustentação de um sistema eleitoral era essencial para a legitimidade do Estado. Impunha-se ao mesmo tempo aumentar a legitimação conquistada por eleições, eliminando do processo as formas mais explícitas de coerção, e manter o controle exclusivo dos cargos executivos nos estados, assim como maioria suficiente, no Congresso, para assegurar a aprovação da legislação necessária às reformas legais e estruturais.<sup>430</sup>

Em 15 de novembro de 1974, no cenário político brasileiro ocorreu eleição para o Senado Federal, Assembleias Estaduais e Câmara dos Deputados. As eleições foram precedidas de um perfil diferenciado, pois pouco tempo após ter assumido o governo, Geisel direcionou sua atenção para o sistema eleitoral, flexibilizando o controle tanto do partido de apoio à ditadura, a ARENA, quanto ao partido de oposição consentida, o MDB.

Desse modo, ao realizarem suas campanhas, os candidatos fizeram uso dos meios de comunicação tais como rádio e até mesmo da televisão, que naquele contexto ainda estava em expansão. Intensos debates foram promovidos.

De acordo com Alves: “No início, muitos políticos do MDB acreditavam que a oposição não teria condições de ter êxito nas urnas. Poucos candidatos chegavam a considerar o partido capaz de organizar-se”.<sup>431</sup> Em pouco tempo essa percepção foi sendo modificada e os candidatos do MDB passaram a ter forte envolvimento nos debates e a serem mais agressivos em sua campanha, falando até mesmo sobre assuntos que eram extremamente sensíveis, como a questão dos *desaparecidos*, tema que mobilizava a opinião pública, de setores mais conservadores até os mais progressistas. O termo *desaparecido* representava “os sequestros, as torturas, as simulações de morte por enfrentamento policial”.<sup>432</sup> Embora o governo Geisel falasse sobre distensão, a realidade política brasileira não diferenciava muito do período

---

<sup>429</sup> ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil**. Op. cit. p. 185.

<sup>430</sup> Ibid, p. 187.

<sup>431</sup> Ibid, p. 187.

<sup>432</sup> NAPOLITANO, Marcos. Op.cit., p. 243.

anterior (1969-1973), quando muitos membros da oposição foram silenciados a partir do forte aparato repressivo utilizado.

O MDB aproveitou as possibilidades existentes e desenvolveu um comportamento que expressou uma efetiva oposição. Para Silva, esse fortalecimento do MDB se deu também em função de uma “sociedade civil extremamente organizada e mobilizada”.<sup>433</sup> Mobilização impulsionada por setores como “sindicatos, igreja, a imprensa os artistas e a universidade”,<sup>434</sup> todos empenhados em denunciar as arbitrariedades e opressão do regime autoritário e unindo forças à atuação do MDB. O resultado desses protagonismos se deu nas eleições de novembro de 1974, quando de maneira a surpreender os militares no poder, o MDB alcançou vitória significativa no Senado Federal e muito se aproximou dos resultados da ARENA nas votações para membros da Câmara de Deputados Federais.

**Tabela 3 -** Diferenças das votações de 1970 e 1974

ANO PARTIDOS	1970		1974	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB
<b>DEPUTADOS FEDERAIS</b>	223	87	204	160
<b>SENADORES</b>	40	06	06	16

**Fonte:** Tabela elaborado pela autora, a partir dos Dados Estatísticos das eleições federais, estaduais realizadas no Brasil em 1970 v. 9, Departamento de Imprensa Nacional 1973 e a partir do Anuário Estatístico de 1974, disponíveis no acervo digital do IBGE.

No quadro acima podemos perceber o significativo crescimento e fortalecimento do MDB no cenário político, expressando ao mesmo tempo como os eleitores estavam dando os primeiros sinais de descrença no governo existente. Para Ferreira, um dos fatores que contribuiu para essa nova configuração no cenário político foi efetivamente o clima de “insatisfação popular quanto à situação econômica do país”,<sup>435</sup> que desde 1973 vinha apresentando sua fragilidade. Ao mesmo tempo aquilo indicava como o apoio da população ao regime autoritário era algo muito sensível.

Direcionando olhares para uma perspectiva mais estadual, no contexto das eleições de 1974 Pernambuco ocupou uma cadeira no Senado Federal com o emedebista Marcos de Barros

<sup>433</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil. 1974-1975. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. N. (Orgs). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. P. 325.

<sup>434</sup> Ibid.

<sup>435</sup> FERREIRA, Rafael Leite. **Uma flor fura o asfalto: MDB em Pernambuco (1965-1979)** Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 2018. P. 352.

Freire, eleito com 605.953 votos.<sup>436</sup> O processo de escolha para senador acabou tendo grande visibilidade, considerando que “a inexistência das eleições ao governo do estado fez com que grande parcela da população ressignificasse a disputa senatorial, transformando-a na disputa mais importante da época”.<sup>437</sup> Além disso, a candidatura de Marcos Freire contou com intenso apoio dos setores de esquerda,<sup>438</sup> muitos que inclusive estavam na clandestinidade e que viam no MDB uma forma de voltar a desenvolver uma ação política.

A vitória de Freire representou a concretização de certo medo e pessimismo que existia desde as eleições de 1970 sobre se candidatos governistas pernambucanos ocupariam cadeira no Senado. Primeiramente, porque existia a hipótese de que o fato dos eleitores terem sido impedidos no processo de escolha direta do governador, faria com que utilizassem o voto para expressar algum tipo de desaprovação e isso poderia levá-los a votar em candidatos oposicionistas. Segundo, dizia-se que:

a vitória da ARENA, numa eleição majoritária como é a de Senador está na razão direta do interesse e do concurso de todos os líderes da agremiação que nasceu e deve viver como suporte revolucionário. Omitam-se os líderes arenistas e teremos como resultado a vitória do MDB. E junte-se a apatia desses líderes à ausência de nomes integrantes dos quadros revolucionários capazes de sensibilizar o eleitorado.<sup>439</sup>

Na ocasião das eleições de 1974, a ideia de que não haveria representação pernambucana *arenista* no Senado, não se concretizou. De todo modo, a presença na política dos apoiadores da dita “Revolução” não era algo livre de preocupações. Sendo assim, o crescimento emedebista na política nacional permitiu que o Brasil desse uma espécie de *curva à esquerda*.<sup>440</sup>

Ainda em relação ao quadro apresentado, do total de 160 deputados federais eleitos, Pernambuco conseguiu eleger 5 emedebistas, sendo eles: Jarbas de Andrade Vasconcelos, Fernando Soares Lyra, Sérgio Murilo Santa Cruz Silva, Thales Bezerra de A. Ramalho e Fernando de Vasconcelos Coelho.<sup>441</sup>

No que se refere as eleições para a Assembleia Legislativa em Pernambuco, o MDB conseguiu ocupar 13 cadeiras.

---

<sup>436</sup> Conf. Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais realizadas no Brasil em 1974. V.11, TSE, 1977. P. 19.

<sup>437</sup> FERREIRA, Rafael Leite. Op. , cit. , p. 359.

<sup>438</sup> Destacamos aqui sobretudo a aproximação com o PCB. Algo que ocorreu em diversos estados brasileiros, porém de forma silenciosa já que não era conveniente

<sup>439</sup> Vai perder, vai perder...*Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de abril de 1970. Ed. 00093, p. 4. Hemeroteca digital.

<sup>440</sup> Daniel Aarão Reis apresenta que o MDB “venceu em todos os estados mais importantes, os mais dinâmicos e os de maior população”. SP, MG, RS, PR, SC, PE, RJ, CE, GO, ES, AC, PB, RN, SE e AM, além do estado da Guanabara. In. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P. 80.

<sup>441</sup> Conf. Dados Estatísticos: Eleições Federais e estaduais realizadas no Brasil em 1974. V. 11 TSE, 1977.

**Quadro 4 - Deputados eleitos pelo MDB**

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – PE	
<i>Candidatos eleitos</i>	
MDB	
1	Marcus Antônio Soares da Cunha
2	Alcir Marreiros Teixeira
3	Roberto João Pereira Freire
4	João Ferreira Lima Filho
5	Gilvan Caldas de Sá Barreto
6	José Emídio Fernandes
7	Mário Monteiro de Melo
8	Edgar Moury Fernandes Sobrinho
9	Moacyr André Gomes
10	Roberval Lins Pinto
11	Lívio de Souza Valença
12	José de Assis Pedrosa
13	Manoel Gilberto Silveira de Holanda Cavalcanti

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora a partir dos Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais em 1974. TSE, 1977. Acervo digital do IBGE

Esses dados podem aqui ser relacionados com a própria crítica feita na época referente ao resultado das eleições, que afirmavam que elas representavam o “mau sucesso eleitoral do partido governista”.<sup>442</sup> Representou para muito setores possibilidades de mudança.

Diante desse novo quadro de reverso na política e crise na economia, tivemos fortalecimento recíproco tanto do partido de oposição quanto de diversos outros segmentos da sociedade, muitos dos quais vinham expressando sua insatisfação referente à política brasileira. Apontamos aqui, não só os trabalhadores e os movimentos de resistência desenvolvido pelas oposições no cotidiano das indústrias, atuando sempre conforme as possibilidades existentes, como a atuação de outros setores fora da esfera do trabalho, tais como: estudantes, mulheres, associações de moradores, segmentos da igreja católica.

Nesse cenário, o discurso de distensão e até de democracia tão apregoado, acabou caindo por terra, pois foi acompanhado da utilização de mecanismos autoritários. Da grande quantidade de desaparecidos durante a ditadura, um total de 169 pessoas, 53 casos situam-se no ano de 1974<sup>443</sup> e boa parte delas ocorreram logo após a posse de Geisel.<sup>444</sup> Nas palavras de Napolitano:

Quando olhamos o governo Geisel isoladamente, o saldo repressivo do governo não autoriza falar em democracia ou mesmo em distensão. Durante seu governo houve 39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão. A

<sup>442</sup> Palavras do economista Rubens Vans da Costa citadas no artigo de opinião de Edmundo Moraes. *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 de maio de 1975. Ed. 00119, p. 4. Hemeroteca digital.

<sup>443</sup> De acordo com o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, o ano de 1974 não teve vítimas na condição de *mortos oficiais*, apenas *desaparecidos* políticos. O termo *desaparecidos*, se refere a pessoas que “apesar de terem sido seqüestradas, torturadas e assassinadas pelos órgãos de repressão, as autoridades governamentais jamais assumiram suas prisões e mortes”. (ARAÚJO, Maria do Amparo et. al (Orgs), 1995, p. 23.)

<sup>444</sup> NAPOLITANO, Marcos. 1964 – **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016. P. 243.

censura à imprensa, às artes, às diversões foi amplamente utilizada, abrandando-se somente em meados de 1976.<sup>445</sup>

Através do *Dossiê*, produzido pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, pelo Instituto de Estudos da Violência do Estado e pelo Grupo Tortura Nunca Mais, cujo título é *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*,<sup>446</sup> podemos identificar os nomes de todos os desaparecidos políticos durante o Governo Geisel, além de termos conhecimento de histórias de dor e das condições das mortes de pessoas submetidas à tortura ou mortas nas dependências dos órgãos de repressão.

Embora um dos casos que tem maior visibilidade na historiografia seja o do jornalista Vladimir Herzog, morto em outubro 1975, a partir desse Dossiê podemos conhecer tantas outras histórias de jovens militantes, homens e mulheres que não foram meros espectadores da história, mas que tiveram algum tipo de protagonismo ligado a desejos de uma sociedade mais livre, mais justa, tendo suas vidas interrompidas pelo aparato repressivo mobilizado pelos paradigmas da Doutrina de Segurança Nacional, que se baseava numa perspectiva ideológica que tinha como base a necessidade de *combater às ameaças* internas e externas, considerando assim que era preciso ignorar os direitos humanos, políticos e sociais.

#### 4.6.1 A sociedade

Como dito anteriormente, o fortalecimento do MDB se deu a partir do engajamento e da colaboração de diversos outros segmentos da sociedade. O MDB conseguiu “canalizar o descontentamento dos mais variados setores”<sup>447</sup>, possibilitando assim uma espécie de força que anos mais na frente tiveram seu grande ápice.

Com relação ao movimento estudantil, esse foi retomando o fôlego após o ataque que sofreu a partir da implantação do AI-5 em 1968, que trouxe intensa dificuldade para o desenvolvimento de qualquer tipo de atividade com caráter de reivindicação. A intensificação da violência naquele momento tornou inviável muitas ações. Desse modo a vitória do MDB levantou os ânimos desse movimento, o qual foi reorganizando seus diretórios e promovendo debates ligados à vida política do país.

---

<sup>445</sup> Ibid, P. 234.

<sup>446</sup> ARAÚJO, Maria do Amparo et al. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

<sup>447</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição (1974- 1985). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. P. 126.

Compartilhando de sentimentos ligados a uma sociedade de intensas injustiças, foi ocorrendo o fortalecimento de grupos ligados à valorização da identidade negra, mas com preocupações inclinadas também ao universo político. Ainda no início da década de 1970, algumas organizações surgiram em diversos estados da federação, direcionados para a questão da arte ou cultura negra. Geralmente, em boa parte do período da ditadura, as organizações colocavam em evidência o seu caráter estritamente cultural, diante do fato de ser proibido “qualquer evento ou publicação relacionado à questão racial”.<sup>448</sup> No período estava em vigor o decreto-lei nº.510, de março de 1969, que apresentava penalidades referentes: “I- à guerra ou subversão da ordem política-social; II à desobediência coletiva às leis; III à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou a instituições civis; IV- à luta pela violência entre as classes sociais; V- à paralisação de serviço públicos ou atividades essenciais; VI- ao ódio ou à discriminação racial”.<sup>449</sup> Além disso, é importante não esquecermos da existência dos órgãos de vigilância, tais como o Serviço Nacional de Informação, que a partir do trabalho de seus agentes apresentava relatórios referentes a todas as atividades que pudessem ser vistas como uma ameaça. O que justificava os procedimentos de cautela do movimento.

As ações do Movimento Negro tiveram esse processo de fortalecimento no Governo Geisel, e atingiram o ápice em fins da década de 70 com a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). A organização foi também uma forma de protesto devido à morte de um operário negro em uma delegacia em SP em 1978.

Posteriormente, passou a ser MNU (Movimento Negro Unificado). De acordo com Pereira, havia “entre suas principais lideranças, pessoas ligadas às organizações radicais de esquerda, como a Convergência Socialista”.<sup>450</sup> Desse modo, o Movimento não se limitava às discussões unicamente raciais, mas às preocupações com a realidade política do país. O que levou posteriormente ao engajamento em ações como a Passeata pela Anistia, que ocorreu em julho de 1979 em São Paulo. Em meio a um ajuntamento de populares, um representante do Movimento, assim se pronunciou:

a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita significa a formação de um movimento que irá ao Comitê Mundial Contra a Repressão e que irá combater a polícia, a qual momentos atrás, levou um trabalhador porque não tinha carteira de estudante. O sistema visa colocar nas cadeias os desempregados, para garantir o privilégio dos ricos. A luta deve ser pelo direito de andar pelas

---

<sup>448</sup> PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História, UFF, Niterói, 2010. P. 166.

<sup>449</sup> Conf. [www2.camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br)

<sup>450</sup> PEREIRA, Op., cit., 2010, p. 168.

ruas, sem medo das prisões que acolhem processos incertos, pois muitas vezes o preso nada deve.<sup>451</sup>

O fortalecimento do Movimento repercutiu em Pernambuco, resultando na formação do Movimento Negro do Recife, que tempos depois passou a ser Movimento Negro Unificado de Pernambuco, desempenhando importante protagonismo nas lutas democráticas.

Esse fortalecimento de movimentos da sociedade abriu espaço para o protagonismo de mulheres engajadas nas lutas ligadas ao processo de abertura política, mas sobretudo desenvolvendo pressões referentes a uma resposta do governo em relação aos mortos e desaparecidos. Tendo tido como representante maior Therezinha Zerbine, o MFPA teve sua origem em 1975 na cidade de São Paulo. Foi mais uma voz de descontentamento que se levantou reforçando a crise da legitimidade do governo autoritário. O movimento posteriormente teve representação em Minas Gerais<sup>452</sup> e no Ceará, tendo fortalecido o debate mais amplo em torno da questão dos direitos humanos.<sup>453</sup>

Sobre a questão dos direitos humanos, mesmo antes de 1974, setores da Igreja Católica estavam empenhados na defesa de presos políticos e chamando a atenção para as práticas de violência do Estado. Destacamos aqui a atuação da CNBB, e o processo de organização da população em torno de projetos que visavam responsabilizar o Estado por suas arbitrariedades e omissões. Os bispos expressavam solidariedade ao sofrimento das vítimas e convocavam os cristãos a comparecerem às cerimônias religiosas que ocorriam em memória dos desaparecidos. Não só os segmentos mais progressistas, mas conforme Reis, diante da crescente onda de violência política, foi ocorrendo aos poucos a “migração de forças conservadoras e de direita para posições favoráveis ao restabelecimento de um estado de direito e, no limite, para a restauração da democracia”.<sup>454</sup> Diante de tantas ações repressivas, começava a ficar claro para grandes parcelas da sociedade que o regime autoritário precisava acabar.<sup>455</sup>

Mas não só no plano político havia descontentamentos, mas os problemas do campo econômico deram espaço para o fortalecimento político dos chamados Clubes de Mães, existentes em áreas de grande carência da zona Sul de São Paulo. A ação dos Clubes fortaleceu-se também a partir do trabalho desenvolvido pela Igreja Católica através nas CEBs nos

---

<sup>451</sup> Passeata pela Anistia. *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 de julho de 1979. Ed. 00200, p. 19. (BNDigital).

<sup>452</sup> Dois anos após a fundação do núcleo em São Paulo, foi fundado em MG por Helena Greco.

<sup>453</sup> Conf. DUARTE, Ana Rita Fonteles. Memória, disputa, resistência e ressentimento: a luta pelo protagonismo na narrativa de Therezinha Zerbini. In. *Tempo*. Vol. 26 n. 02. Niterói, Mai/Ago, 2020.

<sup>454</sup> REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 87.

<sup>455</sup> Conf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. Op.cit. p. 327. O autor apresenta que a forte propaganda da igreja católica e a mídia contribuíram para o afastamento de segmentos da população com relação ao apoio aos militares.

bairros pobres, organizando discussões que iam desde temas ligados ao relacionamento entre os casais, até os diversos temas da esfera pública: saúde, educação, transporte. Alguns exemplos de ações podem ser citados. Iniciativas coletivas como: “um mutirão para levantar um salão paroquial, a organização de uma creche comunitária, a mobilização para reclamar da falta de ônibus, a circulação de um abaixo assinado para reclamar da coleta de lixo (...)”.<sup>456</sup>Esse protagonismo voltado para a reivindicação de direitos acabou tendo uma extensão para fora dos próprios espaços comunitários dando origem Movimento Contra a Carestia ou Movimento do Custo de Vida que expressava os descontentamentos ligados ao arrocho salarial, sentido sobretudo pelos pobres.

Protagonizado pelas mulheres ligadas aos Clubes de Mães ou aos movimentos de bairro, uma das estratégias utilizadas pelo movimento foi a realização de pesquisas nas quais consultava-se a opinião pública sobre a carestia ou a realização de abaixo assinados direcionados para autoridades governamentais, contando com forte apoio do MDB. O Movimento Contra a Carestia iniciado em São Paulo, acabou tendo repercussão em outros estados e a adesão de outras lideranças, inclusive sindicais, perseguidas quando buscavam lutar nos sindicatos.

Esses são alguns movimentos que podem ser citados para percebermos como em meados dos anos 1970 vínhamos tendo uma sociedade em ebulição e como essas agitações foram atingindo seu grande ápice no final dessa década.

Diante dessa realidade social que foi aos poucos assumindo novos contornos, no âmbito do mundo do trabalho as coisas não se deram de modo diferente. Diante das expectativas em torno do processo de abertura política, surgiram novas lideranças entre os trabalhadores, dentro e fora da estrutura oficial, dispostas a desenvolverem outras formas de atuação.

#### **4.6.2 O mundo do trabalho**

Os anos 70 como um todo foram marcados por muitas mobilizações de trabalhadores. Nas regiões urbanas com maior desenvolvimento industrial e onde se concentravam grandes parcelas de trabalhadores, foram se intensificando os pequenos ajuntamentos, redes de relações no dia a dia de trabalho, possibilitando troca de experiências e de sentimentos ligados aos processos de exploração e precarização presente em pequenas questões do cotidiano do trabalho como: as condições de higiene, horários, remuneração, promoção. Nesse cenário, grupos

---

<sup>456</sup> SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Op. cit., p. 162.

ligados às esquerdas tiveram um espaço de atuação. Atuação esta que envolveu muitas outras influências, posto que até segmentos ligados à igreja católica exerceram um papel importante no processo de conscientização dos trabalhadores rumo a melhores condições de vida e trabalho. “A igreja católica, pela sua capacidade de organização junto aos pobres, desempenhou, por um largo período, o papel de catalisadora das aspirações populares, e desse ponto de vista, foi uma das responsáveis pela reorganização do movimento popular e sindical no Brasil, depois de 1964”.<sup>457</sup>

Para Iram J. Rodrigues, apesar de existirem ainda muitas dificuldades envolvendo o processo de organização dos trabalhadores, bem como uma atmosfera social e política de muitas tensões, havia tendências de esquerda tentando “fazer um ajuste de contas com seu passado militante, tentando chegar “as massas”, seja através das atividades nos bairros, seja pela incursão no trabalho de fábrica”.<sup>458</sup> Embora muitos sindicatos estivessem sob a influência dos interventores, a organização das oposições sindicais foi fundamental para ir moldando uma atuação dos trabalhadores, embora muitas vezes fossem desmobilizados pela atuação da polícia. Como nos apresenta Momesso: “os sindicatos foram subordinados, mas não a classe operária”,<sup>459</sup> e justamente devido a isso foi percebida como sendo de grande importância como espaço para a construção de mobilizações.

Indo de encontro com essa perspectiva apresentada, Heloisa Martins nos diz que “a emergência de uma classe operária organizada e combativa, bem como de um *sindicalismo autêntico*, “não se deu como que por acaso, a partir das greves de 1978, nem exclusivamente a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo”.<sup>460</sup> A presença dos militantes cristãos é algo a ser pensado dentro de toda essa realidade de lutas. Para além da sua influência na região do ABC paulista, eles tiveram forte impacto em muitos movimentos espalhados por todo o Brasil, tanto no cenário urbano como no rural. De maneira geral, sem essa maior aproximação com os trabalhadores, talvez não tivesse sido possível que o sindicalismo brasileiro tivesse tomado um novo fôlego.

A explosão de movimentos de trabalhadores que ocorreu no final dos anos 70, foi resultado de um processo paulatinamente elaborado no chão das fábricas e para além dele. Não

---

<sup>457</sup> RODRIGUES, Iram Jacome. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT. São Paulo: Escrita, 1997. p. 86. Podemos dizer que entre essas tendências de esquerda, encontramos o próprio PCB, o qual por ter atuação hegemônica no período pré-64, acabou de alguma forma sendo responsabilizado pela derrota dos segmentos progressistas quando da instalação do Golpe.

<sup>458</sup> Ibid, p. 80.

<sup>459</sup> MOMESSO, Luiz. **Lutas e organização sindical em 68 apesar da ditadura**. Op. cit, p. 160.

<sup>460</sup> Apud RODRIGUES, Iram Jacome, Op. cit, p. 81.

devem ser pensados como movimentos que surgiram repentinamente, posto que dessa forma estaríamos desconsiderando todo um processo de organização anterior que foi decisivo para que se estabelecessem os alicerces dessa retomada do movimento sindical.<sup>461</sup>

Dito isto, sabemos que o final da década de 70 foi onde se localizou o grande “boom” desse movimento, pois foi a partir de 1978 que ocorreu um ciclo de greves na região do ABC paulista que teve forte repercussão no cenário nacional, uma vez que de alguma maneira chamou mais atenção tanto para a luta sindical quanto para os movimentos de resistência à ditadura de maneira geral. As greves tiveram origem a partir de questionamentos referentes aos índices de inflação que haviam sido divulgados em 1973 e 1974. Houve a denúncia de que os índices haviam sido adulterados pelo governo e desse modo, os trabalhadores acabaram tendo perdas significativas. Foi nesse momento que o sindicato dos metalúrgicos do ABC, tendo como liderança Luiz Inácio da Silva, deu início à campanha por reposição salarial e posteriormente a movimentos de paralisação, contribuindo para estremecer “os arranjos políticos da transição”.<sup>462</sup>

De algum modo, os eventos que ocorreram nessa delimitação espacial se constituíram em uma referência para movimentos espalhados por todo o Brasil. Para Sader, parafraseando as palavras do historiador Kazumi Munakata, um dos acontecimentos políticos mais importantes do final dos anos setenta, foi “a irrupção do movimento grevista, que iniciado em meio à região do ABC (SP), rapidamente se alastrou pelos grandes centros industriais e urbanos do Estado, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores”.<sup>463</sup> As greves que ocorreram no final de março na Mercedes-Benz, em 12 de maio Saab Scania, 15 de maio na Ford e em 16 de maio na Volkswagen, apresentaram pontos de encontro com demandas e tensões sociais que ocorriam em vários espaços do território brasileiro.

Esse impacto na realidade nacional, ocorreu por se tratar de um período no qual se intensificavam discussões sobre a transição para uma nova realidade política, e por ter mobilizado sujeitos não só do mundo do trabalho fabril, mas uma diversidade de segmentos

---

<sup>461</sup> Conf. NEGRO, Antonio Luigi. Linhas de montagem: o industrialismo nacional desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004. O capítulo 2, *A greve dos 400 mil: a questão social e a paz social*, traz de maneira muito clara como mesmo antes de 1964, bem como do período que marcará a entrada no “novo sindicalismo”, houve movimento intenso de greves protagonizada por trabalhadores dos setores industriais, utilizando-se de ações como realização de piquetes. Apesar das inúmeras situações de dificuldade, o texto nos deixa claro que não podemos considerar que só na década de 70 houve atuação de trabalhadores. A greve dos 400 mil ocorreu entre os dias 15 e 25 de outubro de 1957 (p. 79)

<sup>462</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e política no Brasil: do golpe à redemocratização. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. **O Brasil Republicano v4**. RJ: Civilização Brasileira, 2020, p. 262.

<sup>463</sup> SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988. p. 25.

sociais preocupados com questões sobre direito, cidadania, etc. Houve por parte dos movimentos sociais que vinham se mobilizando desde o início da década, uma espécie de identificação com as demandas dos trabalhadores ali colocadas, as quais de maneira direta e indireta se direcionavam para questões mais amplas. Desse modo, “pastorais da Igreja, parlamentares da oposição, Ordem dos Advogados, sindicatos, artistas, estudantes, jornalistas, professores, assumiram a greve do ABC como expressão da luta democrática em curso”.<sup>464</sup> Assim, as novas forças ou lideranças que se articulavam, devem ser consideradas parte da oposição que expressava a busca da democracia. Não estavam isoladas em suas lutas.

No interior de suas ações, houve uma plataforma de reivindicações que denotaram sua preocupação com questões ligadas à necessidade de liberdade dos movimentos no geral. Nessa pauta, podemos apresentar aqui a:

revogação da legislação repressiva e retorno a formas democráticas de governo; eleições populares diretas para todos os níveis da representação política; participação de representantes da população trabalhadora na gestão de fundos especiais criados para programas sociais, como o PIS-PASEP, o FGTS e o Banco Nacional da Habitação (BNH); revogação das políticas de controle salarial e reconhecimento do direito às negociações coletivas; direito de greve; direito de organizar sindicatos sem interferência do Estado (autonomia sindical), com a revisão da Consolidação das Leis do Trabalho<sup>465</sup>

Como podemos perceber, os pontos acima apresentados não se direcionam unicamente ao mundo do trabalho ou às questões sindicais de forma específica, mas uma vez que fossem vivenciados representariam, conforme Maria Helena M. Alves, o próprio fim do Estado de Segurança Nacional.

Sobre essa questão, há um ponto interessante defendido por Iram Jácome Rodrigues. Sua tese é a de que as lutas trabalhistas tiveram nesse contexto um deslocamento do interior da fábrica para os direitos de cidadania. Os trabalhadores se organizavam a partir de necessidades econômicas, mas os direitos políticos eram imprescindíveis para a concretização dessas lutas. O autor nos diz que:

Os trabalhadores, como expressão de uma certa organização da sociedade civil, procuram se afirmar na crítica à política econômica do governo, na luta contra os baixos salários, pelo direito de greve, na defesa da negociação direta com o patronato, e pela autonomia e liberdade sindical, trazendo para a esfera política, amplos contingentes que até então pareciam adormecidos e

---

<sup>464</sup> Ibid, p. 27.

<sup>465</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 243.

expressando, naquele momento um forte sentimento oposicionista ante o regime militar.<sup>466</sup>

As colocações apresentadas são válidas para pensarmos esse contexto social, pois a ação dos trabalhadores favoreceram o surgimento de novas e importantes definições quanto ao perfil da sociedade brasileira naquele momento, e podemos dizer que de alguma forma escancarou o próprio metabolismo do capitalismo que coloca amplas parcelas da sociedade numa posição periférica ou marginal no que diz respeito às macrodecisões políticas que são tomadas por grupos que se encontram em lugares privilegiados em relação às posições de poder. Realidade esta que também se manifesta em governos democráticos, mas nos períodos de exceção parecem ser intensificadas.<sup>467</sup> Os movimentos de organização dos trabalhadores estiveram em diálogo com a conjuntura política, com os movimentos sociais com o fortalecimento das tendências partidárias.<sup>468</sup>

As ações grevistas que tiveram início em 1978, foram só o início de uma grande quantidade de greves, que continuaram ocorrendo e expressando a força dos trabalhadores. Não só trabalhadores dos setores fabris estiveram em greve, mas diversos outros protagonistas do mundo do trabalho que vinham sofrendo perdas salariais, se manifestaram na busca de uma melhor situação. Nesse contexto, foi havendo o fortalecimento dos chamados trabalhadores de classe média: trabalhadores da área da saúde em geral, médicos, professores. Fizeram uso da greve como instrumento de pressão, fortaleceram suas entidades representativas ou as organizaram.

Em 1979, esses movimentos continuaram ganhando espaço na sociedade e possibilitando questionamento sobre os rumos da política brasileira. Na tabela a seguir estão elencadas as greves realizadas nesse ano.

---

<sup>466</sup> RODRIGUES, Iram Jácome. Op., cit., p. 29.

<sup>467</sup> O texto de SAES, Décio Azevedo Marques de. A questão da evolução da cidadania política no Brasil, traz importantes esclarecimentos sobre as ações políticas desenvolvidas no período da ditadura militar e sobre como estas estimularam os trabalhadores, no sentido da elaboração de um movimento reivindicativo e político mais organizado e de maior impacto. O autor apresenta que isto não ocorre todas as vezes, mas a concentração do poder, a restrição ou anulação da cidadania política, pode levar à conquista de direitos.

<sup>468</sup> É importante lembrar que foi esse contexto de fortalecimento da classe trabalhadora que tornou possível a organização do Partido dos Trabalhadores, que teve grande peso na organização da Central Única dos Trabalhadores.

Tabela 4 - Greves realizadas em 1979

## GREVES DE 1979

SETOR	Nº de greves	Nº de trabalhadores
Metalúrgicos	27	958.435
Transportes urbanos	19	443.160
Construção	8	303.000
Engenhos de trigo	1	1.500
Têxteis	2	3.350
Padeiros	1	500
Indústria de alimentos	1	1.500
Clubes hípicas	1	3.000
Cerâmica	1	1.050
Coveiros	1	1.000
Gasolina	1	3.000
Gás	1	8.000
Papel	1	2.000
Lixo	4	10.000
Mineiros	4	34.600
Eletricidade	1	10.000
Comércio	1	40.000
Saúde	1	10.000
Bancários	4	105.000
Segurança	3	20.000
Professores primários e secundários	16	752.000
Professores universitários	4	14.139
Servidores públicos	5	387.998
Médicos	1	2.400
Jornalistas	1	1.500
Trabalhadores rurais	3	90.162
<b>TOTAL</b>	<b>113</b>	<b>3.207.994</b>

Fonte: Extraída de ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 254. Outras contabilizações devem ter sido feitas posteriormente, mas esses dados já nos ajudam a entender a dinâmica do período.

Embora muitas vezes os movimentos grevistas não alcançassem respostas positivas no sentido do atendimento das questões colocadas nas pautas de reivindicações, sinalizaram o potencial de organização e o poder de agência dos trabalhadores. Importante destacar que nem sempre eles expressavam um “posicionamento político consciente” por parte de todos que estavam envolvidos. Como nos diz Alves, muitas vezes “representavam basicamente uma explosão de tensões causadas pelos salários baixos e as condições de extrema exploração às quais vinham sendo submetidos os trabalhadores há 15 anos”.<sup>469</sup> Todo esse processo ocorreu acompanhado de estratégias de intervenção do governo em muitas instituições representativas dos trabalhadores, na busca de acabar com os movimentos de massa.<sup>470</sup> Tal iniciativa, contudo,

<sup>469</sup> ALVES, Op., cit., p. 258.

<sup>470</sup> Conf. SANTANA, Marco Aurélio. Classe trabalhadora, confronto político e democracia: o ciclo de greves do ABC paulista e os desafios do sindicalismo atual. Lua Nova, São Paulo, 104: 19-65, 2018

não obteve tanto êxito, pois muitas das manifestações partiam dos trabalhadores e não necessariamente dos sindicatos oficiais, considerando que muitos destes estavam de fato inibidos pelo controle do governo ou eram contra essa estratégia de luta, ou ainda assumidamente pelegos.

Os movimentos contaram com constantes negociações com o patronato visando encontrar alternativas para a resolução dos conflitos que pudessem de alguma maneira satisfazer os lados envolvidos. Os momentos de negociação foram desempenhados pelas chamadas Comissões de Negociação<sup>471</sup>, organizadas pelos trabalhadores. Mais uma forma de se distanciarem dos sindicatos oficiais.

Os movimentos desenvolvidos por diversos setores, possuíam particularidades no que se refere aos processos de negociação, sobretudo se tais negociações ocorreriam com as empresas ou poderes governamentais. Outras particularidades estavam ligadas às questões ou demandas postas a partir do cotidiano do chão de trabalho de cada uma das categorias, a complexidade de suas lutas e o nível de organização que cada um deles possuía, levando em consideração que alguns grupos não possuíam muitas experiências de participação em movimentos coletivos mais amplos.

Como dito anteriormente, alguns receberam intervenção da polícia ou tiveram interventores colocados em seus sindicatos, caso que se deu em março de 1979 com Luis Inácio da Silva, então dirigente dos sindicatos de São Bernardo e Diadema.

Nessa ocasião o Jornal *Folha de São Paulo*, apresentou matéria em que Lula afirmava que estava com sua consciência tranquila pois “não traíra a classe dos trabalhadores”, continuou ressaltando que a decisão de greve foi tomada por 80 mil trabalhadores em assembleia geral. "Se hoje ainda não chegamos à vitória, tenho absoluta certeza de que a classe trabalhadora saberá lutar para conquistar o seu lugar na sociedade",<sup>472</sup> afirmou o ex-dirigente. De acordo com o que previa a CLT, uma vez que um dirigente sindical estivesse afastado, seria inelegível para ocupar qualquer cargo sindical.

Havia na época por parte de setores políticos e trabalhistas do país, questionamento sobre o reflexo desse tipo de medida na área política. Naquele contexto estávamos no governo do general João Baptista Figueiredo (1979-1985) e permanecia a discussão em torno do

---

<sup>471</sup> Essas comissões de negociação, já existiam nos anos 50/60. Ou seja, eram também utilizadas no sindicalismo daquele momento.

<sup>472</sup> Jornal *Folha de São Paulo*. 24 de março de 1979. Ano. 58 n°18.252. Acervo digital Folha de São Paulo.

processo de abertura política iniciada no Governo Geisel, a qual o então presidente tinha pretensão de continuar. O secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, sendo porta-voz do governo, tratou de assim anunciar: “o governo Figueiredo está no firme propósito de continuar a abertura iniciada pelo presidente Geisel. A intervenção no sindicato dos metalúrgicos em nada afeta esse propósito”.<sup>473</sup>

Figura 14 - Aparato policial observando concentração dos metalúrgicos.



Fonte: Jornal Folha de São Paulo-1979- Acervo digital Folha de São Paulo.

O propósito era continuar a abertura, mas ao que podemos perceber, sem abrir mão do aparato repressivo como forma de intimidação das manifestações. De todo modo, aquela era uma realidade para a qual não havia mais volta. Os trabalhadores não recuariam, pois a sociedade brasileira através de diversos segmentos da sociedade civil, estava adquirindo entendimento suficiente para não continuar aceitando as arbitrariedades do regime.

Devido a essa nova configuração, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que assumiu a pasta em março de 1979, viu a necessidade de definir uma nova política sindical. Assim, de acordo com Boito Júnior:

é nesse contexto que Murilo Macedo, o Ministro do Trabalho do governo Figueiredo, define a política de abertura sindical. Essa política consistia em flexibilizar um pouco o controle do governo sobre os sindicatos oficiais,

<sup>473</sup> Ibid.

principalmente implantando uma legislação salarial e relativa à negociação coletiva, que ampliava um pouco o papel e a margem de ação dos sindicatos oficiais, em evitar, dentro de limites, a prática de depor diretorias sindicais eleitas e, como é próprio de todo reformismo conservador, em fazer muitas promessas e projetos de reformas de modo a inflar as expectativas e desorganizar o campo inimigo. (grifo nosso)<sup>474</sup>

Pode não ter ocorrido todo emprego da violência utilizada em outros momentos, mas essa flexibilização tratou-se de algo estratégico que tinha pretensão de diminuir os efeitos da efervescência trabalhista. Era difícil conter o avanço das greves. Porém a partir dessas medidas, o governo lançou uma tentativa de aproximar muitos movimentos grevistas da estrutura oficial existente. Esse foi o objetivo principal, uma vez que as mobilizações que vinham ocorrendo desde 1978 eram vistas inclusive como anarquia sindical. Muitos militantes viram aí uma oportunidade para adentrarem nas direções dos sindicatos, uma forma de fortalecerem a ideia de construção de um novo sindicalismo.<sup>475</sup>

Apesar da estratégia do ministro, vários fatores apontavam para o fato de ser impossível impedir a ocorrência das greves.

A APENOPE, esteve inserida nessa dinâmica social. Se não foi afetada pela política sindical dos governos autoritários, que buscavam controlar o movimento dos trabalhadores, sofreu os impactos de uma sociedade em ebulição, que expressava desejos de mudanças sociais. Nessa nova dinâmica, os professores expressaram a necessidade de um novo protagonismo para a Associação.

Diante da entrada em cena de personagens que tinham experiências de engajamento em partidos de oposição, em comunidades eclesiais de base, em movimento estudantil, houve a contribuição para novos comportamentos das entidades de classe, a partir de questionamentos quanto ao papel das associações de professores. Assim, vamos analisar como esses novos contornos na sociedade atingiram a Apenope e de que forma colaborou para construção de uma visão que representava os docentes como sendo *trabalhadores da educação*, afastando a

---

<sup>474</sup> BOITO JR. Reforma e persistência da estrutura sindical. In. BOITO JR. (Org.) O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 69. Murilo Macedo assumiu a pasta do Ministério do Trabalho em 15 de março de 1979 e permaneceu até 14 de março de 1985.

<sup>475</sup> A política de abertura sindical ao mesmo tempo que favoreceu certa união entre os que buscavam promover novos rumos para o sindicalismo brasileiro, também gerou fissuras em função das divergências com relação às estratégias para tal. Inicialmente, correntes sindicais como a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, buscava continuar utilizando estratégias ligadas à organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho, tal como segmentos da igreja católica ligados à organização operária faziam desde o início da década, ou seja, antes mesmo das grandes manifestações de 1978. Outras correntes permaneceram com a estratégia de realizar alguma aliança com os grupos inseridos dentro da estrutura oficial. A divisão no campo opositor repercutiu no processo de organização da Central Única dos Trabalhadores.

perspectiva missionária tão presente desde o nascimento das primeiras associações como vimos no caso do CPPP e em parte da trajetória da APENOPE.

## 5 TRANSIÇÕES: A GREVE DE MAIO DE 1979 E SEUS DESDOBRAMENTOS

*“A gente sabe de todos os perigos, mas é mais forte o sonho da gente de ver uma Educação diferente”.*

Lucy Machado Pinheiro

Em fins dos anos 70 em vários estados brasileiros ocorreram greves de professores. Seja na rede privada, seja na rede pública. Algumas dessas greves foram apoiadas pelas respectivas entidades representativas, mas outras não contaram com tal apoio, sendo expressão dos descontentamentos com a realidade enfrentada pelo magistério e com a forma de atuação das entidades. Em Pernambuco, identificamos as duas situações.

Em 1979, havia uma insatisfação geral do magistério pernambucano com as questões salariais. No início deste ano, a APENOPE realizou Assembleia Geral Extraordinária com intuito de *discutir e elaborar* junto aos professores<sup>476</sup> um Memorial com reivindicações diversas do magistério. A reunião que aconteceu no Teatro do Parque, foi permeada por certos desconfortos, pois os professores presentes questionaram o fato do presidente tê-la dado por encerrada sem ter escolhido quem seria a comissão que os representaria perante o governo.

Na tentativa de diminuir os impasses da reunião, Leônidas apresentou a desculpa de que a comissão só poderia ser formada por associados. Sua colocação, como podia se esperar, não agradou. Enquanto aguardavam que a assembleia fosse reaberta, houve comentários como: “Não houve direção na assembléia e se a Apenope queria impor condições, devia ter se reunido em seu próprio gabinete e não nos ter chamado”.<sup>477</sup> Outras colocações, sinalizavam a distância entre a entidade e as aspirações do professorado: “Afim, a assembléia é do professor? Está parecendo que não”. Outros ainda diziam: “A mentalidade da Apenope é do governo e não do professorado. Não está coincidindo com os nossos objetivos de valorização profissional, porque, sem dúvida, somos relegados como classe inferior”.<sup>478</sup> É notório que muitos professores não se associavam à entidade por percebê-la como órgão que agia sempre de forma a corroborar

---

<sup>476</sup> Não só professores associados, mas o magistério pernambucano em geral.

<sup>477</sup> Tumulto na Reunião do ensino oficial. *Jornal do Commercio*, Recife, 12 de abril de 1979. p.7. (APEJE).

<sup>478</sup> Ibid.

com as ações do governo, o que possivelmente impedia que tivesse um número maior de associados.

Apesar do *tumulto* no decorrer do encontro, foi possível a elaboração do Memorial<sup>479</sup> a ser encaminhado ao recém empossado governador de Pernambuco, Marco Maciel,<sup>480</sup> no qual faziam uma série de solicitações no que se refere a aumento salarial e condições de trabalho. O texto do documento é expressão das necessidades do magistério como um todo, considerando aqui que sua elaboração não aconteceu unicamente pelo órgão de classe.

As demandas foram apresentadas nas páginas do *Diário da Manhã*, jornal de grande expressão na imprensa pernambucana, que reproduziu todos os pontos encaminhados ao governador, como segue:<sup>481</sup>

- a) *Aumento 250% para professores de 1ª a 4ª série do 1º grau e 150% para os professores que tinham licenciatura curta, 100% professores de licenciatura plena e para aqueles não ligados à carreira do magistério.*
- b) *Reclassificação para todos os níveis.*
- c) *60% da carga horária em sala de aula e 10% restantes destinados à correções de prova, trabalhos, planejamento de aula e outras obrigações.*
- d) *Efetivação dos professores contratados com 5 ou mais anos de magistério.*
- e) *Adoção para os professores contratados dos mesmos critérios de promoção dos professores efetivos.*
- f) *Readaptar professores que se afastaram pelo art. 177, que antes não eram professores que permanecem na regência de classe.*
- g) *Cumprimento puro e simples do que determina o decreto 67322, 3,5% do salário mínimo da região como pagamento de salário-aula ao professor possuidor de curso de nível superior.*
- h) *Estender aos supervisores e orientadores educacionais a gratificação de 30%.*

---

<sup>479</sup> Professores redigem memorial a Maciel solicitando aumento. *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 de abril de 1979. (APEJE).

<sup>480</sup> Marco Maciel é o novo governador do estado. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 de janeiro de 1979, p. 2. Não era figura nova no cenário político. Iniciou a vida política cedo no movimento estudantil de direita, sendo deputado estadual em Pernambuco em 1966, vinculado ao partido da Arena. Como deputado federal, chegou a exercer dois mandatos. De 1971 a 1974 e de 1975 a 1978. Durante seu segundo mandato, ocorreram algumas mudanças. Em 1977 o então presidente Ernesto Geisel e seu sucessor João Batista Figueiredo, indicaram Maciel para ser o governador de Pernambuco. Em 1978, a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, o “escolheu” e permaneceu no cargo até 1982. Em suma, a vida política de Maciel era intensamente alinhada com as forças autoritárias. Outras informações podem ser consultadas no site: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)

<sup>481</sup> Professores estaduais querem aumento e adicionais. *Diário da Manhã*, Recife, 16 de abril de 1979.p. 3. (Acervo digital da CEPE).

- i) *Estender aos diretores e vice-diretores, supervisores e orientadores educacionais que trabalham em lugares inóspitos a gratificação de 30%.*
- j) *Contagem do tempo de serviço prestado às empresas particulares.*
- k) *Que as faltas dos professores não abonadas só sejam enviadas aos órgãos competentes para desconto, se até os primeiros dez dias úteis não forem abonadas do mês seguinte.*
- l) *Que os professores com licença para tratamento de saúde (LTS) não sejam obrigados a pagar aulas do período de licença.*
- m) *Que as faltas não abonadas só entrem para desconto ciente o professor.*
- n) *Que as faltas abonadas não sejam enviadas à Secretária de Educação, a fim de não prejudicar a aposentadoria e licença prêmio do professor.*
- o) *Que as aulas excedentes dos professores catedráticos sejam pagas na mesma base das aulas obrigatórias por contrato.*
- p) *Estender a gratificação oficial e licença prêmio aos demais professores contratados conforme determina a lei 5008 de 08 de janeiro de 1964.*
- q) *Que os diretores e vice-diretores escolares sejam indicados através de congregações das respectivas unidades por meio de uma lista quántupla.*
- r) *Que os professores e antigos instrutores de prática profissional efetivos e portadores de registro D ou S antes da publicação da lei 5692/71 sejam promovidos para a faixa VI, assim como foram os contratados.*
- s) *Que os professores de 1ª e 4ª série portadores de diploma de nível superior recebam o mesmo salário pago aos professores com licenciatura plena.*
- t) *Que todo magistério inativo passe a gozar os mesmos direitos e vantagens concedidos pela lei 5181 aos colegas na atividade.*

Algumas questões merecem ser comentadas. Uma delas é que havia o desrespeito quanto a decretos que traziam garantias de aumento aos professores, em suas respectivas modalidades, níveis de ensino e qualificações. Muitos pontos estavam relacionados com a necessidade de equiparação entre os professores efetivos e contratados, algo recorrente nas petições da APENOPE. O documento sinaliza que possivelmente ocorriam arbitrariedades, ao expressar os incômodos ligados ao tratamento dado às faltas dos professores. A maioria dos itens não são inéditos no rol de demandas. Uma vez que essa lista extensa de questões foi colocada, compreendemos que eram temas sensíveis que incomodavam os professores há muito tempo.

A Associação dos Servidores do Estado de Pernambuco (APSE)<sup>482</sup> naquela ocasião chegou a manifestar apoio aos professores, pois considerava que era “péssima a situação do magistério no Estado de Pernambuco”.<sup>483</sup> O presidente da Associação, José Figueiredo Matos, afirmava ainda que era crítica a situação dos professores do ensino fundamental, pois percebia-se salário “inferior ao dos garis”.<sup>484</sup> Naquele contexto, o maior salário base de um professor era de Cr\$ 13. 140, 00, que era inferior à gratificação paga aos diretores escolares, que chegava a ser 14 mil cruzeiros. Os trabalhadores técnicos das dependências públicas estaduais chegavam a ter salários muito maiores. Os professores primários por sua vez, recebiam valor inferior a Cr\$ 2.000, 00 cruzeiros.<sup>485</sup> Esses dados referentes às questões salariais foram forte fator motivacional para que os professores, não apenas os vinculados a alguma entidade representativa de professores da rede pública, começassem a manifestar suas inquietações.

É preciso apontar que, no que se refere ao âmbito econômico, nesse período houve uma séria dificuldade no controle dos processos inflacionários ocasionando a intensificação das desigualdades sociais. A política econômica dos governos autoritários, através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, se tornou ineficiente para suprir as demandas dos mais pobres. A partir do final dos anos 1970, a atenção dos militares concentrou-se essencialmente nos chamados “setores produtivos”, ficando os serviços públicos relegados a um segundo plano. Desse modo, a educação e seus trabalhadores sofreram intensamente os impactos desse afastamento, o que nos permite compreender o porquê do acentuado crescimento de movimentos de greve e paralisações do setor público.

Em Pernambuco, quando observamos o Memorial entregue ao governador Marco Maciel, conseguimos perceber a ênfase ligada às questões salariais. Elas apontam para a realidade vivenciada pelo país, no qual o salário era percebido como um custo.

Na rede privada de ensino os professores estavam desde o início do ano fazendo negociações com os patrões e apelando para que fosse concedido um reajuste de 100%. Em 25 de abril, o Sindicato dos Professores encaminhou ao Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino uma pauta contendo uma série de reivindicações:

---

<sup>482</sup> A Apse foi fundada em 1937 por servidores do estado e da prefeitura do Recife. O site dessa associação <https://apsesaudelazer.com.br/> pode ser consultado para mais informações sobre suas origens.

<sup>483</sup> Apse apoia lutas de mestras. *Diário de Pernambuco*, 17 de abril de 1979. (APEJE)

<sup>484</sup> Ibid.

<sup>485</sup> Dados apresentados pelo Instituto dos Economistas de Pernambuco (IEPE) 1979. In. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 de junho de 1979. (APEJE).

piso salarial de C\$ 50,00 aula; adicional de 20% sobre aula extra, pagamento de 20% para fazer face aos trabalhos extra-classe; férias em julho nos cursos supletivos (...), manutenção do vínculo empregatício quando do afastamento temporário para curso de reciclagem; máximo de 60 alunos para sala de aula do 2º grau e 40 para sala de 1º grau; piso salarial de 5 salários mínimos para o professor do 1º grau do pré-maternal até a 4ª série; remuneração pelas reuniões fora de expediente; concessão de bolsas para os filhos dos professores e seus dependentes em qualquer colégio; proibição do aproveitamento dos professores substitutos com demissão do anterior; pagamento de salário inferior ao novo contratado; abono de faltas aos professores que comprovem o seu comparecimento às assembleias.<sup>486</sup>

Algumas demandas eram bem simples, mas revelam como os estabelecimentos de ensino ignoravam direitos básicos dos professores. Existiam diversas situações atingindo o magistério da rede privada e do ensino público. Desse modo, havia atmosfera social de muitas tensões.

Tal situação, impulsionou alguns posicionamentos por parte do secretário de Educação, Joel de Holanda,<sup>487</sup> que em nome do governador, emitiu uma nota no *Diário de Pernambuco*, dia 1º de maio afirmando que havia possibilidade de “atenderem vários pleitos constantes no Memorial”.<sup>488</sup> O *Diário da Manhã*, apresentando declarações intensamente favoráveis ao governo, afirmava que “a manutenção de um diálogo permanente com as entidades de classe constitui um dos principais objetivos do atual governo em consonância com as diretrizes de desenvolvimento com participação”<sup>489</sup> Essa promessa nos parece ter sido uma tentativa de acalmar os ânimos dos professores, pois muitas das reivindicações eram recorrentes. Observamos que justamente na data em que se comemorava o Dia do Trabalhador decidiram dar esclarecimento à categoria, algo que parecia muito conveniente. Propôs ainda que fosse formada uma comissão com seis representantes dos órgãos de classe dos professores e seis representantes do governo. Em comunicado público, o secretário afirmava que as reivindicações poderiam ser atendidas pelo estado e num prazo de trinta dias iria oferecer alguma resposta aos professores.

Quanto aos pontos do Memorial, que seriam atendidos de imediato mencionava: pagamento do salário-aula ao professor com formação superior, de acordo com que estava

---

<sup>486</sup> Patrões avisam: grevistas serão suspensos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de maio de 1979. Ed. 00144, p.8. (BNDigital).

<sup>487</sup> Joel de Holanda Cordeiro, foi economista e professor. Desenvolveu atividades em diversos cargos públicos. Foi o secretário de educação durante o governo de Marco Maciel 1979-1982.

<sup>488</sup> Reivindicações dos professores podem ser atendidas pelo estado. Recife, *Diário de Pernambuco*, 1 de maio de 1979. (APEJE).

<sup>489</sup> Governo pode atender vários pleitos feitos pelos professores. Recife, *Diário da Manhã*, 1 de maio de 1979, p. 3. (Acervo digital da CEPE).

previsto em decreto federal, a questão da licença para tratamento de saúde sem que houvesse desconto em folha de pagamento ou que o professor tivesse que repor a aula e analisar a questão das faltas não abonadas. Caso a proposta fosse aceita, seria submetido à Assembleia Legislativa um projeto de lei visando conceder aos professores um aumento emergencial *sob a forma de abono*, de 35% e 30% de acordo com as faixas salariais, o qual entraria em vigor a partir do dia 1º de junho.<sup>490</sup> Era uma tentativa de negociação que estava longe de ter o seu desfecho.

Paralelo àquela realidade, na rede privada de ensino seguiam as tentativas de negociação. No início de maio, o presidente do Sindicato dos Professores, Laércio Castro de Lima, organizou Assembleia Geral na qual apresentava os posicionamentos dos empregadores sobre a possibilidade de atenderem suas reivindicações. O ajuntamento gerou revolta entre os professores, que acusavam os empregadores de terem falta de interesse em atender os pleitos da categoria.

Na concepção de muitos professores da rede privada, aquela situação fortalecia a possibilidade de realização de uma greve a fim abrir caminho para a solução das questões. Em meio ao movimento da rede privada existiam lideranças ligadas ao Movimento de Oposição Sindical, professores ligados ao Núcleo de Convergência Socialista de Pernambuco. Ambos nutrindo expectativas de que uma greve seria necessária, mesmo que houvesse certa relutância por parte do sindicato em fazer uso de greve. Decidiram que realizariam nova Assembleia Geral numa quarta-feira, dia 6 de maio.

A APENOPE havia marcado para o mesmo dia uma Assembleia Geral com os professores da rede oficial. O *Diário de Pernambuco* apresenta como tendo sido uma *coincidência* terem marcado a assembleia para a mesma data. Contudo, lembremos que havia uma aproximação entre os dois órgãos de classe, bem como o fato de que Leônidas havia feito parte da secretaria do sindicato. Possivelmente, foi uma estratégia para fortalecer o movimento de reivindicação salarial e ao mesmo tempo convencer a categoria a não realizarem movimento grevista.

Leônidas afirmava que a classe estava “unida e disposta a manter a *luta salarial* até sensibilizar as autoridades sobre a aflitiva situação dos professores, cujos salários são aviltantes”.<sup>491</sup> Através da imprensa pernambucana, apresentou que a proposta do governo

---

<sup>490</sup> Ibid.

<sup>491</sup> Professor dá prazo de 6 dias para concessão de aumento. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 de maio de 1979. Ed.00118, p. 9. (BNDigital)

estava muito distante daquilo que esperavam, pois não oferecia aos professores primários os 150% de aumento e os 100% aos professores que tinham licenciatura plena. Leônidas chegou a afirmar: “Não estamos pedindo esmolas, queremos apenas que o governador leia com atenção nossas reivindicações e atenda todas e não somente algumas”.<sup>492</sup> Embora a entidade fosse persistente no encaminhamento das demandas ao governo estadual através da Comissão Permanente de Reivindicação, que havia sido formada no mês de abril, quando começaram as realizações das assembleias, o que Leônidas colocava como sendo *luta salarial*, consistia especificamente num processo de idas e vindas de envios de ofícios, de negociações que nem sempre traziam resultados satisfatórios. Não consideramos que havia uma *luta salarial* no sentido de algo mais intenso da palavra. Isso é válido para pensarmos a situação do professorado como um todo. Esse *perfil de luta*, comum entre as entidades de classe daquele período, parecia não estar mais atendendo às expectativas dos professores mais engajados com as questões ligadas às melhorias em seu mundo de trabalho.

As assembleias que vinham sendo realizadas pela APENOPE demonstravam que existia um conjunto de professores que não estavam satisfeitos com as propostas do governo do estado e a morosidade nos processos de negociação, considerando a necessidade de deflagração de uma greve. Embora o secretário de Educação tivesse exposto que iria analisar as solicitações do Memorial que considerava mais complexas, suas colocações estavam longe de ser as esperadas pelos professores.<sup>493</sup>

Naquela conjuntura ocorriam greves em diversos estados do país. Foi comum utilizarem a imprensa oficial para construírem uma imagem o mais negativa possível quanto aos movimentos grevistas. No *Diário da Manhã (PE)*, a coluna assinada por Adige Maranhão, frequentemente coloca a greve como sendo a implantação da *desordem*, afirmando que os que estavam realizando ou articulando alguma greve, estavam se aproveitando da abertura política. Dizia:

Esse pessoal está se aproveitando da abertura política e fazendo suas greves. Não esqueçamos que passou 14 anos calado, mas vivendo satisfatoriamente, pois do contrário não estariam para contar história. E viviam num clima de

<sup>492</sup> Professores rejeitam a proposta do governador. *Jornal do Commercio*, Recife, 3 de maio de 1979, p. 1. (APEJE).

<sup>493</sup> No caso da rede privada, por exemplo, havia professores engajados com outros movimentos e que pressionavam por ações mais efervescentes, como foi o caso de professores ligados ao Núcleo de Convergência Socialista, que haviam espalhado uma espécie de manifesto, que teria causado certo tumulto em uma das assembleias realizadas, além de não ter sido aprovado pelo Sindicato. Esse tipo ação, evidencia como apesar de Sindicato, desenvolver seu modo de atuação para alcançar direitos para os professores, não estavam necessariamente dispostos a assumirem outras estratégias de atuação, tal como muitos professores demonstravam necessitar.

segurança, onde o trabalhador saia para ganhar o pão nosso de cada dia e sabia que ia encontrar o ônibus na porta de casa, a ordem no trabalho e sua família ficava com segurança. Se não ganhavam bem isto era questão de capacidade e todos tinham a oportunidade de prosperar e até enriquecer.<sup>494</sup>

O não “*estariam para contar história*” revela a trajetória de repressão, de violação de direitos, que nos trouxe um triste saldo de mortos e desaparecidos. De modo surpreendente, o discurso que colocava as demandas dos trabalhadores como resultado de uma incapacidade individual e não como decorrente das políticas sociais e trabalhistas nos fazem refletir sobre como havia naquela conjuntura um modo de pensar que marginalizava e criminalizava a luta do trabalhador.

Esse tipo de discurso atingia a opinião pública na busca de deslegitimar a luta dos trabalhadores, amparando-se, como podemos perceber, em um argumento plenamente meritocracista e em tom de total defesa ao regime militar.

Apesar de todo tipo de crítica que pudesse existir sobre as greves, em uma das assembleias realizadas no início de maio, os professores decidiram que poderiam paralisar as atividades se o governo do estado não apresentasse algo mais próximo daquilo que estava sendo exigido pelo magistério.<sup>495</sup> Nessa assembleia, observaram que apenas a minoria aceitava a proposta de 35% de aumento. Além disso, ainda apresentaram a preocupação de que os professores envolvidos no movimento salarial não fossem *punidos*.<sup>496</sup> Isso devido ao fato de saberem de movimentos de professores em outros estados, nos quais os professores foram punidos por estarem envolvidos em manifestações por questões salariais e greve. Percebemos que se havia esse temor dos professores, é porque o discurso governamental que falava em democracia e diálogo não era consistente, não chegava a ofuscar a realidade social da ditadura, e mesmo que se falasse em abertura, anistia, convivia-se com o espectro autoritário.<sup>497</sup>

---

<sup>494</sup> *Diário da Manhã*, Recife, 4 de maio de 1979, p.4. (Acervo digital da CEPE). Embora nem sempre o texto do colunista reflita a linha política do jornal, neste caso a opinião do autor (Adige Maranhão) reflete. Os veículos da imprensa no geral eram coniventes com o regime e as autoridades.

<sup>495</sup> Professores reunidos pelos 100% de aumento. *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 de maio de 1979. Ed. 00122, p. 5. (BNDigital).

<sup>496</sup> Professores ameaçam paralisar as aulas dentro de sete dias. *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 de maio de 1979. Ed. 00123, p. 1. (BNDigital).

<sup>497</sup> Mesmo em 1979, quando era forte o discurso de democracia, abertura política, convivia-se com a opressão, violência, pessoas ainda desapareciam ou eram torturadas. Os relatórios produzidos pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) e pela Comissão Nacional na Verdade (2012) nos apontam narrativas de inúmeras vítimas que tiveram suas experiências traumáticas nesse período. Desse modo, quando os professores apresentavam algum temor pela punição devido à greve, poderia ser essa punição de teor administrativo, como o corte dos salários, mas também outras formas de punição.

A possibilidade de realização da greve não era algo apoiado pelo diretor da APENOPE. Em outros momentos até chegou a fazer declarações de apoio ao movimento grevista de professores do Rio de Janeiro, afirmando que: “quando uma classe chega a tal extremo, certamente não lhe resta outra alternativa e possivelmente todas as suas reivindicações foram negadas pelo governo”.<sup>498</sup> A sua fala foi justificada por compreender que naquele estado o governador não realizava diálogos, não atendia minimamente os anseios da categoria. Possivelmente, percebia a realidade pernambucana de forma diferente, colocando-se contrário à greve pois acreditava que “com ou sem ela, tudo termina em diálogo”.<sup>499</sup> A greve para ele era considerada uma medida extrema. Durante todo o tempo que esteve à frente da direção da APENOPE, greves nunca foram colocadas como sendo uma via de atuação. Optavam sempre pelo encaminhamento de ofícios. Segundo suas declarações, era preciso respeitar o decreto nº1.632, que colocava a greve como algo ilegal e que estabelecia a possibilidade de demissão por justa causa.<sup>500</sup> Compreendemos que assumia essa perspectiva não somente devido à questão da ilegalidade da greve, mas porque manifestava claramente a aproximação com o regime autoritário, buscando sempre uma visão otimista de que as petições encaminhadas ao governo seriam aceitas em algum momento.

No intuito de tentar convencer os professores a não entrarem em greve, a gestão de Leônidas promoveu uma assembleia para oferecer esclarecimentos sobre a lei 4.330/64, que tratava sobre a questão da greve. O advogado da entidade, Paulo Azevedo<sup>501</sup>, ressaltava que só os que eram regidos pela CLT tinham esse direito. Ocorre que do total dos professores do estado, 70% era regido pela Legislação do Trabalho.<sup>502</sup> Sendo assim, ressaltava que estes não poderiam sofrer nenhum tipo de penalidade pela paralisação, bem como receberem desconto em folha de pagamento ou terem faltas registradas.<sup>503</sup> Diante da realidade da deflagração de uma greve, os que eram regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos teriam que parar as atividades, uma vez que que eram minoria.

---

<sup>498</sup> Pernambucanos, dão apoio a greve de professores do Rio. *Diário de Pernambuco*, Recife, 15 de março de 1979, Ed. 00071, p. 22. (BNDigital).

<sup>499</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 de maio de 1979. 8 de maio de 1979. Ed. 00122, p. 5. (BNDigital).

<sup>500</sup> Em Brasília, houve a demissão de professores que haviam participado de movimentos grevistas. A fala de Leônidas fazia referência a este fato. Também em Minas Gerais houve situações de conflito envolvendo movimento grevista de professores.

<sup>501</sup> Era também advogado do Sindicato dos Professores da Rede Privada. Na gestão da APENOPE que sucedeu a de Leônidas, continuou desenvolvendo esta função.

<sup>502</sup> *Jornal do Commercio*, Recife 17 de maio de 1979, p. 8. (APEJE).

<sup>503</sup> Professores já discutem direito de greve. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de maio de 1979. Ed. 00131, p. 5. (BNDigital).

Embora os professores regidos por CLT fossem maioria, e tivessem direito de greve garantido, ainda assim poderiam ser punidos. O advogado alertava dizendo: “o governo pode também usar de medida arbitrária, mas nesse caso estará desobedecendo a lei”.<sup>504</sup> Desobedecer a leis em um momento onde muitas delas só eram válidas quando convenientes não seria algo inédito. Essa possibilidade, de algum modo, deixava os professores temerosos.

É preciso ressaltar que havia muitos professores estatutários que apoiavam a realização da greve, embora soubessem dos maiores riscos em terem algum tipo de punição. As orientações dadas pelo advogado Paulo Azevedo, nos indicam que a greve era algo muito iminente.<sup>505</sup> De outro modo, não estaria apresentando as orientações sobre como os estatutários teriam que proceder: “Como esses são minoria, mesmo que queiram dar aula, não poderão fazê-lo. Para eles poderemos conseguir alguma coisa, como por exemplo, assinar o ponto e sair, ou então ir na escola, permanecer lá e não fazer nada. Apenas para não receberem qualquer punição”.<sup>506</sup>

Na ocasião da Assembleia, um dos professores tomou a fala com as seguintes afirmações: “profundamente lamentável a atitude do governador querendo ganhar tempo e nem sequer tocando na questão dos salários”. Ainda denunciou que existiam diretores e outros superiores que não se agradavam de ver os professores participando em movimentos salariais e dizia que se tratava de: “ânsia de agradar a Secretaria de Educação e manter os cargos de confiança”.<sup>507</sup> No interior das escolas poderia existir um clima de vigilância por parte dos gestores. Uma vez que estavam ocupando cargos que eram considerados de confiança, não iriam dar apoio a ações que direta ou indiretamente colocavam em questão o regime político vigente, e fazendo com que perdessem seus vínculos. Este tipo de relação entre professores e gestores não era novidade em meio a cultura escolar, mas se acentuava diante de um contexto político distinto, no qual a vigilância era tão presente. De algum modo, muitos professores ao vivenciarem uma atmosfera social de grandes manifestações em todo país, encontraram um cenário de maior estímulo para escancararem que havia necessidades, não apenas ligadas à melhorias salariais, mas realidades de opressão no interior no cotidiano escolar.

Continuando as críticas feitas, o professor questionou o fato do governador Marco Maciel ter ido à Brasília e não ter feito uma discussão sobre verbas que pudessem ser

---

<sup>504</sup> *Jornal do Commercio*, Recife, 17 de maio de 1979, p. 8. (APEJE).

<sup>505</sup> *Ibid.*

<sup>506</sup> *Ibid.*

<sup>507</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de maio de 1979, Ed. 00131, p. 5. (BNDigital).

direcionadas à Educação e sobretudo ao aumento para os professores. Disse: “Se ele teve a oportunidade de ir à capital federal, deveria ter tentado conseguir verbas para aumentar o salário do professor”.<sup>508</sup> Embora o governo de Marco Maciel buscasse se apresentar como um governador aberto ao diálogo na tentativa de transmitir a ideia de democracia, era insuficiente para diminuir os descontentamentos acumulados há anos a partir de políticas educacionais nas quais não se consultava os principais agentes envolvidos com o processo educativo: os professores.

Havia toda uma cobrança para que as leis fossem respeitadas. Cobranças dos professores direcionadas à APENOPE, ao secretário de Educação e ao governador. Questionava-se o porquê de tantas outras leis não estarem sendo respeitadas por parte das autoridades: “Acontece que existe uma lei desobedecida pelo estado desde 1970, de nº. 379, de 10/4/38, que tem hoje 41 anos, determinando que o salário mínimo seja de Cr\$ 6.966, 00, o governo não cumpre várias leis e nada acontece. Porém, se deixamos de obedecer a uma somos presos e punidos”.<sup>509</sup> Embora a questão salarial tenha tido uma posição central ao longo das discussões em assembleia, ela assumiu uma projeção política no sentido de crítica ao executivo e às arbitrariedades que aconteciam no plano social de forma mais ampla.

Mesmo que a própria associação de professores não aconselhasse a deflagração da greve, os professores da rede estadual sentiam a necessidade de ações que pudessem abrir caminho para soluções efetivas e satisfatórias e manifestar a indignação para com o descaso com a área educacional. Desse modo, acabavam sendo apoiados por outros movimentos, como o movimento dos estudantes secundaristas, que declarou seu apoio em função do desejo de fortalecimento do ensino de 1º e 2º graus, o que envolvia a luta por “melhores salários para os professores e melhorias no ensino”. No mesmo período em que ocorriam as assembleias dos professores, os estudantes secundaristas do Recife fizeram uma votação em plenária na qual apresentaram os seguintes pontos: professores substitutos não seriam aceitos, caso ocorresse uma greve; desenvolvimento de estratégias de conscientização dos estudantes sobre a importância da luta dos professores. Em meio à organização dos estudantes, se fazia presentes membros da Comissão Permanente de Reivindicação dos Professores do estado, representantes das escolas particulares, jovens ligados a Secretaria Secundarista do MDB e da Pastoral da

---

<sup>508</sup> Ibid.

<sup>509</sup> Ibid.

Juventude.<sup>510</sup> Vários segmentos da sociedade civil organizada também se apresentaram como apoiadores do movimento grevista.

Quanto ao fato da APENOPE não oferecer apoio à ação grevista, essa sua postura fez com que Leônidas fosse considerado pelos professores como um *pelego*. Há tempos se sabia que ele não era favorável a manifestações grevistas. No contexto de organização para uma das assembleias, um grupo de professores teve que realizar a reunião nos corredores, porque Leônidas havia fechado a porta à chave e impedido os professores de ocuparem as salas próprias para reuniões. Denunciaram algumas ações que estavam sendo vistas como irregularidades e fazendo que a Apenope não representasse de fato os professores, sendo percebida da seguinte forma: “hoje em dia a Apenope é uma extensão da Secretaria de Educação, porque serve apenas aos interesses do governo”.<sup>511</sup>

Essa visão de aproximação política entre APENOPE e governo foi construída ao longo de toda a trajetória da Associação. Mesmo que tivesse sempre chamado a atenção dos professores para todos os benefícios que poderiam existir para os mesmos ao serem associados, as vantagens estavam sendo insuficientes para desconstruir essa imagem. Só em um contexto de maior mobilização certos antagonismos entre a entidade e os professores estavam vindo à tona.

## 5.1 O ÁPICE DAS DISCUSSÕES

Diante de todas as discussões que vinham sendo realizadas, a greve dos professores acabou sendo decidida em Assembleia geral realizada em 28 de maio de 1979. De acordo com os registros daquela ocasião, muitos professores se associaram à APENOPE, apenas para terem direito de participar da votação e serem favoráveis à greve. Vale destacar que a assembleia não estava sendo conduzida por Leônidas, mas por um professor de nome Edmilson Freitas, que realizou intensas críticas ao dirigente da Apenope e contou com apoio dos que se faziam presentes. A greve que se iniciava era não só uma expressão de crítica às políticas voltadas ao magistério pernambucano, mas ao mesmo tempo uma crítica à atuação da APENOPE e aos dirigentes mais conservadores que, ao invés de construírem um maior vínculo com as bases tinham um comportamento muito mais comprometido com as autoridades vigentes. Ao

---

<sup>510</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 de maio de 1979, Ed. 00131, p. 5. (BNDigital).

<sup>511</sup> Líder boicota assembléia e mestres o consideram pelego. *Jornal do Commercio*, Recife, 27 de maio de 1979, p. 5. (APEJE).

decretarem greve, os professores expressaram uma autonomia com relação à entidade, percebida por muitos como uma farsa e como uma entidade de posicionamento passivo.

Alguns elementos, fruto da criatividade dos docentes, nos revelam o intenso envolvimento de muitos professores com o movimento, assim como o tom de crítica sobretudo ligados ao custo de vida e à questão dos salários. Embora no decorrer de todo processo grevista tenha existido uma forte crítica à realidade política de um período de ditadura, inicialmente as questões que estimularam a greve eram de fato mais corporativas. Vejamos a letra da música, cantada durante a assembleia<sup>512</sup>:

*A nossa remuneração não dá nem pra o feijão  
Este negócio, trabalhar o dia inteiro  
Pra ganhar pouco dinheiro  
Não está dando pra aguentar  
Sair correndo pra escolas bem distantes  
Sem parar nenhum instante  
Pra almoçar e pra lanchar  
E ainda querem que fiquemos calados  
Maltratados e açoiados sem o salário aumentar  
Vamos professores amigos  
Todos nós desinibidos  
Os direitos reclamar*

Em meio a tantas tensões, os professores tiveram a criatividade de evocar a arte e exprimir nela as mazelas do seu cotidiano. Fica notória sua autopercepção enquanto trabalhadores, submetidos a um processo de desgaste que demandava ações mais enérgicas.

De acordo com os dados que foram divulgados, do conjunto do magistério pernambucano, cerca de 4 mil professores decretaram greve, unindo forças com aproximadamente 12 mil professores<sup>513</sup> da rede privada, os quais como apresentamos, também vinham se organizando nesta direção.<sup>514</sup>

---

<sup>512</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de maio, Ed. 00143, p. 7. (BNDigital).

<sup>513</sup> Ensino oficial entra em greve. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de maio de 1979. Ed. 00143, p. 1. (BNDigital).

<sup>514</sup> Os professores da rede privada haviam iniciado a greve um pouco antes, no dia 25 de maio.

**Figura 15** - Passeata dos professores pelo centro do Recife



**Fonte:** *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de maio de 1979. (BNDigital).

Após a decretação da greve, houve uma passeata pelas ruas de Recife com cartazes e faixas que visavam divulgar a luta e estampar a insatisfação do professorado acerca da negação do aumento salarial pelo governador, bem como palavras de convite à adesão ao ato: "*Professor calado, aumento negado*", "*Classe unida, vitória garantida*". A passeata pelas ruas de Recife deve ter chamado a atenção da população para o movimento que se iniciava, assim como do próprio governo para aquela realidade, considerando a inexistência de memórias de greve de professores do setor público.

Os professores da rede oficial de ensino eram em sua maioria regidos pela CLT. Contudo, quando o *Diário de Pernambuco* apresentou que *4 mil professores* da rede oficial decretaram greve, não era a totalidade do professorado oficial, pois havia um número muito maior. O número de 4 mil eram os que estavam presentes no momento da Assembleia realizada no Clube do Náutico Capibaribe, mas no geral o quantitativo do magistério pernambucano era bem maior que este,<sup>515</sup> sendo necessário todo um esforço de professores grevistas para que muitos outros aderissem ao movimento. No dia seguinte à passeata ocorria um empenho por parte de comissões de piquetes, responsáveis por percorrerem as escolas e convencerem professores e alunos a aderirem ao movimento.

---

<sup>515</sup> O *Jornal do Commercio* apresentou na edição do dia 29 de maio que "30 mil professores vão entrar em greve junto com 12 mil da rede privada". Um número muito maior de professores, provavelmente de todo o estado de Pernambuco.

Havia a possibilidade de que a greve fosse considerada ilegal por não cumprir determinados requisitos pela lei de greve 4.330, como o fato da assembleia não ter sido presidida pela Procuradoria do Trabalho, que justificou sua não participação informando que só agia quando “a classe reivindicadora possuía sindicato”<sup>516</sup>, algo que os professores da rede oficial efetivamente não tinham. O segundo fator que a referida lei determinava era que a votação quanto à greve fosse secreta e não por *aclamação*<sup>517</sup> como ocorreu.

De certo modo, mesmo que todos esses protocolos fossem seguidos, ainda assim encontrariam algum motivo para colocar a greve como ilegal, seja se amparando no fato de que professores estatutários não podiam realizar greve, seja afirmando que os que eram regidos por CLT não tinham sindicato. Além disso, as greves poderiam ser tratadas como ilegais por serem consideradas com motivos eminentemente políticos, como ocorreu no estado do RJ, quando do movimento grevista dos professores iniciado em março.<sup>518</sup>

A greve foi deflagrada tendo em vista terem rejeitado a segunda<sup>519</sup> proposta do governador, que foi a de oferecer “60 por cento sobre os vencimentos dos professores primários, 50 por cento sobre os de licenciatura curta e 45 para os de licenciatura plena e estudantes”.<sup>520</sup> O governo afirmava que a sua condição financeira não permitia oferecer um aumento que ultrapassasse essas bases tal como pleiteavam os órgãos de classe do ensino oficial.<sup>521</sup> Ressaltava que “inúmeras e acentuadas distorções acumuladas ao longo de muitos anos, não poderiam ser corrigidas e solucionadas de uma só vez pela administração que apenas se inicia”.<sup>522</sup> A tentativa de acalmar os ânimos dos professores e manter os processos de conciliação através das comissões de negociação persistiam, a fim de fazer com que a greve fosse resolvida. Mas naquele momento aquilo ainda não era uma possibilidade.

Os professores poderiam ser pertencentes ou não a alguma das associações existentes, pois o CPP, quando da deflagração da greve, logo tratou de apresentar que estava desvinculado de qualquer movimento grevista: “O Centro de Professores, com a linha de conduta que tem norteado sua decidida atuação em favor do magistério, vem ao público desaconselhar e

---

<sup>516</sup> Ensino oficial entra em greve. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de maio de 1979. Ed. 00143, p. 1. (BNDigital.)

<sup>517</sup> Aclamação, de acordo com o dicionário online de português, é a “expressão de alegria ou entusiasmo de uma multidão”.

<sup>518</sup> *Jornal do Commercio*, Recife, 13 de março de 1979, p. 9. (APEJE).

<sup>519</sup> *Diário de Pernambuco*, 29 de maio de 1979. A primeira proposta oferecia 30% e 35% de aumento em forma de abono. Ed. 00143, p. 1. (BNDigital).

<sup>520</sup> *Ibid.*

<sup>521</sup> *Diário da Manhã*, Recife, 29 de maio de 1979, p. 3. (Acervo digital da CEPE). Não só a APENOPE fazia esse pleito mas também o CPP.

<sup>522</sup> *Ibid.*

desaprovar qualquer movimento grevista por parte dos professores da rede oficial”.<sup>523</sup> Através desse pronunciamento do CPP, fica compreensível como tinham sempre como foco preservar uma tradição relacionada a um modo de atuação, ainda que os tempos demandassem novas práticas. A APENOPE também se manifestou nessa mesma direção.

Tentando estimular os professores a não se envolverem com o movimento grevista apresentou a seguinte nota na imprensa oficial:

A Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco, considerando que a legislação vigente proíbe terminantemente os servidores públicos a fazerem greve, impondo na hipótese aos grevistas severas punições, inclusive até a demissão. Considerando ser portanto totalmente ilegal qualquer movimento grevista de professores da rede oficial de ensino. Considerando ainda ser seu dever indeclinável preservar os interesses de seus associados, não os conduzindo jamais a situações ilícitas, e passíveis de punição. Considerando finalmente ser obrigação da classe do magistério, responsável maior pela formação de gerações, contribuir com a força do seu exemplo para o processo de aperfeiçoamento das instituições democráticas, aspiração de todos os brasileiros, somente possível num clima de ordem e serenidade e de respeito a lei. Decide: 1. Desautorizar o nome desta Associação de classe para respaldar qualquer movimento grevista. 2. Advertir desde já que a Apenope não se responsabilizará pelos prejuízos decorrentes de sanções que venham sofrer seus associados na eventualidade de sua participação em greve ou qualquer outra atividade ilegal. 3. Declarar seu propósito de continuar lutando pelas reivindicações da classe, procurando soluções pautadas nos preceitos legais dentro do processo de diálogo proposto pelo Governo.<sup>524</sup>

Nos questionamos sobre o que a entidade naquela ocasião compreendia como sendo preservar as *instituições democráticas*. Que elementos fazia com que compreendesse que se vivia em uma democracia? Num contexto histórico em que no país explodiam manifestações em diversas áreas do mundo do trabalho, em que os movimentos sociais surgiam intensificando lutas por maior participação social, por direitos, contra práticas autoritárias, as afirmações da APENOPE, sua preocupação com a ideia de legalidade, só reafirmam o seu local de fala de defesa de uma ordem e de uma legalidade que iam na contracorrente das necessidades do professorado e de lutas que verdadeiramente se direcionavam para a democracia.

No dia 30 de maio, dois dias após a greve ter sido deflagrada, a Secretária de Educação havia feito um levantamento referente à frequência de alunos e professores nas escolas. Dados que levavam a entender que o movimento estava sendo um fracasso.

<sup>523</sup> *Diário da Manhã*, Recife, 31 de maio de 1979, p. 10. (Acervo digital da CEPE).

<sup>524</sup> *Ibid.*

**Figura 16** - Dados da SEC referentes à adesão ao movimento grevista

**FREQUENCIA**

Segundo informações da Secretaria de Educação, fornecidas às 19h30 de ontem, a frequência de alunos e professores, durante todo o dia de ontem, foi a seguinte: I Dere — colégios do Recife (rede oficial) — professores estaduais — 4.745, ausentes — 256 (percentual de faltas 5,3%); alunos matriculados — 128.337, faltosos — 78.981 (percentual de faltas 61,5%). II Dere (Cabo, Igarassu, Itamaracá, Jaboatão, O'inda, Paulista, São Lourenço, Moreno) — professores estaduais — 3.052, ausentes — 135 (percentual de faltas 4,4%); alunos matriculados — 83.392, ausentes — 40.537 (percentual de faltas 48,61%).

Fonte: Diário de Pernambuco, 31 de maio de 1979, ed 145, p. 13. (BNDigital).

Para o secretário de Educação, estes números sinalizavam que muitos professores haviam aceitado os apelos do governo e que o movimento que estava sendo realizado era apenas o de uma “minoria que provavelmente não acolheu a proposta do Governo”<sup>525</sup>. O Comitê de Imprensa, que estava à frente do movimento grevista, contestava as informações divulgadas, afirmando que em toda a Grande Recife houve uma adesão de 70% e que o movimento se estenderia mais pelo interior.

A Secretaria de Educação insistia no fracasso da greve e acreditava que muitos professores não aderiram ao movimento graças às orientações feitas pela direção da Apenope.<sup>526</sup> Quando a greve foi deflagrada, ocorreu na madrugada do dia 1 de junho a paralisação dos motoristas de ônibus no Recife, gerando as dificuldades de locomoção da população. Para alguns críticos da época, o movimento dos professores acabava perdendo um pouco de sentido, pois de todo modo professores e alunos não teriam como ir para as escolas. Não acreditamos que a greve tenha perdido seu sentido. Contudo acabou paralisando também professores que não haviam aderido à greve. Os motoristas de ônibus começaram a voltar

<sup>525</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 de maio de 1979, Ed. 00145 p. 13. (BNDigital).

<sup>526</sup> *Diário da Manhã*, Recife, 1 de junho de 1979, p. 4. (Acervo digital da CEPE).

gradualmente, mas os professores permaneceram em greve e no movimento para conquistar cada vez mais adesão, sendo orientados pelo Comando Geral de Greve (CGG).<sup>527</sup>

## 5.2 O COMANDO GERAL DE GREVE

O CGG teve um papel muito importante. Enquanto sujeito coletivo, assumiu a função de liderança dos professores, pois a APENOPE naquela conjuntura não representava os professores e nem possuía a sua frente um personagem disposto a desenvolver estratégias de atuação mais efervescentes. Era formado por grupos de militantes do magistério que percorriam as escolas convocando e tentando convencer os professores a aderirem as greves.<sup>528</sup>

Deu algumas orientações para os grevistas, tais como:

Não dar aula, sair de sua unidade escolar e vir para Casa do Professor, não aceitar pressões, denunciando diretores e supervisores que nos ameaçam, dar crédito apenas às notícias divulgadas pelo Comando Geral de Greve, e apenas permanecer nas unidades sem dar aula (esta última para os professores efetivos).<sup>529</sup>

Desenvolveu ações no sentido de conscientizar a população quanto à importância do movimento, realizando a distribuição de panfletos nos quais esclareciam os motivos que levaram os professores a entrarem em greve. A criatividade teve muito espaço em todo esse processo. Alguns panfletos assumiam forma de poema, revelando motivos da greve, descontentamentos ligados à forma como a Apenope vinha sendo conduzida. Era percebida pelos professores como uma associação sem protagonismo e dominada por pelegos.<sup>530</sup> O poema revelava o desejo de que estes “*caíssem fora*”, conforme nos mostra seu texto. Faz referência a todos os trabalhadores que estavam em movimentos paredistas: professores da rede privada, médicos e os motoristas, como já mencionamos.

*E nesse jogo de empurra  
Pra lá e cá num chamego  
Houve grande descoberta  
Entre nós muito pelego  
Presidente, vice e outros mais*

---

<sup>527</sup> Quando da deflagração da greve, as questões referentes ao movimento seguem sendo organizadas por um Comando Geral, não mais pela Associação, uma vez que, neste caso, ela não apoiava os grevistas.

<sup>528</sup> Embora os professores ligados ao Comando Geral de Greve tivessem uma atuação maior em Recife e cidades mais próximas, também desenvolveram atividades em cidades do interior, conforme a possibilidade que tinham naquele contexto, pois não dispunham de recursos que permitissem muitas locomoções.

<sup>529</sup> Comando orienta grevistas. *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 de junho de 1979, Ed.00147, p.8. (BNDigital).

<sup>530</sup> Poema obtido no acervo pessoal de Lucy Machado Pinheiro, uma das lideranças do Comando de Greve.

*Sem para nós ter afago  
 Gente assim parece bicho  
 Merece a lata do lixo  
 Mas nossa vitória é certa  
 O leão se balançou  
 Caíram as pulgas do medo  
 E do meio de nossa classe  
 Pelegos vão cair fora  
 E as nossas coisas do nunca  
 Vão ser conseguidas agora...  
 Pois conosco vem os médicos,  
 Professor particular  
 Motorista dos coletivos  
 Estão a reivindicar  
 Nós somos a ponta de lança  
 Não podemos fraquejar...*

*Comissão de Reivindicação*

*Apenope-1979*

A fala de dona Lucy Pinheiro, ativista do movimento dos professores nos ajuda a perceber um pouco mais sobre a atuação do Comando de Greve, ressaltando que este era formado por vários grupos responsáveis por áreas específicas do Recife e região. Dona Lucy diz ter participado do que era considerado o Comando mais produtivo que era o de Tejipió, promovendo a organização de grupos que percorriam as escolas tentando convencer professores e pais a aderirem à greve:

*Primeiro a gente vai atingir os pais. Ia com os panfletinhos e distribuía nas casas. Olhe, a gente tá pedindo não é somente salarial não. A gente não tá na campanha só por salário. A gente tá querendo melhoria de vida para os alunos. Uma escola de qualidade. A gente marcava a reunião e na reunião a gente falava as coisas que aconteciam. Os reservatórios de água que as crianças bebiam não eram nunca lavados. Eu tinha o exemplo da minha escola mesmo (...) os tanques nunca tinham sido lavados. Até o rato aparecia. A vida toda eu dizia para os meus alunos: não tome água da escola, isso é ponche de ameba.<sup>531</sup>*

O trabalho do Comando iniciou tendo apoio da igreja. Ela nos narra: “*O padre da igreja nos cedeu a salinha dele (...) depois quando ele viu que não dava, que cresceu muito, aí ele*

---

<sup>531</sup> Entrevista Lucy Machado Pinheiro, 27 de julho de 2021. Iniciou como professora da rede pública em 1973. Nesse tempo ainda não tinha tido nenhum contato com a APENOPE.

*abriu mesmo a igreja*".<sup>532</sup> Na ausência de algum material, como por exemplo o mimeógrafo que era utilizado para fazer os panfletos, eles faziam contato com igrejas de outros setores que estavam dispostas a ajudar, pois muitas vezes faltavam recursos básicos. "*A gente fazia as coisas até à mão. Depois a gente conseguiu mimeógrafo.*"<sup>533</sup> Esse processo de colaboração fazia com que o movimento fosse ganhando cada vez mais adesão e aceitação, considerando que os salões das igrejas foram utilizados para fazer reunião com os professores e para tratar sobre a greve com os pais.

A intenção era conseguir que mais professores aderissem ao movimento. É compreensível esse tipo de ação para conquistar a sociedade, pois a greve como instrumento de *luta* no setor público tem grandes implicações.<sup>534</sup> Era importante fazer com que o maior conjunto de pessoas compreendesse o porquê da greve e que ela tinha o objetivo não de prejudicar a população, mas alcançar melhorias para os professores que iria repercutir na melhor qualidade dos serviços prestados à população. Assim apresentavam:

O aumento do custo de vida nos últimos 12 meses no Recife, foi de 57,7%. Portanto nós professores estamos mostrando à opinião pública toda a realidade, o pouco interesse que tem o Governo do estado para com a educação. É muito fácil dizer que o governo está atendendo às nossas reivindicações (...) Nós estamos confiantes nos pais, na população. Somos todos trabalhadores e sabemos que nossa luta por melhores salários, é uma luta justa, legítima, do interesse de toda a população.<sup>535</sup>

No discurso apresentado pelo Comando de Greve, se referia aos professores como *trabalhadores*. Foi muito comum ao longo da trajetória das associações se referirem aos professores como sendo *mestres*, falarem da ideia de *missão*, a ideia de sujeitos *abnegados* de recompensas materiais. Vimos isso ao apresentarmos a origem e um pouco da trajetória da primeira associação de professores da rede pública. O Centro de Professores Primários, que comumente relacionava à docência uma perspectiva missionária e atributos considerados femininos. A greve de 1979 não foi exatamente uma linha divisória a partir da qual se

---

<sup>532</sup> Entrevista realizada com Lucy Machado Pinheiro, em 27 de julho de 2021.

<sup>533</sup> Entrevista com Lucy Machado Pinheiro.

<sup>534</sup> Nos serviços públicos, o Estado é o patrão dos trabalhadores, o que acarreta processos diferenciados de negociação, posto que alguns debates são realizados nas assembleias legislativas, podendo existir inúmeras divergências entre os parlamentares e até mesmo o executivo. Sabemos que num cenário de greve no setor educacional público, os alunos, as famílias, a sociedade como um todo sofrem algum prejuízo com a paralização dos serviços e podem, tanto se colocar a favor dos trabalhadores em greve, compreendendo que travam uma luta legítima que favorecerá a população como um todo, ou podem se posicionar contra o movimento pois sofrem com a ausência do serviço. Também podem construir uma imagem negativa do governo, considerando-o negligente para com os serviços públicos, fazendo assim que os trabalhadores tenham que se utilizar da greve. Considerando essa realidade em 1979, travou-se uma disputa para a conquista favorável da opinião pública.

<sup>535</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 de junho de 1979, Ed. 00147, p. 8. (BNDigital). Grifo nosso.

estabeleceu uma nova identidade coletiva dos professores, pois modificações do modo de ver, pensar, e agir são processos demorados. Numa perspectiva thompsoniana, podemos dizer que a efetiva construção de uma identidade mais distante da do professor *missionário* depende da forma como os sujeitos *interpretam suas experiências*.<sup>536</sup> Contudo, em grande medida, aquela realidade deu visibilidade aos professores como agentes do mundo do trabalho, submetidos a situações de precarização.

A afirmação dos professores como trabalhadores foi algo muito forte no discurso do Comando de Greve, bem como a tentativa de expor que o governo buscava mostrar à sociedade que estava aberto à negociação, mas escondia que não estava cumprindo decretos e leis que beneficiavam a categoria. Diante disso, se mostravam como estando determinados em manter a greve e abertos aos processos de negociação. Diziam “somos educadores e para tal estamos empenhados também em dar um exemplo a nossos alunos, como trabalhadores unidos na luta por melhores salários e melhores condições de trabalho para toda classe”<sup>537</sup> A ideia de cidadania pode ser relacionada a este discurso, bem como intrinsecamente uma visão ampliada de educação não relacionada unicamente aos muros da escola, expressando, conforme nos apresenta Gohn, que “há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços”.<sup>538</sup>

As experiências vivenciadas pelos professores, não se apoiavam em nenhuma memória de outras greves realizadas pelo magistério estadual, memórias que inspirassem as lutas naquele presente. Foi diante daqueles conflitos e das experiências docentes que foi se produzindo uma reforma no associativismo de professores.<sup>539</sup>

As inquietações que antes se encontravam de forma dispersa, foram sendo direcionadas e fortalecidas, a partir do compartilhamento de experiências comuns, seja as que ocorriam no chão da escola, seja as expectativas para os aumentos salariais. O Comando Geral de Greve em seus diversos agrupamentos, conseguiu explorar os sentimentos existentes na contramão das aspirações da APENOPE.

---

<sup>536</sup> Sobre essa questão, Edward Thompson em *A formação da classe operária*, v. 1, desenvolve uma discussão sobre consciência de classe, abordado que esta depende da forma como os sujeitos interpretam suas experiências.

<sup>537</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 de junho de 1979, Ed. 00147, p. 8. (BNDigital).

<sup>538</sup> Gohn, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. V.16. nº. 47. Rio de Janeiro, May/Aug. 2011.

<sup>539</sup> Não vamos aqui utilizar a ideia de um “novo” associativismo, pois como apresentamos em outros momentos deste estudo, na dinâmica da história encontramos mudanças e permanências. Afirmamos que esse protagonismo dos professores, inspirou uma *reforma* na Associação, como veremos posteriormente.

Os olhares mais direcionados para o movimento não demoraram a acontecer. A partir de uma comunicação entre o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo e o governador Marco Maciel, a greve dos professores foi posta oficialmente na ilegalidade, não necessariamente tendo a lei 4.330 como embasamento, mas sim a lei 1.632 de 4 de agosto de 1978 que, além de proibir greves nos serviços públicos autorizava que se adotasse “*medidas tendentes a assegurar a normalidade do funcionamento da atividade paralisada pelo grevista*”<sup>540</sup>. Diante da conclusão dos governantes, o secretário de Educação, afirmou que iria tomar as “*providências para garantir a ordem e a tranquilidade nas escolas*”<sup>541</sup>. A partir desses trechos, temos uma visão clara de como as ações de luta por direitos eram de imediato adjetivadas como estando ligadas sempre a uma desconstrução da ordem. O que fazia com que os professores e muitas lideranças do movimento ficassem sob vigilância.

### 5.3 AMEAÇAS E RESISTÊNCIA

Após anunciar que seriam tomadas medidas visando garantir a ordem e a tranquilidade, no dia 6 de junho foi dado aos professores um prazo de 48 horas para que voltassem a assumir as suas atividades, caso contrário seriam adotadas as medidas previstas em lei: *advertência e demissão*. Possivelmente, tais colocações podem ter gerado dúvidas no professorado, sobre se permaneceriam ou não no movimento, pois acreditamos que este deva ser um sentimento passível de existir em todos aqueles que vivem do trabalho. Mas apesar das ameaças de punição, decidiram que não voltariam às escolas. Ao menos não rapidamente.

Na época, a nota oficial divulgada pela Secretaria de Educação, dizia:

Venho por meio deste comunicar a todos os interessados que: I. fica concedido o prazo de 48 horas a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado, para que os professores efetivos ou contratados que não vem comparecendo as aulas, reassumam suas funções nas respectivas unidades de ensino; II O não atendimento ao presente Edital no prazo acima estabelecido, sujeitará os professores faltosos às disposições do Decreto-lei federal nº. 1632 de 4 de agosto de 1978; III. Autorizará igualmente a aplicação no Decreto-lei (...) [a] todo e qualquer procedimento que frustre ou vise frustrar o normal funcionamento das unidades de ensino oficial. Recife, 6 de junho de 1979, Joel de Holanda Cordeiro.<sup>542</sup>

Devemos aqui questionar o que se entendia por normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Escolas funcionavam precariamente, muitos professores viviam

<sup>540</sup> Governo já pode intervir na greve dos professores. *Jornal do Commercio*, Recife, 5 de junho de 1979, p. 1. (APEJE).

<sup>541</sup> Ibid.

<sup>542</sup> Edital Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, Recife, 6 de junho de 1979. Acervo pessoal de Lucy Machado Pinheiro.

sob vigilância, sobretudo aqueles que eram engajados com movimento estudantis, ou que desempenhavam qualquer outro tipo de participação social. O texto do Edital nos indica que apesar de muitas dificuldades e demandas do magistério não se distanciarem muito das que encontramos atualmente em nossa sociedade, elas se situavam em um cenário que poderia oferecer respostas muito inesperadas à atuação dos professores, tendo em vista que ainda se vivia em um período de muitas violações aos direitos humanos.

**Figura 17** - Comando Geral de Greve falando aos professores



**Fonte:** Jornal do Commercio, 7 de junho de 1979. (APEJE).

O Comando Geral de Greve, logo se manifestou afirmando: “Estamos unidos até à vitória! (...) A tentativa de intimidação por parte do sr. Secretário da Educação ao impor um prazo de 48 horas para retorno às aulas, é mais uma forma de pressão usada pelo governo para reprimir a luta salarial dos professores da rede oficial”.<sup>543</sup> A Secretaria de Educação seguia insistindo na ideia de que fez de tudo para que não houvesse greve e que mesmo assim, os professores optaram por esse caminho. Assim, a culpa de toda situação de conflito recaía necessariamente sobre os professores e não da ausência de políticas educacionais que atendessem às demandas do magistério, gerando melhorias nos serviços públicos. Como dissemos, era uma forma de conquistar uma opinião pública favorável ao governo.

A resistência dos professores envolvidos com o movimento foi algo notório. Não só a afirmação de que permaneceriam em greve era reforçada em notas na imprensa local, como fizeram uso de algumas ações que sempre foram muito presentes em outras categorias de trabalhadores: os *piquetes*.

<sup>543</sup> Professores resistem à ameaça de punição. *Jornal do Commercio*, Recife, 7 de junho de 1979, p.1. (APEJE).

## 5.4 OS PIQUETES

A realização de piquetes foi prática comum entre os trabalhadores de macacão e mãos calejadas,<sup>544</sup> consistindo basicamente em uma ação de impedimento de que trabalhadores que não estavam aderindo ao movimento conseguissem acessar o local de trabalho. Embora a prática não fosse uma novidade, se pensarmos na ação de trabalhadores num sentido geral, no que se refere aos professores da rede pública foi algo sem precedentes em Pernambuco, até onde pudemos perceber.

Os grevistas ocupavam as escolas e impediam que outros professores pudessem dar aulas. Houve ocasiões em que chegaram a chamá-los de *covardes*.<sup>545</sup> Não queremos romantizar tais ações colocando-as como um ato de bravura. Compreendemos que por diversas questões muitos professores talvez não quisessem aderir ao movimento e tinham o direito de assim agir. Mas compreendemos que estas medidas mais chamativas foram a linguagem utilizada para que as exigências do magistério fossem atendidas, a partir do momento em que o governo percebesse que as escolas realmente estavam paralisadas. A prática indicava que não queriam ceder às autoridades governamentais, tal como a APENOPE vinha fazendo, uma vez que todos os impasses resultavam em longos processos de negociação que nem sempre representavam a resolução de questões.

Antes da realização dos piquetes, o Comando de Greve se esforçava para convencer os professores a aderirem o movimento. Dona Lucy Machado nos diz que muitas escolas não tinham força para fechar devido ao fato de poucos professores terem aderido à greve.

*a gente sentava e conversava com as pessoas, os professores. A gente não vai brigar com nossos companheiros. Nossos colegas de trabalho. A gente vai investir nos diretores, porque eles é que são...eles eram biônicos, eles eram mantidos, colocados, indicados. Eles não eram eleitos. Agora nós professores, a gente vai devagarinho, pede licença a eles, que eles são responsáveis pela escola. A gente tem que pedir pra entrar. Aí a gente entrava. Alguns deixavam, mas era muito pouco os que abriam as portas pra gente. Não queriam a princípio.*<sup>546</sup>

Segue esclarecendo as dificuldades que encontravam para conseguir ter acesso aos professores, devido à resistência dos diretores.

*(...) a gente vai procurar o diretor que é quem responde pela escola, ou a pessoa que estiver no horário e pede para falar com os professores. Todo*

<sup>544</sup> Podemos citar aqui a greve conhecida como dos “400 mil” ocorrida em São Paulo em 1957, bem como a dos metalúrgicos em 1978/1979 também em São Paulo e região.

<sup>545</sup> *Jornal do Commercio*, Recife, 7 de junho de 1979, p. 1. (APEJE).

<sup>546</sup> Entrevista Lucy Machado Pinheiro, 27 de julho, 2021.

*mundo não vai falar, porque se não...A gente destacava lá dois ou três que ia falar. Não vai ofender os companheiros de profissão, os colegas. A gente vai falar com os diretores tentar convencê-los a nos deixar conversar com os professores. O que a gente ia solicitar dos diretores era isso. Era colocar os professores na sala de professores pra que a gente fosse... Não entrava todo mundo, ia três ou quatro conversar com eles, convencê-los de que era importante a greve, tirar os medos. Mas os diretores não aceitavam. A grande maioria. Não eram um nem dois. Eram vários que não aceitavam. Era um embate com eles. A gente ia em cima deles. Dizia sempre: companheiro, você não é diretor, você está diretor (...) Era os argumentos que a gente usava pra... procurava não ser ofensivo, embora existia outros companheiros que o sangue subia!<sup>547</sup>*

Apesar de todo esforço para convencer mais professores a participarem da greve, o uso dos piquetes acabava sendo uma alternativa. Na fala de dona Lucy, nos parece claro que o Comando de Greve buscava estabelecer diálogos, embora os atritos ocorressem.

Sobre essas experiências, o sr. José Agripino, na época professor da rede estadual de ensino, nos apresenta:

*[...] A escola Carmélia Dutra ficava perto da estação do Ipiranga por trás do quartel do décimo quarto batalhão, e nós estávamos acampados em frente à Secretaria de Educação e recebemos notícia de que a escola estava funcionando. Colocamos um pessoal e saímos num grande grupo e fomos fechar a escola. E como a escola ficava numa área militar, por trás do quartel, quando chegamos lá estava aquela confusão toda e os alunos começaram a bater nas bancas e gritar: Fecha! Fecha!... num dado momento, chegou o batalhão do exército pra retirar o pessoal. O rapaz que estava comandando foi mais calmo, mas tinham uns mais inflamados que diziam; vamos descer o pau! [...]<sup>548</sup>*

A narrativa do sr. José dos Santos Semente, nos ajuda a compreender um pouco mais sobre o momento do início da greve e alguns acontecimentos durante o seu desenrolar.

*(...) comecei a trabalhar em 1975 na Educação, na rede estadual. Em 1979 houve a greve. Houve uma passeata no Náutico para a frente da Secretaria de Educação onde nós pernoitamos. Aí foram 36 dias de greve (...) Nas escolas, por exemplo, hoje tem o Grêmio Livre. Não tinha, era Centro Cívico. E também tinha o professor representante por aquela turma. Era isso que havia nas escolas. Mas eu percebia que o pessoal não reclamava nada. Não contestava, e inclusive até no fim do ano era entrega de presente à diretora. Outra coisa que aconteceu numa greve também, dentro de um Quartel lá em Tejipló, o 4ºBCom, porque a escola é dentro do quartel, então nós fomos fazer piquete lá e o piquete foi tirado pelo exército.<sup>549</sup>*

<sup>547</sup> Entrevista Lucy Machado Pinheiro, 27 de julho de 2021.

<sup>548</sup> Entrevista José Agripino, realizada em 6 de outubro de 2010.

<sup>549</sup> Entrevista José dos Santos Semente, produzida pela Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Transcrita em 2014.

Recorda da escola Carmélia Dutra, na qual teve algumas experiências que revelam as pressões que poderiam existir no cotidiano da escola.

*Outra questão que eu lembrei é na Escola Carmélia Dutra, lá em Ipiranga. A diretora era Penha Ferraz. Quando eu cheguei lá a diretora pedia aos professores para ficarem na hora do recreio observando os estudantes. Eu fiz algumas colocações e ela disse que eu não me enquadrava com o grupo, disse que eu tinha virado a escola de cabeça pra baixo. Chegou um momento que ela foi cobrar caixa escolar, que não era obrigado. Ela foi cobrar e eu disse que não era obrigado e os estudantes me aplaudiram. A turma toda aplaudiu. Aí por causa disso ela, um dia depois, me mandou comparecer à Secretaria de Educação. Eu penso que nesse caso é um inquérito administrativo, não é? Tinha lá uns três advogados. Começaram a fazer perguntas e eu comecei a responder, aí um já se levantou (...)*

Segue falando sobre como percebia a participação dos professores na greve.

*Agora o processo nas escolas, em geral era isso. O pessoal não se rebelava. Um exemplo mesmo, na greve em 79, de cada escola só...da escola que eu trabalhei, só quem se ausentou fui eu. Até os estudantes perguntavam: “Por que só o professor Semente?” Em 79 era a Apenope. Ainda no governo Marco Maciel, implantou o desconto em folha pra ver se o movimento...era a UEPE a ASSUEPE e a APENOPE, eram três associações. Tentam enfraquecer, mas não conseguem não. Porque as classes reacionárias pensam que unindo as lideranças vai abafar. Mas o movimento foi avançando com esses poucos professores que participaram. De cada escola um, foram se organizando, se organizando, e hoje nós aí temos o SINTEPE. Naquele tempo nós fazíamos uns encontros, era nas escolas, com colchonetes e as discussões nas salas de aula, a gente fazia com toda dificuldade, mas os encontros eram feitos.<sup>550</sup>*

Os dias iniciais da greve foram os mais difíceis, por não ter tido uma adesão generalizada. Havia escolas que funcionavam normalmente. Muitos professores apesar de questionarem fatores ligados às questões econômicas, talvez não se sentissem confortáveis em participar de ações mais combativas. Isso podia acontecer por medo de sofrerem alguma punição, tanto os que eram de regime estatutário como regime CLT, uma vez que ambos os grupos não poderiam realizar greve. Somado a isso o cenário de incertezas e insegurança causados pela ditadura, na qual o movimento de trabalhadores era automaticamente colocado como subversão.

A realização dos piquetes não foi algo que ocorreu sem a atenção dos órgãos de vigilância. O Departamento de Operações de Ordem Polícia e Social (DOPS)<sup>551</sup>, teve uma forte

<sup>550</sup> Entrevista José dos Santos Semente, produzida pela Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Transcrita em 2014.

<sup>551</sup> Sobre a atuação do DOPS em Pernambuco, conferir o artigo de SILVA, Marcia, Gama. O Modus operandi do DOPS-PE e o seu papel em “defesa da segurança nacional” de 1964-1985. In. Silva, M.G. SILVA, T.N. (Orgs). **Pernambuco na Mira do Golpe**. V. 2: direitos humanos, acervos, política e sociedade. Porto Alegre: RS editora Fi, 2021.

atuação, observando o movimento e identificando professores que poderiam ser considerados como “ameaça” à ordem, como costumava apresentar na imprensa.<sup>552</sup> Buscava desse modo, reforçar sua imagem enquanto órgão que se afirmava como defensor da segurança nacional. Durante o processo dos piquetes, não era incomum professores serem chamados para depor no DOPS, acusados por diretores e professores não grevistas de realizarem atos de violência.<sup>553</sup> Era comum irem acompanhados do advogado da APENOPE para auxiliar na resolução das questões. Mas mesmo quando não havia uma situação em que algum professor era chamado a depor, ainda assim poderiam ser fichados pelos DOPS. Fazia-se um prontuário contendo várias informações pessoais, como nome, filiação e local da residência, tal como no prontuário apresentado abaixo:

**Figura 18** - Prontuário do DOPS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
Instituto de Identificação de Pernambuco

N.º 229.995 PRONTUÁRIO CIVIL I.P.P. Nº

Nome Luiz Machado Ribeiro  
PAI: Luiz Albuquerque Machado  
MÃE: Maria Tereza Machado  
NASCIDO A: 12-7-1910 EM: Recife PE

NACIONALIDADE: Brasileira SEXO: M ALTURA: 1,7  
CITIZ: Brasileiro CARRERA: Contador OLHOS: Castanhos

ESTADO CIVIL: Casado PROFISSÃO: Professor  
PROCEDENCIA: Recife RESIDENCIA: André de Albuquerque 170 - Barra-Verde  
CERT. Casamento nº 27.034-72-12-1-1914- Exp. em Recife 1 de Setembro de 1917

T. E. Nº ZONA CIDADE ESTADO

OUTRAS CARACTERÍSTICAS

IDENTIFICADO EM: 12-11-1974 Nº de Identificação: 26.611

Assinatura: Luiz Machado Ribeiro

Assinatura de Identificação: F.D.

MAQUIETAGEM

**Fonte:** Acervo DOPS-PE. Prontuário Funcional n.º 26.611. (APEJE).

Mesmo quando certas situações eram esclarecidas, ainda poderiam ficar sob vigilância, pois havia agentes do Serviço Nacional de Informação que acompanhavam o movimento, bem como mantinham em observação aqueles que tinham maior envolvimento com os piquetes e

<sup>552</sup> Na lista de apêndice é possível verificar alguns nomes registrados pelo DOPS, bem como mantidos em vigilância pelo Serviço de Informação.

<sup>553</sup> Professor ouvido no DOPS. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 de junho de 1979. Ed. 00157, p. 8. (BNDigital).

com o movimento grevista como um todo. Mais uma vez, as memórias de dona Lucy nos permitem conhecer o cenário existente:

(...) tinham pessoas amigas que eram envolvidas com o SNI. Eu me lembro que um menino tinha sido aluno meu, vizinho de infância dos meus irmãos, mas era do SNI. Ele vinha me alertar. Ele veio pra dizer: é tão perigoso o que você tá fazendo. Ele vinha porque eu tinha sido professora dele. Morava de frente. Era colega de todos os meus irmãos. Ele tinha medo que me acontecesse e veio aqui (...) Dona Lucy tá vendo essa canetinha? É pra registrar tudo que você tá falando aqui.<sup>554</sup>

A resposta da professora diante daquelas afirmações expressa parte dos objetivos dos professores: “*A gente sabe de todos os perigos, mas é mais forte o sonho da gente de ver uma educação diferente*”.<sup>555</sup> Embora saibamos que a pauta de reivindicações se concentrava na questão salarial, não podemos esquecer que o regime autoritário, através da Lei de Segurança Nacional, especificamente com o Ato Institucional nº5 de 1968, definiu uma série de ações que eram consideradas crime e que poderiam receber algum tipo de punição. Incitar funcionários públicos a realizar paralisações era algo visto como um atentado à ordem. Sendo assim, colocava o movimento de professores na mira da vigilância. Situações de maior conflito talvez tenham sido evitadas devido ao fato do governo de Pernambuco buscar sustentar discurso de democracia, ainda que num cenário de tantas incoerências com o significado desta palavra. Vale ressaltar que não faltaram aqueles que queriam que o governador fizesse uso de polícia e cavalaria para acabar com o movimento. E em algumas situações isso realmente chegou a acontecer.

As escolas não foram os únicos locais nos quais os professores desenvolveram alguma atuação mais significativa.

## 5.5 O AJUNTAMENTO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Em meio às pressões políticas e sociais para o retorno das atividades nas escolas, de tendências mais conservadoras tentando moldar a opinião pública convencendo-a de que a greve além de ilegal era desnecessária, os grevistas recorreram aos parlamentares. Foram à Assembleia Legislativa na tentativa de pressionar para que o pleito fosse atendido. Podemos imaginar que foi um momento de grande tumulto.<sup>556</sup>

---

<sup>554</sup> Entrevista Lucy Machado Pinheiro, 27 de julho de 2021

<sup>555</sup> Ibid.

<sup>556</sup> Nessa mesma data, os professores da rede privada já haviam encerrado sua greve, o que pode ter causado certo enfraquecimento no movimento dos professores da rede pública.

**Figura 19** - Concentração de professores em frente à Assembleia Legislativa 1979



Fonte: *Jornal do Commercio* 8 de junho de 1979. (APEJE)

Além dessa concentração externa como observamos na imagem acima, ocuparam todo o espaço das galerias na Assembleia, havendo uma agitação devido ao pronunciamento de alguns parlamentares. O *Jornal do Commercio* noticiou que foi uma tarde marcada por “violência verbal, apupos, vaias, humor e aplausos”.<sup>557</sup> De um lado, deputados do MDB, criticaram a conduta do governo por não atender às necessidades do professorado. Um deles chegou a dizer que estavam voltando a utilizar instrumentos de repressão e que a oposição não tinha intenção de “jogar gasolina à fogueira, mas não pode deixar de apoiar a luta do povo deste país. A pedra de toque deste regime é decretar ilegais a greves, mas aqui devemos lembrar a pergunta feita por um motorista: e a fome, é legal?”<sup>558</sup> De outro lado, líderes arenistas, afirmavam: “não podemos dizer que o governo não teve a devida sensibilidade para com a reivindicação dos professores. Estes devem ter um pouco mais de compreensão”.<sup>559</sup>

Os professores, além de enfrentarem as dificuldades que estruturalmente estavam enraizadas no sistema educacional brasileiro, sofriam como tantos outros trabalhadores os impactos da inflação e, conseqüentemente, da defasagem salarial e mesmo assim foram tratados como sendo sem “compreensão”.

Naquele momento tinham a intenção de afirmar que continuariam em greve, apesar da possibilidade de demissão, conforme havia sido anunciado pelo secretário de Educação. No

<sup>557</sup> *Jornal do Commercio*, Recife, 8 de junho de 1979, p. 1. (APEJE).

<sup>558</sup> Professores não cedem e procuram apoio parlamentar. *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 de junho de 1979, p. 1. Fala do deputado Hugo Martins. (APEJE)

<sup>559</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 de junho de 1979. Fala do deputado arenista Felipe Coelho. (APEJE)

calor das discussões que foram realizadas, se mostraram abertos a dialogar com a Secretaria, bem como apresentar uma nova proposta para o reajuste salarial.<sup>560</sup>

O Jornal *Diário da Manhã* apresentou o fato de terem ido à Assembleia como um ato de *petulância*: “Os professores tiveram a petulância de ir até a Assembleia pedir apoio aos deputados, mas foram repelidos por aqueles deputados, quer da Arena quer do MDB, que não podem como membros de um poder dar apoio a uma greve declarada ilegal pelo ministro da Educação”<sup>561</sup>. A informação apresentada por este jornal contradiz o que foi exposto por outros veículos de comunicação, uma vez que deputados do MDB claramente se manifestaram favoráveis e compreensivos quanto ao movimento grevista. Para além das demandas do magistério, a greve dos professores revelava muitos posicionamentos políticos notoriamente antidemocráticos e o compromisso da imprensa com o regime ditatorial.

Paralelo às discussões direcionadas ao governo e parlamentares, professores haviam iniciado um ato de protesto que garantia ao movimento ainda mais visibilidade. Estavam fazendo vigília na calçada da Secretaria de Educação.<sup>562</sup>

## 5.6 A VIGÍLIA

**Figura 20** - Professores ocupando a Secretaria de Educação



**Fonte:** *Jornal do Commercio*, 10 de junho 1979-APEJE

Durante o tempo em que permaneceram em frente à Secretaria, faziam revezamento, pois assim garantiam que o cansaço não causasse o esvaziamento do movimento. Observamos nessa imagem alguns professores sentados, outros com postura que expressa cansaço. O uso de

<sup>560</sup> *Jornal do Commercio*, Recife, 8 de junho de 1979, p. 1. (APEJE).

<sup>561</sup> Professores desafiam Secretário. *Diário da Manhã*, Recife, 9 de junho de 1979, p. 4. (Acervo digital CEPE).

<sup>562</sup> *Ibid*, 10 de junho de 1979.

colchões no intuito de trazer alguma acomodação para dias de desgaste físico e psicológico. Algumas faixas expostas chamavam mais atenção para a reivindicação. O Comando de Greve comparecia ao local para fazer trocas de informações e para convencer os grevistas a permanecerem ocupando o espaço, pois havia a preocupação de que ocorresse um esvaziamento do movimento. Pensando nessa questão, elegeram representantes entre os que se faziam ali presentes, para que estes pudessem ser lideranças intermediárias, diminuindo assim sua carga de atividades, pois muitas sessões do Comando estavam responsáveis pelos piquetes ou atividades nas escolas visando convencer os professores a aderirem à greve.<sup>563</sup>

Apesar do desgaste e do cansaço existente, pensaram numa pauta de questões que poderiam ser discutidas durante o tempo em que estavam no local. Dentre os temas constavam: as eleições da Apenope, que se dariam naquele período, os programas curriculares e a situação nacional do professorado. A intenção era fazer com que a “vigília” fosse um ponto o mais dinâmico possível, para que o professorado não ficasse disperso. A realização de peças de teatro ou a presença de músicos também foi pensada como uma forma de “não dispersar a atenção dos professores à vigília”,<sup>564</sup> como declaravam.

Em alguns momentos da ocupação, fizeram paródias da música “Eu quero apenas” de Roberto Carlos. Embora não tenhamos como expressar aqui a sonoridade, seguem os versos da letra:

Eu quero apenas salário justo,/Pra que eu enfrente o alto custo, / Que sobe, sobe que nem foguete,/ Nos transformando em brinquedo,/ Da inflação que ninguém domina,/ Que nos dizima sem compaixão,/ Eu quero pão, quero agasalho,/ Quero salário justo e legal, / Quero ensinar a todo estudante,/ Amar a pátria ir sempre avante,/ Quero dizer que amo a justiça e repudio toda a injustiça,/De quem exige muito trabalho/ E em troca dá um salário vil,/ Quero voltar à sala de aula,/ De frente erguida com toda calma,/ Ao meu aluno quero dizer, lutamos fortes até vencer,/ Quero dizer-lhe muito obrigado,/ Por todo apoio que ele nos deu.<sup>565</sup>

Através da letra da paródia, percebemos a ênfase na questão salarial. Desde o memorial enviado ao governador, denunciavam o custo de vida e a incoerência com os salários recebidos. Direta e indiretamente, a política econômica do governo estava sendo questionada. A crise do chamado milagre econômico teve seus efeitos sobre toda a classe trabalhadora.<sup>566</sup> Vale ressaltar

---

<sup>563</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 de junho de 1979, Ed. 00157, p. 8. (BNDigital).

<sup>564</sup> *Ibid.*

<sup>565</sup> Greve, vigília, cansaço e nada de diálogo, *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 de junho de 1979. Ed. 00158, p. 8. (BNDigital)

<sup>566</sup> Sobre a questão dos movimentos e contra o custo de vida, conferir a tese de ALVIM, Daniel Horta. *Mobilizações contra a fome no Brasil: 1978-1988.* (Tese) Doutorado em História. PPGH-UFF, RJ, 2016.

que fatores ligados às condições escolares como: precariedade das instalações, carência de material didático, foram pontos inseridos nas discussões que ocorriam durante a vigília. Muitos estudantes, representantes da igreja e até familiares dos professores, buscaram oferecer algum tipo de apoio, seja com palavras de ânimo, seja com materiais que pudessem melhor acomodar os professores: cadeiras, cobertores e até remédios.

Sobre o apoio recebido, houve uma carta enviada pelo Bispo Valdir Calheiros da Diocese de Volta Redonda no Rio de Janeiro. A qual além de ser lida no local da vigília, foi entregue nas escolas pelas comissões do Comando de Greve. O texto da carta afirmava que:

a greve era a grande arma pacífica dos fracos contra os fortes. Os grandes e os poderosos não precisam fazer greve. As leis são feitas por eles. Por isso eles declaram o movimento de vocês fora da lei. A única defesa que lhes resta é a greve. (...) Sabemos que alguns tem medo. Não aderem. Desistiram. Entendam: o medo é o desmoronamento da pessoa humana. É a arma que eles usam pra dominar os fracos. Ameaçam demissões. E quem não tem medo de não ter o pão pra levar pra casa? (...) Só a união dos fracos vence o medo provocado pelos fortes. Apela para o sentimentalismo. Tantas crianças sem aula. Isso se chama chantagem emocional. É sintoma de fraqueza dos fortes. Sei que vocês não vão cair nessa. Eles vêm com imposições: “Se não cessar a greve não haverá negociação”. É isso mesmo. É do poder e não do serviço ser autoritário. O autoritarismo é a degeneração da autoridade. Fiquem certos de que nós entendemos o movimento de vocês. Nós o apoiamos<sup>567</sup> (...)

Muitos representantes da igreja católica, colaboraram diretamente com o movimento, seja direcionando palavras de apoio como esta carta apresentada pelo bispo, seja oferecendo os espaços da igreja para realização dos encontros como vimos em outros momentos. Para o Comando de Greve, era importante divulgar a carta do representante religioso, pois fortalecia a legitimidade da greve dos professores e sensibilizava a população com relação às suas lutas. A realização de missas em frete à Secretaria de Educação também foi algo que ocorreu e fortaleceu o movimento, ao mesmo tempo em que oferecia algum tipo de ânimo espiritual aos participantes.

Além dos representantes religiosos, o ato de vigília contou com apoio do líder sindical metalúrgico de São Paulo, Luis Inácio Lula da Silva. Em 13 de março daquele ano, os trabalhadores da região do ABCD paulista iniciaram um grande movimento de paralisação. As experiências de luta pela questão salarial, contra a inflação, a favor da democracia, e até mesmo os atos de repressão enfrentados, permitiam que o líder sindical tivesse a vivência necessária para falar aos trabalhadores pernambucanos. Seu discurso no local onde os professores estavam

---

<sup>567</sup> Bispo apoia professores, *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 de junho de 1979. Ed, 00158, p.8. (BNDigital).

realizando o ato de vigília, pode ser considerado um dos momentos mais intensos da greve dos professores.

A greve é a arma mais séria da classe trabalhadora: Ninguém pense que vamos mudar a regra do jogo com seis, dez dias de paralisação. Temos que fazer muito mais. Entretanto, é importante que todos compreendam que quando se entra na briga é pra se molhar. Se vocês voltarem a trabalhar de cabeça baixa, jamais terão condições de levantá-la.<sup>568</sup>

A fala de Lula se deu no dia 13 de junho, naquele momento completavam-se seis dias que os professores estavam em frente à Secretaria, esperando que o governador se mostrasse aberto ao diálogo. Imaginamos que todo o cansaço enfrentado pelos professores, tornava aquelas palavras de ânimo muito oportunas. Foi nessa direção que o líder sindical foi enfático ao dizer que permanecessem na luta. Seguiu afirmando:

Peço que não amoleçam. O governo, até por uma questão de vergonha não vem aqui ouvir as verdades que os professores têm a dizer. (...) Vocês precisam engrossar o movimento. Todos tem que entrar na briga.<sup>569</sup>

Apesar do desgaste enfrentado, a fala do líder sindical de São Paulo conseguiu dar um ânimo aos professores fazendo inclusive com que o Comando de Greve tomasse mais fôlego, afirmando que prazos e leis não colocariam fim ao movimento salarial. “Temos que mobilizar os piquetes”<sup>570</sup> afirmavam.

A frente da Secretaria de Educação ocupada pelos professores, foi o cenário de uma série de reuniões, de manifestações de apoio e protagonismos de luta. Podemos dizer que o local foi símbolo da “queda de braço” entre professores e governador. De um lado os professores persistindo no movimento grevista, de outro o governador se negando a negociar enquanto a greve não acabasse. Nos jornais, alguns colunistas de linha mais conservadora, afirmavam que os professores estavam “forçando a barra” e que fora do *diálogo*, não havia *salvação*”.<sup>571</sup> Referindo-se às muitas vezes em que o governador manifestou seu posicionamento.<sup>572</sup> Como se a realização de greve fosse algo que ocorria porque os professores não sabiam dialogar, quando isso era o que mais se fazia, porém sem que alcançassem respostas satisfatórias.

---

<sup>568</sup> Lula vai à vigília e apoia professores. *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 de junho de 1979, Ed, 00159, p. 1. (BNDigital).

<sup>569</sup> Ibid, p. 5

<sup>570</sup> Ibid.

<sup>571</sup> *Diário da Manhã*, Recife, 5 de julho de 1979, p. 4. (Acervo digital da CEPE). A coluna assinada por Adige Maranhão trazia sempre um pensamento de oposição à realização da greve e colocava sempre os professores.

<sup>572</sup> Em 15 de junho, Marco Maciel havia divulgado que o governo não consideraria nenhuma solução enquanto os professores estivessem em greve. *Diário da Manhã*, 15 de junho de 1979, p. 1. (Acervo digital da CEPE).

Havia uma atmosfera de pressões além de vários momentos de tensão nos quais acreditamos que tiveram que lidar com incertezas, desafios e expectativas de que em algum momento a situação pudesse ser resolvida. Após 36 dias de resistência do movimento grevista, de ações do Comando de Greve na busca de convencer escolas a fecharem, em assembleia realizada em 4 de julho, os professores decidiram retornar às atividades. Isso ocorreu tanto em função do desgaste e das tentativas de manter o movimento, como em função do projeto assinado pelo governador no qual haveria um índice maior de reajuste para as faixas salariais menores.

Nesse projeto, professores primários receberiam um reajuste de 60% e demais servidores públicos receberiam um reajuste de 52%. Diante do término da greve, não faltaram comentários afirmando que os professores, após vários episódios em que a *emoção superou a razão*, recuperaram o bom senso. “*Hoje, as calçadas da Secretaria perderam o aspecto fúnebre de necrotério: foi o bom-senso que ressuscitou*”.<sup>573</sup> Não foi a primeira ocasião em que a greve dos professores foi tratada como sendo falta de bom senso, como algo sem sentido. Também apresentava que os professores reassumissem a *condição de educadores*.<sup>574</sup> Enquanto os professores durante todo o movimento grevista se afirmaram como trabalhadores lutando por melhores condições salariais e educacionais, foi comum serem apresentados como *mestres e educadores* que se distanciavam de suas funções.

Diante da decisão de término da greve, a fala do governador do estado também colocou os professores como aqueles que transgrediam as leis, bem como afirmava o Governo como sendo democrático e preocupado com o estabelecimento da ordem:

*Inicialmente quero dizer que agora o diálogo está reiniciado. Disse reiteradas vezes que tão logo cessasse a paralisação das atividades eu reiniciaria o diálogo, mesmo porque entendo que este é um dos compromissos do Governo, isto é, o de promover o desenvolvimento com a participação de todos. Naturalmente o regime democrático é aquele que se apoia, como já afirmei muitas vezes, sob o império da lei e eu só podia dialogar com a cessação da paralisação das atividades. (...) Gostaria de dizer que os mestres farão uma reposição das aulas não lecionadas, e de nossa parte não adotamos nenhuma medida restritiva pelas aulas que deixaram de ser dadas. Não haverá portanto nenhuma restrição ou punição ao professorado*<sup>575</sup>

---

<sup>573</sup> Governador disposto a retomar diálogo. *Diário de Pernambuco*, Recife, 6 de julho de 1979. Ed. 00180, p. 9. (BNDigital).

<sup>574</sup> Ibid.

<sup>575</sup> *Diário de Pernambuco*, 6 de julho, de 1979. Ed. 00180, p. 9. (BNDigital).

Ao falar sobre as punições, referia-se especificamente às demissões em massa. Garantiu que estas não aconteceriam. Ao suspenderem a greve, os professores também apresentaram que fariam a complementação da carga horária, pois não queriam prejudicar os alunos. Desde o início do movimento, sempre ressaltaram o fato de que a luta dos professores era de toda comunidade escolar e que não havia intenção de prejudicar o alunado.

É preciso mencionar que o encerramento da greve foi apresentado na reunião que ocorreu dia 4 de julho como uma suspensão por 90 dias. Assim, a partir da forma como os acordos ou negociações se processassem, poderia existir novos momentos de paralisação. As tensões não estavam finalizadas.

A suspensão da paralisação também ocorreu com o propósito de promover uma reorganização do movimento. Os professores que faziam parte do Comando de Greve decidiram transformar um grupo em uma Comissão Permanente de Reivindicação, assim como formar uma chapa responsável pela disputa das eleições da APENOPE.<sup>576</sup>

Apesar do resultado da greve de 1979 não ter atendido às expectativas dos grevistas, ela serviu colocar em evidência personagens que tiveram grande protagonismo na luta pelo magistério.

No capítulo que segue, faremos uma discussão sobre o processo de eleições para a direção da APENOPE, e o que representou para a construção de um novo associativismo.

---

<sup>576</sup> Mestres suspendem por 90 dias movimento grevista. *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 de julho de 1979. Ed. 00179, p. 1. (BNDigital)

## 6 AS ELEIÇÕES DA APENOPE

*Mesmo com todas estas repressões, continuamos caminhando. A certeza da necessidade dos trabalhadores do ensino, nos leva sempre adiante.*

APENOPE

Desde a deflagração da greve 1979, havia expectativa quanto ao processo de eleições para direção da APENOPE. Diante da realidade de maior participação social e mobilização do magistério, surgiram protagonistas dispostos a assumir a direção da entidade, sobretudo pelo fato de que a greve revelou como estava sendo administrada por grupo que era claramente favorável à ditadura e visto como imobilista por muitos professores.

Desde a assembleia na qual foi tomada a decisão da greve, o presidente da APENOPE era apresentado como: “um farsante”, um “pelego”, que vinha sendo “presidente perpétuo da Apenope”, e assumindo “posturas passivas perante o governo”.<sup>577</sup> Em meio aos professores da rede básica de ensino, a partir dos engajamentos para realização da greve e das atividades organizadas pelo Comando Geral, começaram a pensar na formação de uma chapa disposta a assumir a direção da entidade e conduzi-la de forma diferente da que vinha sendo feita há oito anos por Leônidas Fernandes de Lima. Queriam ver suas reivindicações sendo conduzidas pela Apenope. Os seguintes nomes se destacam nesse processo: “Geraldo Pinho, Matilde de Oliveira, Admilton Freitas, Paulo Rubens Santiago Ferreira, José Raimundo Oliva, João Guilherme Guimarães, Miguel Ferraz”<sup>578</sup>. Alguns destes, tiveram maior destaque, conforme veremos posteriormente.

Estes professores, denunciaram a forma como estava sendo organizado o próprio processo das eleições da entidade. Criticaram o fato de que a então diretoria da associação fez a divulgação da abertura para inscrição de chapas apenas no Diário Oficial. A crítica feita pelo CGG era que aquele veículo acabou não tendo o alcance necessário. Apenas terminado o prazo de inscrição das chapas foi que o edital foi divulgado nos jornais de grande circulação, juntamente com a informação de que apenas uma chapa havia sido inscrita para o pleito: a chapa

---

<sup>577</sup> Leônidas tachado de farsante. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de maio de 1979, Ed. 143, p. 7. (BNDigital).

<sup>578</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 de julho de 1979, Ed. 00179, p. 1. (BNDigital).

União, que tinha como presidente Leônidas.<sup>579</sup> Como resposta às críticas realizadas, o mesmo afirmou: “Não posso ser acusado pela inércia dos que sequer folheiam o Diário Oficial, que como se sabe é entregue diariamente nos colégios”<sup>580</sup>. Também aproveitou a oportunidade para se defender das acusações que vinham sendo constantemente realizadas a ele:

Quando me acusam de peleguismo, devo dizer que se peleguismo é acionar a SEC na Justiça do Trabalho em dezenas de casos... e defesa dos professores em inquéritos administrativos, se tudo isso é peleguismo, faço questão de assim ser tachado. Como vê, não me ofendo ao ser tachado de pelego por defender meus colegas professores. Jamais tranquei as portas da Apenope aos professores.<sup>581</sup>

Leônidas se mostrava convicto de que não houve problema a respeito da divulgação do edital das eleições. Apesar de apontar que não teve intenção de impedir inscrição de outras chapas no processo, cerca de 200 associados elaboram documento solicitando esclarecimentos quanto às eleições, bem como prestação de contas dos 3 últimos anos da sua gestão com base no que previa o Estatuto da Associação. Também solicitavam a suspensão das eleições que estavam marcadas para o dia 18 de junho até que ocorresse a apuração de tudo que estava sendo questionado.<sup>582</sup>

Algo que foi pontualmente criticado, foi o fato de Leônidas manter em sua chapa, o professor Benedito Isídio de Moraes que possuía cargo junto ao governo do estado como chefe de sessão de expediente e arquivo da Secretaria de Negócios do Estado. A ocupação daquele cargo feria o estatuto da associação que determinava que qualquer membro da diretoria que assumisse cargo de confiança em governo estadual ou municipal de Recife, deveria ser afastado da associação. O senhor Benedito de Moraes, com quem tivemos oportunidade de conversar, nos oferece as seguintes memórias sobre este episódio: “*Na época saiu uma matéria paga contra mim, porque eu era professor do estado e trabalhava no gabinete do secretário. E lá eu tinha uma gratificação. Aí saiu uma matéria dizendo: “Devassa na Apenope”, porque eu era professor do estado*”.<sup>583</sup> O entrevistado se refere à matéria publicada 3 de Junho do Diário de Pernambuco, que tinha como título: “Professores querem devassa na Apenope”. Devassa é um termo jurídico que indica a necessidade de fazer uma apuração minuciosa sobre uma

---

<sup>579</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 de junho de 1979. Ed, 00147, p. 8. (BNDigital).

<sup>580</sup> Diretor da APENOPE refuta acusações, *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 de junho de 1979. Ed. 00148, p. 28. (BNDigital).

<sup>581</sup> *Ibid.*

<sup>582</sup> *Ibid.*

<sup>583</sup> Entrevista com Benedito Isídio de Moraes, 21 de junho de 2011. Fez parte da direção da APENOPE, durante a gestão de Leônidas Fernandes de Lima. Na chapa que concorria à direção da APENOPE para o período de 1979-1982, iria assumir o cargo de diretor social cultural.

determinada questão. Essa solicitação do Comando de Greve teria tido, inclusive, certo impacto no presidente da associação. Referindo-se a Leônidas, o senhor Benedito continua sua fala apresentando que diante de todas os conflitos daquele momento:

*... O professor caiu em depressão e na época eu ia todo dia na casa dele, chegava de nove da manhã e saía seis da tarde dando assistência a ele. Eu fui o único que ficou dando assistência a Leônidas Fernandes de Lima. Leônidas quando pegou a Apenope, tinha uma média de uns trezentos associados. Deixou com três mil e quinhentos.<sup>584</sup>*

Tentando esclarecer o porquê das críticas realizadas à gestão de Leônidas, disse que: “Eles achavam que a gente era muito ligado ao governo. Eles combatiam muito isso. A gente não era ligado ao governo. A gente não tinha essa estrutura de brigar com o governo. Era um órgão na época com trezentos e poucos associados”.<sup>585</sup> A fala de Benedito, reforça a ideia de que, de fato, a APENOPE não possuía uma atuação mais efetiva. Contudo, apontar que isso se dava devido à pouca quantidade de associados é algo questionável, pois possivelmente se sentiam desconfortáveis em assim fazer, uma vez que o governo ofereceu ao longo da trajetória da entidade muitas benesses, como vimos em capítulos anteriores. Lembremos que o próprio prédio onde a entidade começou a funcionar era pago pela Secretaria de Educação. Desde o primeiro estatuto estava expresso que a função da entidade era “colaborar com o governo”. Embora se empenhassem no sentido de encaminhamento de várias solicitações, o novo cenário social estimulou nos professores a necessidade de um protagonismo diferente.

Desse modo, as pressões que partiram de membros do Comando Geral de Greve, bem como de uma parcela de associados, fizeram com que fosse dado novo prazo para inscrições no processo das eleições, as quais se dariam no período de 17 a 22 de julho de 1979, conforme novas orientações do edital. Diante de todos esses conflitos, Leônidas se afastou no processo das eleições, ou podemos dizer que passou a atuar nos bastidores, considerando que passou a apoiar um grupo de professores que almejava a direção da entidade.

## 6.1 DISPUTAS

Duas chapas estavam concorrendo. De um lado a chapa *Construção*, que tinha como diretor-presidente Paulo Rubem Santiago e como vice Hércio de Matos.<sup>586</sup> De outro, a chapa

<sup>584</sup> Entrevista com Benedito Isídio de Moraes, 21 de junho de 2011.

<sup>585</sup> Entrevista com Benedito Isídio de Moraes, 21 de junho de 2011.

<sup>586</sup> Os demais membros da chapa eram: diretor de secretaria: Geraldo Pinho e vice Wilson Santana; diretor de tesouraria Aldemir Laércio e vice Matilde de Oliveira; diretor cultural Raimundo Oliva e vice Ida Korossy.

*União e Renovação*,<sup>587</sup> a qual apresentava como diretor, Paulo Alves dos Santos e como vice, Gilson Jeferson Oliveira de Moraes.<sup>588</sup>

Com relação às propostas, ambos se colocavam a favor dos interesses de questões mais específicas ligadas à realidade educacional: salários, condições escolares. A chapa Construção, pensava na realidade econômica do país e as dificuldades que se apresentavam para todos os trabalhadores. Quanto à chapa União e Renovação, afirmava o interesse em restaurar o *prestígio da classe* dos professores, acreditavam que este havia sido prejudicado pelo “movimento deflagrado precipitadamente, mal orientado e mal conduzido”.<sup>589</sup> Estas palavras foram notoriamente dirigidas aos membros da chapa adversária, considerando que a grande maioria deles estava à frente do movimento grevista.<sup>590</sup> No quadro abaixo, vamos apresentar o plano de lutas de cada uma das chapas:

**Quadro 5** - Propostas apresentadas pelas chapas concorrentes

PROPOSTAS DAS CHAPAS	
CONSTRUÇÃO	UNIÃO E RENOVAÇÃO
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reajuste trimestral</li> <li>2. Piso salarial de 7 mil cruzeiros, equivalente a 1 expediente.</li> <li>3. “Pagamento da diferença relativa ao custo de vida e os salários dos últimos anos”</li> <li>4. Cumprimento de toda legislação trabalhista que beneficie o professorado.</li> <li>5. Congelamento do preço dos gêneros de primeira necessidade.</li> <li>6. Concurso para ingresso no magistério</li> <li>7. Aposentadoria aos 25 anos</li> <li>8. Regulamentação da profissão e criação de Conselho Nacional dos Professores.</li> <li>9. Direito de greve</li> <li>10. Sindicatos e associações livres e independentes.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Luta pela união da classe</li> <li>2. Luta pela dignidade do magistério</li> <li>3. Pelo pagamento justo da remuneração</li> <li>4. Luta pela renovação da Apenope.</li> </ol>

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de informações do *Diário de Pernambuco*

Observamos que a primeira chapa tinha uma plataforma de lutas muito mais abrangente, não apenas no que se refere à quantidade de ações que pretendia desenvolver, mas à extensão dessas ações. Suas pretensões ultrapassavam as questões corporativas, quando apontam a

<sup>587</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de julho de 1979. Ed. 00197, p. 3. (BNDigital).

<sup>588</sup> *Ibid*, p. 3

<sup>589</sup> Mestres escolhem hoje dirigente da Associação. *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 de julho de 1979, Ed. 00202 p.8. (BNDigital)

<sup>590</sup> Havia também entre os membros da chapa União e Renovação, professores que tinham feito parte do Comando de Greve, mas que haviam se afastado por não concordar com a forma como o movimento estava sendo conduzido.

questão do custo de vida e questões relativas à inflação. Também sinalizam uma crítica à estrutura sindical.<sup>591</sup> A chapa Construção estava muito mais alinhada com os anseios de uma sociedade que vinha apresentando um protagonismo ligado à melhoria de vida e às necessidades de mudanças na conjuntura política.

A figura de Paulo Rubem Santiago se destacou durante todo o movimento grevista. Ganhou visibilidade justamente por participar ativamente no comando de Greve. Diferente de outros representantes de associações que construíram sua trajetória a partir de vínculos e atividades ligadas ao governo, Paulo Rubem surgiu das bases e consolidou esta imagem no cotidiano das lutas pelos professores e pela educação. Em função de tudo que foi vivenciado durante e até mesmo antes do movimento grevista acontecer, ele estava confiante da vitória nas eleições pois, conforme declarava o Comando Geral de Greve:

o reencontro da categoria há tantos anos calada e perdida, a mobilização por salário e condições dignas de educação, o início da conquista de nossa associação de classe (Apenope), a discussão com a população, dos problemas dos professores, que são os mesmos de todos os trabalhadores, a discussão da educação com os pais, mães, alunos, nos mostra que a luta apenas começou. (...) A vitória inicial do aumento a ser conseguido, é apenas o primeiro passo de nossa luta. Nossa categoria levantou a cabeça e vai adiante. Nesses três meses derrotamos uma ilegalidade que desconhece a legitimidade. Derrotamos uma imposição de prazos que nos ameaçava de demissões e punições. Vencemos a cegueira dos falsos representantes do professorado e estamos a beira de novas eleições democráticas para a Apenope. Tudo fruto da nossa união e capacidade de luta, há tempos esquecidos e adormecidos.<sup>592</sup>

É notório o entusiasmo ligado à vitória da chapa Construção, assim como a confiança de que novos tempos se desenhavam quanto aos rumos da associação. Neste texto elaborado pelos membros do CGG, notemos a forma como representam os professores, apresentando-os como sendo antes *calados e perdidos*. Os adjetivos empregados apontavam para a construção de uma nova imagem ligada ao professorado, o que faz com que reforçemos uma ideia central deste trabalho, de que não só experiências foram responsáveis pela construção da imagem do professor como trabalhador, mas também a força dos discursos.

Diante de uma realidade social de expectativas, a chapa vitoriosa no pleito, foi a chapa Construção. O resultado das eleições expressou os desejos de mudança para Associação. A

---

<sup>591</sup> Embora a APENOPE fosse uma associação, era percebida pelo grupo como tendo um caráter sindical. O que explica também a preocupação com a realidade de intervenções vivenciadas pelos sindicatos naquele contexto.

<sup>592</sup> Comando Geral de Greve: professores vão adiante. Acervo pessoal de Lucy Pinheiro. Grifo nosso.

chapa venceu com um total de 910 votos, enquanto a União e Renovação, obteve apenas 173 votos.

Apesar de aparentemente ter sido cumprido todo o protocolo previsto no edital, o resultado das eleições foi questionado por um professor chamado Admilson Freire, que inclusive teve uma trajetória dentro do próprio Comando de Greve. Contudo, ele não fazia parte de nenhuma das chapas. Como membro da Associação, levantou a possibilidade de que a eleição fosse anulada, afirmando que contou com votos de professores que não faziam parte da rede estadual de ensino e que, portanto, não tinham direito ao voto. Se o recurso não fosse aceito pela APENOPE, recorreria à justiça. Outro ponto questionado, foi o fato de que os professores Paulo Rubem Santiago, então presidente eleito e a professora Matilde, vice-diretora de finanças, não tinham ainda o tempo de dois anos como professores da rede oficial, algo que era pré-requisito.

Chama-nos atenção o fato de que a eleição não foi questionada pelos membros da chapa concorrente. Aliás, Paulo Alves, que estava como líder da chapa União e Renovação, afirmou em declarações à imprensa local que a eleição ocorreu dentro de todas as normas estatutárias. Acreditamos que o professor possa ter concorrido no lugar de Leônidas, mas que efetivamente não tinha grande interesse em assumir a Associação.<sup>593</sup>

Apesar dos pequenos entraves, o resultado da eleição foi muito comemorado.<sup>594</sup> Entretanto, não demorou muito tempo para que as questões retornassem. O processo acabou sendo levado à Justiça pernambucana. As acusações eram basicamente ligadas ao fato de Paulo Rubem não preencher requisitos indispensáveis para preencher o cargo, como não ter o tempo de serviço necessário como professor do estado e ter participado de no mínimo 4 sessões de reuniões da Associação no período anterior às eleições, conforme previa a regulamentação eleitoral da APENOPE.<sup>595</sup> Em resposta às acusações, a nova diretoria apresentava que as críticas eram infundadas e que reconheciam *direito de espernear* daqueles que haviam sido afastados da entidade. De maneira mais enfática, fizeram a seguinte defesa: “o estatuto da Apenope é montado em causa própria, beneficiando apenas aqueles da diretoria passada, que por força dos citados artigos, seriam os únicos com condições de eleição para a Associação.

---

<sup>593</sup> Santiago vence pleito da APENOPE, *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de julho de 1979. Ed. 00204, p. 4. (BNDigital).

<sup>594</sup> Ibid.

<sup>595</sup> Pedida anulação do pleito da APENOPE, *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de setembro de 1979. Ed. 00246, p. 12. (BNDigital).

Belo processo de participação eleitoral”.<sup>596</sup> O estatuto da associação era um dos principais argumentos para que a eleição fosse desconsiderada.

Os professores que entraram na justiça para questionar o resultado da eleição, alegavam que haviam se afastado do Comando por perceberem interesses políticos, pois teriam apoiado comícios com interesses partidários.<sup>597</sup> Ainda ressaltavam que a comissão eleitoral que conduziu o processo das eleições foi tendenciosa, pois desconsiderou as orientações estatutárias.<sup>598</sup> Embora estivessem havendo muitas pressões para que a nova diretoria fosse afastada, ela permaneceu com sua atuação durante certo tempo sem alterações na sua composição.<sup>599</sup>

## 6.2 A NOVA DIREÇÃO

Enquanto esses questionamentos seguiam sendo avaliados, o grupo de professores que assumiu a entidade representava um novo momento para a mesma. Foi o fim da “era Leônidas”. A APENOPE passou a ter uma outra fisionomia, bem como a ser percebida com outros olhos pelas autoridades daquele contexto. Após a conquista da direção da entidade, Paulo Rubem nos conta algumas ações iniciais da nova diretoria:

*(...) então a gente ganha a eleição e começa um trabalho de mobilização pela base. Eu assumi em agosto de 1979 e nós começamos um trabalho de estruturar a Associação. E uma das primeiras decisões foi que nós vendemos um automóvel que era propriedade da Associação. Era um veículo Brasília, que era utilizado pelo presidente com a cota de gasolina. E com os recursos nós compramos uma gráfica de mesa, instalada dentro da sede da Associação. (...) E aí começamos esse trabalho de levantamento dos direitos dos professores na LDB, contratos, decretos, e publicamos um boletim intitulado Boletim Trabalhista. Identificamos que na Secretaria de Educação, barreira para toda e qualquer reivindicação de professores era o Secretário de Assuntos Jurídicos, Edgar Matos. Ele era o terror dos professores. Ele que dava parecer contrário à ação de qualquer direito dos professores. E nós então decidimos focar na identificação desses direitos:*

---

<sup>596</sup> APENOPE reconhece o direito de esperar. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 de setembro de 1979. Ed. 00247, p. 7. (BNDigital).

<sup>597</sup> Essa crítica deve ter sido feita em função do grande ajuntamento feito no contexto da greve tendo a participação do então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva.

<sup>598</sup> Professores exigem anulação de pleito. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 de setembro Ed. 00251, p. 9. (BNDigital).

<sup>599</sup> Em dezembro de 1979, a nova diretoria estava marcando assembleia para que houvesse prestação de contas da diretoria anterior e para que fosse apresentado aos associados todas as ações que vinham sendo desenvolvidas, além de informes gerais. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 de dezembro de 1979, Ed. 00336, p. 26. (BNDigital).

*pagamento por qualificação de acordo com o artigo 39 da antiga LDB, 5.692/71.<sup>600</sup>*

Conforme apresentamos na primeira parte deste estudo, o veículo de comunicação utilizado pela APENOPE nas gestões anteriores, chamava-se APENOPE em Notícia, geralmente produzido bimestralmente ou trimestralmente. A partir da nova diretoria, optaram inicialmente pela produção de um Boletim, contendo informações mais pontuais e com caráter de denúncia de leis e decretos não cumpridos pelo estado. O novo material em sua primeira edição, possuía um título que expressava bem a identidade que passou a ser construída pelos militantes e agora dirigentes da associação, pois recebeu o título de “Boletim Trabalhista”, promovendo direta e indiretamente co-relação do professor como sendo parte da classe trabalhadora.

Devido ao título dado ao Boletim, Paulo Rubem nos conta que isso chamou a atenção dos órgãos governamentais:

*Esse Boletim Trabalhista ensejou uma especulação por parte de pessoas do governo do estado, que nós tínhamos algum vínculo com o PTB<sup>601</sup>, porque a gente colocou o nome “Boletim Trabalhista”. Mas era dos direitos do trabalho. E esse Boletim causou uma dor de cabeça muito grande com o assessor jurídico da Secretaria Edgar Matos. Porque a gente deu nome aos bois. A gente disse: o principal responsável pela negativa dos direitos chama-se o sr. Edgar Matos, que assina os pareceres jurídicos contra os direitos dos professores.<sup>602</sup>*

Lançado no mês de outubro de 1979, intencionava promover a conscientização do magistério a respeito da necessidade de engajamentos ligados aos seus direitos, bem como assumia claramente um perfil de denúncia que fez com que a APENOPE passasse a ficar sob uma tensão maior. Em relatórios dos Serviço Nacional de Informação, ao se referirem à greve de 79, apresentam que havia a predominância de “elementos de esquerda”. Sobre a APENOPE, diz que ela foi “tomada por elementos de esquerda, encabeçados por Paulo Rubem Santiago”<sup>603</sup> e que este fazia parte do grupo do professorado “radical” do estado de Pernambuco. Essas imagens foram sendo construídas tanto durante o contexto da greve, como a partir das primeiras

---

<sup>600</sup> Entrevista com Paulo Rubem Santiago, 8 de julho de 2021.

<sup>601</sup> No Governo do general João Figueiredo o sistema político do bipartidarismo implantado em 1965 a partir do AI n°2 foi extinto. Essa abertura teria sido uma estratégia para enfraquecer a oposição, considerando que o MDB vinha apresentando um fortalecimento no Congresso Nacional e nas Assembleias estaduais. A Nova Lei Orgânica dos Partido Políticos (N° 6767.de 20 de dezembro de 1979). O Partido Trabalhista Brasileiro, criado durante o período Vargas, ressurgiu nesse novo cenário. Conf. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1985). Petrópolis: Vozes, 1985, p. 269.

<sup>602</sup> Entrevista Paulo Rubem Santiago, 8 de julho de 2021.

<sup>603</sup> SIAN. Fundo SNI, referência do documento: 80000784, novembro de 1979.

ações da APENOPE com a nova diretoria. O Boletim Trabalhista, possivelmente foi um elemento que levantou preocupações.

O conteúdo apresentava “os principais artigos, decretos e leis referentes à melhoria salarial e à melhoria nas condições de trabalho do professorado”.<sup>604</sup> Teve uma grande extensão em número de páginas, justamente pela quantidade de assuntos abordados. O sumário do documento indicava os seguintes temas: “O professor de 1ª a 4ª série (Antigo Primário); O professor Estagiário; O Professor de nível superior (Licenciatura Curta e Plena); Lei 5692/71 Diretrizes e Bases; Decretos Federais 71.244/71, 71.633/73 e 63.322/70; lei 5008/64; Lei 6656/73 e Lei 6123/63.”<sup>605</sup>

*(...) saímos distribuindo nas escolas. Quando o pessoal do interior pedia, a gente mandava pelo correio. Pra ir esclarecendo por que não se cumpre, por que não se paga os direitos do professor. Professora primária que tinha titulação, por que não recebia pela titulação? Foi a nossa briga no governo Marco Maciel: sobre o cumprimento da LDB, o decreto 67322, e outras e outras questões que o estado não cumpria e a gente foi empurrando tudo pra dentro do Boletim.*<sup>606</sup>

Na sua trajetória anterior, apesar de haver o questionamento à realidade social dos professores, as críticas não eram tão intensas. Além disso, boa parte dos parlamentares que buscavam oferecer algum apoio aos professores, faziam parte do partido que representava a ditadura, a ARENA. Vários discursos de deputados arenistas eram apresentados no periódico da Associação, ficando claro que a APENOPE não era motivo de preocupações. O Boletim Trabalhista a partir do seu título e conteúdo, chamou a atenção pelo seu tom de denúncia.

Uma reflexão devemos fazer quanto a este material. Embora tivesse uma extensão política, não se pode afirmar que aquela produção especificamente se enquadrava dentro do que poderíamos chamar de uma “imprensa sindical”, considerando elementos como: a periodicidade do material, pois o Boletim Trabalhista contou com uma única edição; o fato de não ter uma exclusividade das informações, posto que muitos conteúdos apresentados no Boletim foram divulgados em jornais da grande imprensa. Esses elementos citados são característicos da forma como se configurou a imprensa sindical durante o período do “novo sindicalismo”. Contudo, a APENOPE se dedicou à construção de Boletins Informativos. Nesses boletins, fica muito mais claro um conteúdo que vai além das pautas corporativas,

---

<sup>604</sup> APENOPE divulga decretos sobre melhoria salarial. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 de outubro de 1979. Ed. 00288, p. 28. (BNDigital).

<sup>605</sup> Ibid.

<sup>606</sup> Entrevista a Paulo Rubem Santiago, 8 de julho de 2021.

identificando-se uma perspectiva ideológica propriamente dita em seu texto.<sup>607</sup> Esta podia ser percebida através da crítica à política autoritária: tratavam sobre a “*situação econômica e social do país*”, apontavam que os quadros da “*saúde e da educação eram dos mais negros*”, informavam dados ligados aos processos inflacionários e das defasagens ligadas ao salário mínimo lançando críticas à questão da dívida externa, afirmando que a mesma era fruto de “*um planejamento econômico errado que tem privilegiado os interesses econômicos desenvolvimentistas de grandes grupos nacionais e multinacionais (...)*”.<sup>608</sup>

Os Boletins Informativos faziam críticas às autoridades nacionais e locais, que neste último caso era o secretário de Educação, Joel de Holanda. Questionavam o discurso de valorização da Educação constantemente promovido:

tenta propagandar o seu Plano de Valorização do Magistério. Mas o que vem a ser esta qualidade do ensino? Será que há realmente preocupação? Na medida em que a grande maioria da população em Recife e em todo o estado, recebe salários irrisórios, na medida em que as condições de vida se deterioram dia após dia, o que pode ser constatado nos bairros periféricos do Recife, vendo ainda a vergonhosa desvalorização dos salários dos professores, que anualmente recebem reajustes inferiores ao custo de vida, fica difícil acreditar na preocupação do governo para com a qualidade do ensino.<sup>609</sup>

As atividades do campo da Educação que foram desenvolvidas no governo Marco Maciel, eram geralmente apresentadas em relatórios anuais.<sup>610</sup> Nos relatórios constavam todos os projetos implantados e os investimentos direcionados para cada nível de ensino. Em alguns trechos de um relatório produzido em 1979, identificamos pontos apresentando que o planejamento educacional ocorria de “forma participativa” e que levava em consideração os diversos níveis de decisão, tais como “professores, pais de alunos e segmentos da comunidade”,<sup>611</sup> tendo como objetivo a qualidade do ensino. A APENOPE apontou uma realidade distante daquilo que era apresentado nos documentos oficiais.

---

<sup>607</sup> Sobre a configuração da imprensa sindical no período da redemocratização, ela contou com algumas características muito vinculadas à singularidade do próprio período e à necessidade do máximo de interação entre as entidades representativas e suas bases. Desse modo, alguns estudos trazem características específicas ligadas a esta imprensa. Tais como “prática dialógica inerente à comunicação, que se propõe participativa e transformadora, multiplicidade de meios utilizados para comunicação, (...) desenvolvimento de uma imprensa diária e com ela um novo estilo e uma linguagem própria para se comunicar” (VERDELHO, 1986, Apud, MIANI, 2010 p.144). Com. MIANI, Rozinaldo Antonio. Imprensa sindical: conquistas impasses e desafios no contexto da disputa pela hegemonia. IV SIMPÓSIO DE LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, ISSN: 2177-9503, 2010, Londrina, UEL.

<sup>608</sup> Boletim Informativo. Editorial: A crise econômica e a educação brasileira. Agosto, 1981. Acervo de Lucy M. Pinheiro.

<sup>609</sup> Boletim Informativo, Editorial: A crise econômica e a educação brasileira. Agosto, 1981. Acervo de Lucy M. Pinheiro.

<sup>610</sup> Podem ser encontrados no acervo da Biblioteca do estado de Pernambuco, localizada no Parque 13 de maio.

<sup>611</sup> Relatório: Educação, 1979. Biblioteca do Estado de Pernambuco. Referência: PE352 (813.4) P452e.

Nos Boletins Informativos, convocavam-se os trabalhadores a relacionarem suas lutas ao contexto social mais geral. Apresentavam da seguinte forma: “As saídas para a mudança da situação educacional estão na capacidade dos *trabalhadores* de enfrentarem e exigirem suas reivindicações sociais e econômicas. A educação não está fora da sociedade e de seus problemas”.<sup>612</sup> Novamente os professores são apresentados como *trabalhadores* inseridos num universo social de demandas que inspiravam engajamentos para além das necessidades do mundo escolar.

As tensões sociais possibilitavam o fortalecimento de perspectivas ideológicas que conduziam não só a um modo de atuação, mas a um modo de pensar a sociedade. Nesses Boletins, é possível identificarmos muito claramente esta inclinação a partir da apresentação de textos como o de Darcy Ribeiro cujo título era “Somos ruins tanto em Educação como em democracia”<sup>613</sup>, o qual questiona a ideia que se tinha de Educação, de democracia e de liberdade. Encontramos textos de Moacir Gadoti tendo como título “Por um novo projeto de Educação”, no qual trata sobre o que chama de “mobralização”<sup>614</sup> do ensino”, bem como a necessidade de uma outra política educacional. Texto pontual ao afirmar: “A educação burguesa implantada pelo regime militar se caracteriza hoje pelo descaso com a educação política das massas, pelas pressões e intimidades exercida sobre o movimento de massa dos professores”.<sup>615</sup> Denunciando a realidade educacional e a necessidade de um protagonismo que contribuísse com uma mudança. Também apresentavam textos de Demerval Saviani, apontando as incoerências de colocarem o Mobral, projeto de alfabetização organizado em contraposição ao método Paulo Freire, como um projeto técnico e não político. Pontuava que “não existe educação neutra e que toda educação cumpre um papel político”.<sup>616</sup>

Trazendo críticas ao cerceamento das liberdades educacionais, o Boletim expunha as possíveis intimidações existentes no interior das escolas, no intuito de que os professores não participassem de determinados movimentos, pois faziam com que fossem percebidos como subversivos e os colocava na mira da vigilância. Em um dos textos referentes ao Dia do Professor, ao invés de fazerem como a gestão anterior que realizava festas juntamente com outros órgãos de classe, sinalizavam que era um dia para luta e enfatizavam pontos ligados a

---

<sup>612</sup> Boletim Informativo. Editorial: A crise econômica e a educação brasileira. Agosto, 1981. Acervo de Lucy M. Pinheiro.

<sup>613</sup> Boletim Informativo, outubro de 1981. Acervo de Lucy M. Pinheiro.

<sup>614</sup> O termo “mobralização” refere-se ao Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) criado pelo governo militar em 1970, visando diminuir os índices de analfabetismo do país.

<sup>615</sup> Boletim Informativo, outubro de 1981, p.3. Acervo de Lucy M. Pinheiro.

<sup>616</sup> Ibid, p. 4

realidade social do magistério: “quando nos voltamos insatisfeitos contra essa situação, logo surgem os “conselhos de amigo”, as ameaças de diretores e outras coisas mais para que desistamos da ideia que temos que é a conquista de um salário justo, mais verbas para a educação e uma educação libertadora”.<sup>617</sup> É perceptível que havia um entrelaçamento de suas pautas com necessidades sociais mais amplas. No que se refere ao termo ‘educação libertadora’, temos a expressão da relação com a corrente pedagógica de Paulo Freire, censurada intensamente a partir de 1964. Os Boletins informativos, traziam expressamente que a APENOPE contava com um repertório de referências intelectuais que reforçavam o seu compromisso com uma Educação diferente daquela que se tinha então. Atrelava suas lutas a toda agitação social que expressava suas demandas por um novo governo e sobretudo pela democracia.

### 6.3 O INTERIOR

Mas retomemos outro ponto específico da fala de Paulo Rubem que merece ser aqui explorado, que é quando se refere a busca por um estreitamento com as cidades do interior. Enviar o Boletim Trabalhista para cidades interioranas implicava no fortalecimento da entidade para além do Recife.

Geralmente faziam a escolha de alguma cidade interiorana de maior porte e assim buscavam mobilizar os professores das cidades circunvizinhas. Pouco tempo depois da nova diretoria ter assumido, começou a ser planejado um encontro na cidade de Arcoverde. Naquela cidade, passou a existir certa especulação de que o Encontro poderia ter outros interesses que não as questões mais precisamente corporativas, como se fosse uma espécie de difamação da APENOPE, desencorajando assim que os professores participassem. Diante daquela atmosfera, a diretoria divulgou uma nota de esclarecimento na qual fazia a seguinte defesa:

A Apenope como órgão de classe do ensino oficial, tem todo direito de promover reuniões, encontros, assembleias, debates, discussões, conforme determina a própria Constituição Federal. Além da participação em reuniões, o direito de associação é livre e também garantido na Constituição Federal. A Apenope tem todo direito de dar opiniões e mostrar sua versão dos fatos, das promessas, dos projetos e dos programas encostados pelo Governo Estado e pela Secretaria de Educação. O professorado deve sempre procurar seu órgão de classe para saber detalhes acerca de tudo que for relativo ao magistério da rede oficial.<sup>618</sup>

---

<sup>617</sup> Ibid, p. 1. Grifos nosso.

<sup>618</sup> APENOPE: nota de esclarecimento, Recife, 17 de dezembro de 1979. Acervo de Lucy Machado Pinheiro.

Direcionava seus argumentos ao magistério daquela cidade, na intenção de reforçar o direito de participação em ajuntamentos coletivos, bem como apontava a importância de que os professores não se deixassem intimidar por qualquer discurso, mas procurassem a entidade. Reforçavam ainda que o objetivo da associação era o de conscientizar os professores quanto aos seus direitos.<sup>619</sup> Houve por parte dos poderes públicos, certa resistência em apoiar o Encontro de Professores. De acordo com a direção da APENOPE, “prefeitos, deputados estaduais governistas, familiares do prefeito e o próprio governador”<sup>620</sup> estariam empenhados em impedir que o evento acontecesse. Todos os contratempos e pressões existentes, fizeram com que o evento que ocorreria em dezembro de 1979, apenas acontecesse no ano seguinte, entre os dias 28 e 29 de março de 1980 e ainda assim, graças ao intermédio de um dos professores daquela cidade, que conseguiu o apoio da igreja católica local, a qual cedeu o espaço no qual veio a ser realizado o encontro.

Paulo Rubem recorda que ocorreram:

*debates do ponto de vista econômico, do ponto de vista social (...) Esse encontro foi muito importante porque foi a forma de nós ampliarmos as bases da Associação para outros municípios de Pernambuco. Nós tínhamos bases muito importantes na cidade de Caruaru, no município de Arcoverde, no município de Salgueiro, tínhamos contato aqui na região metropolitana. Mas sempre numa pressão muito grande com o estado, numa disputa com o Centro de Professores de Pernambuco, que era uma entidade assistencialista, uma entidade que não tinha um perfil mais combativo, que organizava passeios excursões, festividades no dia do professor, solenidades com o governo do estado (...) era uma entidade que na época a gente dizia muito claramente: eram pelegos. Não estavam a frente da entidade para defender a categoria.<sup>621</sup>*

Uma vez que o encontro abordou questões de ordem social e econômica, entendemos por que houve certa resistência em que ocorresse naquele município. O entrelaçamento de questões de ordem política com as pautas corporativas e políticas educacionais foi algo que fez parte da linha de atuação da nova diretoria. Os ajuntamentos tinham um perfil de denúncia, de encorajamento ao enfretamento com o governo. Ações que nunca eram bem vistas.

A nova direção, carregada de vivências e protagonismos mais combativos, fez com que a entidade acabasse tendo uma nova visibilidade, sobretudo diante das questões que passou a mobilizar. Reforçava o fato de que existiam pessoas tentando construir uma imagem

---

<sup>619</sup> Ibid.

<sup>620</sup> APENOPE, *sd*, 1980.

<sup>621</sup> Entrevista com Paulo Rubem, 8 de julho de 2021. Grifo nosso.

equivocada da associação, descaracterizando os objetivos de defesa e conscientização de direitos”.<sup>622</sup>

As iniciativas ligadas ao processo de interiorização foram ocorrendo de forma muito significativa, pois durante o pouco tempo em que estavam à frente da associação, havia centrais regionais na capital e comissões em quase 30 cidades do interior. Possibilitando um número cada vez mais crescente de associados.<sup>623</sup> Se durante o processo de realização da greve, muitos professores haviam sido fichados pelo DOPS, com o processo de ampliação da entidade nas cidades do interior, isso fez com que ficasse cada vez mais na mira da observação por parte dos órgãos de vigilância.

O ano de 1980 foi de muita organização em termos de atividades que colocaram a APENOPE como uma entidade efetivamente envolvida com o mundo dos trabalhadores em educação e com as mudanças na conjuntura política do país. Após o encontro dos professores do interior, teve participação ativa em movimentos nacionais cujas temáticas foram amplas e ligadas a uma intensa crítica à conjuntura brasileira e ao regime militar.

#### 6.4 O I CONGRESSO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO

I Congresso Nacional dos Profissionais em Educação ocorreu em São Paulo de 14 a 17 do mês de julho de 1980.<sup>624</sup> Não se desvinculava de interesses mais gerais quanto aos rumos da política educacional brasileira, relacionando estas questões mais amplas com as dificuldades dos professores em seu cotidiano. A pauta de discussão do congresso era abrangente e intensa: liberdade democrática, melhores condições de vida, abaixo à ditadura, Assembleia Constituinte livre e soberana eleita pelo povo. Na ocasião do I CNPE, um dos pontos mais discutidos se referia à construção de uma nova entidade de representação nacional.

Quando apresentamos as trajetórias no associativismo Pernambucano, vimos que a entidade representativa de professores primários, o Centro dos Professores Primários de Pernambuco, teve importante participação no que concerne à formação de uma Confederação nacional de representação docente, que nasceu com a sigla de CPPP (Confederação dos Professores Primários do Brasil); representando inicialmente apenas professores primários, posto que eram maioria no cenário educacional brasileiro. Posteriormente com a Reforma do

---

<sup>622</sup> Ibid.

<sup>623</sup> A chapa Construção assumiu a Associação com um número de aproximadamente 2.800 associados. Em fevereiro de 1980 este número mudou para 3.350. Uma adesão de 550 professores em um curto período de tempo. Quantitativo que foi sendo crescente e expressivo.

<sup>624</sup> SIAN, fundo SNI, referência 81012852.

Ensino de 1971, ampliou o seu grupo de representação, abrangendo também os antigos níveis ginásial e colegial, ampliação que fez com que se tornasse CPB. Esta, embora tenha sido importante como órgão de representação nacional, tinha limitações pela forma como suas lideranças colocavam a docência como missão, e sobretudo por não se posicionar diante da realidade anti-democrática vivenciada pelo país. No I Congresso dos Profissionais da Educação, houve a proposta de construção de uma nova entidade nacional que pudesse ter um protagonismo que fosse mais condizente com a dinâmica que as associações vinham assumindo desde as greves de 78 e 79 que explodiram em todo o país.

Naquele momento a imagem que faziam da CPB era a seguinte:

A nível nacional, nunca tivemos uma entidade que fosse capaz de organizar e centralizar nossas lutas. A única entidade existente é a CPB- Confederação dos Professores do Brasil. Esta é uma entidade que sempre esteve ausente de nossas lutas. A CPB só apareceu no momento em que foi chamada para tentar quebrar as greves. Sua diretoria tem viajado diversos estados na tentativa de frear as mobilizações.<sup>625</sup>

A crítica à CPB acontecia de diversas formas. Algumas entidades apresentaram seus posicionamentos. A Apeoesp (Associação dos Professores do Estado de São Paulo), fazia uma crítica intensa à gestão da CPB. Muitos acreditavam ser necessária a criação de uma nova entidade, mas seu posicionamento não era unânime. Outras entidades consideravam ainda que a construção de uma nova entidade nacional era uma ideia prematura, uma vez que para isso as associações locais precisariam estar melhor organizadas. O Centro de Professores do Rio de Janeiro, por exemplo, defendia que construção de entidades paralelas poderia fazer com que o governo dominasse as que já existiam. Considerava que mais interessante era promover a democratização e renovação da CPB. Apesar das divergências de opiniões, ao final do Congresso predominou a proposta de construção de um novo órgão de representação, o qual seria chamado de UNTE: União Nacional dos Trabalhadores do Ensino, a qual teria como objetivo “lutar contra a estrutura sindical fascista existente no Brasil”.<sup>626</sup>

Nesse cenário de articulações com associações e entidades de todo o país, contava com representantes de cada estado. Pernambuco teve a participação de 23 delegados, sendo que Paulo Rubem Santiago fez parte da Comissão Executiva Nacional. Representava, portanto, a participação da própria Apenope num movimento que colocava, dentre muitas outras questões, a necessidade de reconhecimento dos professores como trabalhadores, de luta contra o regime

---

<sup>625</sup> Congresso Nacional de Profissionais de Educação, p. 4. SIAN, Fundo SNI, Referência. 80003792.

<sup>626</sup> Ibid, p. 5.

autoritário, defesa do direito de greve para o servidor público e a crítica à estrutura sindical. Alguns temas discutidos durante o evento, tais como: “a repressão ao movimento dos trabalhadores, intervenção política e econômica nas entidades, a utilização do aparato repressivo policial contra o movimento”<sup>627</sup>, indicam como os chamados “servidores públicos”, especificamente o setor educacional, passou a ter papel importante na luta pela democracia no Brasil, construindo espaços de discussão que contribuíam para o fortalecimento de uma identidade que os situava no âmago do mundo do trabalho.

Fruto da organização do Congresso, foi produzido um Boletim Nacional com o objetivo de divulgar os resultados do evento, apresentando quais seriam as lutas desenvolvidas ao longo dos meses seguintes, como estavam sendo as campanhas de mobilização em todos os estados e informando que a nova entidade nacional seria criada em uma Congresso de Fundação que ocorreria em Recife entre os dias 14 e 17 de janeiro de 1981. O Boletim enfaticamente convidava: “Vamos Todos a Recife”!<sup>628</sup> Em sua Carta de Princípios, ressaltava a necessidade de construção de uma entidade “livre, independente e democrática, subordinada unicamente à vontade do conjunto dos trabalhadores da Educação”.<sup>629</sup> Observemos, então, que mais uma vez Recife foi o epicentro de grandes eventos de fundação de entidades de representação nacional. A necessidade de construção dessa entidade só foi possível devido ao fortalecimento da luta dos professores em todo o país e por existir todo um conjunto de reivindicações comuns a muitos outros trabalhadores. O que naquele contexto levava-os a pensar que a construção dessa entidade poderia ser um passo importante para a construção de uma Central Única dos Trabalhadores.<sup>630</sup>

Além do planejamento para a construção da nova entidade nacional, a participação da APENOPE neste congresso nacional trouxe certa inspiração para que a entidade realizasse em agosto de 1980 um Simpósio do Livro Didático, que teria sido influenciado pela produção de uma obra chamada “As belas mentiras: a ideologia subjacente nos textos didáticos”, de autoria de Maria de Lourdes Chagas Deiró Nosella, que teve primeira edição no ano de 1978. A obra de inspiração marxista trazia a análise de livros didáticos abordando temas voltados para crítica à sociedade capitalista, apresentando as contradições socioeconômicas e trazendo textos presentes nos livros didáticos que transmitiam a ideologia da classe dominante.

---

<sup>627</sup> Ibid, p. 11

<sup>628</sup> Boletim Nacional. Acervo de Lucy Machado Pinheiro.

<sup>629</sup> Ibid.

<sup>630</sup> O congresso de fundação da nova entidade nacional ocorreu em janeiro de 1981 em Recife, contudo a entidade não sobreviveu. A CPB passou por um processo de renovação, vindo posteriormente a filiar-se à CUT.

*Esse livro teve uma repercussão extraordinária porque ela estudou por meio de várias editoras, vários títulos de material didático utilizados nas escolas de educação fundamental e mostrou a quantidade de absurdos que estavam escritos nos livros didáticos (...) Então nós fizemos o debate do livro didático muito influenciado por essa obra da Maria Nosella (...) claro que não tinha neutralidade no debate. O livro didático é a apreensão do mundo, a apreensão do conhecimento e a tradução em informação pra ser dialogada, pra ser discutida com os alunos. O caso da evasão escolar, a gente também fez o debate do motivo da evasão da evasão: por que era alta no campo? Por que era alta nas regiões de economia agrícola mais rica de Pernambuco como a zona canavieira? (...) Era uma discussão que entrava em elementos econômicos, elementos políticos, óbvio. Paulo Rubem.<sup>631</sup>*

Ao se envolver com o debate em torno da questão do livro didático a APENOPE potencializou seu papel político abordando questões ligadas à própria estrutura da sociedade e se afirmando enquanto entidade que se interessava pela organização e objetivos de um instrumento pedagógico essencial no contexto da prática de trabalho docente e de impacto para a formação humana. Dentre as atividades que a Associação passou a se engajar ou desenvolver, esta especificamente demonstra uma acentuada preocupação com o cotidiano pedagógico e com o alcance do trabalho docente, estendendo-se para a ação política. A realização do Simpósio foi contribuindo para a construção de uma nova identidade da associação e dos professores.

Esses envolvimento da entidade em eventos ligados a uma crítica à realidade política a direcionaram para uma crítica à estrutura sindical, unindo força com outras categorias de trabalhadores.

## 6.5 A APENOPE NO “MUNDO SINDICAL”

A Associação em si não contava com as prerrogativas das entidades sindicais, dentre as quais o imposto sindical obrigatório. Sobrevivia a partir da contribuição de seus sócios, conforme as definições apresentadas em seu estatuto. Era comum ocorrer reajuste do valor. As propostas de aumento haviam sido avaliadas em Assembleia Geral convocada e realizada ainda em dezembro de 1979, com aplicação do novo valor previsto para fevereiro de 1980. A diretoria divulgou Carta Circular com informações sobre o desfecho da Assembleia, que contou com a participação e votação dos sócios. Apresentavam da seguinte forma:

Das várias propostas apresentadas, a Assembleia decidiu que a partir de fevereiro de 1980 a mensalidade social desta Associação será de Cr\$, 30,00 (trinta cruzeiros). Apelamos para a compreensão de todos aqueles que formam a Apenope, ou seja, os associados. Companheiro, conscientes marcharemos firmes para as vitórias da categoria.<sup>632</sup>

<sup>631</sup> Entrevista Paulo Rubem, dia 8 de julho de 2021.

<sup>632</sup> Carta Circular, APENOPE, Recife, 6 de janeiro de 1980. Acervo de Lucy Machado Pinheiro.

O valor pago até então era de Cr\$ 10,00 cruzeiros. Como apresentamos em capítulo anterior, ao tratarmos sobre a estrutura sindical, as associações de professores tinham diferenças em relação aos sindicatos. Embora tivessem todo um potencial para reivindicação, não funcionavam nos moldes delimitados pela estrutura sindical. Ou seja, não apenas não possuíam o imposto sindical, como não tinham a representatividade concedida pelo Estado.<sup>633</sup> Sendo assim, não era possível uma intervenção em suas entidades representativas, como ocorreu vastamente em muitos sindicatos.

Uma vez que o governo não podia intervir e considerando o novo protagonismo da Associação, outros meios foram encontrados para fragilizar a sua atuação. Um destes meios, foi a suspensão da coleta da taxa da mensalidade dos sócios em folha de pagamento, o que acarretou em algumas dificuldades para a entidade. A APENOPE buscou responder afirmando que o objetivo daquela medida era fazer com que os professores não “tivessem um órgão representativo”. No artigo que tinha como título: *Queremos desconto em folha*, ressaltavam que o governo não queria: “um órgão representativo da categoria, um órgão que consiga realmente lutar por nossos interesses, que seja a porta de voz de nossas reivindicações, esse é o trabalho que a Associação vem desempenhando, mas que se tornou bastante difícil dada as dificuldades financeiras que vem enfrentando”<sup>634</sup>.

---

<sup>633</sup> Nas associações de professores de Pernambuco, por tudo que apresentamos, o fato das lideranças não serem indicadas pelo governo, não fazia muita diferença, considerando a estrita relação que mantinham.

<sup>634</sup> Boletim Informativo, agosto de 1981. Acervo particular de Nancy Machado Pinheiro.

**Figura 21** - Informativo da APENOPE

DADOS...	
Agosto de 79 — Desc. em folha.	
N.º de sócios: 2.800 — Mens: Cr\$ 10,00	
— Arrec.: Cr\$ 28.000,00.	
Fev. de 1980 — Desc. em folha.	
N.º de sócios: 3.350 — Mens: Cr\$ 10,00	
— Arrec.: Cr\$ 33.500,00.	
Fev. de 1981 — Pagamento através de carne.	
N.º de sócios: 5.986 — Mens: Cr\$ 30,00	
— Arrec. Cr\$ 17.610,00.	
Abril de 1981 — Pagamento através de carne.	
N.º de sócios: 6.043 — Mens.: Cr\$ 30,00	
— Arrec.: Cr\$ 34.920,00.	
	A arrecadar: Cr\$ 179.580,00
Prejuízo	Arrecadado: Cr\$ 17.610,00
Fev. 81	Deixou de Arrecadar: Cr\$ 161.970,00
	A arrecadar: Cr\$ 181.290,00
Prejuízo	Arrecadado: Cr\$ 34.920,00
Abril 81	Deixou de Arrecadar: Cr\$ 146.370,00

**Fonte:** Boletim Informativo da APENOPE, Agosto de 1981. Acervo de Lucy Machado Pinheiro

Com a volta do uso do carnê para pagamento das mensalidades à associação, observamos que houve uma mudança expressiva nos índices de arrecadação, impactando na elaboração de projetos e atividades ligadas à produção de eventos e alguns serviços de assistência oferecidos pela entidade. Apesar das dificuldades que o governo estadual possa ter causado, é notório o aumento crescente do número associados, atraídos pelo protagonismo da nova diretoria.

O corte desse desconto em folha de pagamento foi algo que aconteceu não somente em Pernambuco, mas em outros estados. Isso porque o magistério ocupou um espaço muito importante no âmbito das reivindicações que resultaram em diversos movimentos grevistas por todo o país. Paulo Rubem nos diz que *“foi a forma que os governadores viram de cercear a autonomia sindical, porque não podiam intervir porque nós não éramos sindicato”*.<sup>635</sup> Observemos que ao utilizar o termo autonomia sindical, fica notório que percebia a entidade como um órgão dentro da mesma atmosfera dos sindicatos, o qual passou a ter significativa interação com entidades de outras categorias de trabalhadores.

Esse envolvimento com outros trabalhadores teve visibilidade desde experiências em encontros que visavam uma crítica à estrutura sindical. O primeiro deles havia sido o Encontro

<sup>635</sup> Paulo Rubem Santiago, entrevista, 8 de julho de 2021.

Estadual nos dias 6 e 7 de setembro de 1980 no Recife, promovido pela APENOPE juntamente com representantes dos sindicatos dos eletricitários, dos gráficos e dos metalúrgicos. Dentre os vários pontos da pauta do evento, damos aqui destaque para as defesas do: direito de greve, direito sindical para o funcionário público e unificação das lutas. O encontro no Recife foi uma espécie de preparação para um evento que ocorreu em seguida (13 e 14 de setembro de 1980) em Nova Iguaçu (RJ).<sup>636</sup> Essas experiências fortaleceram as preocupações do governo e dos órgãos de vigilância em relação à APENOPE, culminando na retirada do desconto em folha, como uma forma de limitar o seu protagonismo.

Tais medidas impondo dificuldades, atrelam-se ao fato da APENOPE ter representado, de certo modo, uma espécie de referência para outras entidades de movimentos urbanos, por ter sido “*retomada por trabalhadores da base*” como nos conta Paulo Rubem: “*Depois outros sindicatos foram caindo, outras diretorias pelegas foram caindo. Caiu o dirigente do sindicato dos metalúrgicos, caiu o dirigente dos bancários. Caiu o dirigente dos urbanitários.*”<sup>637</sup> As reivindicações salariais que se desenvolveram em Pernambuco, tiveram formas de expressão “diferenciadas e específicas”, considerando não só o setor da economia ou de serviços aos quais os trabalhadores estavam atrelados, mas o próprio acúmulo de experiências e a forma de organização dos trabalhadores.<sup>638</sup>

O posicionamento da APENOPE no mundo do trabalho através das experiências em encontros e congressos nos quais se discutia a situação da classe trabalhadora brasileira, representou uma busca pelo reconhecimento dos professores enquanto trabalhadores e a construção gradativa dessa imagem ou desta identidade. Sua crítica à estrutura sindical, conduziu ao envolvimento nas discussões em torno da criação da Central Única dos Trabalhadores.

No contexto do fortalecimento da classe trabalhadora através dos movimentos grevistas, fortaleceu-se o desejo de construção de um órgão intersindical que desse aos trabalhadores uma *unificação*, possibilitando uma coordenação nacional. Esse desejo acabou dando mais visibilidade para os conflitos existentes referentes às práticas e orientações políticas dos grupos envolvidos nesse processo.

---

<sup>636</sup> SIAN. Fundo SNI. Referência: 81012852. O site da fundação Perseu Abramo é possível ter acesso a um pequeno conjunto iconográfico deste evento. Conf. [acervo.fpabramo.org.br](http://acervo.fpabramo.org.br)

<sup>637</sup> Paulo Rubem Santiago, entrevista 8 de julho de 2021.

<sup>638</sup> SOARES, José Arlindo. Op.cit., p. 184. Nesta mesma obra o autor apresenta que em Pernambuco somente eletricitários, metalúrgicos e professores apresentaram uma alternativa real de poder ao conquistarem a direção de suas entidades.

Em meio ao movimento de trabalhadores, atuavam as mais diversas tendências sindicais. Havia os que se consideravam mais combativos, mais preparados para assumir o controle das entidades sindicais e aqueles que carregavam consigo bagagens das experiências sindicais do pré-64 e que acreditavam possuir estratégias eficazes para uma renovação sindical. Ambos os grupos possuindo heterogeneidades, divergências internas e flexibilidade. Nesse contexto, foram organizados dois blocos, conforme o quadro na sequência:

**Quadro 6** - Tendências sindicais

<b>BLOCOS</b>	
<b>COMBATIVOS</b>	<b>UNIDADE SINDICAL</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicalistas autênticos, ligados aos metalúrgicos do ABC</li> <li>• Oposições sindicais (reunia militantes egressos da luta armada e/ ou militantes da igreja progressista)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Militantes do PCB</li> <li>• Militantes do PC do B</li> <li>• MR-8</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pela autora

O bloco dos chamados *Combativos* realizava duras críticas aos integrantes da *Unidade Sindical*. Termos como “pelegos”, “reformistas”, “amarelos” era frequentemente direcionado aos mesmos. Boa parte dessas críticas tinha ligação direta com o fato da Unidade Sindical<sup>639</sup> ser formada em sua maioria por comunistas, especificamente por membros do PCB, e pelo fato destes serem responsabilizados pelos “autênticos” de não terem impedido o golpe de 64, ao terem adotado posturas reformistas no período populista de 1945-1964.<sup>640</sup>

Quanto ao bloco da Unidade Sindical, acusava o outro grupo de ter uma orientação *desestabilizadora*, pois acreditava que era necessário cautela nas ações a serem desenvolvidas. Também não achava muito interessante a participação das oposições sindicais, pois consideravam ser necessário ter foco na atuação dos sindicatos legais. Por mais que estivessem

<sup>639</sup> A Unidade Sindical também era chamada de *Bloco da Reforma*. Conf. RODRIQUES, Leôncio M. CUT: os militantes e a ideologia. Op. cit, p. 6.

<sup>640</sup> Durante os anos 50 o PC vivenciou uma crise em seu interior, ligada à questões de ordem internacional que acabaram tendo peso na organização dos partidos em todo o mundo. No final dessa década, já havia muitos descontentamentos quanto ao programa a ser seguido pelo Partido. Em 1961, houve alterações no Estatuto do Partido, retirando dele orientações de ordem marxista-leninista, além de alterar o nome para Partido Comunista Brasileiro, na busca de expressar que não estava atrelado unicamente às orientações internacionais. A partir disso intensificou-se as críticas já existentes no interior no Partido, fazendo com que houvesse uma cisão que em 1962 deu origem ao PC do B, defensor de posições ideológicas e práticas políticas distintas. Apesar dessas divergências, houve uma aproximação dos dois partidos na conjuntura social da década de 70. Ressaltando aqui o fato de que embora a Unidade Sindical fosse composta por militantes dos dois partidos, não significa que não havia divergências nesse bloco, assim como também no bloco dos chamados “combativos”.

num período em que se falava em abertura política, a vigilância e a repressão ainda eram constantes.

A diferença entre os dois blocos não impediu que em meio ao cenário de tantas mudanças e novos engajamentos, eles se unissem e iniciassem a organização da Primeira Conferência das Classes Trabalhadoras em 1981,<sup>641</sup> que foi precedida de encontros estaduais chamados de ENCLATS, nos quais foi possível ir *lançando as sementes* da CONCLAT.<sup>642</sup>

Em Pernambuco, o I ENCLAT, aconteceu em 18 e 19 julho de 1981 no Centro de Cultura Popular de Olinda, tendo palestra promovida pelo presidente do Sindicato dos Securitários, Edvaldo Gomes de Souza, que discutiu sobre a importância da Conclat naquela conjuntura brasileira. Existiram comissões de debates e o envolvimento de diversos outros sindicatos.<sup>643</sup> Durante a realização da atividade, chama a atenção a relação com eventos anteriores, nos quais se colocava como temas de discussão: a questão salarial e econômica, o direito dos trabalhadores e o sindicalismo. Nesse sentido, a participação da APENOPE buscava reforçar a importância do reconhecimento dos professores enquanto trabalhadores. Ela integrava uma comissão estadual juntamente com os seguintes sindicatos: eletricitários, securitários, bancários, metalúrgicos, assistentes sociais, assistente de empregadas domésticas, vigilantes e sindicatos de trabalhadores rurais de cidades do interior. Na ocasião do encontro, a APENOPE recebeu o convite para apresentar qual a sua concepção de sindicalismo. Por meio de Paulo Rubem Santiago, como porta voz da entidade, posicionou-se como sendo favorável à linha de atuação dos sindicalistas *combativos* ou *autênticos*, trazendo características como a “organização pelas bases, trabalho permanente de formação e informação de toda a categoria”.<sup>644</sup> A tendência a qual se mostrou vinculada refletia toda a trajetória de mobilização que foi sendo construída até ocuparem a direção da entidade. Aquela experiência de ajuntamento de tantas representações de trabalhadores foram uma amostra de como vivia-se um cenário de mudanças, tensões e expectativas de dias melhores para os trabalhadores brasileiros.

Todo movimento de planejamento e organização levaram à formação de uma Comissão Executiva Nacional com participação de 29 sindicatos de 14 estados, resultando na Conferência

---

<sup>641</sup> A sigla CONCLAT, expressa acontecimentos distintos. É usada para se referir a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora em 1981, para se referir ao Congresso Nacional da Classe Trabalhadora que ocorreu em agosto de 1983 e para se referir a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora, resultante da cisão entre Unidade Sindical e Bloco dos Combativos. Em 1986, esta última se transformou em Central Geral dos Trabalhadores.

<sup>642</sup> *Folha de São Paulo*, 21 de agosto de 1981. p. 27. <http://acervo.folha.com.br/>

<sup>643</sup> Conclat reúne operários. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 de julho de 1981. Ed. 00185, p. 10. (BNDigital).

<sup>644</sup> APENOPE no movimento sindical. Boletim Informativo, agosto de 1981. Acervo particular de Lucy Machado Pinheiro.

Nacional da Classe Trabalhadora, entre 21 e 23 de agosto de 1981 em São Paulo, tendo como objetivo:

elaborar um programa de ação comum e uma lista de reivindicações específicas, e, sobretudo eleger uma comissão executiva para organização de uma segunda conferência nacional, a realizar-se em 1982 ou 1983, como preâmbulo à criação de uma organização sindical central, independente dos parâmetros da Consolidação das Leis do Trabalho.<sup>645</sup>

Fortalecia-se cada vez mais a necessidade de uma entidade que fizesse com que os trabalhadores pudessem agir unificadamente, possibilitando assim uma força que pudesse lhes garantir conquistas ante o patronato. Essas conquistas estavam ligadas aos temas que foram discutidos durante o evento: “direito do trabalho, sindicalismo, previdência social, política salarial e econômica, política agrária e problemas nacionais”.<sup>646</sup> Lutas ligadas ao mundo do trabalho, mas que se deslocavam inevitavelmente para a esfera política.

A CONCLAT contou com uma diversidade de entidades: sindicatos, federações, as associações profissionais que não estavam inseridas na estrutura sindical, uma vez que eram atividades ligadas ao serviço público, e as confederações, dentre as quais destacamos as da agricultura, transporte marítimo, fluvial e aéreo, dos trabalhadores da agricultura, trabalhadores em comunicação e publicidade. A presença que mais nos chamou a atenção, foi a participação da Confederação Nacional dos Servidores Públicos e Confederação dos Professores do Brasil, sinalizando o engajamento do segmento de professores. Para Rodrigues, “O grande número de confederações e federações ao lado de associações ‘pré-sindicais’, associações de funcionários públicos e sindicatos é indicativa da presença, nessa CONCLAT, de representantes de várias frações do sindicalismo brasileiro”.<sup>647</sup> Havia uma multiplicidade de atores sociais participando das mobilizações em favor da organização da Central.

Na CONCLAT, havia o claro entendimento de que deveria existir a efetiva participação das bases para a construção de um sindicalismo mais forte. A quantidade de participantes do encontro, aponta como havia expectativas sobre os rumos da política brasileira e sobre a vida trabalhista. Os números abaixo nos permitem uma maior compreensão:

Participaram dessa conferência 5.427 delegados que representavam 1.126 entidades sindicais. Além disso estiveram presentes 480 sindicatos urbanos com 3.108 participantes, 384 sindicatos rurais representados por 968 trabalhadores, 49 delegados em nome de 32 associações de funcionários públicos, 176 associações pré-sindicais com 875 delegados, 134

---

<sup>645</sup> ALVES, Op., cit., p. 246.

<sup>646</sup> *Folha de São Paulo*, 21 de agosto de 1981, p. 27. Acervo digital da Folha.

<sup>647</sup> RODRIGUES, Leôncio, M. Op.cit., p. 5.

representantes de 17 federações rurais e 22 delegados representando 4 confederações: trabalhadores em comunicação, agricultura, servidores públicos e professores.<sup>648</sup>

Houve uma diversidade de setores que participaram, e esse tipo de experiência tinha grandes possibilidades de gerar na classe trabalhadora um sentimento de coesão e pertencimento. Algo necessário diante de tantas questões no universo do mundo do trabalho que só poderiam vir a ser mais intensamente combatidas se tivesse uma unificação dos trabalhadores. Podemos considerar que essa foi uma grande experiência coletiva que foi dando os primeiros direcionamentos para a organização de uma entidade representativa dos trabalhadores numa perspectiva nacional.

Diante de todas as questões que foram discutidas na CONCLAT, houve algumas definições gerais, presentes em resoluções que foram elaboradas. A resolução decorrente desse encontro é um documento amplo, no qual uma das suas primeiras afirmações diz que “*a solução das questões que interessam a classe trabalhadora depende de seu nível de organização*”.<sup>649</sup> Para garantir que os objetivos definidos naquela ação coletiva tivessem maior possibilidade de serem atingidos, organização era algo, de fato, essencial. No texto da resolução há uma série de tópicos que afirmam a necessidade de um sindicalismo mais combativo, no que concerne às questões ligadas à representação dos trabalhadores; e à necessidade de que se estabelecesse uma sociedade mais democrática a partir de uma série de medidas que representavam o próprio fim do governo autoritário. A autoimagem de combatividade que se afirmava, aparecia sempre com um tom de rejeição às experiências do passado, o que expressava uma das linhas de pensamento existentes no interior da Conclat.<sup>650</sup>

Alguns pontos foram tratados de forma específica: a necessidade de eliminação de todas as leis que limitavam o direito de greve; a busca pela representação classista, que consistia na necessidade dos trabalhadores poderem escolher, através do voto direto e secreto, os seus representantes. Esse ponto apresentado na conferência revela claramente os incômodos ligados às interferências nos sindicatos. Justamente por isso, declararam que “*não cabe ao Estado qualquer ingerência nas atividades sindicais, razão pela qual repudiamos o seu poder de intervir, cassar mandatos e até mesmo fechar entidades. Exigimos, portanto, a revogação de toda legislação restritiva à autonomia sindical*”.<sup>651</sup> Como podemos perceber, foi colocada a

---

<sup>648</sup> RODRIGUES, Iram Jácome. Op., cit., p. 95.

<sup>649</sup> Resolução da I CONCLAT, 1981, p. 1. (CEDOC- CUT).

<sup>650</sup> Esse discurso de combatividade demonstra que existia certa hegemonia dos grupos ligados ao sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo.

<sup>651</sup> Resolução da primeira CONCLAT, p. 6. (CEDOC- CUT).

necessidade da maior liberdade para os sindicatos e pontos que diziam respeito mais especificamente à intervenção dos militares, suas práticas de controle, suas arbitrariedades. Tratava-se de elementos que extrapolavam o universo do mundo do trabalho e expressavam o contorno político das reivindicações. Algumas pautas foram definidas como prioritárias.<sup>652</sup>

**Quadro 7** - Lista de reivindicações

<b>Reivindicações e plataformas de luta e mobilização</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Constituição</li> <li>2. Código Nacional do Trabalho</li> <li>3. Direito do Trabalho</li> <li>4. Estabilidade no emprego</li> <li>5. Seguro desemprego</li> <li>6. Fundo de garantia por tempo de serviço</li> <li>7. Direito de greve</li> <li>8. Convenção coletiva de trabalho</li> <li>9. Salário mínimo geral unificado</li> <li>10. Salário profissional</li> <li>11. Fiscalização do trabalho: higiene e segurança</li> <li>12. Jornada de trabalho</li> <li>13. Direitos da mulher trabalhadora</li> <li>14. Trabalho do menor</li> <li>15. Direitos dos trabalhadores domésticos Justiça do trabalho</li> <li>16. Justiça do trabalho</li> </ol>

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir resolução da I CONCLAT. (CEDOC- CUT).

Embora saibamos que toda ação ou mobilização social conta muitas vezes com a existência de interesses específicos, observamos que havia a busca pela elaboração de um plano de lutas que atendesse as necessidades dos trabalhadores como um todo, uma vez que estes são explorados de diferentes formas. Esse pode ser considerado um elemento enriquecedor para a dinâmica das lutas que se davam naquele momento e que contavam com um oponente em comum: as políticas estatais e mais especificamente a direção dos ditadores, que implantava vigilância, medo e repressão.

A atmosfera de maior movimentação da classe trabalhadora,<sup>653</sup> corroborou para que se ressaltasse o máximo possível todas aquelas demandas e para que os pontos de pressão

<sup>652</sup> Resolução da I CONCLAT. (CEDOC- CUT).

<sup>653</sup> É preciso ressaltar que toda essa explosão de agitações e a reorganização do movimento sindical não teria sido possível se não tivesse ocorrido uma atuação das esquerdas nos ambientes cotidianos de trabalho, agindo em meio aos pequenos embates. Seja nos grandes centros industriais, seja em regiões de economia mais rural. Uma militância que muitas vezes agia no silêncio, mas que foi fundamental para que se chegasse à efervescência que se teve nos fins da década de 70 e que impactaram profundamente na política brasileira.

pudessem trazer resultados que satisfizessem ainda que minimamente as expectativas ali colocadas. Esse é um ponto importante de ser mencionado, pois sabemos que toda organização coletiva constrói expectativas de vitória, pois reconhece o potencial que tem e o seu poder.

Assim, caso os pontos colocados em pauta não fossem atendidos, pensava-se na preparação de uma greve geral.<sup>654</sup> A ocorrência desse tipo de mobilização representava um desgaste para o patronato das categorias trabalhistas envolvidas no movimento e para o governo militar, uma vez que tinha que lidar com os diferentes pontos de tensão que existiam na época. Tensões provenientes da burguesia industrial, comercial, agrícola e das lutas da sociedade.

Diante de toda essa movimentação, acentuavam-se as projeções e empenho direcionados para a organização de uma Central dos Trabalhadores. No contexto das discussões colocadas e tendo em vista a importância de um planejamento mais direcionado, foi montada uma comissão Pró-CUT. Esta comissão envolveu em sua composição 56 sindicalistas (24 rurais e 32 urbanos).<sup>655</sup> As atribuições dessa comissão eram as de: “ a) *Coordenar a execução das resoluções da CONCLAT, e, particularmente, a da realização em agosto de 1982 do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras; b) prestar apoio e solidariedade as lutas de todos os trabalhadores e às lutas específicas de todas as categorias profissionais*”.<sup>656</sup> Observamos o perfil de planejamento para atividades futuras e a ideia sempre presente de englobar toda a diversidade da classe trabalhadora atentando ao mesmo tempo para suas peculiaridades e contribuindo para promover sua unificação.

A ocorrência da I CONCLAT foi de grande importância para a organização dos alicerces direcionados à formação da Central Única dos Trabalhadores. Foi um primeiro momento decisivo que revelou novas e otimistas expectativas, se compararmos com os quadros de maior tensão e repressão existentes em outros momentos. Havia novos elementos em torno da ação sindical e da vida dos trabalhadores, bem como uma conjuntura de atuação de diferentes protagonistas na sociedade.<sup>657</sup>

---

<sup>654</sup> As greves são fenômeno social e coletivo utilizados como um instrumento de pressão, seja para o patronato, seja para os governos. Geralmente são também realizadas a partir de diversas motivações. A década de 80, carregada de acontecimentos marcantes do ponto de vista econômico e político, foi um período que concentrou um número expressivo de greves gerais. A saber, nos anos de 1983, 1986, 1987, 1989. Conf. FERRAZ, Alexandre Sampaio. *Quando os trabalhadores param? Reinterpretando a ocorrência de greves no Brasil*. Lua Nova, São Paulo. 167-200, 2018. No contexto da organização da Conclat, o tema da greve era causador de muitas divergências entre as tendências.

<sup>655</sup> Resolução da primeira CONCLAT, p. 9. (CEDOC- CUT).

<sup>656</sup> Ibid.

<sup>657</sup> Para SADER, Eder. Op., cit., o novo sindicalismo agregava práticas que já existiam em outras matrizes do sindicalismo brasileiro. Na concepção do autor, não era tão novo assim. Também é importante destacar aqui, que

Em termos de participação, a grande maioria dos estados brasileiros participou desse primeiro encontro. O estado de Pernambuco, teve a presença de 37 sindicatos rurais, 9 urbanos e 9 associações. A resolução não detalha quais eram esses sindicatos e associações, mas podemos imaginar que o estado de Pernambuco contou com expressiva participação no movimento e que as experiências proporcionadas pelo evento foram importantes para as respectivas entidades representativas urbanas e rurais, tanto no sentido de lhes possibilitarem as trocas de conhecimento que toda ação coletiva proporciona, quanto para elaboração de novos repertórios de ação ou fortalecimento de práticas em seus respectivos espaços de atuação. Embora em alguns casos a representação tenha sido feita por oposições sindicais, já que muitas entidades se encontravam dirigidas por pelegos.

Mas embora estejamos falando de um processo de organização que contou com objetivos claros, ligados a uma proposta de representação e fortalecimento da classe trabalhadora numa dimensão nacional, um movimento de tamanha amplitude era possuidor de pontos sensíveis e, tendo em vista as experiências e o lugar social e político dos diversos sujeitos que ali participavam, notoriamente dos dois grandes blocos: *Combativos* e *Unidade Sindical*, acabavam tornando mais visíveis distinções no interior do sindicalismo nacional.

A diversidade de posicionamentos tem caráter enriquecedor, faz parte do jogo democrático e por isso devemos considerá-la como sendo socialmente saudável, sobretudo em contexto social de grande repressão à diversidade. As divergências abrangiam desde questões de ordem mais estratégica, como as ligadas à deflagração ou não de uma greve geral, até posições vinculadas à forma como se direcionariam posturas ligadas à realidade política e o enfrentamento à ditadura naquele momento. Em meio às discussões dos dois grandes blocos, em um dos extremos estava:

os sindicalistas que enfatizavam, no plano político, a necessidade de limitar a ação sindical à luta pela consolidação do regime democrático. (Nessa orientação, as demandas de natureza social não deveriam pôr em risco a abertura política). No outro extremo, estavam os sindicalistas que buscavam promover transformações sociais profundas que abrissem o caminho para o socialismo.<sup>658</sup>

Nesse primeiro grupo encontravam-se membros da Unidade Sindical, em grande parte via PCB, expressando preocupações com a aproximação com a sociedade, tendo objetivo de

---

quando falamos que houve uma conjuntura de maiores oportunidades, não queremos dizer com isso que não havia repressão, e que o movimento sindical tinha espaço livre para manifestação. Sabemos que mesmo num contexto cujo discurso político falava sobre uma “distensão lenta e gradual”, esse período de transição contava com repressão, controle e vigilância.

<sup>658</sup> RODRIGUES, op., cit., p. 7

fragilizar o regime, mas sem desenvolver uma atuação que pudesse colocar em risco o processo de transição. O que nos parece compreensível, pois embora no campo político houvesse o processo de abertura, havia ainda o funcionamento intenso dos órgãos de vigilância. O segundo grupo, afirmando-se como possuidor de desejos de mudanças profundas, era representado por membros do jovem Partido dos Trabalhadores e tendo em sua composição muitos militantes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, defendendo combater o regime com uso “do centro sindical e da organização e demandas dos trabalhadores”.<sup>659</sup>

Em ambos os lados, a preocupação com demandas ligadas à realidade política brasileira se fazia presente. Muitos dos pontos referentes a trabalho, política salarial, etc. sinalizavam a própria necessidade de democratização. A busca de transformação apresentada por esse “novo sindicalismo”, expressava expectativas que ao longo de décadas estiveram presentes na sociedade brasileira, mas que foram duramente reprimidas por todos os interesses que giravam em torno da acumulação, da exploração, e, enfim, do capital e as desigualdades que sustentam o seu alicerce.

Os sonhos de “transformações sociais profundas”, também se constituíram em uma das veias pulsantes da Central de trabalhadores que estava sendo pensada naquele contexto. E embora saibamos que muitas questões não tenham se consolidado ou se efetivado, não significa dizer que não trouxeram uma repercussão de impacto, dado o cenário social que era ainda tão opressor, sobretudo quando falamos aqui na classe trabalhadora, que se mostrava uma força tão ameaçadora para os grupos no poder.

Em meio a muitas polarizações nesse processo de organização, de disputadas que se deram no interior da I Conclat (1981), a Comissão Pró-CUT<sup>660</sup> teve o papel de fazer encaminhamentos relacionados ao Plano de Lutas aprovado, bem como ser responsável pela organização do Congresso no qual seria fundada a Central, pois conforme foi ressaltado na Resolução da Conclat: “*os trabalhadores têm direito de se reunirem interprofissionalmente em Central Única*”, e em função desse objetivo seguiam as discussões no interior da Comissão Pró- CUT.<sup>661</sup> Os debates se estenderam por certo tempo.

Em meio a contratempos e rivalidades, aos pontos de tensão entre as orientações político-programáticas dos dois blocos (Combativos e Unidade Sindical) em torno de temas

---

<sup>659</sup> SANTANA, Marco Aurélio. **Trabalhadores, sindicatos e política no Brasil: do golpe a redemocratização**. Op. cit., p. 266.

<sup>660</sup> A Comissão Pró-CUT foi formada por 56 pessoas. Desse total, um terço se identificava com o setor Combativo.

<sup>661</sup> Resolução da I Conclat, 1981, p. 7 (CEDOC- CUT).

ligados ao processo de transição e à reforma sindical, ocorreu o Congresso Nacional que resultou na formação da Central, em 28 de agosto de 1983. Naquele momento houve uma efetiva ruptura entre os dois blocos supracitados. De acordo com Santana:

a Unidade Sindical resolveu organizar outro congresso, nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 1983. Seguindo a proposta do PCB, este encontro, realizado em Praia Grande (SP), reuniu 4.234 delegados e 1.243 entidades, e optou por não criar uma central sindical, o que, ao seu ver, ratificaria a divisão orgânica do movimento sindical brasileiro. Criou-se então a Coordenação Nacional da Classe trabalhadora (Conclat)<sup>662</sup>

Essa cisão que aconteceu no interior do movimento, apenas em 1986 veio a dar origem a uma nova Central, que foi a CGT,<sup>663</sup> (Central Geral dos Trabalhadores). No momento, vamos no deter à análise da CUT.

O evento de formação da CUT ocorreu no Centro de Convenções Vera Cruz na cidade de São Paulo, entre os dias 26 e 28 de agosto de 83.<sup>664</sup>

**Figura 22** - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, 1983.



**Fonte:** Jornal *Folha de São Paulo*, 28 de agosto de 1983. Acervo digital da Folha.

<sup>662</sup> SANTANA, Marco Aurélio, Op.cit., p. 268.

<sup>663</sup> A partir da criação da Central Geral dos Trabalhadores, houve disputas no interior de muitas entidades representativas de professores. Muitos queriam que Confederação dos Professores do Brasil se desvinculasse da CUT. Na ocasião do XII Congresso de Professores do Brasil, promovido pela CPB e organizado pelo Sindicato dos Professores do Distrito Federal, em 1988 em Brasília, houve tensões entre professores cutistas e não-cutistas. Estes, acusavam o vice-presidente Agamenon Vieira de não conduzir os trabalhos com imparcialidade e consideram que aquilo era uma “desmoralização da CPB”.

<sup>664</sup> Jornal *Folha de São Paulo*, 28 e agosto de 1983.

Inicialmente, a direção nacional era composta por 83 membros efetivos e 83 suplentes. Também havia uma equipe executiva nacional, formada por 15 membros e tendo à frente Jair Antônio Menegueli, que era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. A executiva Nacional contava com a participação do pernambucano José Alves de Siqueira, secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco.<sup>665</sup> A central possuía membros da direção nacional pertencentes a cada estado. Listaremos no quadro<sup>666</sup> abaixo os representantes pernambucanos e a entidade sindical ou associação na qual estavam inseridos:

**Quadro 8** - Representantes de Pernambuco que participaram da formação da CUT

<b>Representantes da CUT no estado de Pernambuco</b>	
<b>Membros</b>	<b>Entidade de vinculação</b>
José Alves de Siqueira (Executiva nacional)	Secretário geral do Sind. dos Metalúrgicos de Pernambuco
Vera Lúcia Ferreira Gomes	Diretora do Sindicato dos Professores de Pernambuco
Raimundo Ananias	Presidente do Sindicato dos Securitários de Pernambuco.
Israel Cesar de Melo	Presid. da Assoc. dos Vigilantes de Pernambuco
Cícero Geraldo Lisboa	Trabalhador da base do Sind. dos Metalúrgicos de Pernambuco.
Paulo Rubem Santiago	Diretor da Assoc. de Professores do Ensino Oficial de Pernambuco
Rejane Medeiros	Presid. Assoc. dos Psicólogos de Pernambuco
Francisco Caetano da Silva	Presidente do Sindicato dos Tecelões de Escada-PE.

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de relatório do arquivo SIAN, fundo SNI nº de referência 83037920

Esses mesmos membros integrantes foram os responsáveis pela formação da CUT em Pernambuco.<sup>667</sup> No clima de entusiasmo pela organização da Central no estado, reuniram-se no dia 21 de outubro de 1983 na Câmara Municipal do Recife. Além dos membros que tiveram participação na fundação da CUT nacional, cerca de 200 pessoas estavam presentes no evento e houve a oportunidade de alguns fazerem considerações sobre o que representava aquele momento não apenas para a história dos trabalhadores pernambucanos, mas como expressão de um movimento que visava o combate às forças políticas no poder.

<sup>665</sup> I CONCLAT, Relatório geral das resoluções. 2 de setembro de 1983, p.10. A documentação apresentada é um anexo presente no relatório de um agente do SNI, referente ao estatuto de fundação da CUT e outros documentos resultantes do encontro. Está disponível na base de dados do Arquivo Nacional, no Fundo do Serviço Nacional de Informação. Os relatórios revelam como a todo momento os movimentos de trabalhadores estavam na mira do governo e sendo sempre tratados como um ameaça. O quadro apresentado foi elaborado com base nas informações presentes na mesma fonte. SIAN, fundo SNI, nº de referência 83037920.

<sup>666</sup> Quadro elaborado com base no estatuto da CUT. SIAN, fundo SNI, nº de referência 83037920.

<sup>667</sup> É importante ressaltar que nesse momento Paulo Rubem não estava oficialmente da direção da APENOPE. A associação estava sendo conduzida pelo professor Helcio Matos. Contudo, do ponto de vista político seu nome permanecia sendo relacionado com a Associação.

Assim como ocorreu com a fundação da CUT em São Paulo, em Pernambuco, o evento estava nas teias da observação. De acordo com o relatório produzido pelo SNI, observamos que algumas falas foram postas em destaque. Dentre elas, a do membro do diretório regional do PT-PE, Bruno Costa Albuquerque Maranhão<sup>668</sup>, que de maneira entusiástica, apresentou uma fala dizendo que “*a CUT tem o papel fundamental de organizar os trabalhadores e a tomada do poder, ou a queda do regime e da burguesia que exploram os trabalhadores*”<sup>669</sup>. Um tom forte que extrapola as lutas no campo do trabalho. A fala de Jair Meneguelli, presente na reunião também são reveladoras do posicionamento de crítica ao governo ditatorial: “*O senhor João Baptista Figueiredo, não acha legal a organização dos trabalhadores. Ele acha legal é a fome, a miséria em que vivem o povo e os trabalhadores. É claro que temos que voltar para as bases e preparar uma greve geral, para derrubar o sistema imposto por militares e capitalistas aliados ao mesmo*”.<sup>670</sup> Com o mesmo tom enérgico, José Alves Siqueira, afirmou: “*a CUT é uma espinha atravessada no movimento sindical e político*”.<sup>671</sup>

Duas questões podem ser aqui consideradas: a primeira delas diz respeito a esse estreito envolvimento de representantes sindicais pernambucanos, tanto dos quadros das diretorias quanto das bases, no processo de formação da CUT, como foi possível observarmos no quadro apresentado. E a segunda questão refere-se ao fato de que nessa composição que deu origem a CUT- PE, tivemos um representante da APENOPE, a qual podemos dizer que, de alguma maneira, fortaleceu as lutas ligadas ao campo educacional, e em última análise poderia expressar os anseios do funcionalismo público.<sup>672</sup> A presença de representantes da Apenope na

---

<sup>668</sup> Pernambucano, filho de uma tradicional família de usineiros, e formado em engenharia pela UFPE. Foi um dos fundadores no ano de 1968, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. A História de Bruno Maranhão causa-nos certa admiração ou espanto, por ser filho de usineiros e líder do Movimento de Libertação dos Sem-Terra. Em 1982, foi presidente do Diretório Regional do PT- PE. Em 1985, concorreu às eleições para prefeitura do Recife, tendo sido derrotado. Faleceu em 2014.

<sup>669</sup> SIAN, fundo SNI, nº de referência: 83038405. O relatório também apresenta uma lista de nomes de pessoas presentes no ato de fundação, as quais se destacam militantes do PDT e PT, vereadores e deputados ligados ao PMDB, padres e ex-padres ligados ao movimento de trabalhadores ou a Animação dos Cristãos no Meio Rural – ACR.

<sup>670</sup> Ibid.

<sup>671</sup> Ibid.

<sup>672</sup> No estado de Pernambuco havia uma entidade chamada Federação das Associações de Servidores Públicos em Pernambuco (FASPEPE). A mesma também desenvolvia movimentos de crítica às políticas salariais e fatores que levavam a uma espécie de empobrecimento dos funcionários públicos. Conf. *Servidores Públicos vão a Congresso da Classe em Salvador*. DP. 22 de jan. 1983. Não conseguimos identificar qual a aproximação dessa entidade com as associações de professores do estado. Contudo, havia ocorrido no Recife nos dias 18 a 23 de maio de 1981, o XIII Congresso Nacional dos Servidores Públicos, tendo como pauta a questão da lei antigreve, o direito de sindicalização e a lei de segurança nacional. Houve pronunciamento de representantes políticos de Pernambuco, como o governador Marco Maciel e o prefeito de Recife e de Olinda. Na ocasião do Congresso, ocorreu a leitura de uma carta de Paulo Rubem Santiago realizando críticas ao governo do estado. Nesse momento, ele foi interrompido pelo presidente da FASPEPE, afirmando que “*A APENOPE, não é filiada a FASPEPE, e que o professor Paulo Rubem, ao assumir a presidência da associação, tinha pedido exclusão dos quadros da*

formação da Central, fazia com que ela acabasse sendo muito mais monitorada. Em momentos anteriores à formação da CUT, havia o receio de que as organizações estavam com “*elementos infiltrados*”,<sup>673</sup> isso pelo fato de que muitas lideranças das associações tinham envolvimento com partidos políticos de esquerda.

Assim, a criação de um órgão nacional, bem como de suas ramificações estaduais, era algo que causava inquietações nas forças políticas no poder. Inquietações não apenas ligadas à sua mobilização perante o patronato existente, mas sobretudo pela dimensão política que as entidades podiam alcançar. E isso é algo que fica muito evidente, pela forma como esse tipo de organização e os seus membros são tratados nos relatórios das agências de vigilância do SNI.

Diante de todas essas questões, apresentamos que a CUT elaborou algumas definições sobre si. Apresentava-se como um organismo que devia ser “*representativo, democrático, e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos*”.<sup>674</sup> Quanto a este ponto dos partidos políticos, destacamos que as divergências que acompanharam não só as suas origens, mas a sua existência, deveu-se ao fato de que a Central sempre contou com a participação de indivíduos provenientes de diferentes orientações partidárias, especificamente dos já citados partidos comunistas e do Partido dos Trabalhadores. Embora ela se declarasse como sendo independente dos partidos políticos, os sujeitos que assumiram a sua gestão possuíam um lugar social no campo político, carregavam uma identidade política e ideológica que, de muitas formas, se manifestava de forma direta ou indiretamente. O fato de ressaltarem esse afastamento político-partidário, sinalizava as exigências previstas na CLT (art. 521) que apontava o afastamento de atividades de caráter político-partidário.

Como apresentamos anteriormente, desde o momento em que a Central estava sendo planejada, havia uma preocupação com a questão da maior autonomia ou liberdade sindical. Há na literatura sobre essa questão alguns posicionamentos que talvez possamos considerar como sendo complexos, apontando que a luta pela liberdade e autonomia não consistia de fato em uma luta contra a estrutura sindical e sim uma luta mais pontual contra “o modelo ditatorial de gestão do sindicalismo de Estado implantado pela ditadura militar”.<sup>675</sup> Sabemos que fatores como o controle policial e a predominância das práticas de peleguismo nos sindicatos foram

---

*federação*”. É possível perceber que havia alguns estranhamentos entre as duas entidades. *Relatório do SNI*. SIAN. Nº de referência: 81001732.

<sup>673</sup> SIAN, fundo SNI, nº de referência 80000784.

<sup>674</sup> Resolução do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. 26, 27, 28 de agosto de 1983, p. 7. (CEDOC-CUT).

<sup>675</sup> BOITO Jr, Armando. In **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Op., cit. p. 58.

sempre duramente questionados. É possível dizer que naquele contexto, se tal postura não representava uma grande transformação radical, já deixava claro que aquela era uma instituição que não seria passiva perante o governo. Todavia, esse posicionamento não foi suficiente para afastar questionamentos ligados ao efetivo potencial de transformação da CUT, algo que nos parece compreensível, pois muitas vezes a construção do conhecimento, mesmo cientificamente conduzido, pode levar a algum afastamento entre a realidade concreta e a imagem que se constrói sobre essa realidade.

Assim, é preciso que apresentemos que houve por parte da CUT vários posicionamentos de críticas a elementos da estrutura sindical, como por exemplo, críticas direcionadas à questão da unicidade sindical e à obrigatoriedade de um dos impostos. Elementos que de fato geram um estreitamento na relação com o Estado.<sup>676</sup> Contudo, faz-se indispensável que pensemos no fato de que, havia no interior da CUT diversidade de vozes e algumas divergências. A unicidade e o imposto sindical fizeram parte de muitas querelas.

A ala petista da CUT não era a favor do imposto sindical. A perspectiva comunista, por outro lado, defendia a permanência do imposto pois considerava que muitas instituições, especificamente sindicatos pequenos, não sobreviveriam sem tal imposto. Ainda dentro dessa proposta, uma alternativa colocada era a permanência do imposto e cada instituição seria livre para aceitar ou não o mesmo. Sobre a questão da unicidade, os comunistas faziam uma defesa da mesma, pois acreditavam que a existência de muitos sindicatos poderia gerar um enfraquecimento das lutas. A ala petista defendia o pluralismo. Observemos então que realizar uma crítica ao posicionamento cutista exige que se pense as distinções existentes em seu interior, ou corremos o risco de elaboração de visões demasiado homogêneas. Algo que não se adequa ao que era a realidade da CUT. É evidente que a central possa ter passado por alguma mudança ao longo de sua trajetória, mas quando da sua criação, havia um projeto claro, que dentre outros pontos defendia o respeito às correntes internas que faziam parte do seu funcionamento.

**Artigo 3: Construção da democracia:** para cumprir seu objetivo de central unitária classista, a CUT se regerá pela mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias garantindo a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opiniões em complemento a uma férrea unidade de ação. **Artigo 4: Unidade da classe:** (...) a CUT tem como tarefa avançar na unidade da classe trabalhadora e não da cooperação entre as classes sociais (exploradores e explorados), lutando por sua independência econômica,

---

<sup>676</sup> Para Boito Jr. A crítica cutista teria permanecido cega ao poder de representação outorgado pelo Estado. Que segundo ele, é a “base de integração do sindicato ao Estado”. Ibid. p. 155. Mas veremos que essas questões são na verdade muito complexas e precisam ser analisadas à luz das experiências e possibilidades daquela época.

política e organizativa. **Artigo 5: Unidade de ação:** A CUT orienta sua atuação no sentido de fortalecer a luta e a organização de base dos trabalhadores nos seus locais de trabalho. Um plano de ação unitário será o eixo da CUT: um plano geral de lutas a longo prazo e um Plano de Lutas dentro de cada conjuntura, tirado nos congressos. **Artigo 6: Liberdade e autonomia sindical:** CUT luta pela mudança da estrutura sindical brasileira, corporativista, com o objetivo de conquistar a liberdade e a autonomia sindicais. A CUT luta pela transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizados a partir de seus locais de trabalho. A CUT luta para construir novas estruturas e mecanismos capazes de possibilitar e garantir conquistas que sejam do interesse da classe trabalhadora. O sindicato pelo qual a CUT luta será organizado por ramo de atividade produtiva, será democrático e de massas.<sup>677</sup>

Observemos que o eixo norteador que se tinha era no sentido de fortalecimento das bases, dos sindicatos existentes, estimulando posicionamento de maior ação e a luta pela mudança da estrutura sindical. Essa era a proposta que se tinha, e evidentemente, ao longo do tempo possa ter ocorrido algum distanciamento entre o discurso e a prática. Há uma literatura que busca compreender as mudanças e atuação dessa instituição, analisando o que foi possível ou não atingir dentre todos os objetivos previstos quando da sua fundação. Leôncio M. Rodrigues vai nos dizer que “apesar das críticas ao modelo existente, não houve a “formação de organizações paralelas”. O autor considera que:

as características da mão-de-obra, do mercado, da força de trabalho e, conseqüentemente, das relações de força entre as empresas e a classe trabalhadora não são de molde a favorecer a existência de um sindicalismo não só autônomo, como livre, fundado exclusiva ou basicamente na capacidade de organização dos próprios trabalhadores. Conseqüentemente, o monopólio da representação, a garantia dos recursos compulsoriamente arrecadados da massa de assalariados que integram o mercado formal de trabalho (contribuição sindical), além desse verdadeiro direito de tributação outorgado aos sindicatos oficiais que é a contribuição assistencial, constituem fatores vantajosos para a atuação sindical.<sup>678</sup>

Mesmo as tendências mais críticas ao corporativismo, nos primeiros momentos de grande ebulição social e no bojo dos movimentos grevistas, realizaram um esforço para se manterem nas diretorias dos sindicatos oficiais e para conquistar aqueles que eram mais inertes, que não tinham tanta militância. Essa postura, nem sempre foi bem compreendida, e no próprio meio intelectual, sobretudo nos anos 90, quando decorria um espaço de tempo da fundação da CUT, deu margem para que isso fosse considerado uma espécie de “apego ao sindicato de Estado”.<sup>679</sup> Apesar de sabermos que dentro do corporativismo existem elementos que pareçam não ser muito compatíveis com valores mais radicais que inspirem mudanças sociais mais

<sup>677</sup> Resolução do 1º CONCLAT. p. 8. (CEDOC- CUT). Grifos nosso.

<sup>678</sup> RODRIGUES, Leôncio. Op. Cit. p. 93.

<sup>679</sup> Essa é a perspectiva de pensamento de Armando Boito Júnior em sua obra O Sindicalismo de Estado no Brasil.

profundas e com princípios mais democráticos, o sindicalismo corporativo acabou sendo uma realidade que envolveu as diversas correntes inseridas nas dinâmicas das lutas sindicais.

Nesse sentido, é válido pontuar que não foi uma aceitação mecânica e que gerou inclusive desconfortos. Mas acima de tudo, foi uma estratégia que representava uma possibilidade de mudança. A “ação cutista, especialmente nas suas facções mais radicais”, ocorreu no sentido de “tentar utilizar a estrutura corporativa, de modo revolucionário, combativo, ou pelo menos não corporativo”.<sup>680</sup>

Por mais que compreendamos que existiam fragilidades, tanto devido a fatores internos como pela vivência de momentos de transição política, que possui em si um caráter sensível, é inegável que a CUT, “realizou um notável avanço organizatório, ganhando vários sindicatos, dirigindo greves importantes e conquistando um espaço no interior do processo político brasileiro”<sup>681</sup>. Se podem ser realizadas críticas referentes aos seus projetos, do ponto de vista político, o enfrentamento à ditadura militar, e as pressões sociais que foram realizadas no processo da campanha das Diretas Já, foram sem dúvida fatores que indicam a contribuição da Central para a volta da experiência democrática.

Foi principalmente nesse aspecto político, desenvolvendo críticas à gestão e ao plano econômico dos militares, bem como à deteriorização dos salários e processos inflacionários do período, que ela se constituiu em sujeito político que atuou no processo de formação e transformação das identidade dos trabalhadores,<sup>682</sup> sobretudo, os professores da educação básica, que passaram a ter certo destaque nas mobilizações que se deram desde os anos 70 e que consistiram numa espécie de ativistas do funcionalismo público, dos quais muitos fizeram parte da formação da própria CUT.

Apresentamos aqui a questão de como ocorreu uma preocupação da CUT com os trabalhadores públicos, pois quando falamos nas agitações e nos processos que antecedem e impulsionam a sua formação, há certa tendência em se pensar em eventos no qual tiveram

---

<sup>680</sup> RODRIGUES, Leôncio. Op., cit p. 94. Até que ponto a central obteve êxito nessa estratégia, é um questionamento que o autor faz em sua obra. Contudo, não é objetivo desse texto se estender nessa discussão, mas apenas compreender o comportamento da ação cutista e como esta afetou a configuração as associações docentes.

<sup>681</sup> Ibid., p. 93.

<sup>682</sup> Sobre essa participação no processo de transformação de identidades, deixamos claro que não acreditamos na total substituição da concepção de professor como “sacerdote”, pela de professor como trabalhador. Acreditamos que havia uma tensão sempre constante entre essas duas concepções. Embora, no contexto analisado, em função de vários fatores econômicos e políticos, a concepção de trabalhador acabasse adquirindo um maior destaque, e foi sendo reforçada sobretudo devido aos interesses de instituições como: partidos, associações para o seu processo de fortalecimento.

participação apenas os ativistas, sindicalistas e trabalhadores de macacão e mãos calejadas: operários. Mas, é preciso considerar a forte presença de trabalhadores públicos e das associações não sindicais, pois tiveram envolvimento significativo nos quadros de agitações sociais que estamos retratando e participaram dos debates conduzidos por aqueles que estavam na linha de frente dos movimentos, seja junto aos sindicalistas no sentido mais administrativo, seja atuando numa plataforma mais social junto a outras militâncias.

Sobre os movimentos grevistas do final dos anos 70, “diversos professores que estiveram à frente dessas greves, foram encontrados nas negociações para a criação da Central Única dos Trabalhadores e se tornaram lideranças importantes em partidos de esquerda e centro-esquerda, como PT, o PCdoB, o PMDB, o PSD e o PDT”<sup>683</sup>. Assim, é necessário que tenhamos a compreensão de que também as “*mãos finas*” e não apenas os “*de macacão e mãos calejadas*” participaram do movimento que deu origem à Central.

A proposta de luta da CUT para o funcionalismo público nos aponta a participação desses trabalhadores. A resolução decorrente do seu congresso de fundação, nos mostra a atenção da Central para com os trabalhadores do setor público. Desse modo, o plano de lutas definido naquela ocasião envolvia também a “*defesa dos servidores públicos*”, como é colocado no texto da resolução. O documento apresenta nesse tópico a seguinte pauta: “*reposição salarial de acordo com o custo de vida do DIEESE, reajuste semestral do salário no mínimo de acordo com o aumento do custo de vida, 13º salário para os estatutários, direito de sindicalização, novo estatuto que incorpore o direito dos servidores públicos brasileiros*”.<sup>684</sup> Como podemos perceber, havia algumas preocupações centrais ligadas ao setor público. Uma das quais nos chama a atenção é a busca pelo direito de sindicalização e as questões salariais, que são foco de boa parte das notícias presentes nos jornais em circulação na época, sobretudo quando pensamos na categoria do magistério, nosso foco de análise.

Toda essa dinâmica social proporcionada pelo descontentamento da classe trabalhadora com questões econômicas e políticas, criou um terreno fértil, favorável para que ocorressem alterações no modelo de gestão não só órgãos propriamente sindicais, mas de todas aquelas inseridas no debate sobre condições de trabalho, carreira, etc. Em meio a esse cenário, podemos destacar fatores mais ligados a uma certa subjetividade, como foi o caso da participação

---

<sup>683</sup> GOUVEIA, Andrea Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. **Sindicalismo docente e política educacional**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013. Editora UFPR. p. 117.

<sup>684</sup> Resolução do 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora. 26, 27, 28 de agosto de 1983. (CEDOC- CUT).

orgânica<sup>685</sup> no interior das instituições representativas, de pessoas com algum tipo de vínculo com organizações políticas e com experiência em outros movimentos sociais. Algo que identificamos nos professores que estavam envolvidos com a gestão da APENOPE por exemplo, quando da realização das eleições para nova diretoria em 1979.

Como foi possível apresentar até aqui, a classe trabalhadora como um todo promoveu e se envolveu no discurso e práticas do chamado “novo sindicalismo”. As entidades docentes participaram desse cenário e foram atingidas pelos novos protagonistas políticos que, a partir de diversas posturas, proporcionaram uma renovação das entidades de professores, respeitando limites de cada associação, considerando que o impacto do “novo sindicalismo” no movimento docente especificamente, ocorreu de formas distintas, dado o fato de existirem fatores como diferenças regionais e a própria heterogeneidade da categoria docente, que possui divisões em níveis primário, secundário e, portanto, é possuidora de características específicas concernentes a elementos como o seu processo de formação e questões ligadas à remuneração, bem como a relação que cada entidade possuía com seus governos locais. Sendo assim, compartilhavam elementos comuns de identidade, mas distinções referentes à mesma. De maneira geral, podemos afirmar que foi um movimento que trouxe avanços quanto às metas e questões organizacionais do magistério.

Diferentemente das entidades representativas de outros trabalhadores que faziam parte da estrutura sindical, essa nova perspectiva discursiva e de atuação promoveu uma espécie de inquietação responsável não só por processos de mudanças nas diretorias das associações, as quais passaram a incorporar uma luta mais combativa, mas promoveu o fortalecimento de uma demanda ligada ao direito de sindicalização.<sup>686</sup> Mesmo antes da fundação da CUT, existiram movimentos que colocaram esse ponto como algo a ser pensado por toda a categoria.

Em maio de 1981, quando da realização no Recife do Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, organizado pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos- CSPB e pela FASPEPE, era forte a discussão em torno do processo de sindicalização.

---

<sup>685</sup> Podemos fazer aqui uma referência ao conceito de *intelectual orgânico* de Antônio Gramsci, no qual estes constituem-se em agentes que assumem uma postura dirigente, organizativa e educativa. São agentes de conscientização e expressão de uma vontade coletiva. Conf. GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

<sup>686</sup> Conf. Armando Boito Júnior, apresenta que o novo sindicalismo foi na verdade uma autoimagem e que nos anos 80 a luta dos servidores públicos pelo direito de sindicalização foi na verdade uma luta pela sua inserção na estrutura sindical. A partir de algumas questões que serão aqui apresentadas, nos posicionamos de maneira contrária à perspectiva apresentada por este autor.

Uma das teses que havia naquela ocasião, dizia respeito justamente a essa questão. Vamos analisar um pouco, para que tenhamos uma percepção mais clara sobre esse movimento:

3. Como é do conhecimento de todos os servidores, os sindicatos brasileiros estão impedidos de desenvolver suas atividades em benefício dos trabalhadores como é fácil provar: a) pela obrigação de dispor de parte de suas verbas em obras e serviços assistenciais (aos associados e seus familiares) e portanto, ficam prejudicados em desenvolver suas atividades sindicais propriamente dita. Como consequência, limita ou restringe o seu número de associados; b) pela legislação anti-greve e c) pela famigerada Lei de Segurança Nacional. 4 Consideramos pois que, a liberdade de expressão e a liberdade sindical são condições indispensáveis para o progresso nacional. As autoridades públicas devem portanto, se abster de toda intervenção de natureza a limitar esse direito, ou de embaraçar o exercício desse direito.<sup>687</sup>

As teses citadas acima foram apresentadas pela União Nacional dos Servidores Públicos do Brasil- UNSP. Observamos que essa exposição da realidade brasileira concernente ao sindicato revela, antes de mais nada, uma compreensão dos limites de atuação impostos pela estrutura sindical, ao mesmo tempo sinalizando essa necessidade de maior liberdade para essas instituições. No âmbito dessas mesmas teses desenvolvidas, ainda foi feita uma espécie de correlação com a realidade vivenciada pelo funcionalismo público.

(...) agora é fácil comparar em que limites dentro da linha vertical atua um Sindicato de Trabalhadores e uma Associação de Servidores Públicos Civis. Com efeito, enquanto nos sindicatos o próprio Ministro do Trabalho pode pela legislação atual intervir diretamente na hora que ele achar conveniente, sem interferência até do próprio presidente da república, o mesmo não acontece na vida legislativa dos próprios servidores públicos. Somente ao ser declarado o estado de emergência (o que não é fácil, pois deve preexistir um estado de confusão social) é que é possível por ato do Presidente intervir nas Associações de Classe dos servidores públicos civis, seja ela Federal, Estadual ou Municipal.<sup>688</sup>

Podemos observar que mesmo que houvesse o entendimento de que havia alguma espécie de vantagem relacionada com a configuração jurídica das entidades no formato de associação, ainda assim reivindicava-se a necessidade de sindicalização, porém ancorada em uma conjuntura social democrática. Falavam na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e na urgência em se pensar uma nova Carta Magna, na qual a mesma assegurasse de maneira explícita vantagens consideradas *básicas e elementares*, “*com a equivalência de*

---

<sup>687</sup> Tese indicativa: *A implicação da sindicalização dos servidores públicos civis do Brasil*. 1981, UNSP. Anexo de relatório elaborado pelo SNI. SIAN. Referência. 81001732.

<sup>688</sup> Ibid.

*tratamento com os demais trabalhadores: isto é 13º salário, reajustamento salarial periódico e sindicalização (...)*.<sup>689</sup>

Sobre a luta pelo direito de sindicalização, algumas considerações devem ser feitas aqui. Discutimos em páginas anteriores, a existência dessa estrutura sindical caracterizada pelo imposto sindical obrigatório, unicidade sindical e poder de representatividade concedido pelo Estado. Vimos que, historicamente, os professores e demais trabalhadores públicos, por questões de entendimento jurídico não faziam parte dessa estrutura oficial, uma vez que determinados tipos de organizações coletivas não eram convenientes no interior do próprio ambiente estatal: setor administrativo e de serviços no geral. No plano ideológico, são tratados como “servidores”, não como trabalhadores. Sendo assim, sempre que as entidades representativas dos trabalhadores da esfera pública buscavam realizar algum tipo de atividade coletiva de maior atrito com o governo pleiteando melhores condições para o trabalho, tais iniciativas não eram bem vistas pelos governantes.

Apesar desse afastamento da estrutura sindical, o direito de organizarem associações civis era algo concreto, como vimos. E embora saibamos que essas associações poderiam ter diversos perfis (mutualista, recreativa, assistencialista etc), o perfil sindical e o potencial de reivindicação, embora com limitações, era uma realidade que causava incômodos. Quanto à proibição a respeito da sindicalização, é importante destacar que de fato umas das grandes dificuldades dos trabalhadores em educação e “servidores” no geral foi “criar e estimular a filiação a associações que não eram reconhecidas, formalmente, pelas instituições e autoridades estatais como entidades interlocutoras e representativas dos interesses corporativos, políticos e econômicos (...)”.<sup>690</sup>

Na conjuntura social que estamos analisando, as associações, nos limites das especificidades e atuação de cada uma, possuíam algumas similitudes com os sindicatos oficiais existentes, uma vez que eram sujeitas a movimentos de interesse, sujeitas a uma inércia por parte de suas lideranças no sentido de se mostrarem mais atuantes em questões de interesses

---

<sup>689</sup> Ibid. Essas questões serão mais abordadas na sequência do texto, pois quanto ao direito de sindicalização houve críticas ao posicionamento de defesa do mesmo adotado pela CUT, e cabe que apontemos quais as perspectivas que existiram naquele contexto. A exposição desse documento, nos mostra que a pauta da sindicalização não era um simples objeto de interesse específico da CUT, mas era um anseio presente no universo do funcionalismo público, que como podemos perceber queria “*equivalência de tratamento com os demais trabalhadores*”. Essa equivalência de tratamento pode ser aqui questionada. Afinal, ela representa que se reconheciam como trabalhadores? Possivelmente não de forma geral.

<sup>690</sup> BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês; DINIZ, Cássio. O sindicato da sociedade capitalista e a exterioridade do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil. In. \_\_\_\_\_ ( Orgs) **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 49.

trabalhistas ou não, e vivenciavam muitas vezes outras formas de opressão por parte dos governos. Não sofriam exatamente o mesmo tipo de controle que os trabalhadores de outras áreas. Ou seja, suas diretorias não eram indicadas pelo Ministério do Trabalho e, por isso mesmo, não eram cassadas, pois o Estado não podia retirar aquilo que não foi uma outorga do mesmo. Apesar desse não reconhecimento, enquanto associações civis, podemos dizer que tinham maior liberdade para atuarem, diferentemente dos sindicatos inseridos na estrutura oficial. Claro que essa maior liberdade iria depender do tipo de protagonismo que cada uma delas desempenhava, tendo em vista o tipo de atuação das suas direções, e do próprio perfil de atuação coletiva dos grupos que representava.

Nesse sentido, se essas associações poderiam gozar de maiores possibilidades quanto ao seu potencial de atuação, sobretudo em um contexto social de repressão, e a partir dos impulsos no “novo sindicalismo”, no qual houve uma tendência a se abandonar o perfil mais de caráter assistencialista, isso permite que levantemos questionamentos quanto ao porquê da necessidade de sindicalização e sobre o porquê da CUT<sup>691</sup>, buscar reforçar essa luta a favor da garantia desse status para as associações de professores e trabalhadores públicos em geral.

De acordo com Gouveia e Ferraz, essa “transformação de associação para sindicato, possibilitaria “uma nova base jurídica, assim como maior regularidade de arrecadação para as ações políticas e coletivas dos professores”<sup>692</sup>. Toda a discussão em torno desse processo de sindicalização foi extremamente válida para o levantamento da discussão da própria implantação e consolidação de uma estrutura democrática, colocando em evidência e criticando a própria lógica que impediu a existência do sindicato.

Para autora Maria Silvia P. de Castro, é verdade que “ao adotar uma postura de adaptação à estrutura sindical corporativa, atuando por dentro dela, a CUT dificultou as condições para um rompimento definitivo com a estrutura sindical corporativa”<sup>693</sup>, contudo,

---

<sup>691</sup> Não apenas a CUT foi responsável por essa luta, mas também correntes sindicais que formariam a CGT, foram responsáveis por desenvolverem uma discussão voltada para esse objetivo. Realizaram inclusive um seminário nacional na cidade de São Paulo em 1985, no qual o tema da sindicalização dos servidores públicos era material central na pauta.

<sup>692</sup> GOUVEIA, Andrea Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. **Sindicalismo docente e política educacional**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun. 2013. Editora UFPR. p. 117

<sup>693</sup> CASTRO, Maria Silvia Portella de. O sindicalismo na construção da democracia brasileira: a experiência e perspectiva da CUT. In. HELLMANN, Michaela (Org.) **Movimentos sociais e democracia no Brasil**. \_\_\_\_: Marco Zero, 1995. p. 121.

isso não significa dizer que a luta pelo direito de sindicalização dos funcionários públicos não se constituísse em uma luta democrática de fato.<sup>694</sup>

Se estruturalmente, a impossibilidade de formarem sindicatos se dava pela imposição e interesses do Estado em inseri-los e percebê-los como servidores e não trabalhadores, o movimento pela sindicalização sinalizava a necessidade de rompimento das amarras impostas pela CLT no contexto do Estado Novo, e em consequência, abria caminhos para a construção de uma identidade de trabalhadores da esfera pública, sujeitos a embates com o Estado, forma política do capital.

A luta pela sindicalização, se dava com base na necessidade de reconhecimento pelo Estado e na busca de maior liberdade de poderem representar os trabalhadores, reforçando-se assim, maiores possibilidades de êxito no encaminhamento de suas demandas. Essa luta apontava que o movimento de trabalhadores, nesse contexto, possuía uma fisionomia que colocava em evidência as pautas sociais amplas. Isso não só foi algo incorporado pela CUT, mas também pela própria CPB<sup>695</sup>, a qual veio a filiar-se a essa central em 1988. Esta confederação organizou congressos que expressavam preocupações com questões sociais sensíveis naquele momento de transição, abordando temas como a: “exploração do trabalho infantil, reforma agrária, emprego, saúde no trabalho, racismo e opressão de gênero, contribuindo para uma maior participação no cenário político e social do Brasil”.<sup>696</sup> Essa postura, sem dúvida colocava os professores como protagonistas de demandas não só corporativas, mas voltados a uma pauta geral no universo político, fortalecendo ao mesmo tempo a sua posição enquanto trabalhadores do ensino e reforçando gradativamente uma imagem que foi sendo construída nos movimentos grevistas de 1979.

---

<sup>694</sup> Para fins apresentarmos as vozes que tratam sobre essa questão e que tem um ponto de vista diferente, Boito Júnior acredita que a ideia de combater a “estrutura por dentro” era uma falácia que representava apenas um apego a estrutura sindical, e que a CUT considerava o sindicato de Estado algo superior às associações e à própria organização independente dos trabalhadores. BOITO JÚNIOR. Op., cit., p. 103. Não adotamos aqui essa perspectiva de pensamento.

<sup>695</sup> Sobre a CPB, é importante mencionar que apesar de ser a entidade nacional, no início dos anos 80 alguns grupos lançaram a proposta da construção de uma nova confederação. No bojo dos movimentos políticos da época, compreendiam que a CPB era uma entidade mais colaboracionista. As lideranças comunistas apoiavam o fortalecimento da entidade. Já lideranças vinculadas com o nascente Partido dos Trabalhadores empenhavam-se em fundar A União Nacional dos Trabalhadores em Educação (UNATE). Essa nova entidade, veio a existir por um tempo, mas acabou não conseguindo sustentação. Apesar disso, acabou levando a um fortalecimento e renovação da CPB.

<sup>696</sup> BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês; DINIZ, Cássio. Op., cit. p. 50.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, apresentamos marcos iniciais e trajetórias das associações docentes em Pernambuco, buscando demonstrar como estas foram responsáveis por produzir e reproduzir imagens sobre os professores, geralmente associadas a uma perspectiva missionária. Nosso propósito maior foi apresentar como em um determinado momento da história começou a existir uma ruptura dessa imagem, provocada tanto por determinados “rebolços” na conjuntura político social do país, quanto por mudanças internas na condução da associação.

Vimos que a primeira associação docente existente foi o Centro de Professores Primários de Pernambuco, e que este surgiu em função de uma demanda, considerando a ampliação da oferta do ensino primário e os esforços para conter o analfabetismo que praticamente imperou durante boa parte do Brasil republicano. Tendo em vista que boa parte dos professores do ensino primário eram mulheres, o Centro reforçou a imagem da docência como sendo uma profissão de mulheres, carregando consigo atributos indispensáveis para exercer a profissão. Apesar da reprodução da perspectiva missionária, profissionalizante e recreativa do Centro, teve importante papel no sentido de dar visibilidade para as necessidades dos professores, gerando condições para a formação do órgão de representação nacional, a CPPB, em relação ao qual o Centro de professores teve importante colaboração devido ao fato de sua liderança, Maria Elisa Viegas ter estado a frente das discussões que deram origem à Confederação.

Reforçamos aqui o fato de que trazer a origem e parte da trajetória do CPPP foi algo colocado neste estudo como fundamental para compreendermos que tipo de associativismo docente existia em Pernambuco quando do nascimento da APENOPE, buscando apontar também qual cenário social estimulou a organização desta associação. Desse modo, esse caminhar pelas origens consistiu na primeira parte deste trabalho, sem a qual não seria possível visualizar de modo claro qual a efetiva contribuição da APENOPE no cenário associativista de Pernambuco, bem como as mudanças que a associação passou a partir da emergência dos movimentos de ebulção política, social e trabalhista do final dos anos 70.

Dentro da primeira parte do estudo, ao apresentarmos a conjuntura social e a dinâmica de funcionamento da APENOPE, ficamos temporalmente situados dentro de um período específico de nossa história: o período da ditadura implantada com o golpe de 1964. Embora a APENOPE tenha preenchido o espaço referente à representação dos professores de nível médio, estimulando debates sobre pontos necessários para organização da carreira docente, como a

questão do estatuto do magistério e remuneração, através das fontes apresentadas e da abordagem desenvolvida, foi impactante perceber como uma associação docente se manteve alheia ao cenário social de opressões, perseguições e intervenções em entidades de outros trabalhadores, demonstrando total afastamento com as questões de seu tempo, exaltando o regime político vigente como sendo sinônimo de *democracia* e *avanço* como chegou a ser expresso no jornal da associação. A APENOPE também não rompeu com uma visão missionária quanto à docência. Nesse primeiro momento de sua existência, ela não expressou um comportamento distinto daquele que o Centro de Professores Primários desenvolvia. Podemos dizer que do ponto de vista de um protagonismo político, não houve uma mudança em comparação ao CPPP.

Conforme pudemos demonstrar, embora as associações fossem regidas por um estatuto, orientando a forma como estavam organizadas, elas, enquanto entidades, não agiam, não se articulavam por si mesmas. As associações só passavam a *ter vida e ser* um organismo de ação porque existiam pessoas interagindo, atuando, dando suas coordenadas. Assim, refletiam as perspectivas, interesses e visões de mundo daqueles que estavam a sua frente. Demonstramos isso, quando apresentamos a figura de Maria Elisa Viegas de Medeiros e o lugar social que ocupou no âmbito da Secretaria de Educação, bem como a boa relação que manteve com o governo estadual, fatores estes que direcionaram ou influenciaram o modo de atuação do Centro. Com relação à APENOPE, a figura de Leônidas Fernandes de Lima, declarando apreço aos parlamentares da Arena e lideranças políticas ligadas ao governo autoritário, nos fazem compreender o perfil que a associação assumiu durante quase uma década, considerando o tempo que Leônidas esteve na direção da mesma (1971-1979).

Ao vermos essa realidade do associativismo pernambucano, entendemos que a forma como as entidades interagiam com as forças políticas não as tornava suficientemente atraentes ou confiáveis no que concerne à defesa dos interesses dos professores. Arelada a essa realidade, tivemos a ausência entre os professores, de um conjunto de experiências reivindicativas capazes de estimular o envolvimento com entidades de representação. Essa ausência de experiências, por sua vez, esteve relacionada com a autoimagem que historicamente carregavam, tanto devido à heterogeneidade da categoria docente, fazendo com que para os que vinham de famílias mais privilegiadas, o magistério fosse visto como uma missão e um caminho para se inserir na vida pública e, para outros, uma forma de ascensão social e sobrevivência. A forma como cada professor percebia sua realidade estava relacionada, assim, a sua cultura e conjuntura social de cada um. Além disso, o envolvimento com o discurso que colocava os professores como sendo

“servidores” públicos e não trabalhadores possivelmente consistiu em um entrave para que estes se envolvessem com modos de reivindicação mais ousados.

O panorama que apresentamos no primeiro momento do nosso estudo, nos reforça que o movimento da história ocorre acompanhado por mudanças, novos modos de pensar, de vivenciar a realidade e interpretá-la. Podemos afirmar que a “reviravolta” no cenário das associações foi estimulada pelos novos contornos na conjuntura política brasileira e nas ações desenvolvidas pelos militares, especificamente a partir das políticas educacionais que tiveram uma materialização nos espaços escolares, intensificando o cenário de precarização desses espaços, palco de atuação dos trabalhadores do ensino. Foram estes que, uma vez vivenciando os conflitos do cotidiano de trabalho e a distância entre a remuneração recebida e o custo de vida questionaram o papel das associações como agentes de representação do magistério, bem como reivindicaram uma política de valorização para o mesmo.

Os questionamentos quanto às ações governamentais e ao papel das associações não foram tolerados. Passaram a ficar sob a mira da observação dos órgãos de vigilância, como pudemos demonstrar, ao trazermos vozes como as de dona Lucy Pinheiro e Paulo Rubem Santiago, bem como a documentação produzida pelo Serviço Nacional de Informação ao revelar as preocupações com o que chamavam de “elementos esquerdistas” em meio ao movimento de professores.

A inquietação existente nas bases resultou no movimento dinâmico da greve de 1979 em Pernambuco, possibilitando experiências nunca vividas pelos professores: vigílias, piquetes, uso da arte como forma de construção de críticas. Práticas que expressaram habilidades e sensibilidades voltados para uma apreensão da realidade enfrentada. Enfrentamento este que caminhou em diversas direções, sendo uma delas a conduta da APENOPE até então, uma vez que ela foi contrária ao movimento grevista. Enfrentou-se também as condições materiais dos professores e a atmosfera antidemocrática existente, tanto do ponto de vista estadual quanto nacionalmente.

Como pudemos observar ao longo do trabalho, as ações de contestação não partiam de todos. A forma como cada um interpretava suas experiências era muito variável, justificando assim, as pressões como os piquetes e as visitas de grupos do Comando de Greve às escolas, visando convencer os professores para que aderissem ao movimento. Neste momento, cabe aqui que nos apoiemos na perspectiva thompsoniana que nos fala sobre a experiência vivida e como essas são tratadas pelos diferentes sujeitos da história. Embora os professores estivessem

partilhando da mesma atmosfera social, das mesmas necessidades inerentes à categoria profissional, cabe questionar como cada um deles deu sentido a estas experiências em sua consciência e sua cultura.<sup>697</sup> Cada um possuindo certas distinções do ponto de vista do tipo de vínculo empregatício, seja a partir de vínculos de contratação seja como estatutários, bem como outros elementos ligados ao universo social e cultural dos mesmos. De todo modo, podemos afirmar que o protagonismo dos professores envolvidos com o movimento grevista foi fundamental para o processo de renovação da APENOPE, pois revelou a sua passividade em relação a muitas demandas docentes, bem como o seu posicionamento demasiado adesista às forças da ditadura no poder.

A partir dos engajamentos produzidos pelos professores envolvidos com o Comando de Greve e tantos outros professores da rede estadual, criou-se a atmosfera necessária para a construção de uma nova identidade docente. Aquela que os colocava como trabalhadores. Estamos longe de dizer que foi uma tomada de consciência coletiva ou um movimento instantâneo. Mas afirmamos que foi o marco ou um dos marcos de um processo que teve como um ponto de tensão os movimentos sociais que foram explodindo a partir do final dos anos 70, aliando as necessidades do mundo do trabalho às insatisfações com a esfera política.

Além do movimento existente nas bases, a partir do momento em que a APENOPE foi conquistada por outros professores por meio de processo de eleições, observamos todo o engajamento da associação participando de eventos locais e nacionais nos quais se discutia a conjuntura política brasileira. Essa nova atuação foi tão intensa, que o veículo de comunicação da associação deixava muito claro em suas páginas a sua posição em defesa da democracia, contra o autoritarismo e a favor de um modelo de educação não tecnicista. Algo muito diferente daquilo que vinha sendo desenvolvido quando do nascimento na associação.

Acompanhando a crítica ao regime vigente, a APENOPE passou a ser muito firme quanto à necessidade de que os servidores públicos fossem reconhecidos como trabalhadores e que, como tal, deveriam se envolver com o conjunto dos trabalhadores brasileiros que embora possuíssem diferentes demandas em função das diferentes relações sociais que vivenciavam, compartilhavam de uma base comum ligada à desvalorização salarial, precarização no trabalho, bem como sofriam os impactos do autoritarismo materializado no cotidiano do trabalho e/ou

---

<sup>697</sup> THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. V1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p. 10.

nas esferas burocráticas, uma vez que o Estado, a partir de seus projetos, atingia direta e negativamente os trabalhadores.

A discussão da APENOPE em torno do direito de sindicalização a colocou como um sujeito coletivo importante reforçando a imagem do professor enquanto trabalhador da Educação e mais especificamente do ensino, exigindo que o Estado também os reconhecessem dessa forma, rompendo desse modo com a perspectiva ideológica que apontava que só poderia ter sindicato os trabalhadores inseridos diretamente dentro da relação capital *versus* trabalho. Ou seja, produtores de mercadoria e de mais-valia.

Através de seu protagonismo, das experiências vivenciadas, deu visibilidade para o fato de que, embora os professores da esfera pública fizessem parte de relações de trabalho diferenciadas daqueles que atuavam no ensino privado ou de trabalhadores de outras esferas econômicas, a força de trabalho era uma mercadoria, e sendo assim, conforme nos apresenta Dal Rosso: “a mercadoria força de trabalho, portanto, contém uma indelével participação conferida pelo trabalho docente. A escola deixa marcas profundas, para o bem e para o mal, na formação da mão-de-obra”<sup>698</sup>. Dessa forma, o trabalho docente acaba sendo mediatamente produtivo. E isso independe da relação de produção na qual ele esteja inserido. Seja no setor público ou privado. A escola, enquanto espaço de atuação dos trabalhadores do ensino, “é partícipe da acumulação mediata do capital”.<sup>699</sup>

A intensa participação das associações na condução desse debate, permitiu que estas fortalecessem o projeto de construção de uma Central Única dos Trabalhadores. Fator que explica porque durante todo processo de organização da Central, a pauta voltada para o direito de sindicalização e o direito de greve dos “servidores” públicos tenha sido uma das principais discussões. Professores, militantes das associações docentes, estiveram muito engajados nos eventos que resultaram na construção da Central, permitindo lugar de destaque sobre a questão educacional em meio ao universo sindical.<sup>700</sup> Sendo assim, embora os trabalhadores de “macacão” e “mãos calejadas” costumem ser mais visualizados com relação ao protagonismo que favoreceu a construção da Central, professores ligados ao movimento educacional tiveram intenso protagonismo.

---

<sup>698</sup> DAL ROSSO, op. cit., p. 25

<sup>699</sup> HYPÓLITO, A. M. **O processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise**. Teoria & Educação. Porto Alegre, v.4, 1991, p. 6

<sup>700</sup> Tempos mais tarde, a presidência da CUT nacional teve a frente entre os anos 2000 e 2003 o professor João Felício, que havia sido presidente da Apeoesp por três mandatos. Em Pernambuco, tivemos o professor Paulo Valença entre os anos de 1987-1989.

As discussões que se deram dentro dos primeiros anos da década de 80, foram fundamentais no processo de elaboração da constituição democrática de 1988. Ainda que saibamos que esta foi resultado das pressões de uma série de outros personagens, chamamos a atenção para a parcela de contribuição da APENOPE nesse processo e seu envolvimento com este debate.

Ao olharmos para as origens do associativismo pernambucano, bem como para a trajetória da APENOPE, conseguimos obter alguns entendimentos. Afinal, a história tem a função de nos proporcionar aprendizagens e potencializar a leitura de nosso tempo presente. Primeiramente, compreendemos que a imagem do professor enquanto trabalhador, hoje está mais sólida embora ainda possa existir resistência a essa ideia. Algo que expressa esse novo momento e essa nova autopercepção é a quantidade de greves e manifestações docentes ocorridas ao longo dos anos a 80, 90 e 2000 em diferentes estados e em torno de pautas muito semelhantes, sendo as principais: reajuste salarial e condições de trabalho. Infelizmente, os motivos que levam à existência desse quadro são os mesmos de décadas atrás, reforçando a necessidade de que o setor educacional seja visto como um espaço de lutas constantes para que seja possível garantir direitos para alunos e mais dignidade para os professores em seus espaços de trabalho.

Outro ponto importante a ser ressaltado, é que as entidades de representação docente, hoje sindicatos, necessitam criar maiores vínculos com as bases, a partir de projetos e ações diversas sobre variados temas concernentes ao mundo educacional, visando um estreitamento com a categoria e o fortalecimento das lutas trabalhistas, pois embora não estejamos em tempos de ditadura, a democracia e os direitos dos trabalhadores continuam sofrendo ataques. Mais do que nunca se faz necessário sindicatos que tenham maior envolvimento com as bases e que se apropriem de discussões que tem impacto direto na vida docente, seja quanto a sua *prática* pedagógica, seja em relação ao *trabalho* docente propriamente dito. O distanciamento entre o sindicato e as bases, pode trazer sérias consequências no que diz respeito ao real poder e impacto de representação das entidades. E a história nos apresenta isso de forma muito clara, quando observamos o modo de atuação da APENOPE sob a direção do professor Leônidas, e seu modo de atuação a partir de Paulo Rubem Santiago, que justamente pelas experiências que agregava, buscou realizar um estreitamento entre a entidade e as bases, através da promoção de eventos que colocavam no centro do debate a vida do professor e o mundo político no qual estavam inseridos.

Embora naquele período a questão do reajuste salarial tenha sido o ponto de maior repercussão nos debates e motor dos movimentos de reivindicação, hoje se faz necessário ampliar as discussões para diversos outros fatores que afligem os professores em seu cotidiano de trabalho, gerando diversos transtornos psicológicos. Os sindicatos devem melhor viabilizar essas discussões, pois ações assim direcionadas podem gerar um magistério mais fortalecido, engajado e até mesmo confiante em seu órgão de representação. É preciso olhar para o passado visualizando o potencial das experiências vividas bem como suas fragilidades, na intenção de termos, talvez, mais clareza sobre a direção na qual estamos caminhando e sobre as histórias de trabalhadores do ensino que gostaríamos de vivenciar no futuro.

Sobre o olhar para o passado, no momento final deste trabalho não poderíamos deixar de mencionar que apesar de tantas ampliações em termos de abordagens e diversidades temáticas no campo da História, ainda é preciso que se intensifique a caminhada na busca de se pensar a classe trabalhadora em toda a sua diversidade. Muito ainda precisa ser feito para que seja possível falar em uma historiografia dos professores, assim como se fala em uma historiografia dos trabalhadores da cana de açúcar, dos metalúrgicos etc. Afinal, qual o lugar do professor na historiografia bem como do associativismo e do sindicalismo docentes? Falar sobre professores, suas lutas e entidades representativas, demanda um olhar pelo cenário no qual estes estão inseridos: o universo educacional; o que significa tratar, ainda que transversalmente, sobre a temática da Educação.

Francisco Falcon, ao fazer uma abordagem sobre a diversidade temática no campo da História, observou uma “ausência de trabalhos relativos à história da educação, como se não competisse realmente aos historiadores o estudo de tal história”.<sup>701</sup> Inúmeros estudos ligados aos professores se inserem diretamente ou transversalmente na área da Educação e ainda assim, só mais recentemente começou-se a tratar sobre a questão do trabalho docente em si. Dessa forma, dizer que os historiadores não têm se apropriado de questões ligadas à história da educação, permite que se relacione esse fato às poucas pesquisas nas quais se discute a questão do professor enquanto trabalhador, bem como uma abordagem quanto à organização de suas entidades representativas, sejam associações ou sindicatos.

---

<sup>701</sup> FALCON, Francisco. **História cultural e história da educação**. In Revista Brasileira de Educação. V.11 n. 32. Maio/ago, 2006, p. 328.

Tentando explicar esse afastamento da História em relação a temas da Educação ou a ela relacionados, Warde apresenta-nos uma outra perspectiva ao afirmar que:

(...) a história da educação não se instituiu a partir do movimento interno da História e não foi a ela incorporada. A gênese e o desenvolvimento da história da educação estão no campo da Educação, do qual ela foi convertida em enfoque, em abordagem. Assim, efetivamente, a história da educação não se configura uma especialização temática da História, mas sim uma ciência da educação, ou uma ciência auxiliar da educação<sup>702</sup>.

Percebemos que Falcon e Warde possuem posicionamentos distintos, em certo aspecto. O primeiro ressalta o afastamento dos historiadores em relação a história da educação. E a autora, pontua que esta especialidade acabou se desenvolvendo distante dos núcleos propriamente historiográficos. De alguma forma, isso nos leva a compreensão de que esses fatores de ordem teórica da constituição dessa área contribuíram para o pequeno número de pesquisas sobre professores no campo da História, explicando o porquê de muitos estudos se situarem na área de Educação, que é, inclusive, espaço de acolhimento de muitos historiadores que decidem investigar sindicatos e associações docentes.

Cabe que o campo da História seja também espaço de acolhimento destes estudos, fortalecendo inclusive o campo da história social do trabalho, inserindo os professores como sujeitos do trabalho, uma vez que a categoria “trabalho” passou por um processo de mudança relacionada com certas quebras de ortodoxismos e reducionismos diante das ampliações historiográficas em termos de: sujeitos, objetos e abordagens e da percepção das novas dinâmicas no universo da sociedade capitalista.<sup>703</sup>

Desse modo, é preciso considerar que:

O trabalhador deixou de ser o sujeito da rotina fabril, produtor de mais-valia, e foram englobadas à historiografia recente do trabalho, os trabalhadores sem trabalho, os sem salário, os trabalhadores em sua diversidade e peculiaridade, por que constituem a classe que vive do trabalho<sup>704</sup>.

A partir dessa perspectiva, foi possível pensar os professores enquanto sujeitos do trabalho, considerando-se as trajetórias ligadas à configuração da própria profissão, e às

---

<sup>702</sup> WARDE, Mirian Jorge. **Contribuições da história para a educação**. Em Aberto, Brasília, INEP. Ano 9, nº47, 1990, p. 8.

<sup>703</sup> Compreendemos que não é apenas o tema que define o campo de pesquisa, mas as abordagens ligadas à ampliação das dimensões analíticas interagindo com conceitos diversos, tais como gênero etnia, etc, e diversas possibilidades de fontes de pesquisa. PETERSEN, Silvia. A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas. Anais do XXI Simpósio Nacional de História da Anpuh, São Paulo, Julho, 2011, p. 5.

<sup>704</sup> OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **Apontamentos para pesquisa histórica sobre trabalho docente**. Espaço Plural. Ano XVII, nº34, 2016, p. 562.

elaborações de uma identidade que envolve, como não poderia deixar de ser, fatores culturais que também estão atrelados ao mundo do capital, e as suas dinâmicas sociais.

Embora de maneira ainda um pouco tímida, estamos caminhando, nos territórios da História, para uma historiografia dos professores enquanto trabalhadores do ensino e para que pensemos na organização de suas entidades representativas e sua atuação.

## REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, 1968 em Pernambuco.** In. CLIO- Revista de Pesquisa Histórica, n.26-1, 2008.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In. PINSK, Carla B. (Org). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2011.
- ASSIS, Wanderlice da Silva; PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Stella Sanches de. **História do ensino secundário no Brasil: o caminho para as fontes.** In. Roteiro, Joaçaba, v.42, n.2, p. 311-330, mai/ago, 2017.
- ALMEIDA, Maria Herminea Tavares de. **O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas.** Revista Debate e Crítica. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais. São Paulo: Huitec, 1975.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985).** Petrópoles: Vozes, 1984.
- ARAÚJO, Florisvaldo Dutra de. **O regime jurídico dos servidores públicos no Brasil e suas vicissitudes históricas.** Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Belo Horizonte, n.50, p. 143-169, jan-jul, 2007.
- ARAÚJO, Maria do Amparo, et. al. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985). In. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **Democracia e ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.
- BARROSO, Geraldo. **Imaginário social e ensino secundário.** Pernambuco nos anos 50, ANPUH, 2004.
- BAUER, Carlos; PAULISTA, Maria Inês; DINIZ, Cássio. O sindicato da sociedade capitalista e a exterioridade do sindicalismo e do associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil. In. \_\_\_\_ (Orgs.) **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil.** Jundiá: Paco Editorial, 2013.
- BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOITO Jr. Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical.** São Paulo: HUI CETEC, 1991.
- \_\_\_\_\_. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BRANCO, Edward de Alencar; CAVALCANTE, Idelmar Gomes. **Entre a rinha e a arquibancada: a autoria imprecisa do movimento estudantil nos interstícios de 1968.** In CLIO. Revista de Pesquisa Histórica, n. 26-1, 2008.

CAMPOS, Maria Regina M; CARVALHO, Maria Aparecida. **A educação nas constituições brasileiras**. Campinas- SP: Pontes, 1991.

CASTRO, Maria Silvia Portella de. O sindicalismo na construção da democracia brasileira: a experiência e perspectiva da CUT. In. HELMANN, Michaela (Org.). **Movimento sociais e democracia no Brasil**: Marco Zero, 1995.

CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do magistério**: ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: FUMEC, 2005.

CAVALCANTE, Jannaiara Barros. **Sindicalismo docente**: a luta dos professores da rede pública estadual no Recife no período da transição democrática. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UFPE, 2012.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **Nos caminhos da história social**: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. História & Perspectiva. N. 42, p. 31-48, jan/jun, 2010.

COSTA, Sérgio. **Estado e controle sindical no Brasil**. São Paulo: Queroz, 1986.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.

CUNHA, Luiz Antônio; FERNANDES, Vânia. **Um acordo insólito: ensino religioso sem ônus para os poderes públicos na primeira LDB**. In. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 38, n. 04, p. 849-864, out./dez., 2012.

COELHO, Sandro Anselmo. **O Partido Democrata Cristão**: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964) In. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 40, p. 93-119. Editora UFPR, 2004.

DAL ROSSO, Sadi. Elementos para teoria do sindicalismo no setor da educação. In. \_\_\_\_\_ (Org.) **Associativismo e sindicalismo em Educação**: organização e lutas. Brasília: Paralelo, 2011.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral, tempo e narrativa**: tempo, memória e identidades. In. Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº6, jun. São Paulo, 2003.

DINIZ, Cássia. Construindo a luta: a associação dos servidores da Universidade de São Paulo no contexto dos anos 1970. In. BAUER, Carlos et. al. (Orgs) **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**, v. 4, SP: Paco, 2019.

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FALCON, Francisco. **História cultural e história da educação**. In. Revista Brasileira de educação. V11, n. 32, mai/ago 2006.

FERREIRA Jr. Amaurílio. **Movimento sindical de professores no Brasil e na Grã Bretanha**: primeiras aproximações de um estudo comparado. In. BAUER, Carlos et. al (Orgs). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil.v.4**. Jundiaí: Pacos, 2029.

\_\_\_\_\_. A Confederação dos Professores do Brasil e a aposentadoria aos 25 anos. In. **Associativismo e sindicalismo em Educação: teoria, história e movimentos**. Brasília: Paralelo, 2013.

FERREIRA Jr. Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Edições Pulsar, 2006.

FERREIRA, Andreza Tereza Brito. **A mulher e o magistério: razões da supremacia feminina** (A profissão docente em uma perspectiva histórica). Tóp, Educ, Recife, v.6, n. 1-3, p. 43-61, 1988.

FERREIRA, Jorge. **O nome e a coisa: o populismo na política brasileira**. In. \_\_\_\_ (Org.) O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Luzilá Golçalves. **Presença feminina**. Recife: Alepe, 2002.

FERREIRA, Marcia Ondina Vieira. **Feminização e natureza do trabalho docente: breve reflexão em dois tempos**. Revista Retratos da Escola. Brasília v.9, n. 16, p. 153-166 jan/jun, 2015.

FERREIRA, Rafael Leite. **Uma flor fura o asfalto: MDB em Pernambuco (1964-1979)**. Tese (Doutorado em História) PPGH-UFPE, 2018.

GADOTTI, Moacir. **Estado e sindicalismo docente: vinte anos de conflito**. In. Revista Adusp, dez, 1996.

GERMANO, José Willington. **Estado e educação militar no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOUVEIA, Andreia Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. **Sindicalismo docente e política educacional**. Educar em Revista- Curitiba, n. 48. P. 111-129, abr/jun, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. V. 16, n. 47. Rio de Janeiro, mai/ago, 2011.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HYPÓLITO, A.M. **O processo de trabalho na escola: algumas teorias para análise**. Teoria & Educação, Porto Alegre, 1991.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1990.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia G. Documento e História: a memória evanescente. In. PINSK, Carla; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.

LANÇA, Héliida; BAUER, Carlos. **O associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores da educação como objeto de estudos históricos educacionais**. In. BAUER, Carlos et.al (Orgs). *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil: com escritos sobre a Inglaterra, País de Gales e Portugal*. Jundiaí- SP: Paco, 2019.

LE GOFF, Jacques. Memória. In.\_\_\_\_\_. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas. In PINSK, Carla B (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

LUGLI, Rosário S. Genta. **As representações dos professores primários: estratégia política e habitus professoral**. In. Revista Brasileira de História da Educação, nº 9 jan/jun, 2005.

MAGALDI , Ana Maria B de; DAVID, Juliana Vital A. Prevenindo o professor problema: o impresso como estratégia de divulgação da higiene mental e de formação do professor na sociedade brasileira (anos 1930). In. CARDOSO, Tereza Fachada Levy. **História da profissão docente no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2014.

MANFREDI, Silvia Maria. **Formação sindical: história de uma prática cultural no Brasil**. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

MARTINS, Heloiza Helena T. de Souza. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil**. São Paulo: Huicitec, 1979.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEZÁROS, Istivan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo.

MOMESSO, Luiz. **Lutas e organização sindical em 1968 apesar da ditadura**. In. CLIO. Revista de Pesquisa Histórica. Editora da UFPE, Recife, 2009.

MONLEVADE, João Antônio Cabral. **Valorização salarial dos professores: o papel do piso salarial profissional como instrumento de valorização dos professores da educação básica**. Tese (Doutorado em Educação) Unicamp, 2000.

NASCIMENTO, Marcos Antônio H. **O novo sindicalismo e a atuação dos professores durante o regime civil-militar: educação, greves e resistência (1979-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) PPGH-UNICAP, Recife, 2020.

NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria**. O ministério do trabalho no governo Castelo Branco. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil: artes, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)**. Tese, USP, FFLCH, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NOGUEIRA, Arnaldo José F. Mazei. **Relações de trabalho no setor público**. Disponível em [www.pucsp.br](http://www.pucsp.br).

OLIVEIRA, Mariana Esteves. **Apontamentos para pesquisa histórica sobre trabalho docente**. Espaço Plural. Ano XVII, n. 34, 2016.

\_\_\_\_\_. **Professor, você trabalha ou só dá aula?: Um olhar sobre a história e precarização do trabalho docente**. Curitiba, CRV, 2019.

Ó, Jorge Ramos do; BREGLIA, Vera Lúcia A. Por entre falas autorizadas e vozes silenciadas; formação de professores secundários, Brasil-Portugal (1930-1945). In. CARDOSO, Tereza F. L. (Org) **História da profissão docente no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2014.

PASSARINHO, Jarbas. **Um híbrido fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1996.

PETERSEN, Silvia. **A presença da história social do trabalho no ambiente acadêmico brasileiro nas últimas décadas**. In. Anais do XXI Simpósio Nacional de História da Anpuh. São Paulo, julho de 2011.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. Revista Topoi, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan/jul, 2011.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Ascensão e queda do professor**. São Paulo: Cortez, 1994.

PAOLI, M.C; SADER, Eder; TELLES, V. **Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico**. Revista Brasileira de História. N.6, p. 129-149, set, 1983.

PESSOA, Robertônio Santos. **Sindicalismo no setor público**. São Paulo: LTR, 1955.

PEREIRA, Amilcar, Araújo. **O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Tese (Doutorado em História), PPGH-UFF, Niterói, 2010.

PONTUAL, Virgínia. **Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas**. In. Revista Brasileira de História. V. 12, nº 42. São Paulo, 2001.

REIS, Maria Candida Delgado. **Tessitura de destinos: mulher e educação**. São Paulo: educ, 1993.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZENDE, Antônio Paulo. **O Recife: histórias de uma cidade**. Recife: Fundação da Cultura, 2002.

RIBEIRO, M<sup>a</sup>. Luiza Santos. **A formação política do professor de 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 1987.

RIDENTI, Marcelo. **Professores e ativistas da esfera pública**. São Paulo: Cortez, 1995.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, Iram Jacome. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Escrita, 1997.

RUIZ, João Alvaro. **Metodologia científica: guia para a eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1986.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

\_\_\_\_\_. **A escola pública brasileira ao longo do século XX (1890-2001)**. III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba, novembro, 2004.

\_\_\_\_\_. **O legado educacional do regime militar**. Cad. Cedes, Campinas, v. 28, n. 76, set/dez, 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. **Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática**. Dossiê Política e Sociedade, n. 13, out., 2008.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores, sindicato e política no Brasil: do golpe à redemocratização**. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. **O Brasil republicano**.v4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

\_\_\_\_\_. **Classe trabalhadora, confronto político e democracia: o ciclo de greves do ABC paulista e os desafios do sindicalismo atual**. Lua Nova, São Paulo, 2018.

SADY, João José. **Direito sindical e luta de classes**. \_\_\_\_\_, 1985.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil 1974-1975**. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.) **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SILVA, Diego Carvalho. **Partidos e alianças políticas na “Moscouzinho do Brasil”: os comunistas e as eleições municipais de outubro de 1947 em Jaboatão- Pe**. Dissertação (Mestrado em História), UFF: Niterói, 2015.

SILVA, Max Rodolfo Roque da. **As lutas dos professores da rede pública estadual em Pernambuco: o novo sindicalismo e a formação do SINTEPE**. Dissertação (Mestrado em Educação), PPGE-UFPE, Recife, 2014.

SOARES, José Arlindo. **Os limites do novo sindicalismo no Nordeste**. In. **Movimentos sociais para além da dicotomia rural-urbano**. Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro: Recife, 1987.

SOUZA, Cícero de Albuquerque de. **Retratos de professores: associativismo docente em Pernambuco (1979-1982)** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa, 2016.

SOUZA, Fábio Silva de. **O movimento de cultura popular no Recife (1959-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) FFLSCH, USP, 2014.

SOUZA, Maria Inês S. de. **Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis: Vozes, 1981.

TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: IBRASA, 1986.

TENÓRIO, Edson Silva. **Educação, tempo livre e lazer nas associações docentes de Pernambuco na segunda metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGE-UFPE, Recife, 2011.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa, I: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TRINDADE, Henrique José Gonçalves. **Histórias de vida de professores que se tornaram sindicalistas**. Dissertação (Mestrado em Educação), PPGE-UFPE, 2016.

VAZ, Aline Choucair. **Governo Vargas, trabalho e o ensino primário: discursos dos jornais Folha de Minas e Estado de Minas**. In. Educação em Foco. Ano 20, nº 32, set/dez, 2017.

VICENTINI, Paula. P; LUGLI, R. **História da profissão docente no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

VICENTINI, Paula P; LUGLI, Rosário. Associativismo docente no Brasil: configurações e estratégias de legitimação do final do século XIX à década de 1970. In. DAL ROSSO, Sadi. (Org.) **Associativismo e sindicalismo em Educação**. Brasília: Paralelo, 2015.

WARD, Miriam Jorge. **Contribuições da História para a Educação**. Em Aberto, Brasília, INEP, Ano 9, n. 47, 1990.

WOOD, Ellen Meinksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2013.

XAVIER, Libânia. **Associativismo docente e construção democrática: Brasil- Portugal (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

## APÊNDICE A - ARQUIVOS E ACERVOS CONSULTADOS

### ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO

- Diário de Pernambuco
- Jornal do Commercio
- Jornal do Professor
- APENOPE em Notícias
- Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)

### BIBLIOECA NACIONAL- Hemeroteca digital.

- Diário de Pernambuco - PE
- Jornal do Brasil - RJ
- Correio da Manhã - RJ
- Diário de Notícias - RS
- Diário de Notícias - RJ

### COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO- CEPE – Acervo digital

- Jornal Diário da Manhã - PE

### SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL Acervo digital

- Fundo Serviço Nacional de Informação – SNI

### CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA CUT – Acervo digital

- Resoluções de congresso de fundação
- Resoluções de encontros da classe trabalhadora

### ARQUIVO HISTÓRICO DO INEP – Acervo digital

- Revistas pedagógicas

### BIBLIOTECA DO IBGE- Acervo digital

- Anuário estatístico, 1955
- Anuário estatístico, 1966
- Anuário estatístico 1974

### ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL

- Lucy Machado Pinheiro
- Paulo Rubem Santiago
- Benedito Isídio de Moraes
- José Agripino Pereira